

Como Anda Porto Alegre

8

Como Anda Porto Alegre



Série: **Como Andam** as REGIÕES METROPOLITANAS

Como Andam as Regiões Metropolitanas – Volume 8

ISBN 978-85-60133-75-8



9 788560 133758

MINISTÉRIO DAS CIDADES

MINISTRO DE ESTADO

Marcio Fortes de Almeida

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Elcione Diniz Macedo

GERENTE DE CAPACITAÇÃO

Eglaísa Micheline Pontes Cunha

ORGANIZAÇÃO

Eglaísa Micheline Pontes Cunha

Roberto Sampaio Pedreira

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz César de Queiroz Ribeiro

COORDENAÇÃO DAS EQUIPES REGIONAIS

RM BELÉM: José Júlio Ferreira Lima
RM BELO HORIZONTE: Luciana Teixeira de Andrade
RM CURITIBA: Rosa Moura
RM FORTALEZA: Luis Renato Pequeno
RM GOIÂNIA: Aristides Moysés
RM MARINGÁ: Ana Lúcia Rodrigues
RM NATAL: Maria do Livramento Miranda Clementino
RM PORTO ALEGRE: Rosetta Mammarella
RM RECIFE: Maria Ângela de Almeida Souza
RM RIO DE JANEIRO: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
RM SÃO PAULO: Lúcia Maria Machado Bógus
Suzana Pasternak
RM SALVADOR: Gilberto Corso Pereira
Inaiá Maria Moreira de Carvalho

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRESIDENTE

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DAS CIDADES

MINISTRO DE ESTADO

Marcio Fortes de Almeida

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo

SECRETÁRIA NACIONAL DE HABITAÇÃO

Inês da Silva Magalhães

SECRETÁRIO NACIONAL DE PROGRAMAS URBANOS (INTERINO)

Benny Schasberg

SECRETÁRIO NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Leodegar da Cunha Tiscoski

SECRETÁRIO NACIONAL DE TRANSPORTE E DA MOBILIDADE URBANA

Luiz Carlos Bueno de Lima

DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Elionaldo Maurício Magalhães Moraes

DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO – DENATRAN

Alfredo Peres da Silva

DIRETOR-PRESIDENTE DA EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. – TRENSURB

Marco Arildo Prates da Cunha

8

Como Anda Porto Alegre

Série: Como Andam as REGIÕES METROPOLITANAS



ORGANIZAÇÃO

Egláisa Micheline Pontes Cunha | Roberto Sampaio Pedreira

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz César de Queiroz Ribeiro

COORDENAÇÃO REGIONAL RM PORTO ALEGRE

Rosetta Mammarella

Ministério das Cidades

Como Anda Porto Alegre. Organização Egláisa Micheline Pontes Cunha e Roberto Sampaio Pedreira – Brasília. Ministério das Cidades, 2008.

8 vol. Como Andam as Regiões Metropolitanas. Coleção Estudos e Pesquisas do Programa Nacional de Capacitação das Cidades.

220 p.

1. Desenvolvimento urbano – Brasil. 2. Espaço metropolitano – Brasil. 3. Políticas públicas. I. Ministério das Cidades, ed. II. Cunha, Egláisa Micheline Pontes e Pedreira, Roberto Sampaio, org.

O Ministério das Cidades, por meio do **Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC**, tem realizado progressivamente atividades com o objetivo de capacitar agentes públicos e sociais, para implantação das políticas e dos programas de desenvolvimento urbano, e empreendido esforços junto ao setor público municipal e estadual para o desenvolvimento institucional e a utilização e gestão de sistemas de informação.

Com vistas a ampliar o escopo dessas atividades, é com grande satisfação que apresento aos municípios brasileiros a **Coleção Estudos e Pesquisas do PNCC**, que visa dar conhecimento ao público brasileiro de estudos e pesquisas importantes para subsidiar a formulação e a utilização de instrumentos e ações voltados para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Pretende-se, por meio de publicação sistemática, oferecer e compartilhar, com o público em geral, estudos e pesquisas elaborados por especialistas renomados, selecionados, mediante parcerias, pelo Ministério das Cidades, para o aprofundamento de temas que exigem a construção de diagnósticos e que possibilitem mais acúmulo teórico e técnico, com vistas a sua condução prática e política no âmbito do Ministério das Cidades.

O primeiro trabalho a ser apresentado na Coleção Estudos e Pesquisas do Programa Nacional de Capacitação das Cidades é a série: **Como Andam as Regiões Metropolitanas**, composta de 11 volumes, que oferece a exame um estudo sobre a hierarquização e a identificação dos espaços urbanos, assim como propõe a construção de uma tipologia para as cidades brasileiras. O trabalho desenvolvido sob a responsabilidade do Observatório das Metrôpoles – que reúne pesquisadores de diversas universidades brasileiras, os quais cumprimento pelo trabalho realizado – apresenta um olhar analítico sobre onze Regiões Metropolitanas (São Paulo, Salvador, Fortaleza, Natal, Recife, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Belém e Goiânia) e um aglomerado urbano (Maringá), traçando suas características geofísicas, socioocupacionais e socioespaciais.

Sem dúvida, os conteúdos e diagnósticos apresentados ao longo desta série contribuirão para ampliar e qualificar a discussão em torno de políticas públicas que resultem no aprimoramento das propostas de regulação e gestão de cooperação e intervenção articulada nas Regiões Metropolitanas, com vistas à melhoria das condições de vida das populações das metrôpoles.

Marcio Fortes de Almeida
Ministro das Cidades

Apresentação

A institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras obedeceu a duas fases. A primeira, nos anos 1970, como parte da política nacional de desenvolvimento urbano, relacionada à expansão da produção industrial e à consolidação das metrópoles como *locus* desse processo. Reguladas por legislação federal, foram criadas nove Regiões Metropolitanas – RM's, incluindo os principais centros nacionais – particularmente capitais de estados – e suas áreas de polarização direta, constituídas por municípios integrantes da mesma unidade socioeconômica. Visaram à realização de serviços comuns de interesse metropolitano¹, de modo a constituir uma unidade de planejamento e gestão, e deveriam organizar-se sob um arcabouço padrão estruturado em dois conselhos, o deliberativo e o consultivo.

A segunda etapa teve início com a Constituição Federal de 1988, que facultou aos Estados Federados a competência de institucionalização de suas unidades regionais. Com ela, findava um modelo que criou regiões sobre as quais os Estados Federados não tinham autonomia para intervenção, e se abriam possibilidades de inserção das regiões metropolitanas em processos estaduais de planejamento regional. Além de regiões metropolitanas, o texto constitucional admitiu outras categorias de organização regional, como as aglomerações urbanas e as microrregiões. Mantendo e adequando os objetivos

1 Segundo a Lei Complementar /: I – planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social; II – saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviços de limpeza pública; III – uso do solo metropolitano; IV – transportes e sistema viário; V – produção e distribuição do gás combustível canalizado; VI – aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma do que dispuser a lei federal; VII – outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal.

da etapa anterior, as unidades criadas deveriam integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Esse processo de metropolização, ao mesmo tempo em que abriu a possibilidade de alteração dos limites das RMs existentes, incluindo ou mesmo excluindo municípios, desencadeou um contínuo ciclo de institucionalização de novas unidades regionais, com diferentes portes de população, considerando até pequenas aglomerações urbanas, e quase sempre classificadas como metropolitanas. Parte dessas regiões têm crescido a taxas anuais superiores a 3% ao ano, com expansão expressiva, até mesmo nos pólos, enquanto outras mantêm elevado apenas o crescimento de suas periferias. São regiões com distintos pesos no que se refere à participação na renda e na dinâmica da economia. Muitas delas se articulam configurando novos arranjos espaciais, com redobrada importância no plano econômico e social, e também redobrada complexidade quanto ao compartilhamento de uma gestão voltada à inclusão social e municipal. É o caso dos grandes complexos urbanos, como o que articula num processo único as regiões de São Paulo, Campinas e da Baixada Santista, além de outras aglomerações urbanas vizinhas.

As leis estaduais que vêm instituindo tais unidades mantêm em seu escopo orientações mínimas para organização do sistema de gestão e, em alguns casos, além da área metropolitana, identifica áreas de expansão – como nas legislações do Estado de Santa Catarina, denominada “área de expansão metropolitana”; nas do Estado de Minas Gerais, “colar metropolitano”; e na do Estado de Goiás/Distrito Federal, “região de desenvolvimento integrado”- RIDE/DF.

Em 2003, o Brasil registra 26 unidades metropolitanas oficialmente instituídas², com a possibilidade da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE)³ do Distrito Federal somar-se a este conjunto, pelo porte metropolitano da cidade principal.

Em geral, as unidades metropolitanas estão concentradas nas regiões Sul (Santa Catarina, com seis unidades; Paraná, com três; e Rio Grande do Sul, com uma RM) e Sudeste (São Paulo e Minas Gerais possuem, respectivamente, três e duas unidades;

2 Esse cálculo considera uma única unidade a RM e sua respectiva área de expansão, colar metropolitano ou região de desenvolvimento integrado. Não inclui a RM de Aracaju que, embora criada em 1995, ainda não havia obtido a ratificação da adesão dos municípios por parte das Câmaras de Vereadores, conforme exige seu artigo 5º, e a RM de Manaus, constituída em 2006.

3 As RIDEs estão previstas nos artigos , inciso IX, e , inciso IV da Constituição Federal. Sua institucionalização compete à União por envolver municípios de mais de uma unidade federativa.

Rio de Janeiro e Espírito Santo possuem uma unidade cada um). No Nordeste, o Ceará, Pernambuco e Bahia já possuíam, cada qual, sua unidade metropolitana; e foram institucionalizadas, por leis estaduais, novas unidades em Alagoas, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte, totalizando sete unidades na Região. No Norte, apenas Belém manteve a unidade já existente; e no Centro-Oeste foi institucionalizada a RM de Goiânia. Nessa Região, a RIDE do Distrito Federal, criada em 1998, incorpora, além do Distrito Federal, municípios dos Estados de Goiás e de Minas Gerais⁴.

As diferentes legislações criaram unidades regionais bastante distintas, dificultando a comparação entre elas. Como permanecem ausentes projetos estaduais de regionalização, e diante da inexistência de critérios definidos pela Constituição Federal ou por normas específicas que traduzam conceitualmente as novas categorias espaciais a serem instituídas pelos estados e instruem demarcações e classificações regionais, a maior autonomia adquirida para promover a regionalização, inevitavelmente, vem induzindo distorções no âmbito da hierarquização dessas categorias.

Embora todas as unidades apresentem um padrão de ocupação que se particulariza por transcender limites político-administrativos municipais, descrevendo manchas contínuas assentadas sobre municípios autônomos, sua delimitação não expressa contornos conexos ao fato urbano das espacialidades de aglomeração sobre as quais incidem, sequer confere aderência à precisão conceitual que identificaria a unidade metropolitana, a partir do padrão funcional, diante das demais categorias disponíveis para classificação das unidades regionais⁵.

Nota-se, assim, uma lacuna acerca das relações metropolitanas de forma que a ação integrada por entes federativos no espaço metropolitano demanda um marco legal nacional que articule esta ação regulando a inter-relação entre os municípios integrantes dessas regiões, e suas relações com os governos estadual e federal.

4 Outras RIDEs localizam-se nos Estados de Pernambuco/Bahia (Petrolina/Juazeiro) e de Piauí/Maranhão (Teresina/Timon).

5 O Estado do Rio Grande do Sul foi o que demonstrou melhor compreensão conceitual, mantendo como metropolitana apenas a unidade regional polarizada por Porto Alegre e instituindo duas aglomerações urbanas, a de Caxias do Sul e a de Pelotas.

Classificação e Tipologias

Os estudos que resultaram nesta Série voltaram-se para identificar entre as regiões metropolitanas institucionalizadas e outros grandes espaços urbanos, aqueles que efetivamente se constituem como “metropolitanos”, classificando, tipificando e indicando, nesses espaços, a área específica onde ocorre o fenômeno metropolitano; isto é, está voltado à identificação e caracterização dos espaços metropolitanos brasileiros, em sua dimensão sócio-territorial e em seu desempenho institucional, tendo como objetivos:

- a) Organizar uma base de indicadores para a classificação e identificação dos espaços metropolitanos brasileiros, considerando-os como unidades territoriais particulares, devido às funções de maior complexidade por eles exercidas na rede urbana nacional. Tal identificação foi possível a partir da análise de indicadores econômicos, sociais e territoriais representativos do fenômeno metropolitano, e possibilitou dirimir dúvidas quanto ao uso adequado dos conceitos de “metrópole” e de “região metropolitana”, muitas vezes empregada de forma não pertinente ao espaço institucionalizado.
- b) Desenvolver uma tipologia de espaços segundo a forma e o conteúdo, ordenados em uma escala de acordo com o grau de importância na rede urbana brasileira. A análise incidiu sobre os pontos focais dessa rede: metrópoles e/ou regiões metropolitanas institucionalizadas, aglomerações urbanas polarizadas por capitais de estados e capitais de estados que não conformem aglomerações.
- c) Identificar os territórios socialmente vulneráveis no interior das áreas metropolitanas e seu diagnóstico, a partir da análise do ponto de vista das dimensões fundamentais da vida social daqueles espaços onde se concentram os segmentos da população que vivem em situação de acúmulo de privações, inclusive quanto à degradação ambiental e às dificuldades técnicas de conexão às redes de infraestrutura e serviços públicos.
- d) Analisar as condições institucionais e fiscais das unidades municipais que compõem as áreas onde se expressa o fenômeno metropolitano, de modo a avaliar sua capacidade de responder à implementação de políticas de desenvolvimento urbano.

Buscando atingir estes objetivos foram construídos dois produtos. O primeiro contemplou a classificação e demarcação espacial da intensidade do fenômeno da metropolização, com base nos seguintes procedimentos:

- I) Classificação dos grandes espaços urbanos brasileiros para a identificação das metrópoles e respectivas aglomerações metropolitanas, tendo como universo de análise as metrópoles e/ou regiões metropolitanas institucionalizadas, aglomerações urbanas polarizadas por capitais de estados e as capitais de estados que não conformam aglomerações.
- II) Identificação das unidades de caráter metropolitano e não-metropolitano.
- III) Classificação dos municípios segundo o nível de integração na dinâmica de relações que se estabelece entre os municípios da aglomeração;
- IV) Elaboração de uma tipologia dos municípios dos espaços metropolitanos, segundo os indicadores sociais;
- V) Identificação e análise dos territórios socialmente vulneráveis das aglomerações metropolitanas.

O segundo produto desenvolveu uma avaliação do quadro institucional dos municípios e a identificação das ações de cooperação intermunicipal, assim como a análise do desempenho fiscal dos municípios que compõem os espaços metropolitanos.

Esses produtos possibilitaram uma análise sociourbana de doze espaços metropolitanos quanto às desigualdades sociais e urbanas na escala intra-metropolitana (diagnóstico social e urbano do território segmentado em espaços, segundo a sua vulnerabilidade). Essas análises compõem a *Série Como Andam as Regiões Metropolitanas*, na forma desta primeira *Coleção de Estudos e Pesquisas* do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, do Ministério das Cidades.

A Série Foi Organizada da Seguinte Forma:

O **Volume 1** – *Hierarquização e Identificação dos Espaços Urbanos* - define uma hierarquia para os espaços urbanos, tendo como pressupostos a centralidade, medida por indicadores do grau de importância, complexidade e diversidade de funções e sua abrangência espacial, e a natureza metropolitana, associada a níveis elevados de concentração de população e atividades, particularmente as de maior complexidade, e as relações que transcendem a região.

No **Volume 2**, apresenta-se o trabalho de pesquisa sobre *Tipologia das Cidades Brasileiras*, cujo objetivo foi o de identificar e classificar os municípios brasileiros. Os demais volumes específicos estão dispostos da seguinte forma:

Volume 3 – Como Anda São Paulo

Volume 4 – Como Anda Salvador

Volume 5 – Como Anda Fortaleza

Volume 6 – Como Andam Natal e Recife

Volume 7 – Como Andam Curitiba e Maringá

Volume 8 – Como Anda Porto Alegre

Volume 9 – Como Anda Rio de Janeiro

Volume 10 – Como Anda Belo Horizonte

Volume 11 – Como Andam Belém e Goiânia

Sumário

Apresentação	1
Introdução	7

CAPÍTULO 1

1. Caracterização Geral da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)	9
1.1. Institucionalização e Configuração do Espaço Metropolitano	9
1.2. Os Grandes Números da Demografia Metropolitana	13
1.3. Vetores de Crescimento e Dinâmica da Economia Metropolitana	15
Referência Bibliográfica	22

CAPÍTULO 2

2. Estrutura Socioocupacional e Segmentação Socioespacial na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA): um Retrato do ano 2000	23
2.1. Os Componentes da Estrutura Social Metropolitana	25
2.2. A Tipologia Socioespacial na RMPA	30
2.3. Diferenciais Intra-urbanos de Ocupação e Renda na RMPA	42
Referências Bibliográficas	48

CAPÍTULO 3

3. Concentração de Renda e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA): Uma Análise a Partir das Áreas de Expansão de Dados (AED's)	49
3.1. Introdução	49
3.2. Distribuição dos Rendimentos dos Responsáveis com Renda Média acima de Dez Salários-Mínimos	51
3.3. A Formalização do Mercado de Trabalho e os Altos Rendimentos	53
3.4. Renda Mensal Média do Responsável até Dois Salários-Mínimos	56

3.5.	Renda Familiar Média Mensal entre Um Salário-Mínimo e Inferior a Meio Salário-Mínimo _____	58
3.6.	Desemprego _____	61
	Breves Considerações Finais _____	62
	Referências Bibliográficas _____	63

CAPÍTULO 4

4.	Aspectos Recentes da População Residente e das Migrações na Região Metropolitana de Porto Alegre _____	65
4.1.	As Várias Dimensões do Crescimento Demográfico _____	66
4.2.	Alguns Aspectos da População da RMPA _____	70
	Considerações Finais _____	77
	Referências Bibliográficas _____	78

CAPÍTULO 5

5.	Considerações sobre a Educação na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) _____	79
	Referências Bibliográficas _____	90

CAPÍTULO 6

6.	Características e Condições de Moradia dos Habitantes Metropolitanos _____	91
6.1.	Padrão Geral de Urbanização – a Moradia e Sua Inserção no Entorno _____	94
6.2.	Padrões de Conforto Domiciliar – Acesso a Bens e Equipamentos Domésticos _____	103
6.3.	Características Internas da Unidade Habitacional – Intensidade de Uso e Formas de Apropriação da Moradia _____	108
	Considerações Finais _____	123
	Referências Bibliográficas _____	128

CAPÍTULO 7

7.	Mobilidade Urbano-Metropolitana na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) _____	129
7.1.	Apresentação _____	129
7.2.	Caracterização Geral da RMPA Segundo os Principais Indicadores de Mobilidade _____	130
7.3.	Aspectos Analisados _____	131
7.4.	Movimentos Pendulares por Motivo de Trabalho ou Estudo _____	132
7.5.	Permanências e Mudanças na Estrutura da Distribuição Espacial de Viagens, Segundo o Modo de Transporte Coletivo, em 1986 e em 2002 _____	140
7.6.	Mudanças na Composição Modal, em 1986 e em 2002 _____	141
7.7.	Mobilidade das Pessoas Segundo Faixas Etárias e Sexo _____	142

7.8.	A Mobilidade Analisada Segundo a Duração ou Tempo de Viagem _____	144
7.9.	Frota de Automóveis e Taxa de Motorização _____	147
7.10.	Principais Características da Mobilidade Urbano-Metropolitana na RMPA _____	149
	Referências Bibliográficas _____	150

CAPÍTULO 8

8.	Diagnóstico da Violência, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a partir da Incidência de Homicídios _____	151
8.1.	Análise Global da Incidência de Homicídios na RMPA _____	152
8.2.	A Relação da Violência Letal com o Acesso a Direitos Sociais e Econômicos: uma Análise Exploratória _____	157
	Considerações Finais _____	160

CAPÍTULO 9

9.	A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA): Condições Institucionais para a Gestão Metropolitana e a Cooperação entre os Municípios _____	161
9.1.	Introdução _____	161
9.2.	Gestão metropolitana: Quadro Institucional _____	162
9.3.	Gestão Municipal na RMPA _____	171
	Conclusão _____	176
	Referências Bibliográficas _____	176

CAPÍTULO 10

10.	O Desempenho Fiscal dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre _____	179
10.1.	A Estrutura Fiscal dos Municípios da RMPA _____	179
10.2.	Perfil das Receitas Tributárias _____	183
10.3.	Indicadores Financeiros _____	185
	Considerações Finais _____	193
	Referências Bibliográficas _____	193

Lista de Tabelas

TABELA 1.1 – População Urbana e Total, Taxa de Urbanização e Densidade Demográfica na Região Metropolitana de Porto Alegre – 1995, 2000 e 2004	13
TABELA 1.2 – Participação da População Urbana e Total da RMPA na População Urbana, e Total do RS e Participação da População Total de Porto Alegre na População Total da RMPA – 1995, 2000 e 2004 (%)	14
TABELA 1.3 – Produto Interno Bruto a Preços de Mercado da Região Metropolitana de Porto Alegre e Participação do PIB da RMPA no PIB Estadual – 1999-2002	16
TABELA 1.4 – Participação do Valor Adicionado Bruto Setorial e Total da Região Metropolitana de Porto Alegre no VAB Setorial e Total do Estado do Rio Grande do Sul – 1999-2002 (%)	16
TABELA 1.5 – Participação do Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Setorial no VAB Total da Região Metropolitana de Porto Alegre – 1999-2002 (%)	17
TABELA 1.6 – Participação do PIB Setorial e Total de Porto Alegre no PIB Setorial e Total da Região Metropolitana de Porto Alegre – 1999-2002 (%)	20
TABELA 1.7 – Estimativas da População em Idade Ativa (PIA), da População Economicamente Ativa (PEA), dos Ocupados e dos Desempregados e Taxas de Participação e de Desemprego na RMPA – 1996-2005 (1.000 pessoas)	20
TABELA 2.1 – Distribuição Absoluta e Relativa da População Ocupada Segundo as Categorias Socioocupacionais. RMPA – 2000	26
TABELA 2.2 – Distribuição das Categorias Socioocupacionais Segundo os Tipos de AED's. Região Metropolitana de Porto Alegre. 2000	32
TABELA 2.3 – Distribuição Percentual das Categorias Socioocupacionais Segundo os Tipos de AED's. Região Metropolitana de Porto Alegre. 2000	34
TABELA 2.4 – Perfil Socioocupacional dos Tipos de AED's. Região Metropolitana de Porto Alegre. 2000	36
TABELA 2.5 – Índice de Densidade Relativa das Categorias Socioocupacionais Segundo os	

Tipos de AED's. Região Metropolitana de Porto Alegre. 2000 _____	36
TABELA 4.1 – População Residente, Área dos Municípios e Densidade Demográfica na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	66
TABELA 4.2 – População Residente Total e Participação dos Grupos Etários no Total da População dos Municípios e Índice de Envelhecimento na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	66
TABELA 5.1 – Pessoas que Frequentam Escola Segundo a Idade na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	81
TABELA 5.2 – Pessoas que Frequentam Escola e Série Adequada Segundo a Idade na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	82
TABELA 6.1 – Domicílios, Abastecimento Adequado de Água, Escoamento Sanitário Adequado, Coleta Adequada de Lixo Segundo o Nível de Integração dos Municípios ao Pólo, na RMPA – 2000 _____	96
TABELA 6.2 – Domicílios Particulares Permanentes de Tipo Apartamento, por Nível de Integração dos Municípios ao Pólo, na RMPA – 2000 _____	96
TABELA 6.3 – Domicílios Particulares Permanentes, por Nível de Integração dos Municípios ao Pólo, Segundo o Acesso a Bens, na RMPA – 2000 _____	105
TABELA 6.4 – Domicílios Particulares Permanentes, por Nível de Integração dos Municípios ao Pólo, com até Três Cômodos e Inadequação por Adensamento, na RMPA – 2000 _____	111
TABELA 6.5 – Domicílios Particulares Permanentes Próprios e Alugados, por Nível de Integração dos Municípios ao Pólo, na RMPA – 2000 _____	114
TABELA 6.6 – Inadequação Muito Alta das Moradias no Pólo, Segundo os Indicadores Adensamento Excessivo, Localização em Aglomerados Subnormais e Déficit Habitacional, por AED – 2000 _____	26
TABELA 7.1 – Distribuição Percentual de Viagens, por Modo, na RMPA – 2002 _____	130
TABELA 7.2 – Pessoas Residentes com 15 Anos e Mais de Idade que Trabalham ou Estudam e Realizaram Movimento Pendular Segundo Níveis de Integração dos Municípios ao Pólo na RMPA – 2000 _____	133
TABELA 7.3 – Pessoas Residentes com 15 Anos e Mais de Idade que Trabalham ou Estudam e Realizaram Movimento Pendular, Exceto Deslocamentos a pé, Segundo Níveis de Integração dos Municípios ao Pólo, na RMPA – 1997 _____	137
TABELA 7.4 – População Residente 15 Anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Pessoas que Realizaram Movimento Pendular, Exceto Deslocamento a pé, na RMPA – 1997 _____	138
TABELA 7.5 – Viagens Tipo Etapa, Modo <i>Transporte Coletivo</i> Segundo Regiões/Eixos Estruturais e Viagens Regionais Internas da RMPA – 1986 e 2002 _____	140
TABELA 7.6 – Composição Modal na RMPA – 1986 e 2002 _____	142

TABELA 7.7 – Mobilidade por Sexo e Razão de Sexo Relativa à Mobilidade na RMPA – 2002 _____	143
TABELA 7.8 – Duração Média de Viagens por Transporte Coletivo e por Transporte Individual, Segundo os Níveis de Integração ao Pólo dos Municípios Origem dos Deslocamentos, na RMPA – 2002 (minutos) _____	145
TABELA 7.9 – Duração Média de Viagens por Transporte Coletivo e por Transporte Individual, na RMPA, no Município Pólo e na RMPA sem o Município Pólo como Origem dos Deslocamentos – 2002 (minutos) _____	145
TABELA 7.10 – Duração Média de Viagem em Minutos, Segundo o Sexo e o Modo, para a RMPA – 2002 (minutos) _____	146
TABELA 7.11 – Duração Média de Viagens, Segundo a Condição de Trabalho e o Modo, para a RMPA – 2002 (minutos) _____	146
TABELA 7.12 – Frota de Veículos Cadastrados no Detran-RS, Segundo Agregações de Municípios por Nível de Integração ao Pólo Metropolitano, na RMPA – 1997, 2000 e 2002 _____	148
TABELA 7.13 – Veículos em Domicílios, Segundo Levantamento das Pesquisas Edom, na RMPA – 1986 e 1997 _____	148
TABELA 8.1 – Distribuições do Índice de Homicídio nos Municípios da RMPA – 2000 _____	154
TABELA 8.2 – Coeficiente de Correlação Parcial entre os Índices de Homicídio e Indicadores Seleccionados dos Municípios da RMPA – 2000 _____	159
TABELA 9.1 – Existência de Conselhos Municipais de Políticas Públicas Criados por Indução Federal nos Municípios da RMPA – 2005 _____	173
TABELA 9.2 – Existência de Conselhos Tutelares nos Municípios da RMPA – 2004 _____	174
TABELA 9.3 – Existência de Conselhos Municipais Criados por Iniciativa Municipal nos Municípios da RMPA – 2005 _____	174
TABELA 9.4 – Existência de Orçamento Participativo nos Municípios da RMPA – 2005 _____	176
TABELA 10.1 – Participação da Receita Tributária Própria, das Transferências e de Outras Receitas nas Receitas Totais dos Municípios da RMPA – 2003 (em %) _____	180
TABELA 10.2 – Participação dos Gastos Públicos da RMPA de Acordo com as Áreas de Pessoal, Outras Despesas Correntes, Serviços da Dívida e Investimentos em Relação à Despesa Total – 2003 (%) _____	182
TABELA 10.3 – Perfil da Receita Municipal <i>per capita</i> nos Municípios da RMPA – 2003 _____	184
TABELA 10.4 – Indicadores Financeiros das Receitas Públicas dos Municípios da RMPA – 2003 (em %) _____	186
TABELA 10.5 – Indicadores da Despesa para os Municípios da RMPA – 2003 (em %) _____	188
TABELA 10.6 – Indicadores de Investimento nos Municípios da RMPA – 2003 (em %) _____	187
TABELA 10.7 – Indicadores de Endividamento da RMPA em 2003 (em %) _____	191

Lista de Figuras

FIGURA 9.1 – Bacias Hidrográficas, Segundo o Sistema Estadual de Recursos Hídricos (Lei 40.350/94), no Rio Grande do Sul _____	177
---	-----

Lista de Gráficos

GRÁFICO 2.1 – População Ocupada Segundo as CATs por Sexo. RMPA. 2000 _____	35
GRÁFICO 4.1 – População Residente, por Situação de Domicílio – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	71
GRÁFICO 4.2 – Mulheres Chefes de Família, sem Cônjuges e com Filhos, por Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	80
GRÁFICO 4.3 – Imigrantes da Data Fixa para os Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	83
GRÁFICO 6.1 – Proporção de Domicílios Segundo o Acesso a Bens, por Nível de Integração, na RMPA – 2000 _____	114
GRÁFICO 6.2 – Percentual de Inadequação da Moradia por Município da RMPA – 2000 _____	131
GRÁFICO 7.1 – Percentual da População de 15 Anos e Mais que Trabalha ou Estuda Fora do Município de Residência – 1997 e 2000 _____	145
GRÁFICO 7.2 – Percentual da População de 15 Anos e Mais que Trabalha ou Estuda no Pólo – 1997 e 2000 _____	145
GRÁFICO 7.3 – Mobilidade Diária por Faixas Etárias e Média Geral, Considerando Todos os Modos e Motivos, na RMPA – 2002 _____	149
GRÁFICO 7.4 – Mobilidade Diária, por Faixas Etárias e Sexo e Média Geral, na RMPA – 2002 _____	150
GRÁFICO 7.5 – Duração Média de Viagens, Segundo Grandes Modos e Faixas Etárias, para a RMPA – 2002 _____	153
GRÁFICO 8.1 – Índices de Homicídio nas Regiões Metropolitanas do Brasil – 2000 _____	158
GRÁFICO 8.2 – Evolução do Índice de Homicídio na RMPA – 1991-2002 _____	159
GRÁFICO 8.3 – Índice de Homicídio entre Jovens do Sexo Masculino, entre 15 e 29 Anos, na RMPA – 1991-2000 _____	160

Lista de Mapas

MAPA 1 – Identificação das Áreas de Expansão dos Dados da Amostra (AED's) – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	3
MAPA 2 – Detalhe – Identificação das Áreas de Expansão dos Dados da Amostra (AED's) – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	3
MAPA 1.1 – Divisão Sub-regional da Região Metropolitana de Porto Alegre – 2006 _____	10
MAPA 1.2 – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2003 _____	11
MAPA 1.3 – Eixos Viários da Região Metropolitana de Porto Alegre – 2006 _____	12
MAPA 1.4 – Evolução Territorial da Região Metropolitana de Porto Alegre – 1973/2006 _____	15
MAPA 2.1 – Tipologia Socioespacial, por AED. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	42
MAPA 2.2 – Taxa de Ocupação Total, por AED. Proporção de População Ocupada no Total da População Economicamente Ativa. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	43
MAPA 2.3 – Grau de Formalização do Mercado de Trabalho, por AED. Proporção de População Ocupada no Setor Formal no Total de População Ocupada. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	45
MAPA 2.4 – Famílias com Renda Familiar Mensal Per Capita até 1/2 Salário Mínimo, por AED. Proporção do Total de Famílias. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	46
MAPA 3.1 – Famílias com Renda Mensal do Responsável acima de 10 Salários Mínimos, por AED. Proporção do Total de Famílias. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	51
MAPA 3.2 – Grau de Formalização do Mercado de Trabalho, por AED. Proporção de População Ocupada no Setor Formal no Total de População Ocupada. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	54
MAPA 3.3 – Famílias com Renda Mensal do Responsável até 2 Salários Mínimos, por AED. Proporção do Total de Famílias. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	57
MAPA 3.4 – Famílias com Renda Familiar Mensal Per Capita até 1/2 Salário Mínimo, por AED. Proporção do Total de Famílias. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	58
MAPA 3.5 – Famílias com Renda Familiar Mensal Per Capita entre 1/2 e 1 Salário Mínimo, por AED. Proporção do Total de Famílias. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	59
MAPA 3.6 – Taxa de Ocupação Total, por AED. Proporção de População Ocupada no Total de População Economicamente Ativa. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	61

MAPA 4.1 – Densidade da População Residente, por AED. Habitantes por Km ² . Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	69
MAPA 4.2 – Índice de Envelhecimento, por AED. Proporção da População Idosa (65 anos e mais) em Relação à Infantil (0 – 14 anos). Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	73
MAPA 5.1 – Freqüência Escolar, por AED. Estudantes na População de 7 a 14 anos. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	87
MAPA 5.2 – Freqüência Escolar com Adequação Idade/Série, por AED. Estudantes de 7 a 14 anos. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	88
MAPA 5.3 – Analfabetismo Funcional na População, por AED. Proporção de Pessoas de 15 anos e mais sem Instrução ou com até 3 anos de Estudo. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	89
MAPA 6.1 – Domicílios Urbanos com Abastecimento Adequado de Água, por AED. Proporção de Domicílios Servidos por Rede Geral, Canalizada em pelo menos um Cômodo. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	97
MAPA 6.2 – Concentração de Domicílios Verticalizados no Entorno da BR-116, na RMPA – 2000 _____	99
MAPA 6.3 – Domicílios Tipo Apartamento, por AED. Proporção do Total de Domicílios Particulares Permanentes. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	100
MAPA 6.4 – Domicílios em Aglomerados Subnormais, por AED. Proporção do Total de Domicílios Particulares Permanentes. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	101
MAPA 6.5 – Domicílios Particulares Permanentes com Todos os Bens de Uso Difundido, por AED. Proporção de Domicílios com Rádio, Televisão e Geladeira/Freezer. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	105
MAPA 6.6 – Domicílios Particulares Permanentes com pelo menos Dois Bens de Média Difusão, por AED. Proporção de Domicílios com Automóvel, Videocassete, Máquina de Lavar Roupa ou Linha Telefônica. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	106
MAPA 6.7 – Domicílios Particulares Permanentes com pelo menos Um Bem de Difusão Restrita, por AED. Proporção de Domicílios com Ar Condicionado, Computador ou Microondas. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	107
MAPA 6.8 – Domicílios com até Três Cômodos, por AED. Proporção do Total de Domicílios Particulares Permanentes. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	112
MAPA 6.9 – Domicílios Próprios sem Propriedade do Terreno, por AED. Proporção do Total de Domicílios Particulares Permanentes. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	115
MAPA 6.10 – Domicílios Alugados, por AED. Proporção do Total de Domicílios Particulares Permanentes. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	116
MAPA 6.11 – Distribuição dos Domicílios Alugados nas Áreas Centrais de Porto Alegre e Canoas – 2000 _____	117

MAPA 6.12 – Distribuição dos Domicílios Alugados no Vale do Sinos – 2000 _____	117
MAPA 6.13 – Domicílios Improvisados, por AED. Proporção de Moradia em Unidade Não Residencial em Relação ao Total de Domicílios. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 ____	119
MAPA 6.14 – Cômodos Cedidos ou Alugados, por AED. Proporção do Total de Domicílios Particulares Permanentes. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	120
MAPA 6.15 – Famílias Conviventes, por AED. Responsáveis pelas Famílias que não são Responsáveis por Domicílios em Relação ao Total de Domicílios. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	121
MAPA 6.16 – Déficit Habitacional, por AED. Déficit Habitacional = Somatório dos Domicílios com Famílias Conviventes, Domicílios Improvisados e Domicílios com Cômodos Cedidos ou Alugados em Relação ao Total de Domicílios. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	122
MAPA 6.17 – Adensamento Excessivo, por AED. Proporção de Domicílios Particulares Permanentes com mais de Três Moradores por Domicílio. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	123
MAPA 6.18 – Áreas com Maior Concentração de Inadequação Habitacional em Porto Alegre – 2000 _____	127
MAPA 7.1 – Pessoas que Trabalham ou Estudam em Outro Município, por AED. Proporção do Total da População de 15 Anos e Mais que Trabalha ou Estuda. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	134
MAPA 7.2 – Pessoas que se Dirigem ao Pólo, por AED. Proporção da População que Realiza Movimento Pendular. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	135
MAPA 8.1 – Taxa de Homicídios entre Jovens, por Município. De 15 a 19 Anos, do Sexo Masculino. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	156
MAPA 9.1 – Subdivisões Político-Administrativas da Região Metropolitana de Porto Alegre – 2006 _____	166
MAPA 9.2 – Subdivisões Político-Administrativas da Região Metropolitana de Porto Alegre – 2006 _____	167

Lista de Quadros

QUADRO 1 – Áreas de Expansão da Amostra (AED's) – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 _____	4
QUADRO 1.1 – A Formação da Região Metropolitana de Porto Alegre – 2006 _____	10
QUADRO 2.1 – Categorias Socioocupacionais _____	24

Introdução

Este livro reúne estudos sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre que foram realizados, ao longo de 2005, pelo núcleo de Porto Alegre do Observatório das Metrôpoles, no contexto de um convênio mantido com o Ministério das Cidades. Esse núcleo é composto por pesquisadores da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O Observatório das Metrôpoles, coordenado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, articula-se em torno de projetos centrados nas questões metropolitanas e nos desafios do desenvolvimento, enfocando temáticas acerca das desigualdades sociais e espaciais, da coesão social e da governança urbana e democrática. Operando em rede, trabalha com o tema das metrôpoles, e reúne mais de 30 instituições – do meio acadêmico, do poder público e da sociedade civil – dedicadas ao estudo da problemática das metrôpoles (<http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/home.htm>). Seus projetos foram estruturados com base na aplicação de uma metodologia unificada de pesquisa, capaz de articular os contextos econômico, político-institucional, social e territorial aos estudos sobre as metrôpoles brasileiras. Contemplam também, em sua concepção mais ampla, a execução de atividades de monitoramento de políticas públicas e transferência de resultados de pesquisa para a sociedade. Destacam-se, igualmente, por explorarem as dimensões socioterritoriais e socioeconômicas de uma mesma base de dados – o Metrodata –, que agrega informações demográficas, sociais e socioeconômicas de 11 metrôpoles – Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Belém – e a aglomeração urbana de Maringá.

No Metrodata, a unidade adotada é a *Área de Expansão dos Dados da Amostra* (AED), representando a menor unidade espacial disponibilizada pelo IBGE para os resultados da amostra do *Censo Demográfico 2000*. Com isso, os trabalhos realizados a partir dessa base têm a grande vantagem de oferecer resultados comparáveis entre si, possibilitando a identificação de tendências convergentes e divergentes no conjunto das metrópoles. É claro que, pelo seu próprio caráter multidisciplinar e multiinstitucional, o projeto se vale também de outras fontes, de nível local ou nacional, segundo a especificidade do enfoque a ser contemplado.

Essa unidade/diversidade em termos de utilização das bases e fontes fica amplamente evidenciada nos trabalhos e informações organizadas em tabelas e em mapas que ora estão sendo disponibilizados. Ao nível intra-urbano, os 31 municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre foram divididos em 164 AED's, cujas localizações estão identificadas nos *Mapas 1 e 2*, e no *Quadro 1*.

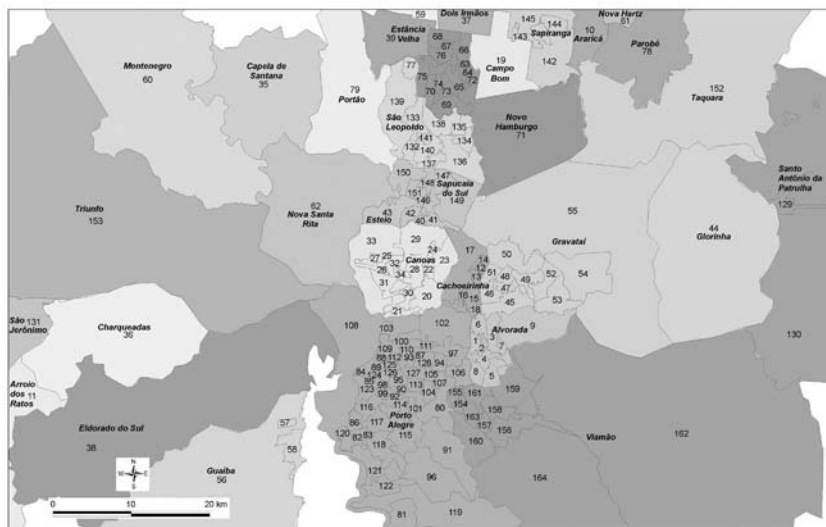
Além do Metrodata, este trabalho debruçou-se sobre outras fontes de dados: do FEEdados foram extraídas informações de natureza socioeconômica; as pesquisas da Entrevista Domiciliar (Edom), realizadas pela Metroplan, forneceram subsídios específicos sobre as viagens urbano-metropolitanas; do banco de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM-Datasus) e do Ipeadata, foram colhidos os elementos para a análise sobre violência; o Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (SNIU), juntamente com o *Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2001*, do IBGE (2003), e diversos *sites* de organismos e entidades nacionais e regionais, subsidiou as análises institucionais e relativas à gestão municipal; e, por fim, a base da Secretaria do Tesouro Nacional (Finbra) foi consultada para o diagnóstico do desempenho fiscal dos municípios metropolitanos.

MAPA 1 – Identificação das Áreas de Expansão dos Dados da Amostra (AED's) – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.v

MAPA 2 – Detalhe – Identificação das Áreas de Expansão dos Dados da Amostra (AED's) – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

QUADRO 1 – Áreas de Expansão da Amostra (AED's) –
Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000

Seqüência	Município	Código	Label
1	Alvorada	4300604001001	ALV01 P.Feijó
2	Alvorada	4300604001002	ALV02 Maringá
3	Alvorada	4300604001003	ALV03 Madepinho
4	Alvorada	4300604001004	ALV04 Tordilho
5	Alvorada	4300604001005	ALV05 Stella Maris
6	Alvorada	4300604001006	ALV06 Sumaré
7	Alvorada	4300604001007	ALV07 Salomé
8	Alvorada	4300604001008	ALV08 Algarve
9	Alvorada	4300604501001	ALV09 Est. Grande
10	Araricá	4300877001001	Araricá 01
11	Arroio dos Ratos	4301107001001	Arroi dos Ratos 01
12	Cachoeirinha	4303103001001	CACH01 Nova Cachoeirinha
13	Cachoeirinha	4303103001002	CACH02 Vista Alegre
14	Cachoeirinha	4303103001003	CACH03 Tancredo Neves
15	Cachoeirinha	4303103001004	CACH04 Matriz/Atlântico
16	Cachoeirinha	4303103001005	CACH05 Dist.Indust./Veranópolis
17	Cachoeirinha	4303103001006	CACH06 Resid.Ritter
18	Cachoeirinha	4303103001007	CACH07 Imbu/Wilkens
19	Campo Bom	4303905001001	Campo Bom 01
20	Canoas	4304606001001	CAN01 Niterói
21	Canoas	4304606001002	CAN02 Rio Branco
22	Canoas	4304606001003	CAN03 Jd.Atlântico
23	Canoas	4304606001004	CAN04 Olaria
24	Canoas	4304606001005	CAN05 Guajuviras
25	Canoas	4304606001006	CAN06 Santo Operário
26	Canoas	4304606001007	CAN07 Cinco Colônias
27	Canoas	4304606001008	CAN08 Natal
28	Canoas	4304606001009	CAN09 Ideal
29	Canoas	4304606001010	CAN10 Igara
30	Canoas	4304606001011	CAN11 Chác. Barreto
31	Canoas	4304606001012	CAN12 Fátima

Seqüência	Município	Código	Label
32	Canoas	4304606001013	CAN13 Harmonia
33	Canoas	4304606001014	CAN14 Matias Velho
34	Canoas	4304606001015	CAN15 Centro
35	Capela de Santana	4304689001001	Capela de Santana 1
36	Charqueadas	4305355001001	Charqueadas 1
37	Dois Irmãos	4306403001001	Dois Irmãos 1
38	Eldorado do Sul	4306767001001	Eldorado do sul 1
39	Estância Velha	4307609001001	Estância Velha 1
40	Esteio	4307708001001	ESTEIO 1 Vila Nova
41	Esteio	4307708001002	ESTEIO 2 Claret
42	Esteio	4307708001003	ESTEIO 3 Centro
43	Esteio	4307708001004	ESTEIO 4 Pq. Exposições
44	Glorinha	4309050001001	Glorinha 1
45	Gravataí	4309209001001	GRAVAT01 Cohab/S.Jerônimo
46	Gravataí	4309209001002	GRAVAT02 Pq.Florido/Central
47	Gravataí	4309209001003	GRAVAT03 São Geraldo
48	Gravataí	4309209001004	GRAVAT04 Vila Branca
49	Gravataí	4309209001005	GRAVAT05 São Vicente
50	Gravataí	4309209001006	GRAVAT06 Itacolomi
51	Gravataí	4309209001007	GRAVAT07 Moradas/Águas Claras
52	Gravataí	4309209001008	GRAVAT08 Centro 1
53	Gravataí	4309209001009	GRAVAT09 Centro 2
54	Gravataí	4309209001010	GRAVAT10 Parque dos Anjos
55	Gravataí	4309209501001	GRAVAT11 Distritos
56	Guaíba	4309308001001	GUAI01 Colina
57	Guaíba	4309308001002	GUAI02 Cohab
58	Guaíba	4309308001003	GUAI03 Centro
59	Ivoti	4310801001001	Ivoti 1
60	Montenegro	4312401001001	Montenegro 1
61	Nova Hartz	4313060001001	Nova Hartz 1
62	Nova Santa Rita	4313375001001	Nova Santa Rita 1
63	Novo Hamburgo	4313409001001	NHAM01 Canudos 1
64	Novo Hamburgo	4313409001002	NHAM02 Canudos 2
65	Novo Hamburgo	4313409001003	NHAM03 Mauá

Seqüência	Município	Código	Label
66	Novo Hamburgo	4313409001004	NHAM04 São Jorge
67	Novo Hamburgo	4313409001005	NHAM05 Centro
68	Novo Hamburgo	4313409001006	NHAM06 Dihel
69	Novo Hamburgo	4313409001007	NHAM07 Santo Afonso
70	Novo Hamburgo	4313409001008	NHAM08 Ideal
71	Novo Hamburgo	4313409001009	NHAM09 Lmba Grande
72	Novo Hamburgo	4313409001010	NHAM10 Canudos 3
73	Novo Hamburgo	4313409001011	NHAM11 Rondônia
74	Novo Hamburgo	4313409001012	NHAM12 Industrial
75	Novo Hamburgo	4313409001013	NHAM13 Primavera
76	Novo Hamburgo	4313409001014	NHAM14 Operário
77	Novo Hamburgo	4313409001015	NHAM15 Boa Saúde
78	Parobé	4314050001001	Parobé 1
79	Portão	4314803001001	Portão 1
80	Porto Alegre	4314902999001	POA01 Agronomia
81	Porto Alegre	4314902999002	POA02 Belém Novo
82	Porto Alegre	4314902999003	POA03 Camaquã
83	Porto Alegre	4314902999004	POA04 Cavalhada
84	Porto Alegre	4314902999005	POA05 Centro
85	Porto Alegre	4314902999006	POA06 Cidade Baixa
86	Porto Alegre	4314902999007	POA07 Cristal
87	Porto Alegre	4314902999008	POA08 C.Redentor
88	Porto Alegre	4314902999009	POA09 Floresta
89	Porto Alegre	4314902999010	POA10 Independência
90	Porto Alegre	4314902999011	POA11 Jd.Botânico
91	Porto Alegre	4314902999012	POA12 Lomba do Pinheiro
92	Porto Alegre	4314902999013	POA13 Partenon
93	Porto Alegre	4314902999014	POA14 Passo da Areia
94	Porto Alegre	4314902999015	POA15 Passo das Pedras
95	Porto Alegre	4314902999016	POA16 Petrópolis
96	Porto Alegre	4314902999017	POA17 Restinga
97	Porto Alegre	4314902999018	POA18 Rubem Berta
98	Porto Alegre	4314902999019	POA19 Sanatana
99	Porto Alegre	4314902999020	POA20 Santo Antonio

Seqüência	Município	Código	Label
100	Porto Alegre	4314902999021	POA21 São João
101	Porto Alegre	4314902999022	POA22 São José
102	Porto Alegre	4314902999023	POA23 Sarandi
103	Porto Alegre	4314902999024	POA24 Farrapos
104	Porto Alegre	4314902999025	POA25 Jd.Carvalho
105	Porto Alegre	4314902999026	POA26 Jd.Sabará
106	Porto Alegre	4314902999027	POA27 Mário Quintana
107	Porto Alegre	4314902999028	POA28 Morro Santana
108	Porto Alegre	4314902999029	POA29 Humaitá
109	Porto Alegre	4314902999030	POA30 São Geraldo
110	Porto Alegre	4314902999031	POA31 Jd. Floresta
111	Porto Alegre	4314902999032	POA32 Jd. Lindóia
112	Porto Alegre	4314902999033	POA33 Higienópolis
113	Porto Alegre	4314902999034	POA34 Bom Jesus
114	Porto Alegre	4314902999035	POA35 V. João Pessoa
115	Porto Alegre	4314902999036	POA36 Glória
116	Porto Alegre	4314902999037	POA37 Sta.Teresa
117	Porto Alegre	4314902999038	POA38 Teresópolis
118	Porto Alegre	4314902999039	POA39 Vila Nova
119	Porto Alegre	4314902999040	POA40 Ponta Grossa
120	Porto Alegre	4314902999041	POA41 Tristeza
121	Porto Alegre	4314902999042	POA42 Ipanema
122	Porto Alegre	4314902999043	POA43 Hípica
123	Porto Alegre	4314902999044	POA44 Menino Deus
124	Porto Alegre	4314902999045	POA45 Bom Fim
125	Porto Alegre	4314902999046	POA46 Moinhos de Vento
126	Porto Alegre	4314902999047	POA47 Rio Branco
127	Porto Alegre	4314902999048	POA48 Três Figueiras
128	Porto Alegre	4314902999049	POA49 V. Ipiranga
129	Santo Antônio da Patrulha	4317608001001	SANTPA01 Urbano
130	Santo Antônio da Patrulha	4317608001002	SANTPA02 Rural
131	São Jerônimo	4318408001001	São Jerônimo 01
132	São Leopoldo	4318705001001	SLE001 Vicentina
133	São Leopoldo	4318705001002	SLE002 Scharlau

Seqüência	Município	Código	Label
134	São Leopoldo	4318705001003	SLE003 Campestre
135	São Leopoldo	4318705001004	SLE004 Feitoria
136	São Leopoldo	4318705001005	SLE005 Pinheiro
137	São Leopoldo	4318705001006	SLE006 Unisinos
138	São Leopoldo	4318705001007	SLE007 Santos Dumont
139	São Leopoldo	4318705001008	SLE008 Boa Vista
140	São Leopoldo	4318705001009	SLE009 Fião
141	São Leopoldo	4318705001010	SLE010 Centro
142	Sapiranga	4319901001001	SAPIR01 Centro
143	Sapiranga	4319901001002	SAPIR02 São Luiz
144	Sapiranga	4319901001003	SAPIR03 Vila Nova
145	Sapiranga	4319901001004	SAPIR04 Centenário
146	Sapucaia do Sul	4320008001001	SAPUC01 Capão da Cruz
147	Sapucaia do Sul	4320008001002	SAPUC02 Vargas
148	Sapucaia do Sul	4320008001003	SAPUC03 Centro
149	Sapucaia do Sul	4320008001004	SAPUC04 Boa Vista
150	Sapucaia do Sul	4320008001005	SAPUC05 Cohab
151	Sapucaia do Sul	4320008001006	SAPUC06 Vacchi
152	Taquara	4321204001001	Taquara 1
153	Triunfo	4322004001001	Triunfo 1
154	Viamão	4323002001001	VIAM01 Cecília
155	Viamão	4323002001002	VIAM02 Santa Isabel
156	Viamão	4323002001003	VIAM03 Volta da Figueira
157	Viamão	4323002001004	VIAM04 São Lucas
158	Viamão	4323002001005	VIAM05 Centro
159	Viamão	4323002001006	VIAM06 Autódromo
160	Viamão	4323002001007	VIAM07 São Tomé
161	Viamão	4323002001008	VIAM08 Passo Dorneles
162	Viamão	4323002001009	VIAM09 Águas Claras
163	Viamão	4323002001010	VIAM10 Viamópolis
164	Viamão	4323002001011	VIAM11 Espigão

1. Caracterização Geral da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)

1.1. Institucionalização e Configuração do Espaço Metropolitano

São os seguintes os municípios que compõem a Região Metropolitana de Porto Alegre em 2006: Alvorada, Araricá, Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capela de Santana, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia, Taquara, Triunfo e Viamão. A formação original contava com 14 municípios, conforme os termos da Lei Complementar Federal 14, que criou a aglomeração em 1973. A Constituição Estadual de 1989 confirmou a configuração inicial da RMPA, ao mesmo tempo em que procedeu ao acréscimo de oito municípios. Desde então, por força de desmembramentos, emancipações e incorporações de novos municípios, passou a ser gradualmente alterada a área territorial abrangida, bem como o número de unidades constituintes. Como resultado, a RMPA aumentou sua superfície de 5.830 km² para 9.800,2 km² (2004) e chegou a seus atuais 31 integrantes. Deve ser observado que essa evolução ocasionou também perdas em termos de áreas que um dia foram metropolitanas, por conta da criação de novos municípios cujos territórios têm sua origem na RMPA, mas que não foram integrados a ela. O *Quadro 1.1* e o *Mapa 1.1* sintetizam os momentos principais dessa trajetória.

QUADRO 1.1 – A Formação da Região Metropolitana de Porto Alegre – 2006

Ano e Número de Municípios	Municípios da Configuração Original e os Acrescidos
1973 (14 municípios)	Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão.
1989 (22 municípios)	Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Glorinha, Ivoti, Nova Hartz, Parobé, Portão e Triunfo.
1994 (23 municípios)	Charqueadas.
1998 (25 municípios)	Araricá e Nova Santa Rita.
1999 (28 municípios)	Montenegro, Taquara e São Jerônimo.
2000 (30 municípios)	Arroio dos Ratos e Santo Antônio da Patrulha.
2001 (31 municípios)	Capela do Santana.

Fonte: Constituição Federal. Constituição Estadual e Leis Complementares.

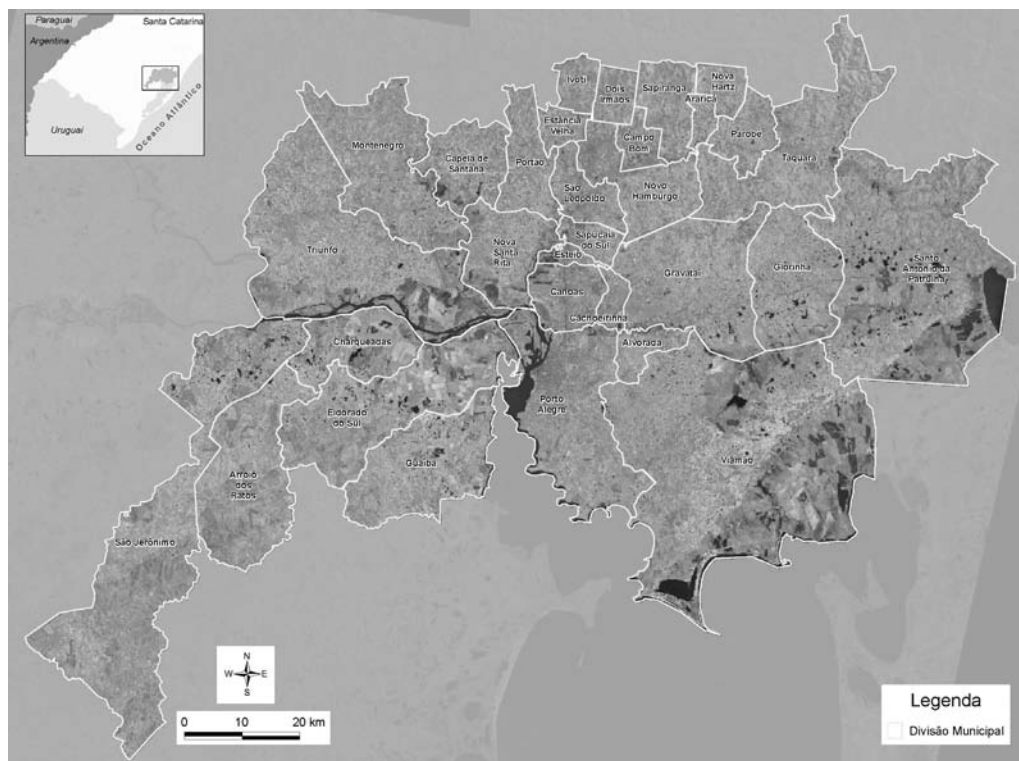
MAPA 1.1 – Divisão Sub-regional da Região Metropolitana de Porto Alegre – 2006



Fonte: NERU/FEE

A RMPA situa-se na zona nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, estendendo-se ao norte da Laguna dos Patos e ocupando 3,48% da superfície total do Estado. Os municípios de maior extensão são Viamão (15,2% da área metropolitana), Santo Antônio da Patrulha (10,7%), São Jerônimo (9,6%) e Triunfo (8,4%), enquanto Esteio (0,28%), Araricá (0,36%) e Cachoeirinha (0,45%) estão entre os menores (*Mapa 1.2*).

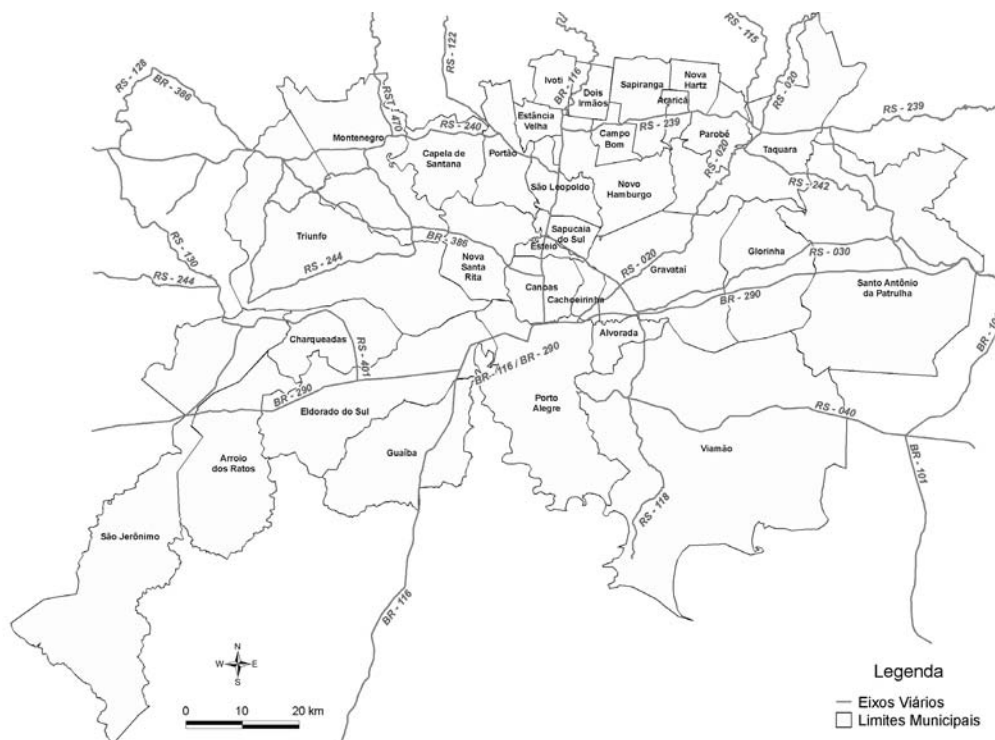
MAPA 1.2 – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2003



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Dados da Amostra. Rio de Janeiro. IBGE 2002.

A Região Metropolitana é bem servida por rodovias (*Mapa 1.3*), sendo que as duas principais do Estado cruzam a capital gaúcha. Um delas, a BR-116, tem seu início em Jaguarão, no extremo sul do Estado, ingressa na Região Metropolitana através do Município de Guaíba, atravessa toda a área mais intensamente densificada no sentido sul-norte e sai por Dois Irmãos, avançando para Caxias do Sul e, mais além, para Santa Catarina. É um eixo viário com forte ocupação urbana no seu entorno, sendo marcado por condições de circulação notoriamente críticas, comprometido que está pela incapacidade de acomodar os grandes fluxos de tráfego que ali se concentram nos horários de pico e até mesmo fora deles. Isso faz com que sejam numerosos os trechos da BR-116 sujeitos a constantes engarrafamentos, sendo ela também recordista em número de acidentes registrados.

MAPA 1.3 – Eixos Viários da Região Metropolitana de Porto Alegre – 2006



Fonte: Metroplan

A outra via é a BR-290, que parte de Uruguaiana, na fronteira com a Argentina, e se desloca no sentido oeste-leste, penetrando na RMPA por São Jerônimo, passando por

Porto Alegre e saindo por Santo Antônio da Patrulha. Essa estrada tem seu término no município de Osório e dá acesso à BR-101, que assegura a ligação com o resto do País.

1.2. Os Grandes Números da Demografia Metropolitana

A RMPA abrigava um contingente de 3,974 milhões de pessoas em 2004. Isso equivalia a 37,38% do número total de habitantes do Rio Grande do Sul, o que representava um acréscimo de 1,82% em relação à mesma participação relativa alcançada em 1995, quando a população era de 3,393 milhões. As mulheres mostravam-se majoritárias no total de residentes, perfazendo 51,66% em 2004.¹

Verifica-se que, na formação da população estadual, continua sendo preponderante o peso da RMPA, porquanto 53,29% da variação populacional total observada no período 1995-2004 podem ser-lhe atribuídos. O exame das taxas de crescimento reitera seu comportamento mais dinâmico, expresso nos 1,77% que marcaram a expansão da população total metropolitana, contra os 1,21% de aumento da mesma variável no contexto do Estado. Um indicador que retrata bem o grau de concentração alcançado na RMPA é o da densidade demográfica, que passou de 346,19 hab./km² para 405,47 hab./km², apesar da incorporação de novos municípios contando com extensa área e baixa população.

TABELA 1.1 – População Urbana e Total, Taxa de Urbanização e Densidade Demográfica na Região Metropolitana de Porto Alegre – 1995, 2000 e 2004

Anos	População Urbana	População Total	Taxa de Urbanização (%)	Densidade Demográfica (hab./km ²)
1995	3.202.181	3.392.775	94,38	346,19
2000	3.551.672	3.718.778	95,51	379,46
2004	3.818.593	3.973.728	96,10	405,47

Fonte: FEE (FEEdados).

Nota: A população da RMPA para os anos de 1995 e 2000 foi “homogeneizada” em relação à de 2004, tomado-se como base a lista dos 31 municípios constituintes. Mais especificamente, foram adicionadas a população de Capela de Santana, em 2000, e as de Arroio dos Ratos, Capela de Santana, Montenegro, Nova Santa Rita, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo e Taquara, em 1995. Araricá não foi considerado, por ter sido criado em 1995, estando sua população incluída na dos municípios que lhe deram origem (Nova Hartz e Sapiranga).

1 IBGE e FEE (FEEdados).

Observa-se também que o peso relativo da população urbana da RMPA no Estado se manteve estável ao longo do período em exame, ficando em cerca de 43%, o que é um reflexo da dinâmica acelerada que vem marcando o processo de urbanização no Rio Grande do Sul. Efetivamente, o significativo incremento constatado na sua taxa de urbanização – de 78,27% para 83,86% – confirma a persistência do avanço do fato urbano no contexto estadual. No caso da RMPA, a taxa de urbanização já era muita elevada e cresceu pouco, passando de 94,38% para 96,10%. Cabe ainda referir que as taxas de crescimento vigentes na RMPA e no Estado se mostram coincidentes no período 1995-2004 (1,98% e 1,99%, respectivamente).

TABELA 1.2 – Participação da População Urbana e Total da RMPA na População Urbana, e Total do RS e Participação da População Total de Porto Alegre na População Total da RMPA – 1995, 2000 e 2004 (%)

Anos	População Urbana RMPA-RS	População Total RMPA-RS	População Total POA-RMPA
1995	42,88	35,56	37,84
2000	42,70	36,50	36,59
2004	42,83	37,38	35,30

Fonte: FEE (FEEdados).

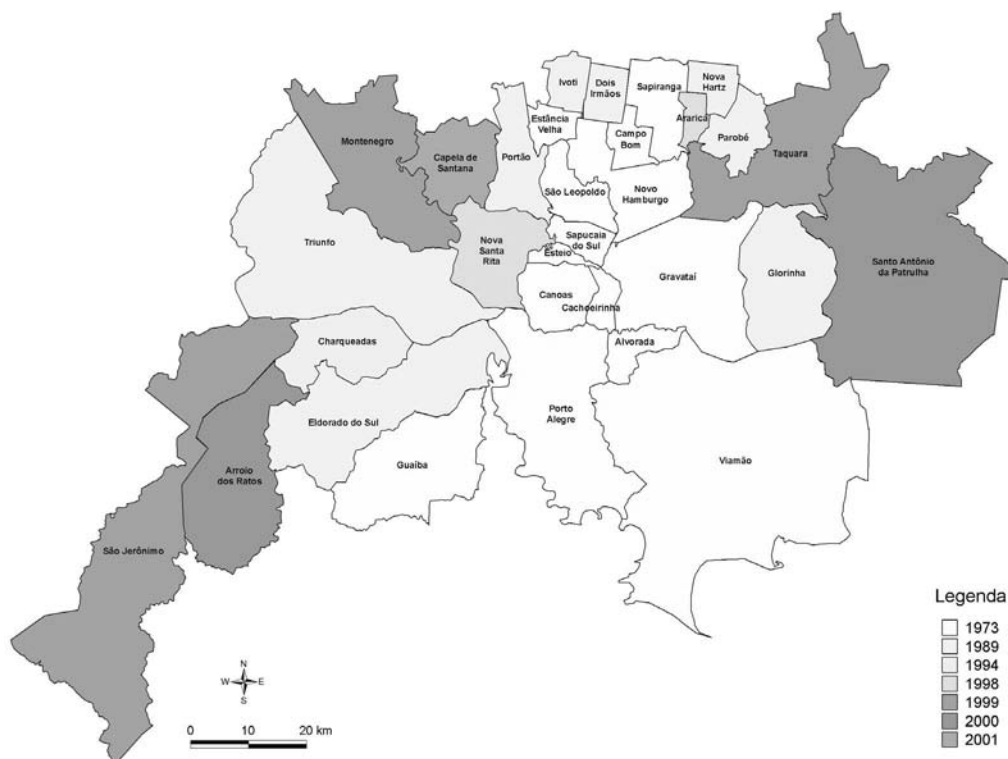
Já no contexto intrametropolitano, Porto Alegre desponta como o principal município, com seus 1,403 milhão de habitantes em 2004. Vem passando, no entanto, por um processo de perda de importância relativa, o que fica evidenciado no recuo de 37,84% para 35,30% de sua participação na população total da RMPA, no período 1995-2004. Essa desaceleração do ritmo de crescimento da Capital gaúcha, verificada praticamente desde a década de 1970, reproduz uma tendência mais ou menos generalizada, que marca a dinâmica demográfica das grandes cidades brasileiras.

Vale ainda referir o elevado grau de concentração populacional atingido na RMPA. Assim, considerando-se os seus cinco maiores municípios (Porto Alegre, Canoas, Viamão, Gravataí e Novo Hamburgo), observa-se que estes contribuíam com 62,69% para o total de habitantes da Região em 2004. No outro extremo, encontrava-se o Município de Araricá, com 5.370 residentes e representando apenas 0,14% da população total metropolitana.

1.3. Vetores de Crescimento e Dinâmica da Economia Metropolitana

São dois os principais subespaços identificáveis no território da RMPA, ambos operando intimamente articulados e, ao mesmo tempo, mantendo uma relativa autonomia. A unidade conhecida como RMPA1 (*Mapa 1.4*) ocupa a parte norte da Região Metropolitana e agrega os municípios do Vale do Sinos. É polarizada por Novo Hamburgo e São Leopoldo,² notabilizando-se por uma acentuada especialização no setor coureiro-calçadista e nos gêneros afins, como couros, peles e similares e papel e papelão. Paralelamente, São Leopoldo e Novo Hamburgo vêm consolidando seu papel como pólos de comércio e de serviços, com destaque na área de educação, na parte norte da RMPA.

MAPA 1.4 – Evolução Territorial da Região Metropolitana de Porto Alegre – 1973/2006



Fonte: Constituição Federal, Constituição Estadual e Leis complementares.

2 Campo Bom, Dois Irmãos, Sapiranga, Nova Hartz, Araricá, Parobé, Taquara, Ivoti, Estância Velha e Portão são os demais integrantes da RMPA1.

A RMPA2, por sua vez, localiza-se na parte sul do território metropolitano e é polarizada por Porto Alegre.³ Caracteriza-se por dispor de um parque industrial de grande diversificação, em que há uma presença expressiva de setores da petroquímica, da metalúrgica, de produtos alimentares e do complexo automotivo, entre outros. É igualmente um pólo avançado no que respeita às atividades do Terciário, com presença marcante dos serviços comerciais, de saúde, educação, transportes, telecomunicações e intermediários financeiros. Em suma, trata-se de uma unidade territorial marcada por um setor secundário dinâmico e fornecedor de produtos de maior valor agregado, ao mesmo tempo em que conta com um setor terciário igualmente diversificado e de ordem elevada na hierarquia dos serviços.

Tanto a leste como a oeste dessas duas formações, encontram-se outros subespaços recentemente incorporados à aglomeração e que são marcados por características mais marcadamente rurais. Formariam a RMPA3 (Charquedas, Arroio dos Ratos e São Jerônimo), a RMPA4 (Triunfo, Montenegro e Capela de Santana) e a RMPA5 (Santo Antônio da Patrulha).

A constituição dos dois principais subespaços referidos deu-se por obra de um longo processo de estruturação metropolitana, que privilegiou inicialmente uma industrialização liderada por Porto Alegre. Mais adiante, ocorreu a expansão do desenvolvimento manufatureiro ao longo do eixo norte-sul, seguindo o traçado da BR-116. O desenvolvimento de São Leopoldo e Novo Hamburgo respondeu a esse movimento, seguindo-se à canalização de investimentos para infra-estrutura básica e para o sistema produtivo e dando também origem à criação de postos de trabalho e à proliferação de loteamentos para abrigar uma população em rápida evolução. Já o desdobramento espacial na direção leste-oeste estruturou-se em função da BR-290, envolvendo municípios como Viamão, Guaíba, Gravataí, Cachoeirinha e Canoas.

Os desenvolvimentos mais recentes nesse recorte territorial não foram capazes de reduzir as diferenças que geraram as duas subespecialidades, tendo contribuído, ao contrário, para consolidar ainda mais o peso da região sul. De fato, foi na RMPA2 que se concentraram os grandes investimentos realizados nos anos 1990 – com destaque para Canoas e Gravataí –, sinalizando a reversão de uma tendência de desconcentração espacial

3 Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Nova Santa Rita, Cachoeirinha, Alvorada, Gravataí, Glorinha, Viamão, Eldorado do Sul e Guaíba são os demais municípios da RMPA2.

da produção industrial metropolitana em favor do resto do Estado que se verificara nas décadas anteriores. Enquanto isso, a RMPA1 viu-se comprometida pela crise enfrentada pelo setor coureiro-calçadista, intensamente afetado pelos efeitos da reestruturação global e pelos ajustes realizados no modelo de crescimento seguido pelo País.

O fato é que uma leitura do desempenho da economia desse recorte regional no período recente (mais especificamente, entre os anos 1999 e 2002) exige uma reflexão sobre a trajetória da economia nacional nos anos 1990. Há, pelo menos, dois pontos de inflexão identificáveis na economia brasileira nesse período. O primeiro, em 1994, com a implementação do plano de estabilização (o Real), que incluía aprofundamento da abertura comercial, redução do tamanho do Estado, câmbio “quase fixo” e política monetária ortodoxa. Esse arranjo trouxe conseqüências para as economias regionais, em especial para aquelas com maior grau de abertura para o exterior, como é o caso do Rio Grande do Sul. O impacto mais relevante teve origem na apreciação cambial mantida por longo tempo, entre 1994 e 1998, tendo atingido em cheio o segmento exportador, justamente o mais dinâmico da economia regional. O resultado mais visível foi o enfraquecimento da economia do Estado.⁴

O esgotamento da eficácia da política de estabilização já se fazia sentir no ano de 1998. O Plano Real ruiu em sua concepção original, resultando em novo arranjo, que incluiu uma maxidesvalorização da moeda nacional em janeiro de 1999. Estava, assim, removida uma das principais restrições ao crescimento econômico através das exportações, qual seja: a do câmbio apreciado. Essa circunstância, associada a outros fatores⁵, foi capaz de rearticular a economia do Estado e resultou em elevação do seu crescimento médio anual para 2,9% entre 1999 e 2002. É uma marca ainda medíocre face às necessidades sociais, mas representou um melhor desempenho do que o obtido no período anterior.

4 A taxa média anual de crescimento da economia gaúcha entre 1994 e 1998 foi de 1,26%, um desempenho modestíssimo. Lembrando que o Plano Real iniciou, de fato, em junho de 1994 e, fazendo o mesmo cálculo para o período 1995-1998, verifica-se que a taxa média baixa para 0,28% ao ano.

5 Entre estes, incluem-se a expansão do comércio mundial e a elevação dos preços externos das *commodities* agrícolas (soja, aves etc.). O fato é que a agropecuária do Rio Grande do Sul é muito sensível ao comportamento desses fatores, bastando dizer que a cadeia agroindustrial do Estado é responsável pela geração de 29,5% do PIB total (FEE, 2002). Nessas circunstâncias, é compreensível que tenha tido uma reação imediata muito positiva, que se refletiu na expansão do produto.

Essa *performance* repercutiu favoravelmente sobre a territorialidade da RMPA, garantindo à economia metropolitana a manutenção de uma contribuição relativa ao PIB estadual superior a 41% entre 1999 (41,87%) e 2002 (41,61%), atravessando, inclusive, o pico dos 43,76% registrados no ano 2000. Tal comportamento é facilmente explicável, bastando lembrar-se de que é nessa região que se concentram muitas das atividades mais dinâmicas do setor produtivo estadual.

TABELA 1.3 – Produto Interno Bruto a Preços de Mercado da Região Metropolitana de Porto Alegre e Participação do PIB da RMPA no PIB Estadual – 1999-2002

Anos	PIB (R\$)	PIB RMPA/PIB do Estado (%)
1999	31.589.789.829	41,87
2000	37.255.711.655	43,76
2001	39.564.837.505	42,05
2002	43.459.689.104	41,61

Fonte: FEE (FEEdados).

Nota: O PIB da RMPA para os anos de 1999 e 2000 foi "homogeneizado" em relação a 2002, tomado-se como base a lista dos 31 municípios constituintes. Mais especificamente, foram adicionados os valores de Arroio dos Ratos, Capela de Santana e Santo Antonio da Patrulha, em 1999, e o de Capela de Santana, em 2000.

Examinando-se como as atividades dos diversos setores se comportaram na RMPA *vis-à-vis* à evolução destes no conjunto do Estado, verifica-se que a agropecuária tem, regionalmente, uma presença pequena e cadente. Basta dizer que sua participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária estadual decaiu de 3,68% em 1999 para 3,02% em 2002.

Já o setor secundário tem uma forte representação na RMPA, tendo chegado a constituir mais da metade do VAB estadual da indústria entre 2000 e 2002 e fechando este último ano com 50,51% de participação. Cabe destacar, em especial, o ganho relativo de 2,24 pontos percentuais alcançado entre 1999 (49,79%) e 2000 (52,03%), coincidindo com um momento de grande dinamismo da indústria no Estado, que registrou, então, uma expansão de 8% em termos reais. Com relação ao setor de serviços, constata-se não ter havido modificações significativas ao longo do período considerado, tendo seu peso relativo no contexto setorial do Estado variado de 45,90% para 46,25% entre 1999 e 2002.

TABELA 1.4 – Participação do Valor Adicionado Bruto Setorial e Total da Região Metropolitana de Porto Alegre no VAB Setorial e Total do Estado do Rio Grande do Sul – 1999-2002 (%)

Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1999	3,68	49,79	45,90	41,75
2000	3,25	52,03	46,00	43,36
2001	2,75	51,32	45,55	41,67
2002	3,02	50,51	46,25	41,54

Fonte: FEE (FEEdados).

Passando a considerar-se agora a estrutura interna da produção metropolitana, confirma-se a presença insignificante de sua agropecuária, capaz de lhe assegurar uma participação em torno do 1% no total do VAB regional, ao longo dos anos considerados (*Tabela 1.5*). O fato é que as áreas capazes de serem utilizadas para fins de exploração primária já começam a ficar escassas, determinando a elevação do preço da terra à medida que se intensifica o processo de sua transformação em espaços urbanos.

O relevante, nesse contexto, ficou mesmo por conta da atuação dos setores industrial e de serviços. Neles, a grande mudança ocorreu na passagem de 1999 para 2000, quando se verificou um avanço relativo da indústria de 4,44 pontos percentuais e um recuo dos serviços de 4,17 pontos percentuais. Há, pelo menos, três fatores que explicam o dinamismo do setor manufatureiro em âmbito metropolitano. Por um lado, a maxidesvalorização cambial ocorrida em janeiro de 1999 liberou, em grande medida, o segmento industrial exportador localizado na RMPA de seu principal entrave, qual seja, o câmbio valorizado. Além disso, a indústria em geral estava, à época, com capacidade ociosa, o que facilitou a rápida expansão constatada no ano 2000. Por fim, deve ser assinalada a entrada em operação de uma série de novos projetos industriais que buscaram a RMPA para sua localização, beneficiando as áreas de metal-mecânica, química e bebidas. Com isso, sua presença relativa no VAB total metropolitano cresceu de 44,72% em 1999 para 48,25% em 2000, um comportamento que teve sua contrapartida na variação negativa que afetou os serviços e que fez com que sua participação declinasse de 54,11% para 50,68% no decurso do mesmo período.

TABELA 1.5 – Participação do Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Setorial no VAB Total da Região Metropolitana de Porto Alegre – 1999-2002 (%)

Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços
1999	1,17	44,72	54,11
2000	0,90	49,16	49,94
2001	0,96	49,26	49,78
2002	1,07	48,25	50,68

Fonte: FEE (FEEdados).

Nota: O VAB da RMPA para os anos de 1999 e 2000 foi "homogeneizado" em relação a 2002, tomado-se como base a lista dos 31 municípios constituintes. Mais especificamente, foram adicionados os valores de Arroio dos Ratos, Capela de Santana e Santo Antonio da Patrulha, em 1999, e o de Capela de Santana, em 2000.

Por fim, retomando-se a questão da distribuição intra-metropolitana do crescimento econômico, o fato mais relevante fica por conta das mudanças que vêm afetando o papel desempenhado por Porto Alegre (*Tabela 1.6*). Há, efetivamente, claras evidências de um processo de perda de importância relativa da sua economia no contexto metropolitano, conforme denotado pelo decréscimo de 34,70% para 30,09% de seu PIB no agregado total da RMPA, entre 1999 e 2002. Esse descenso atinge especialmente o setor manufatureiro do município-capital, em um movimento cuja origem remonta ao início dos anos 1970. Veja-se, assim, que, apenas entre 1999 e 2002, Porto Alegre teve uma redução de 3,85% em sua participação no produto industrial metropolitano, chegando a 16,89% neste último ano. Naturalmente, esse não é um fenômeno que lhe é exclusivo, sendo usual nas grandes cidades que se modernizam em economias capitalistas.

TABELA 1.6 – Participação do PIB Setorial e Total de Porto Alegre no PIB Setorial e Total da Região Metropolitana de Porto Alegre – 1999-2002 (%)

Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1999	4,19	20,76	51,69	34,70
2000	3,67	18,96	50,11	32,17
2001	4,14	18,14	49,52	31,13
2002	4,18	16,89	50,49	30,09

Fonte: FEE (FEEdados).

TABELA 1.7 – Estimativas da População em Idade Ativa (PIA), da População Economicamente Ativa (PEA), dos Ocupados e dos Desempregados e Taxas de Participação e de Desemprego na RMPA – 1996-2005 (1.000 pessoas)

Discriminação	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
PIA (10 anos ou mais)	2.669	2.721	2.780	2.855	2.925	2.969	3.019	3.057	3.123	3.199
PEA	1.457	1.469	1.576	1.665	1.722	1.740	1.736	1.771	1.807	1.835
Ocupados	1.266	1.272	1.325	1.349	1.436	1.481	1.470	1.475	1.520	1.569
Desempregados	191	197	251	316	286	259	266	296	287	264
Taxa de participação (%)	54,6	54,0	56,7	58,3	58,9	58,6	57,5	57,9	57,9	57,1
Taxa de desemprego (%)	13,1	13,4	15,9	19,0	16,6	14,9	15,3	16,7	15,9	14,6

Fonte: PED-RMPA, Convênio FEE, FGTAS/Sine-RS, Seade-SP, Dieese e apoio PMPA.

Complementando essa rápida apresentação de alguns pontos fundamentais do contexto socioeconômico da RMPA, procede-se, agora, a uma breve descrição de aspectos relativos ao quadro regional da ocupação e do desemprego, sendo, para tanto, utilizados dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA.⁶ Estes revelam que, no decênio 1996-2005, a PEA (População Economicamente Ativa) cresceu a uma taxa anual de 2,6% (*Tabela 1.7*), enquanto a taxa de crescimento dos ocupados ficou posicionada em um nível algo inferior (2,41% a.a.). Na medida em que a PEA é o resultado do somatório do número de ocupados e desempregados, é compreensível que o total destes últimos tenha permanecido em patamares elevados, conforme demonstrado pela média anual de 261,5 mil pessoas desempregadas. Tais resultados são também espelhados pelo comportamento da taxa de desemprego, que nunca baixou dos 13% e chegou mesmo ao pico dos 19% em 1999. Mais recentemente, o ano 2005 – com uma taxa de desemprego de 14,5%, a terceira menor na década em análise – confirmou a situação de melhoria relativa no mercado de trabalho que vem sendo observada desde 2004. Ainda assim, é preciso dizer que a expansão do número de ocupados foi muito tímida, nada sugerindo uma reversão consistente de tendências capaz de reduzir substancialmente o montante dos 266 mil desempregados registrados em 2005.

6 PED-RMPA, Convênio FEE, FGTAS/Sine-RS, Seade-SP, Dieese e apoio PMPA.

Referência Bibliográfica

FEE. **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul – 1988**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.

2. Estrutura Socioocupacional e Segmentação Socioespacial na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA): um Retrato do ano 2000

É objetivo deste trabalho caracterizar a Região Metropolitana de Porto Alegre do ponto de vista do seu perfil socioocupacional e dos reflexos que ele apresenta na configuração espacial, procurando demarcar as formas de segmentação social que conformam o território metropolitano. Esse mesmo propósito será desdobrado sob um olhar mais detalhado a respeito do comportamento da sede metropolitana, uma vez que se constitui em pólo concentrador de atividades de comando, de serviços altamente especializados e de inteligência.

As hipóteses acerca do aprofundamento das desigualdades nas grandes aglomerações urbanas e das tendências de surgimento ou avanço de comportamentos segregativos, isolando segmentos da população, constituem o substrato que orienta a análise.¹

A abordagem do tema em questão tem por base a distribuição dos ocupados por categorias socioocupacionais (CATs). As categorias socioocupacionais – que são os insumos para a construção de uma tipologia que hierarquiza os espaços em termos sociais² – foram definidas a partir de uma classificação das ocupações levantadas nos *Censos Demográficos*. São

- 1 Sobre as hipóteses acerca da configuração urbana que acompanha as grandes aglomerações nessa fase do desenvolvimento da sociedade em âmbito mundial, ver Barcellos e Mammarella (2001).
- 2 A tipologia foi elaborada com técnicas estatísticas (análise fatorial por correspondência e classificação hierárquica), a partir da distribuição das CATs por Áreas de Expansão dos Dados da Amostra (AEDs) (menor unidade territorial disponibilizada para divulgação dos dados da amostra do Censo Demográfico 2000). A tipologia socioespacial aqui apresentada está exposta e analisada de forma mais ampla em Mammarella e Barcellos (2005).

24 CATs, compondo oito grupos, conforme apresentado no *Quadro 2.1*. Consideraram-se, ainda, a taxa de ocupação total e por gênero e a renda familiar, enfocando a proporção de famílias com rendimentos de até meio salário-mínimo *per capita*, para qualificar a população ocupada da Região.

QUADRO 2.1 – Categorias Socioocupacionais

Dirigentes	Grandes Empregadores
	Dirigentes do Setor Público
	Dirigentes do Setor Privado
Intelectuais	Profissionais Autônomos de Nível Superior
	Profissionais Empregados de Nível Superior
	Profissionais Estatutários de Nível Superior
	Professores de Nível Superior
Pequenos Empregadores	Pequenos Empregadores
Ocupações Médias	Ocupações de Escritório
	Ocupações de Supervisão
	Ocupações Técnicas
	Ocupações Médias da Saúde e Educação
	Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios
	Ocupações Artísticas e Similares
Trabalhadores do Terciário Especializado	Trabalhadores do Comércio
	Prestadores de Serviços Especializados
Trabalhadores do Secundário	Trabalhadores da Indústria Moderna
	Trabalhadores da Indústria Tradicional
	Operários dos Serviços Auxiliares
	Operários da Construção Civil
Trabalhadores do Terciário Não-especializado	Prestadores de Serviços Não-especializados
	Trabalhadores Domésticos
	Ambulantes e Catadores
Agricultores	Agricultores

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

A perspectiva analítica que entende o trabalho como noção fundamental para se compreender as formas de organização da sociedade dá suporte aos procedimentos metodológicos utilizados. Nesse sentido, as CATs representariam posições sociais ou classes de posições com certa homogeneidade social.

2.1. Os Componentes da Estrutura Social Metropolitana

A população ocupada na RMPA representava, em 2000, 42,17% da total. Sua divisão por CATs expõe um modelo de estrutura ocupacional marcado pelo peso da categoria dos Trabalhadores do Secundário, seguida de perto pela das Ocupações Médias (27,67% e 26,46%, respectivamente), evidenciando características que não encontram correspondência nas tendências que acompanham a reestruturação econômica, ou seja, redução do trabalho na produção industrial, em função da modernização dos processos e dos avanços tecnológicos, e contração das camadas médias pelas novas condições do mercado de trabalho (*Tabela 2.1*).

TABELA 2.1 – Distribuição Absoluta e Relativa da População Ocupada Segundo as Categorias Socioocupacionais. RMPA – 2000

Categorias Socioocupacionais	CAT	População Ocupada	
		Absoluto	Relativo
Dirigentes		21.514	1,37%
Grandes Empregadores	CAT21	12.227	0,78%
Dirigentes do Setor Público	CAT22	4.123	0,26%
Dirigentes do Setor Privado	CAT23	5.164	0,33%
Intelectuais		116.196	7,41%
Profissionais Autônomos de Nível Superior	CAT41	32.437	2,07%
Profissionais Empregados de Nível Superior	CAT42	42.979	2,74%
Profissionais Estatutários de Nível Superior	CAT43	10.886	0,69%
Professores de Nível Superior	CAT44	29.894	1,91%
Pequenos Empregadores		50.426	3,22%
Pequenos Empregadores	CAT31	50.426	3,22%
Ocupações Médias		414.930	26,46%
Ocupações de Escritório	CAT51	142.873	9,11%

TABELA 2.1 – Distribuição Absoluta e Relativa da População Ocupada Segundo as Categorias Socioocupacionais. RMPA – 2000 (continuação)

Categorias Socioocupacionais	CAT	População Ocupada	
		Absoluto	Relativo
Ocupações de Supervisão	CAT52	68.865	4,39%
Ocupações Técnicas	CAT53	97.493	6,22%
Ocupações Médias da Saúde e Educação	CAT54	56.578	3,61%
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	CAT55	29.888	1,91%
Ocupações Artísticas e Similares	CAT32	19.233	1,23%
Trabalhadores do Terciário Especializado		270.822	17,27%
Trabalhadores do Comércio	CAT61	136.458	8,70%
Prestadores de Serviços Especializados	CAT62	134.364	8,57%
Trabalhadores do Secundário		433.901	27,67%
Trabalhadores da Indústria Moderna	CAT71	100.312	6,40%
Trabalhadores da Indústria Tradicional	CAT72	144.084	9,19%
Operários dos Serviços Auxiliares	CAT73	76.215	4,86%
Operários da Construção Civil	CAT74	113.290	7,22%
Trabalhadores do Terciário Não-especializado		229.476	14,63%
Prestadores de Serviços Não-especializados	CAT63	71.349	4,55%
Trabalhadores Domésticos	CAT81	105.221	6,71%
Ambulantes e Catadores	CAT82 e 83	52.906	3,37%
Agricultores		30.967	1,97%
Agricultores	CAT10	30.967	1,97%
TOTAL		1.568.232	100,00

Fonte dos dados brutos: Censo Demográfico 2000. Dados da Amostra.

Os “Trabalhadores do Terciário Especializado” encontram-se na terceira posição, em termos de participação na estrutura social metropolitana, representando 17,27% dos ocupados. Tal destaque expressa a expansão do segmento serviços nas grandes aglomerações urbanas.

Centrando a atenção ainda no perfil agregado dos oito grandes agrupamentos de CATs relativamente à RMPA, constata-se que, com relação às categorias nos extremos da pirâmide social, as elites, em especial os “Dirigentes”, têm uma participação reduzida (1,39%). Mesmo os “Intelectuais”, em que estão incluídas ocupações nem sempre bem remuneradas, como os professores com formação de nível superior e funcionários públicos com instrução superior, não se destaca nessa estrutura (7,40%). No outro limite, os “Trabalhadores do Terciário Não-especializado”, categoria que reúne as ocupações menos qualificadas, apresentam uma representatividade mais significativa, participando com 14,63% no conjunto dos ocupados. Os “Agricultores”, como é coerente com a configuração metropolitana, são minoritários, representando apenas 1,97%.

Algumas particularidades relativas à composição interna desses agrupamentos que refletem os principais perfis da estrutura social metropolitana devem ser salientadas. As cinco categorias ocupacionais de maior peso na estrutura metropolitana são os operários da indústria tradicional (9,19%), as ocupações de escritório (9,11%), os trabalhadores do comércio (8,70%), os prestadores de serviços especializados (8,57%) e os operários da construção civil (7,22%). No conjunto dos “Trabalhadores do Terciário Não-especializado”, são os empregados domésticos que têm a maior participação (6,71%).

Diante desses resultados, duas questões devem ser levantadas, porque remetem a fatores importantes na conformação dessa estrutura: a primeira é relativa ao peso que tem o perfil ocupacional da população de Porto Alegre, e a segunda diz respeito à diferenciação por sexo.

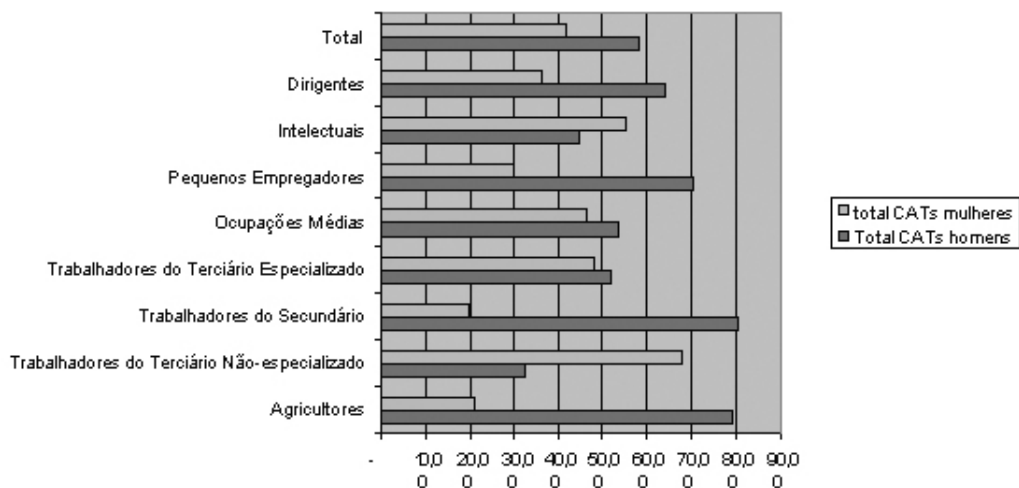
As categorias que são mais fortemente influenciadas pelos ocupados residentes na sede metropolitana são as do conjunto dos “Intelectuais”, dos “Dirigentes” e dos “Pequenos Empregadores”. A participação de “Intelectuais” na estrutura social de Porto Alegre é mais do que quatro vezes superior ao seu peso na hierarquia metropolitana, quando dela se retira a Capital. No caso dos “Dirigentes”, essa diferença é de duas vezes. As “Ocupações Médias” ocupam também uma parcela mais relevante na estrutura do pólo (33,12% frente aos 22,41% no resto da Região), sendo, nesse caso, fundamental a contribuição dos trabalhadores vinculados a ocupações de escritório, que é superior a 11% (Tabela 2.1). Esses resultados não causam estranheza, uma vez que é na Capital onde estão concentradas as atividades dirigentes e as ligadas à prestação de serviços, embora não

seja desprezível a importância das ocupações médias no conjunto dos demais municípios metropolitanos (22,4%). Em contrapartida, quase 36% dos ocupados são “Trabalhadores do Secundário” em municípios fora da sede metropolitana. De modo especial, destacam-se os trabalhadores na indústria tradicional, que contribuem com mais de 13%, assinalando a importância da produção coureiro-calçadista no Vale do Sinos, ao norte da Região. A relevância dos “Agricultores” fora da sede metropolitana não pode ser desconsiderada, pois sua participação na composição da estrutura socioocupacional alcança quase 3%. Chama atenção, no entanto, que os Trabalhadores tanto do Terciário Especializado como do Não-especializado têm participações semelhantes na composição da hierarquia social da Capital e dos demais municípios que conformam a RMPA.

A caracterização da estrutura social metropolitana em termos da diferenciação entre homens e mulheres é fundamental, tendo em vista as transformações que se foram operando no mercado de trabalho, em especial após a década de 1970, com a ampliação da participação feminina. Segundo Marques e outros (2004), apesar da ampliação e da universalização da presença feminina no mercado de trabalho, ela ainda “(...) vem se dando de forma desigual e subordinada”. Além disso, permanece a segmentação no mercado de trabalho entre ocupações de características masculinas e femininas, apesar das transformações que vêm ocorrendo nas últimas décadas. Por isso, é importante verificar, com base na distribuição da população ocupada masculina e feminina segundo as CATs, qual a qualidade da inserção feminina, levando em consideração as características históricas de maior ou menor precariedade das ocupações.

A primeira constatação é o inegável predomínio dos homens na população ocupada da RMPA, onde representam cerca de 60%. No entanto, em alguns grupos de categorias, as mulheres são majoritárias, como pode ser observado no Gráfico 2.1. Isso se verifica entre os “Intelectuais” e, sobretudo, entre os “Trabalhadores do Terciário Não-especializado.” Por outro lado, os homens têm participação muito destacada entre os “Trabalhadores do Secundário” e, num nível menos intenso, entre os “Pequenos Empregadores”.

GRÁFICO 2.1 – População Ocupada Segundo as CATs por Sexo. RMPA. 2000



Fonte dos dados brutos: Censo Demográfico 2000. Dados da Amostra.

A presença massiva das mulheres no conjunto dos “Trabalhadores do Terciário Não-Especializado” é fenômeno conhecido, tendo em vista que essa categoria abrange o trabalho doméstico, essencialmente desempenhado por mulheres. E, com relação ao seu peso entre os “Intelectuais”, cabe explicitar que ele é substantivo entre os professores de nível superior que integram essa categoria. Nesse caso, as ocupações com maior participação são as dos professores de disciplinas da educação geral, tanto do ensino médio como do fundamental (de 1ª à 8ª série), tratando-se, portanto, de uma inserção igualmente tradicional da mulher no mercado de trabalho.

Já em atividades como os trabalhos industrial e agrícola, a presença feminina é minoritária. No entanto, desagregando as ocupações que compõem os “Trabalhadores do Secundário”, verifica-se que há dominância de homens nos setores da construção civil, da indústria moderna e dos serviços auxiliares da indústria. Quanto aos trabalhadores da indústria tradicional, a diferença pró-homens reduz-se substancialmente.

2.2. A Tipologia Socioespacial na RMPA

A definição da tipologia dos espaços metropolitanos foi obtida a partir de procedimentos estatísticos³ que utilizam como fonte o cruzamento entre as 164 AEDs⁴ e as 24 CATs. Um dos resultados relevantes da análise fatorial⁵ e que aqui está sendo considerado é a determinação do conjunto de oposições sociais que explicam a organização do espaço metropolitano.

A análise dos resultados da montagem da tipologia socioespacial da Região revelou que a principal oposição explicativa e organizativa do espaço metropolitano é a que compreende, de um lado, os trabalhadores da indústria tradicional e, de outro, os profissionais de nível superior, exceto os estatutários. Ou seja, a grande diferenciação ocupacional marcando o espaço da Região pode ser referida à clássica dicotomia existente entre trabalho manual e trabalho intelectual.

A análise dos resultados da CHA⁶ conduziu à construção de uma tipologia, com a identificação de nove agrupamentos que representam uma hierarquização do espaço metropolitano no ano 2000. Utilizando uma denominação que expressa essa divisão e que também traduz o tipo de combinação de categorias que se destacam na configuração de cada um desses espaços (*Tabelas 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5*). Tais grupos de AEDs foram nomeados como superior, médio superior, médio, médio inferior, operário, operário tradicional, operário inferior, popular e agrícola popular, cujas características e localização serão feitas a seguir.

3 Foram utilizadas a Análise Fatorial e a Classificação Hierárquica Ascendente (CHA) dentro do programa estatístico StatLab.

4 A AED, área especial de ponderação, foi definida pelo IBGE como uma unidade geográfica formada por um agrupamento de setores censitários, visando "...à aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo" (IBGE, 2002).

5 Através da análise fatorial, são identificados os principais fatores segundo a ordem de explicação do problema, que, no caso, é a relação entre as AEDs e as categorias socioocupacionais, obtendo-se o conhecimento da importância de cada variável na composição da variação dos principais fatores e a diminuição da dimensionalidade do universo com que se está trabalhando.

6 A CHA é um instrumento para definir agrupamentos a partir das informações dos fatores extraídos das CATs, levando em conta a proximidade dos perfis das AEDs e a distância deles em relação ao perfil médio.

As nove áreas de tipo superior, que reúnem em torno de 104 mil, estão todas localizadas em Porto Alegre e caracterizam-se pela importância da moradia dos Dirigentes e dos Intelectuais, apesar da presença significativa de camadas médias. Incluem bairros já consolidados como moradia das elites, como Independência e Moinhos de Vento, outros onde recentemente têm havido fortes investimentos do setor imobiliário voltados para camadas de alta renda, como Bela Vista, Boa Vista, Três Figueiras e Chácara das Pedras, e, por fim, bairros da zona sul da Cidade, onde se vem expandindo a moradia em condomínios horizontais.

TABELA 2.2 – Distribuição das Categorias Socioocupacionais Segundo os Tipos de AED's. Região Metropolitana de Porto Alegre. 2000

Categorias Socioocupacionais	Superior	Medio Superior	Medio	Medio Inferior	Operário	Operário Tradicional	Operário Inferior	Popular	Agrícola Popular	Total
DIRIGENTES	5182	4094	2905	3810	651	2785	723	924	668	21742
Grandes empregadores	3290	1890	2018	2041	294	1785	339	351	220	12228
Dirigentes do setor público	836	1265	260	790	168	331	200	357	148	4355
Dirigentes do setor privado	1056	939	627	979	189	669	184	216	300	5159
INTELECTUAIS	28791	31110	14924	20808	3157	6312	2790	5339	2748	115979
Profissionais autônomos de nível superior	9818	8261	4289	4857	640	1477	754	1473	870	32439
Profissionais empregados de nível superior	10451	11014	5748	8178	1150	2486	1053	2113	788	42981
Profissionais estatutários de nível superior	2810	3698	998	1798	278	382	133	357	204	10658
Professores de nível superior	5712	8137	3889	5975	1089	1967	850	1396	886	29901
PEQUENOS EMPREGADORES	8235	7622	7025	11014	1944	7222	2267	3230	1866	50425
Pequenos empregadores	8235	7622	7025	11014	1944	7222	2267	3230	1866	50425
OCUPAÇÕES MÉDIAS	35148	66185	42573	116714	21656	47082	23653	50091	11823	414925
Ocupações de escritório	9318	22443	13593	43310	7079	14954	8656	19601	3914	142868
Ocupações de supervisão	8209	11332	8208	16436	3401	9587	3358	6542	1797	68870
Ocupações técnicas	8735	15288	12063	26002	5621	11792	6130	9781	2082	97494
Ocupações médias da saúde e educação	3785	8490	4969	17073	3174	6227	2943	7407	2505	56573
Ocupações da segurança pública, justiça e correios	2857	5567	2119	9318	1288	1780	1325	4608	1020	29882
Ocupações artísticas e similares	2244	3065	1621	4575	1093	2742	1241	2152	505	19238
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	11500	24020	17251	80053	17681	30381	22264	56873	10783	270806

TABELA 2.2 – Distribuição das Categorias Socioocupacionais Segundo os Tipos de AED's. Região Metropolitana de Porto Alegre. 2000 (continuação)

Categorias Socioocupacionais	Superior	Medio Superior	Medio	Medio Inferior	Operário	Operário Tradicional	Operário Inferior	Popular	Agrícola Popular	Total
Trabalhadores do comércio	5708	11963	9298	39523	8915	15893	12041	27278	5831	136450
Prestadores de serviços especializados	5792	12057	7953	40530	8766	14488	10223	29595	4952	134356
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	6032	14242	14649	92149	38294	123597	40755	84243	19955	433916
Trabalhadores da indústria moderna	1230	3826	3932	22839	14946	16308	12489	20229	4520	100319
Trabalhadores da indústria tradicional	1338	3435	4536	18623	7598	81140	8773	13330	5308	144081
Trabalhadores dos serviços auxiliares	1551	3435	3085	21639	6827	9715	8515	17707	3752	76226
Trabalhadores da construção civil	1913	3546	3096	29048	8923	16434	10978	32977	6375	113290
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO ESPECIALIZADO	8917	13893	9535	64956	14934	23958	18821	62113	12341	229468
Prestadores de serviços não especializados	1915	3962	2713	19859	5227	7495	5791	21054	3334	71350
Trabalhadores domésticos	5210	5428	3273	28898	6186	11388	8518	29023	7296	105220
Ambulantes e catadores	1792	4503	3549	16199	3521	5075	4512	12036	1711	52898
AGRICULTORES	229	347	340	1937	1098	7207	593	4984	14221	30956
Agricultores	229	347	340	1937	1098	7207	593	4984	14221	30956
Soma de TOTAL	104034	161513	109202	391441	99415	248544	111866	267797	74405	1568217

Fonte dos Dados Brutos: Censo Demográfico 2000. Dados da Amostra. IBGE.

TABELA 2.3 – Distribuição Percentual das Categorias Socioocupacionais Segundo os Tipos de AED's. Região Metropolitana de Porto Alegre. 2000

Categorias Socioocupacionais	Superior	Medio Superior	Medio	Medio Inferior	Operário	Operário Tradicional	Operário Inferior	Popular	Agrícola Popular	Total
DIRIGENTES	23,83	18,83	13,36	17,52	2,99	12,81	3,33	4,25	3,07	100,00
Grandes empregadores	26,91	15,46	16,50	16,69	2,40	14,60	2,77	2,87	1,80	100,00
Dirigentes do setor público	19,20	29,05	5,97	18,14	3,86	7,60	4,59	8,20	3,40	100,00
Dirigentes do setor privado	20,47	18,20	12,15	18,98	3,66	12,97	3,57	4,19	5,82	100,00
INTELECTUAIS	24,82	26,82	12,87	17,94	2,72	5,44	2,41	4,60	2,37	100,00
Profissionais autônomos de nível superior	30,27	25,47	13,22	14,97	1,97	4,55	2,32	4,54	2,68	100,00
Profissionais empregados de nível superior	24,32	25,63	13,37	19,03	2,68	5,78	2,45	4,92	1,83	100,00
Profissionais estatutários de nível superior	26,37	34,70	9,36	16,87	2,61	3,58	1,25	3,35	1,91	100,00
Professores de nível superior	19,10	27,21	13,01	19,98	3,64	6,58	2,84	4,67	2,96	100,00
PEQUENOS EMPREGADORES	16,33	15,12	13,93	21,84	3,86	14,32	4,50	6,41	3,70	100,00
Pequenos empregadores	16,33	15,12	13,93	21,84	3,86	14,32	4,50	6,41	3,70	100,00
OCUPAÇÕES MÉDIAS	8,47	15,95	10,26	28,13	5,22	11,35	5,70	12,07	2,85	100,00
Ocupações de escritório	6,52	15,71	9,51	30,31	4,95	10,47	6,06	13,72	2,74	100,00
Ocupações de supervisão	11,92	16,45	11,92	23,87	4,94	13,92	4,88	9,50	2,61	100,00
Ocupações técnicas	8,96	15,68	12,37	26,67	5,77	12,10	6,29	10,03	2,14	100,00
Ocupações médias da saúde e educação	6,69	15,01	8,78	30,18	5,61	11,01	5,20	13,09	4,43	100,00
Ocupações da segurança pública, justiça e correios	9,56	18,63	7,09	31,18	4,31	5,96	4,43	15,42	3,41	100,00
Ocupações artísticas e similares	11,66	15,93	8,43	23,78	5,68	14,25	6,45	11,19	2,63	100,00
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	4,25	8,87	6,37	29,56	6,53	11,22	8,22	21,00	3,98	100,00

TABELA 2.3 – Distribuição Percentual das Categorias Socioocupacionais Segundo os Tipos de AED's. Região Metropolitana de Porto Alegre. 2000 (continuação)

Categorias Socioocupacionais	Superior	Medio Superior	Medio	Medio Inferior	Operário	Operário Tradicional	Operário Inferior	Popular	Agrícola Popular	Total
Trabalhadores do comércio	4,18	8,77	6,81	28,97	6,53	11,65	8,82	19,99	4,27	100,00
Prestadores de serviços especializados	4,31	8,97	5,92	30,17	6,52	10,78	7,61	22,03	3,69	100,00
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	1,39	3,28	3,38	21,24	8,83	28,48	9,39	19,41	4,60	100,00
Trabalhadores da indústria moderna	1,23	3,81	3,92	22,77	14,90	16,26	12,45	20,16	4,51	100,00
Trabalhadores da indústria tradicional	0,93	2,38	3,15	12,93	5,27	56,32	6,09	9,25	3,68	100,00
Trabalhadores dos serviços auxiliares	2,03	4,51	4,05	28,39	8,96	12,74	11,17	23,23	4,92	100,00
Trabalhadores da construção civil	1,69	3,13	2,73	25,64	7,88	14,51	9,69	29,11	5,63	100,00
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO ESPECIALIZADO	3,89	6,05	4,16	28,31	6,51	10,44	8,20	27,07	5,38	100,00
Prestadores de serviços não especializados	2,68	5,55	3,80	27,83	7,33	10,50	8,12	29,51	4,67	100,00
Trabalhadores domésticos	4,95	5,16	3,11	27,46	5,88	10,82	8,10	27,58	6,93	100,00
Ambulantes e catadores	3,39	8,51	6,71	30,62	6,66	9,59	8,53	22,75	3,23	100,00
AGRICULTORES	0,74	1,12	1,10	6,26	3,55	23,28	1,92	16,10	45,94	100,00
Agricultores	0,74	1,12	1,10	6,26	3,55	23,28	1,92	16,10	45,94	100,00
Soma de TOTAL	6,63	10,30	6,96	24,96	6,34	15,85	7,13	17,08	4,74	100,00

Fonte dos Dados Brutos: Censo Demográfico 2000. Dados da Amostra. IBGE.

TABELA 2.4 – Perfil Socioocupacional dos Tipos de AED's. Região Metropolitana de Porto Alegre. 2000

Categories Socioocupacionais	Superior	Meio Superior	Meio	Meio Inferior	Operário	Operário Tradicional	Operário Inferior	Popular	Agrícola Popular	Total
DIRIGENTES	4,98	2,53	2,66	0,97	0,65	1,12	0,65	0,35	0,90	1,39
Grandes empregadores	3,16	1,17	1,85	0,52	0,30	0,72	0,30	0,13	0,30	0,78
Dirigentes do setor público	0,80	0,78	0,24	0,20	0,17	0,13	0,18	0,13	0,20	0,28
Dirigentes do setor privado	1,02	0,58	0,57	0,25	0,19	0,27	0,16	0,08	0,40	0,33
INTELECTUAIS	27,67	19,26	13,67	5,32	3,18	2,54	2,49	1,99	3,69	7,40
Profissionais autônomos de nível superior	9,44	5,11	3,93	1,24	0,64	0,59	0,67	0,55	1,17	2,07
Profissionais empregados de nível superior	10,05	6,82	5,26	2,09	1,16	1,00	0,94	0,79	1,06	2,74
Profissionais estatutários de nível superior	2,70	2,29	0,91	0,46	0,28	0,15	0,12	0,13	0,27	0,68
Professores de nível superior	5,49	5,04	3,56	1,53	1,10	0,79	0,76	0,52	1,19	1,91
PEQUENOS EMPREGADORES	7,92	4,72	6,43	2,81	1,96	2,91	2,03	1,21	2,51	3,22
Pequenos empregadores	7,92	4,72	6,43	2,81	1,96	2,91	2,03	1,21	2,51	3,22
OCUPAÇÕES MÉDIAS	33,79	40,98	38,99	29,82	21,78	18,94	21,14	18,70	15,89	26,46
Ocupações de escritório	8,96	13,90	12,45	11,06	7,12	6,02	7,74	7,32	5,26	9,11
Ocupações de supervisão	7,89	7,02	7,52	4,20	3,42	3,86	3,00	2,44	2,42	4,39
Ocupações técnicas	8,40	9,47	11,05	6,64	5,65	4,74	5,48	3,65	2,80	6,22
Ocupações médias da saúde e educação	3,64	5,26	4,55	4,36	3,19	2,51	2,63	2,77	3,37	3,61
Ocupações da segurança pública, justiça e correios	2,75	3,45	1,94	2,38	1,30	0,72	1,18	1,72	1,37	1,91
Ocupações artísticas e similares	2,16	1,90	1,48	1,17	1,10	1,10	1,11	0,80	0,68	1,23
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	11,05	14,87	15,80	20,45	17,79	12,22	19,90	21,24	14,49	17,27

TABELA 2.4 – Perfil Socioocupacional dos Tipos de AED's: Região Metropolitana de Porto Alegre, 2000 (continuação)

Categorias Socioocupacionais	Superior	Medio Superior	Medio	Medio Inferior	Operário	Operário Tradicional	Operário Inferior	Popular	Agrícola Popular	Total
Trabalhadores do comércio	5,49	7,41	8,51	10,10	8,97	6,39	10,76	10,19	7,84	8,70
Prestadores de serviços especializados	5,57	7,47	7,28	10,35	8,82	5,83	9,14	11,05	6,66	8,57
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	5,80	8,82	13,41	23,54	38,52	49,73	36,43	31,46	26,82	27,67
Trabalhadores da indústria moderna	1,18	2,37	3,60	5,83	15,03	6,56	11,16	7,55	6,07	6,40
Trabalhadores da indústria tradicional	1,29	2,13	4,15	4,76	7,64	32,65	7,84	4,98	7,13	9,19
Trabalhadores dos serviços auxiliares	1,49	2,13	2,83	5,53	6,87	3,91	7,61	6,61	5,04	4,86
Trabalhadores da construção civil	1,84	2,20	2,84	7,42	8,98	6,61	9,81	12,31	8,57	7,22
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO ESPECIALIZADO	8,57	8,60	8,73	16,59	15,02	9,64	16,82	23,19	16,59	14,63
Prestadores de serviços não especializados	1,84	2,45	2,48	5,07	5,26	3,02	5,18	7,86	4,48	4,55
Trabalhadores domésticos	5,01	3,36	3,00	7,38	6,22	4,58	7,61	10,84	9,81	6,71
Ambulantes e catadores	1,72	2,79	3,25	4,14	3,54	2,04	4,03	4,49	2,30	3,37
AGRICULTORES	0,22	0,21	0,31	0,49	1,10	2,90	0,53	1,86	19,11	1,97
Agricultores	0,22	0,21	0,31	0,49	1,10	2,90	0,53	1,86	19,11	1,97
Soma de TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte dos Dados Brutos: Censo Demográfico 2000. Dados da Amostra. IBGE.

TABELA 2.5 – Índice de Densidade Relativa das Categorias Socioocupacionais
Segundo os Tipos de AED's. Região Metropolitana de Porto Alegre. 2000

Categorias Socioocupacionais	Superior	Medio Superior	Medio	Medio Inferior	Operario	Operário Tradicional	Operário Inferior	Popular	Agricola Popular	Total
DIRIGENTES	3,6	1,8	1,9	0,7	0,5	0,8	0,5	0,2	0,6	1,0
Grandes empregadores	4,1	1,5	2,4	0,7	0,4	0,9	0,4	0,2	0,4	1,0
Dirigentes do setor público	2,9	2,8	0,9	0,7	0,6	0,5	0,6	0,5	0,7	1,0
Dirigentes do setor privado	3,1	1,8	1,7	0,8	0,6	0,8	0,5	0,2	1,2	1,0
INTELECTUAIS	3,7	2,6	1,8	0,7	0,4	0,3	0,3	0,3	0,5	1,0
Profissionais autônomos de nível superior	4,6	2,5	1,9	0,6	0,3	0,3	0,3	0,3	0,6	1,0
Profissionais empregados de nível superior	3,7	2,5	1,9	0,8	0,4	0,4	0,3	0,3	0,4	1,0
Profissionais estatutários de nível superior	4,0	3,4	1,3	0,7	0,4	0,2	0,2	0,2	0,4	1,0
Professores de nível superior	2,9	2,6	1,9	0,8	0,6	0,4	0,4	0,3	0,6	1,0
PEQUENOS EMPREGADORES	2,5	1,5	2,0	0,9	0,6	0,9	0,6	0,4	0,8	1,0
Pequenos empregadores	2,5	1,5	2,0	0,9	0,6	0,9	0,6	0,4	0,8	1,0
OCUPAÇÕES MÉDIAS	1,3	1,5	1,5	1,1	0,8	0,7	0,8	0,7	0,6	1,0
Ocupações de escritório	1,0	1,5	1,4	1,2	0,8	0,7	0,8	0,8	0,6	1,0
Ocupações de supervisão	1,8	1,6	1,7	1,0	0,8	0,9	0,7	0,6	0,5	1,0
Ocupações técnicas	1,4	1,5	1,8	1,1	0,9	0,8	0,9	0,6	0,5	1,0
Ocupações médias da saúde e educação	1,0	1,5	1,3	1,2	0,9	0,7	0,7	0,8	0,9	1,0
Ocupações da segurança pública, justiça e correios	1,4	1,8	1,0	1,2	0,7	0,4	0,6	0,9	0,7	1,0
Ocupações artísticas e similares	1,8	1,5	1,2	1,0	0,9	0,9	0,9	0,7	0,6	1,0

TABELA 2.5 – Índice de Densidade Relativa das Categorias Socioocupacionais
Segundo os Tipos de AED's. Região Metropolitana de Porto Alegre. 2000 (continuação)

Categorias Socioocupacionais	Superior	Medio Superior	Medio	Medio Inferior	Operario	Operário Tradicional	Operário Inferior	Popular	Agrícola Popular	Total
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	0,6	0,9	0,9	1,2	1,0	0,7	1,2	1,2	0,8	1,0
Trabalhadores do comércio	0,6	0,9	1,0	1,2	1,0	0,7	1,2	1,2	0,9	1,0
Prestadores de serviços especializados	0,6	0,9	0,9	1,2	1,0	0,7	1,1	1,3	0,8	1,0
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	0,2	0,3	0,5	0,9	1,4	1,8	1,3	1,1	1,0	1,0
Trabalhadores da indústria moderna	0,2	0,4	0,6	0,9	2,4	1,0	1,7	1,2	0,9	1,0
Trabalhadores da indústria tradicional	0,1	0,2	0,5	0,5	0,8	3,6	0,9	0,5	0,8	1,0
Trabalhadores dos serviços auxiliares	0,3	0,4	0,6	1,1	1,4	0,8	1,6	1,4	1,0	1,0
Trabalhadores da construção civil	0,3	0,3	0,4	1,0	1,2	0,9	1,4	1,7	1,2	1,0
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO ESPECIALIZADO	0,6	0,6	0,6	1,1	1,0	0,7	1,1	1,6	1,1	1,0
Prestadores de serviços não especializados	0,4	0,5	0,5	1,1	1,2	0,7	1,1	1,7	1,0	1,0
Trabalhadores domésticos	0,7	0,5	0,4	1,1	0,9	0,7	1,1	1,6	1,5	1,0
Ambulantes e catadores	0,5	0,8	1,0	1,2	1,0	0,6	1,2	1,3	0,7	1,0
AGRICULTORES	0,1	0,1	0,2	0,3	0,6	1,5	0,3	0,9	9,7	1,0
Agricultores	0,1	0,1	0,2	0,3	0,6	1,5	0,3	0,9	9,7	1,0
Soma de TOTAL	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0

Fonte dos Dados Brutos: Censo Demográfico 2000. Dados da Amostra. IBGE.

As AED's de tipo médio superior (com mais de 160.000 ocupados), embora concentradas na Capital (11 AED's), foram identificadas também em dois outros municípios. São duas áreas em Canoas, segunda maior cidade da Região, e duas em São Leopoldo, município que polariza, junto com Novo Hamburgo, as municipalidades ao norte, que estão vinculadas à produção coureiro-calçadista. Na constituição do perfil desse tipo, a contribuição de Dirigentes e Intelectuais também é significativa, porém com menor intensidade do que no tipo superior, sendo que a incidência de Ocupações Médias é a mais destacada, com uma participação de 41%.

Nas áreas de tipo médio, também há predominância de Ocupações Médias, porém com menor magnitude do que no tipo anterior. São 13 AED's, reunindo 109 mil ocupados, que se localizam predominantemente em Porto Alegre (sete), mas abrangendo também Esteio (uma área), Gravataí (uma área) e Novo Hamburgo (três áreas). Pode-se observar que, em geral, as áreas fora de Porto Alegre que compuseram tipos médios se restringem aos bairros centrais, onde estão concentrados os serviços.

A principal característica desses três tipos de agrupamentos é a baixa participação das camadas operárias e populares na sua constituição.

Um quarto dos ocupados da RMPA (mais de 391 mil pessoas) conforma as 37 AED's de tipo médio inferior. Essas áreas caracterizam-se por apresentar maior mistura social do que os três tipos anteriores. São moradia de uma parte relevante das camadas médias, nelas aparecendo também com algum significado os Trabalhadores do Terciário (Especializado e Não-especializado) e do Secundário. Neste tipo, começa a se verificar uma maior abrangência territorial, sem a predominância das áreas localizadas na Capital. Chama atenção que a maioria dessas áreas está situada nos municípios do entorno imediato de Porto Alegre e no sentido do eixo da BR-116 (Guaíba, Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Gravataí, Viamão, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo).

As AED's onde a residência de operários é muito expressiva foram classificadas em três tipos: o tipo operário, em que predominam trabalhadores da indústria, especialmente da indústria moderna; o tipo operário tradicional, que confere especificidade à RMPA, tendo em vista que concentra fortemente trabalhadores da indústria tradicional em espaços que são contíguos, delineando uma sub-região na porção norte da RMPA, onde, em termos

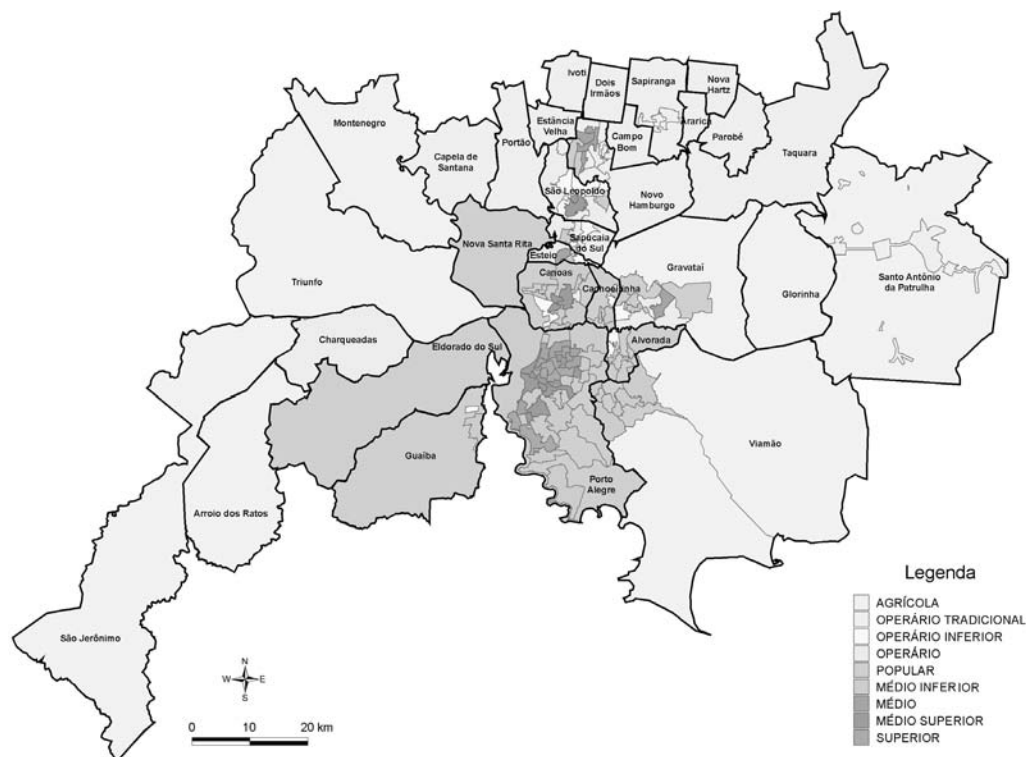
econômicos, predomina a produção coureiro-calçadista, como já se referiu anteriormente; e o tipo operário inferior, em que os “Trabalhadores do Secundário” se juntam a camadas mais populares. Ao todo, a população que compõe esses três tipos totaliza cerca de 460 mil ocupados (29% do total da Região). Em termos de localização, cabe ainda destacar que em nenhum desses três tipos se encontram AED’s da Capital. Nos dois outros tipos operários, destacam-se AED’s localizadas em municípios limítrofes a Porto Alegre, como Canoas, Gravataí, Esteio, Alvorada, Cachoeirinha e Guaíba.

O grupo de tipo popular define-se pela magnitude da presença dos “Trabalhadores do Terciário Não-especializado” – que são os domésticos, os prestadores de serviços não-especializados, os catadores e ambulantes – e dos operários da construção civil. As 30 áreas classificadas como populares (com aproximadamente 258 mil ocupados) abrangem, além da periferia sudeste de Porto Alegre, outras áreas de alta densidade de população urbana e/ou de concentração de atividades econômicas situadas em municípios do seu entorno (Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Gravataí, Guaíba e Viamão).

O último grupo, agrícola popular, de menor tamanho populacional (em torno de 74 mil ocupados), é marcado pelo peso da moradia dos “Agricultores”, que, juntamente com as camadas populares, demarcam socialmente as áreas. Sua localização coincide, na maioria, com os novos municípios que foram incorporados à RMPA após 1991, de grande extensão territorial e onde, na sua maior parte, a AED é constituída pela totalidade do município (Montenegro, Triunfo, São Jerônimo, Arroio dos Ratos, Glorinha) e pela área rural de Viamão, Gravataí e Santo Antônio da Patrulha. A qualidade principal dos agrupamentos de tipo operário, popular e agrícola é a quase-inexistência de moradia das categorias superiores na hierarquia social.

O *Mapa 2.1* apresenta a distribuição espacial dos tipos de AED’s na Região Metropolitana de Porto Alegre.

MAPA 2.1 – Tipologia Socioespacial, por AED. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

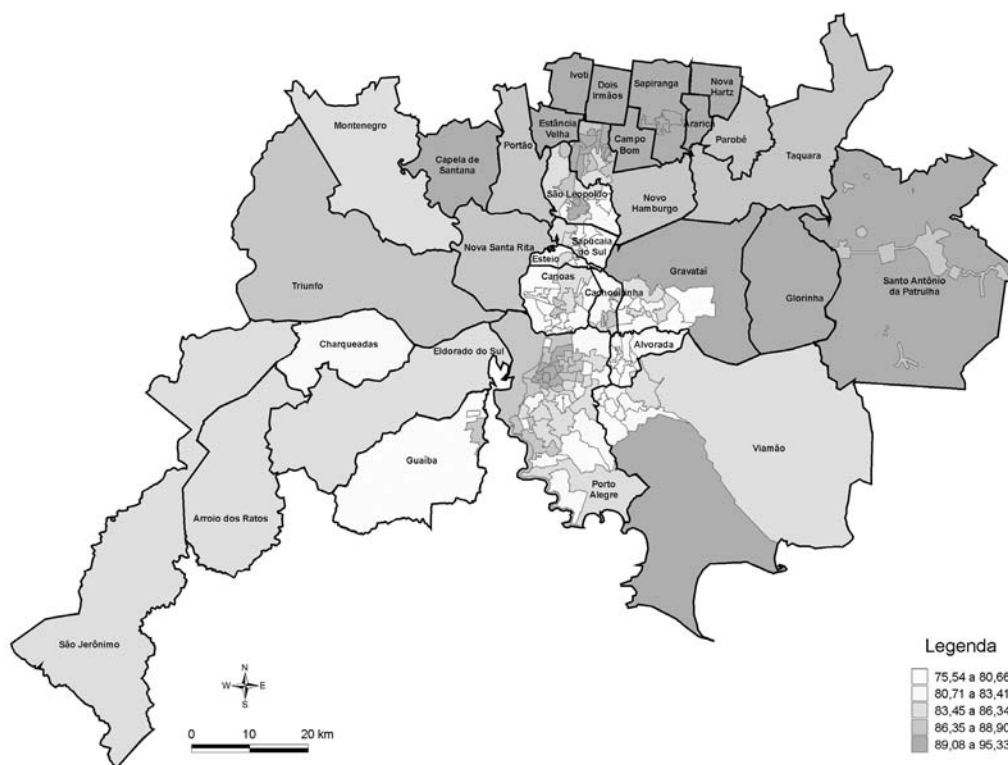
2.3. Diferenciais Intra-urbanos de Ocupação e Renda na RMPA

Para as análises dos diferenciais em termos da ocupação e da renda, retoma-se a unidade metropolitana como foco. Em 2000, a população ocupada na RMPA era de 1.582.426 pessoas, correspondendo a uma taxa de ocupação de 85,06% da População Economicamente Ativa - PEA. Essa taxa era de cerca de 88% para a população masculina e de 81% para a feminina, demonstrando a menor intensidade da inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Examinando-se o *Mapa 2.2*, onde se vê a espacialização da taxa de ocupação total por AED's, verifica-se que as mais altas (entre 89,08% e 95,33%), correspondentes ao primeiro quintil, envolvem três situações: (a) áreas situadas na parte central de Porto Alegre, coincidindo quase completamente com as AED's do tipo superior, onde se concentra a população melhor qualificada (*Mapa 2.1*); (b) AED's predominantemente classificadas

no tipo operário tradicional, localizadas nos municípios onde prevalece a indústria coureiro-calçadista, ao norte da Região, que absorve mão-de-obra extensivamente; e (c) as áreas de perfil rural, como Glorinha e os distritos rurais de Gravataí, Viamão e Santo Antônio da Patrulha, onde a ocupação está fortemente associada às atividades agrícolas. Em contrapartida, as menores taxas de ocupação (entre 75,54% e 80,66%), relativas ao último quintil e que equivalem aos maiores índices de desemprego, encontram-se, sobretudo, na periferia da Capital, em áreas correspondendo a bairros como Farrapos, Mário Quintana e Restinga, de tipo popular. Além disso, tal situação abrange áreas que fazem limite com essa periferia em Alvorada e Viamão, que ainda se caracterizam por sua função dormitório e que concentram camadas populares.

MAPA 2.2 – Taxa de Ocupação Total, por AED. Proporção de População Ocupada no Total da População Economicamente Ativa. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Por outro lado, em algumas áreas de tipo operário, operário inferior e até médio inferior, localizadas em Canoas e Gravataí, onde a produção industrial tem um peso significativo,⁷ encontra-se também a condição de baixa ocupação em nível significativo, fato que mereceria uma investigação mais aprofundada.

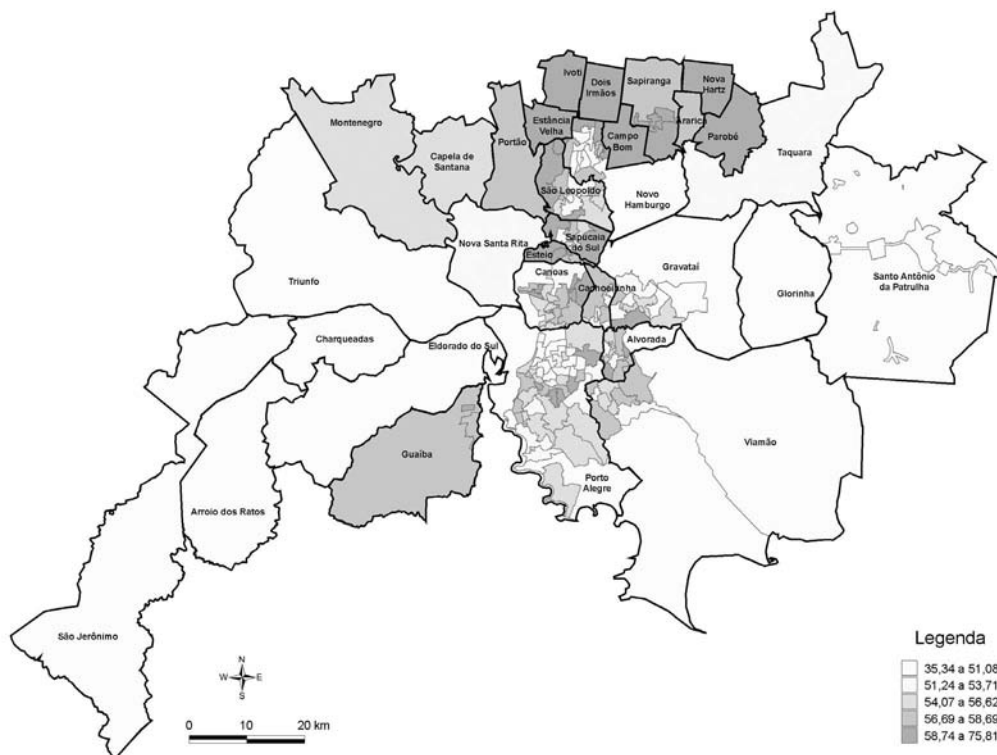
Quando se trata de localizar quais os espaços em que predomina a população com alto grau de formalização no mercado de trabalho (*Mapa 2.3*), verifica-se que sua maior incidência coincide com as áreas ou municípios onde estão situados os principais setores industriais, tanto modernos como tradicionais.

Em relação ao diferencial de ocupação entre homens e mulheres, o que se constata, em primeiro lugar, é que, na média da Região, a taxa feminina (81,29%) apresenta uma diferença para menos de seis pontos percentuais em relação à masculina (87,99%). Ao se considerar a desagregação por AED's, o índice de ocupação feminino é sempre inferior ao dos homens, à exceção de cinco áreas onde ele é praticamente igual. No entanto, ao se hierarquizar a taxa de ocupação total, verifica-se que existe uma maior proximidade entre homens e mulheres quando essa taxa se situa no primeiro quintil (89,08% a 95,33%), ou seja, quando os níveis de ocupação são mais elevados. Já no último quintil (75,54% a 80,66%), a diferença em detrimento das mulheres amplia-se, ultrapassando, no limite, 18 pontos percentuais na AED que corresponde aos Bairros Mathias Velho e Industrial em Canoas, que se caracterizam pela concentração de categorias populares.

7 Canoas sedia a Refinaria Alberto Pasqualini, e Gravataí, além de um distrito industrial, abriga o complexo automotivo da General Motors (GM).

MAPA 2.3 – Grau de Formalização do Mercado de Trabalho, por AED.

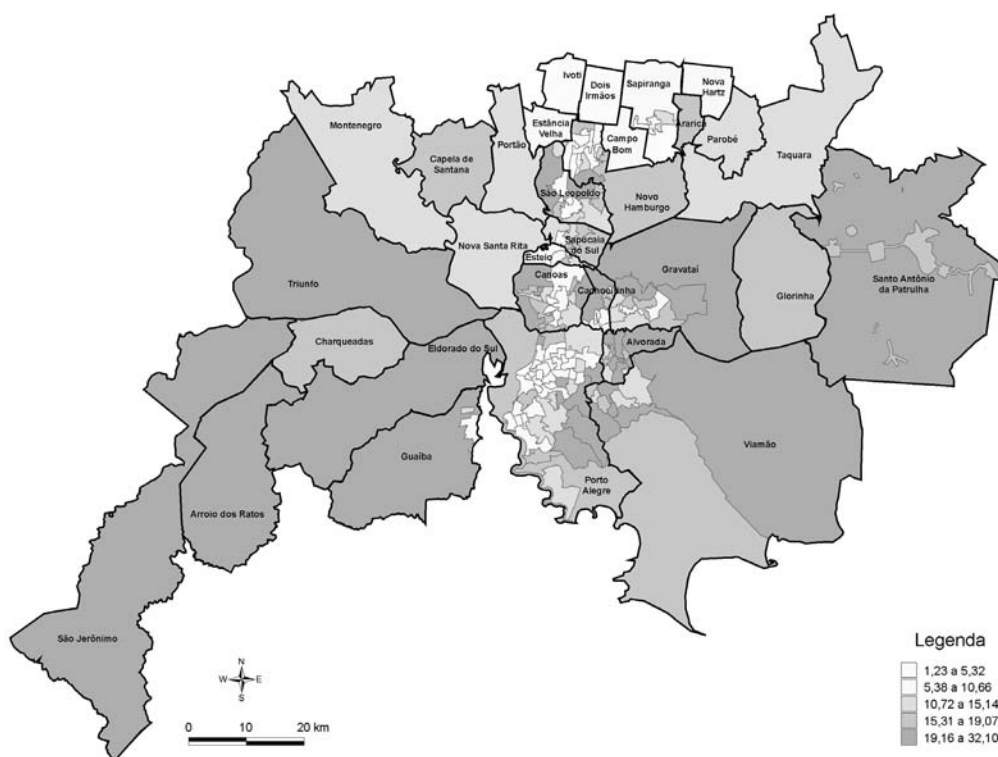
Proporção de População Ocupada no Setor Formal no Total de População Ocupada.
Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

No que diz respeito aos rendimentos, considerando-se a *renda familiar per capita*, utilizou-se somente a faixa extrema, *de até meio salário-mínimo* (Mapa 2.4), uma vez que essa medida permite localizar aquelas famílias que vivem em situação de extrema precariedade. Em termos médios, a situação atinge 146.871 famílias, o equivalente a 12,29% do total.

MAPA 2.4 – Famílias com Renda Familiar Mensal Per Capita até 1/2 Salário Mínimo, por AED. Proporção do Total de Famílias. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Os piores índices (na faixa entre 19,16% e 32,10%) estão nos municípios e distritos rurais, na periferia leste de Porto Alegre, em AED's de municípios limítrofes, em uma área de Novo Hamburgo e em duas de São Leopoldo, coincidindo com áreas principalmente dos tipos que se encontram na base da hierarquia, tais como o agrícola popular e o popular.

Para captar as disparidades de renda entre homens e mulheres, o que não é possível se obter através da renda familiar *per capita*, foi utilizado como indicador a renda do trabalho principal. Levando-se em consideração o diferencial, em termos percentuais, entre rendimento médio em salários-mínimos de homens e mulheres, observa-se que, na RMPA, as mulheres recebem, em média, 65,49% do rendimento dos homens. No âmbito intra-urbano, nas áreas em que essa diferença é maior, a proporção do rendimento das mulheres em relação ao dos homens chega a ser de apenas 42,89%, no caso de uma AED de tipo superior formada pelos Bairros Higienópolis e Boa Vista, em Porto Alegre. Nas

áreas onde ela é menor, a renda das mulheres chega, no máximo, a 91,59% da dos homens, o que se verifica na AED correspondente a Belém Novo, também em Porto Alegre, e que integra o tipo médio inferior. Vale mencionar que, em AED's onde os rendimentos são mais elevados, a diferença é significativa e sempre favorável aos homens, ao passo que, nas AED's com menores rendas médias, muitas vezes os rendimentos se aproximam. Ou seja, condições sociais melhores em termos de áreas não implicam situações de paridade entre os sexos, quando se trata de rendimentos.

Quanto à estrutura social metropolitana, é importante apontar que seu formato, fortemente influenciado pela importância dos operários e com grande peso dos trabalhadores da indústria tradicional, expressa uma conformação típica da sociedade industrial em sua fase fordista. A presença significativa das camadas médias reforça esse caráter. Na verdade, a estrutura do pólo metropolitano, em que as ocupações médias têm importância ainda maior, em que as camadas superiores assumem outra magnitude e a participação dos trabalhadores industriais é bastante reduzida, induz a uma elevação do perfil médio metropolitano.

No tocante à configuração tipológica do espaço da RMPA, verifica-se que esta é marcada pela presença, de um lado, dos operários da indústria tradicional e, de outro, dos profissionais de nível superior, apontando uma importante oposição entre trabalho manual e intelectual. Esse fenômeno expõe uma relativa polarização, que se verifica nas áreas de tipo superior, localizadas exclusivamente em Porto Alegre, onde as elites estão concentradas, e nas áreas de tipo operário tradicional, situadas ao norte da Região, no espaço de influência dos Municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo, onde a produção coureiro-calçadista é predominante. Não obstante, o enfoque centrado na Capital revelou a manutenção de alguns espaços operários, embora em transformação.

Por fim, levando-se em consideração as condições de ocupação e rendimento da população metropolitana, pode-se afirmar que existe uma correspondência entre a hierarquia socioespacial e o perfil social predominante das populações que vivem nos diferentes tipos de áreas da Região Metropolitana de Porto Alegre. A disparidade de renda entre homens e mulheres em favor dos primeiros, que foi encontrada nas áreas melhor situadas na hierarquia socioespacial metropolitana, é um resultado instigante, merecendo investigação mais aprofundada.

Referências Bibliográficas

CENSO DEMOGRÁFICO (2000). Rio de Janeiro: IBGE.

BARCELLOS, T. M. M.; MAMMARELLA, R. Questões teóricas e metodológicas na pesquisa recente sobre as grandes cidades: notas para reflexão. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, FEE, p. 248-269, v. 22, n. 2, 2001.

IBGE, Censo Demográfico 2000, Documentação dos Microdados da Amostra, novembro de 2002.

MAMMARELLA, R.; BARCELLOS, T. M. M. Desigualdades sociais e espaciais na metrópole: um olhar sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre em 2000. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, FEE, p. 137-161, v. 33, n. 3, 2005.

MARQUES, Elisabeth K.; GALEAZZI, Irene M. S.; GARCIA, Lúcia dos Santos; KRELING, Norma H. Conjunturas desfavoráveis consolidam o perfil feminino do desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre, FEE, p. 9-28, v. 4, 2004.

3. Concentração de Renda e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA): Uma Análise a Partir das Áreas de Expansão de Dados (AED's)

3.1. Introdução

Uma análise dos dados do *Censo 2000* do IBGE, tomando-se apenas aqueles referentes à renda e ao trabalho coletados nas AED's, permite que se tenha uma noção razoavelmente precisa da distribuição da riqueza na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Em termos socioespaciais, a análise com base nas informações constituídas pelas AED's possibilita uma localização da concentração de renda e dos pólos mais pobres. Embora se tenham claros os limites de uma análise realizada a partir de informações tão genéricas, elas, sem dúvida, apontam tendências que devem parametrizar futuras pesquisas mais específicas sobre a distribuição da renda no território da RMPA.

O estudo aqui apresentado está fundamentado nos seguintes índices: (a) percentual de famílias com renda mensal do responsável acima de dez salários-mínimos; (b) percentual de famílias com renda mensal do responsável de até dois salários-mínimos; (c) renda familiar mensal entre meio e um salário-mínimo; (d) renda familiar mensal inferior a meio salário-mínimo; (e) taxa de ocupação total – população residente maior de dez anos –; (f) grau de formalização do mercado de trabalho.

A partir desses índices, a análise, ao focar uma abordagem cujo sentido primeiro, é desvendar dinâmicas de territorialização da concentração de renda e de trabalho formalizado,

busca descrever espacialmente a distribuição dos rendimentos e desvendar as relações entre formalização do trabalho e renda e, também, entre renda e desemprego.

Neste texto, trata-se da renda média mensal dos responsáveis por família acima de dez salários-mínimos, da renda média mensal dos responsáveis por famílias de até dois salários e da renda familiar de até um salário-mínimo como sendo indicativas da sua distribuição da renda na RMPA, pois a distinção renda média do responsável da família e renda média da família não compromete a avaliação da problemática da concentração e da distribuição da renda e do trabalho nos territórios.

Esta análise de teor descritivo, ao territorializar a dinâmica, acaba por revelar outras dinâmicas, que reiteram processos históricos de constituição da RMPA, a qual concentra as maiores rendas na porção norte do eixo longitudinal que atravessa a Metrópole, mas a análise relacional não deixa de espantar. Uma característica perversa da concentração de renda é que esta pode ser encontrada nos territórios mais pobres, isto é, no espaço daqueles com renda mais baixa e dos desocupados, ou seja, espacialmente não há relação entre nível de formalização do trabalho e renda.

Outro aspecto relevante que emerge do estudo das informações é que as periferias apresentam situações semelhantes quanto à distribuição de renda. As periferias das cidades e a periferia leste e oeste da Região concentram os mais pobres. Assim, a problemática metropolitana surge como fundamental para a abordagem das baixas rendas, que ultrapassam nitidamente as fronteiras municipais, ao contrário da riqueza, que se concentra nos centros dos territórios dos municípios. O movimento de deslocamento de parte da classe média e da burguesia para a periferia das cidades ainda não aparece com importância estatística.

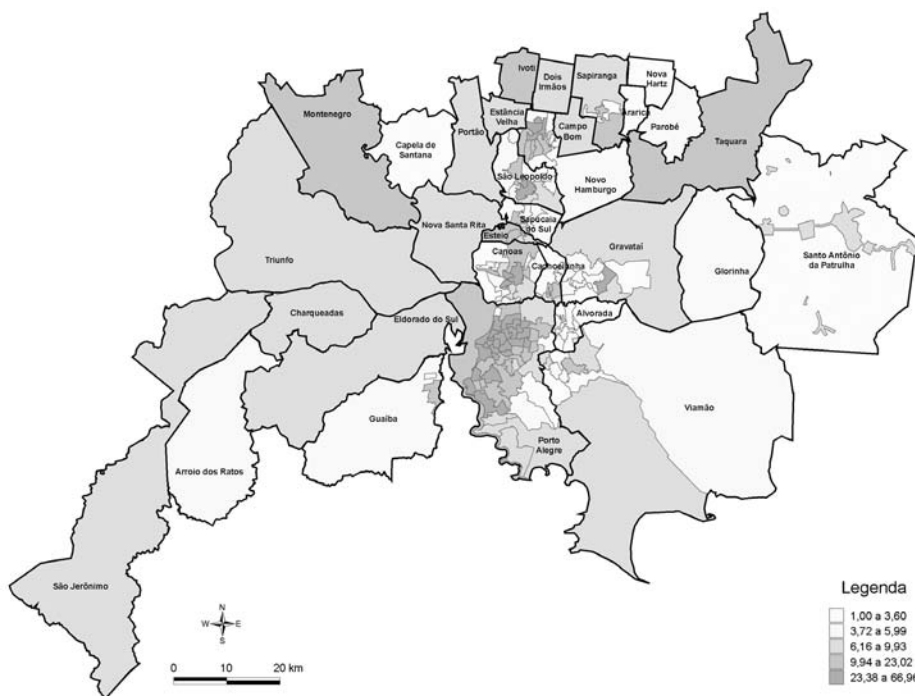
Essas informações apontam dinâmicas que as literaturas internacional e nacional têm tratado no interior do fenômeno da segregação urbana e da periferização, onde o espaço dos pobres se concentra nas fronteiras dos municípios, no caso, a leste e a oeste da Região Metropolitana. Porém, aqui, existe, simultaneamente, uma alta incidência de proximidade entre as rendas mais baixas e as mais altas e uma dinâmica que associa, em termos espaciais, alta renda à informalidade no mercado de trabalho, fenômeno sugerido pela literatura, mas que ainda tende a ser negligenciado, em virtude do estabelecimento histórico de uma associação entre alta renda e participação formal no mercado de trabalho.

Essa primeira apresentação projeta possibilidades analíticas particularmente profícuas para o debate com a literatura contemporânea, ao mesmo tempo em que indica caminhos para futuras investigações no sentido de compreender a dinâmica estruturadora da RMPA a partir das informações sobre renda e trabalho.

3.2. Distribuição dos Rendimentos dos Responsáveis com Renda Média acima de Dez Salários-Mínimos

A análise da distribuição espacial da renda na RMPA (*Mapa 3.1*) evidencia a configuração de um ponto de concentração dos maiores rendimentos, qual seja, o norte da Metrópole. A partir de Porto Alegre, essa concentração se desenvolve quase em linha reta, dividindo a Região Metropolitana longitudinalmente. Do norte em direção ao sul da RMPA, constata-se uma concentração de renda alta e muito alta nas AED's situadas nas Cidades de Ivoti, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapucaia, Esteio, Canoas e Porto Alegre.

MAPA 3.1 – Famílias com Renda Mensal do Responsável acima de 10 Salários Mínimos, por AED. Proporção do Total de Famílias. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Ao sul, incluindo a zona sul de Porto Alegre e parte do Município de Viamão, encontram-se taxas médias, baixas e mesmo muito baixas de rendimentos acima de dez salários-mínimos. Viamão apresenta apenas uma AED com concentração de altos rendimentos, em seu centro (AED VIA05).¹

Seguindo a linha imaginária configurada pelo eixo de concentração dos altos rendimentos em direção ao norte da RMPA, verificam-se poucas AED's com níveis baixos ou muito baixos de altos rendimentos. Estas estão localizadas a leste desse eixo, na divisa com Alvorada, e a sudeste de Porto Alegre, limite com Viamão; em Canoas, a oeste, na divisa com Nova Santa Rita (município emancipado de Canoas); ao sul, na fronteira com a zona norte de Porto Alegre e a leste, nos limites com Cachoeirinha; em Sapucaia do Sul, a oeste, na divisa com Nova Santa Rita e Portão, e a leste e ao norte, nas divisas com Gravataí, Novo Hamburgo e São Leopoldo; em São Leopoldo, a leste e a nordeste, próximo aos Municípios de Portão e Estância Velha, e ao norte e a noroeste, na divisa com Novo Hamburgo. Novo Hamburgo tem, na parcela do município situada no eixo imaginário de concentração de altos rendimentos, índices baixos ou muito baixos de altos rendimentos apenas ao sul, na divisa com São Leopoldo, e ao norte, na divisa com os Municípios de Campo Bom, Dois Irmãos, Ivoti e Estância Velha.

É importante notar, no entanto, que não há uma predominância de continuidade dos índices de altos rendimentos de forma contígua em termos municipais, ou seja, as fronteiras municipais, em geral, rompem com as concentrações de rendimentos altos e muito altos. Nesse eixo imaginário de concentração de altos rendimentos, a contigüidade aparece transpondo as fronteiras municipais apenas entre Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul e, mais adiante, desde o sul do município de São Leopoldo até o norte de Novo Hamburgo. Fora esses casos, o que se constata é uma tendência à interrupção do eixo de concentração de altos rendimentos nas fronteiras municipais da RMPA.

A leste desse eixo de concentração dos maiores rendimentos, têm-se poucas AED's com índices altos ou muito altos de rendimentos acima de dez salários-mínimos. Situam-se na totalidade do município de Taquara; ao sul de Sapiranga, na divisa com os municípios de Taquara, Novo Hamburgo, Campo Bom e Araricá; em uma única AED ao sul de Gravataí; em Cachoeirinha, ao sul e a sudoeste, na divisa com Gravataí; e há apenas uma exceção no município de Viamão, próximo à fronteira com os municípios de Alvorada e

1 Ver o sul do eixo imaginário onde estão Porto Alegre e Viamão (*Mapa 3.1*).

Porto Alegre. No extremo leste, tem-se a maior concentração de índices baixos e muito baixos de altos rendimentos concentrados. No município de Santo Antônio da Patrulha, há um nível muito baixo em sua zona rural (STOANTPATR02), e o nível médio está na zona urbana (STOANTPATR01). No município de Glorinha, constata-se um nível baixo, e, na maior parte do território do município de Viamão, há uma oscilação entre os níveis muito baixos, nos Bairros de Viamópolis (VIAM10), São Tomé (VIAM07), Passo Dorneles (VIAM08), e baixos, em Águas Claras (VIAM09), Volta da Figueira (VIAM03) e São Lucas (VIAM04).²

A oeste da Região Metropolitana, tal como a leste, impressiona a homogeneidade do nível médio de rendimentos altos. Com exceção do município de Arroio dos Ratos e da quase-totalidade de Guaíba, com níveis baixos, Capela de Santana, com nível muito baixo, e Montenegro, com nível alto, todos os demais municípios – a saber, Nova Santa Rita, Triunfo, Charqueadas, Eldorado do Sul e São Jerônimo – apresentam um nível considerado médio de altos rendimentos.

Também nos municípios que limitam a Região ao norte, encontra-se uma certa predominância do índice médio de altos rendimentos, à exceção de Ivoti, Taquara e Montenegro e do sul de Sapiranga, com altos índices, Capela de Santana e Nova Hartz, com índices muito baixos, e Parobé, com índice baixo.

3.3. A Formalização do Mercado de Trabalho e os Altos Rendimentos

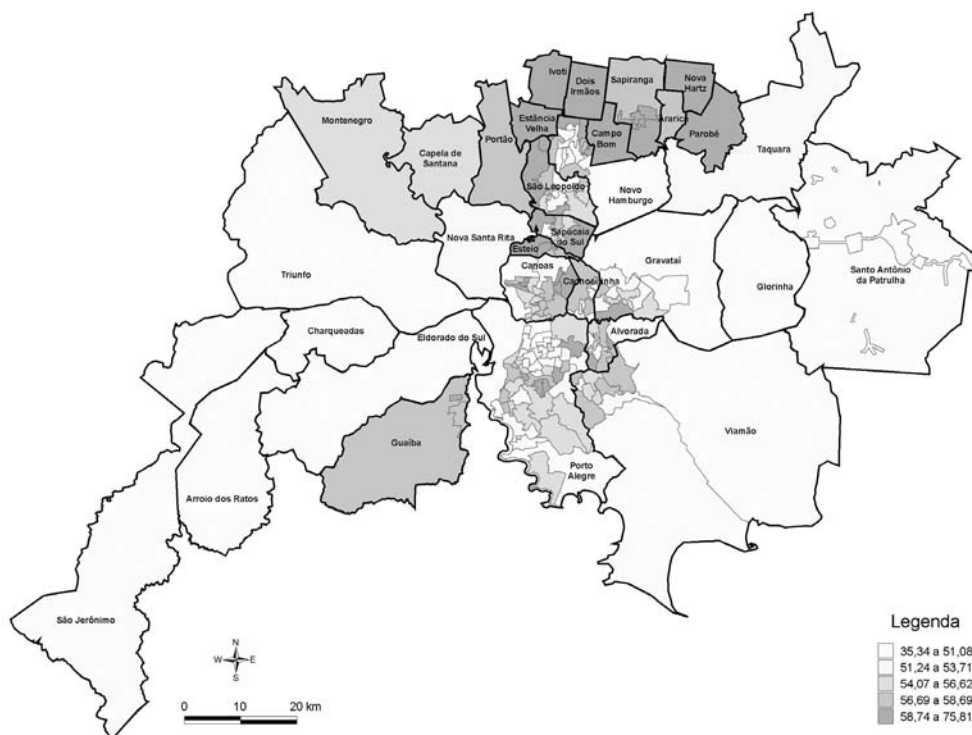
Embora o eixo central se constitua, nitidamente, por índice de altos rendimentos e expresse uma certa concentração da formalização do mercado de trabalho, está longe das dimensões encontradas de índice de altos rendimentos (*Mapa 3.1 e 3.2*). Particularmente em Porto Alegre, é notável a pequena incidência dos níveis muito altos e altos de formalização do mercado de trabalho em AED's onde ocorrem índices altos ou muito altos de altos rendimentos. Em especial, chama atenção o fato de as AED's situadas na região norte do Município, ainda que concentrando índice muito alto de altos rendimentos, terem uma concentração de níveis baixos e mesmo muito baixos de formalização das relações de trabalho.³

2 Ver a zona leste do *Mapa 3.1*.

3 Observe-se a situação de Porto Alegre no *Mapa 3.2*.

MAPA 3.2 – Grau de Formalização do Mercado de Trabalho, por AED.

Proporção de População Ocupada no Setor Formal no Total de População Ocupada.
Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Assim como na Capital, o Município de Taquara oferece uma situação particular, pois, embora tenha alto índice de altos rendimentos, apresenta um baixo grau de formalização do mercado de trabalho. Situação similar encontra-se em Montenegro, onde o alto índice de altos rendimentos corresponde a um nível médio em termos de trabalho formalizado. Esse município forma uma grande área contínua, com Capela de Santana, de um grau médio de formalização do mercado de trabalho. Todavia, enquanto Montenegro apresenta um nível alto de altos rendimentos, Capela de Santana tem um nível muito baixo de altos rendimentos. A partir de Esteio, em direção ao norte, no interior desse eixo, a sobreposição de índices altos e muito altos de altos rendimentos e formalização do trabalho aparece com força.

Os municípios situados no limite norte do eixo metropolitano, em parte aqueles onde se constata o predomínio de um nível médio de concentração de altos rendimentos, são

os que apresentam a maior área contínua de índices muito altos ou altos de formalização do mercado de trabalho⁴.

No limite ao norte do eixo imaginário de concentração da riqueza, composto pelos municípios de Portão, Estância Velha, Ivoti, Dois Irmãos, Campo Bom, Sapiranga, Araricá, Nova Hartz e Parobé, há grau alto e muito alto de formalização do mercado de trabalho, sendo que, nos municípios de Parobé, Nova Hartz, Campo Bom, Dois Irmãos, Ivoti e Estância Velha, se tem grau muito alto de formalização, bem como nas AED's ao sul de Sapiranga.

Os limites da Metrópole, fora do eixo sul-norte, em direção a leste e a oeste, oferecem, para a análise, uma certa coerência na relação formalização do trabalho e índices de altos rendimentos, na medida em que há uma concentração, nessas duas áreas da Região Metropolitana, de índices médios e baixos de altos rendimentos associados, em geral, a um nível muito baixo de formalização do mercado de trabalho.

A oeste, têm-se os municípios de Triunfo, Charqueadas, Eldorado do Sul, Arroio dos Ratos e São Jerônimo, forjando uma grande área contínua com índice muito baixo de formalização do mercado de trabalho. Excetuando-se Arroio dos Ratos, que apresenta nível baixo de altos rendimentos, todos os demais municípios também constituem uma faixa contínua de índice médio de altos rendimentos⁵.

Guaíba apresenta uma situação contraditória, ao se analisarem esses dois indicadores, pois, embora tenha um nível baixo de altos rendimentos na sua maior parte, apresenta um nível alto de formalização do mercado de trabalho. Ressalta-se o fato de a AED (GUA02) localizada na Cohab (conjunto habitacional) apresentar um alto grau de formalização do mercado de trabalho e grau baixo de altos rendimentos. Na AED GUA03, localizada no centro, há uma coerência, na medida em que tem grau alto de altos rendimentos e de formalização do mercado de trabalho.

A leste, Alvorada e Viamão, nas áreas próximas a Porto Alegre, embora tendo, em geral, níveis baixos e mesmo muito baixos de altos rendimentos, apresentam níveis considerados altos e mesmo muito altos de formalização.

4 Observe a mancha contínua no *Mapa 3.2*, na cabeceira norte da Região.

5 Conforme *Mapa 3.1* e *Mapa 3.2*.

Porém, quanto mais a leste e a sudeste do eixo de concentração dos altos rendimentos, mais homogênea é a situação em relação à formalização do mercado de trabalho. Gravataí, com exceção das AED's próximas a Alvorada e a Cachoeirinha, apresenta uma predominância de níveis baixos e muito baixos de formalização, formando uma faixa contínua na direção leste, incluindo a totalidade dos territórios dos Municípios de Glorinha e Santo Antônio da Patrulha, com níveis muito baixos de formalização do mercado de trabalho, e de Viamão em suas duas mais extensas AED's, nos Bairros de Águas Claras (VIAM09) e Espigão (VIAM11)⁶.

Impressiona, na descrição, constatar que Novo Hamburgo, município historicamente de forte caráter industrial, apresenta, na maior parte de seu território, um nível muito baixo de formalização. No entanto, cabe ressaltar que nele se encontram, nas áreas limítrofes a São Leopoldo, a leste, e a Estância Velha, Ivoti, Dois Irmãos e Campo Bom, ao norte, os níveis altos e muito altos de formalização.⁷

Percebe-se, também, uma faixa de muito alta formalização que vai de Ivoti, no norte, em direção ao sul, passando pela totalidade de Estância Velha e cortando de norte a sul São Leopoldo, na parcela mais ocidental de seu território, cruzando Sapucaia do Sul e chegando até Esteio de forma quase contínua. Esse eixo, embora menos extenso, apresenta concentração dos maiores rendimentos.

3.4. Renda Mensal Média do Responsável até Dois Salários-Mínimos⁸

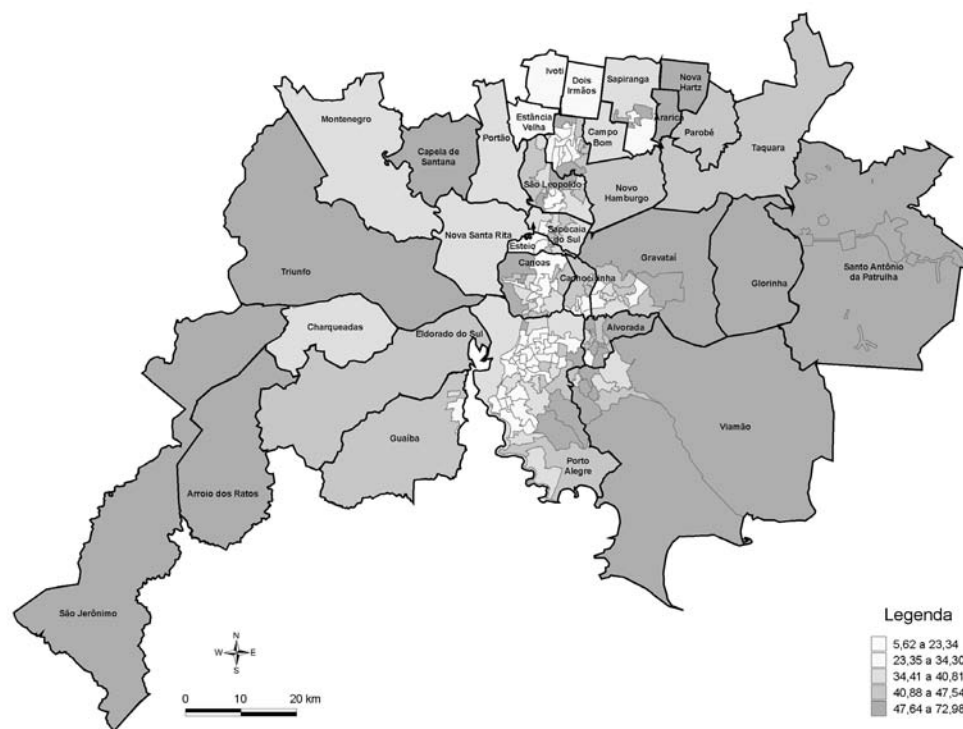
Assim como nas demais variáveis analisadas, a descrição da distribuição, na RMPA, das famílias com rendimentos do responsável até dois salários-mínimos (*Mapa 3.3*) mostra os municípios a leste e a oeste do eixo concentrador da riqueza constituindo grandes áreas com graus altos e muito altos.

6 Ver região leste do *Mapa 3.2*.

7 Ver a situação de Novo Hamburgo no *Mapa 3.2*.

8 *Mapa 3.3*.

MAPA 3.3 – Famílias com Renda Mensal do Responsável até 2 Salários Mínimos, por AED. Proporção do Total de Famílias. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

A leste, a partir de Gravataí, as duas maiores AED's em termos territoriais, a que engloba os distritos rurais (GRAV11) e a do Parque dos Anjos (GRAV10), apresentam grau muito alto de rendimentos até dois salários-mínimos, envolvendo a totalidade dos municípios de Glorinha e Santo Antônio da Patrulha. Viamão possui apenas três AED's que não têm grau alto ou muito alto de rendimentos até dois salários-mínimos: são as AED's localizadas no Autódromo (VIAM06), no Centro (VIAM05) e em Cecília (VIAM01), que têm nível médio de rendimentos nessa faixa.

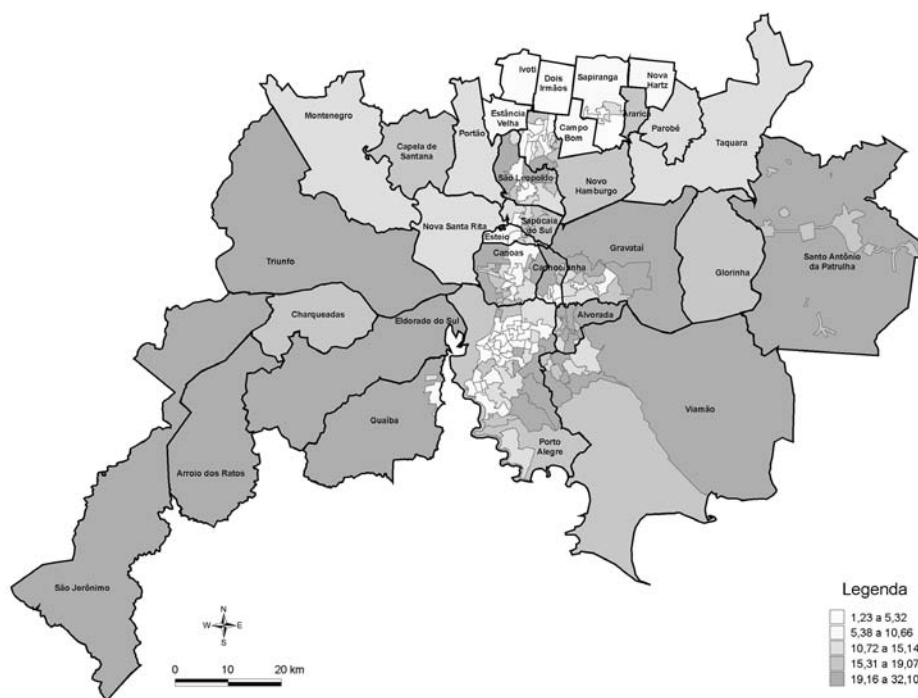
A oeste, tem-se Capela de Santana, Triunfo, Arroio dos Ratos e São Jerônimo com grau muito alto, formando uma grande área quase contínua, não fosse pelo fato de Capela de Santana estar cercada por municípios com grau médio, a saber: Montenegro, Nova Santa Rita e Portão. Charqueadas também apresenta grau médio, enquanto Eldorado do Sul e a quase-totalidade do município de Guaíba têm grau alto. Em Guaíba, a AED situada na Cohab (GUA02) apresenta grau médio, e a do Centro (GUA01), grau baixo.

A cabeceira ao norte do eixo concentrador de riqueza possui uma grande variedade de condições. Estância Velha, Ivoti e Dois Irmãos constroem uma área contígua com grau baixo de rendimentos baixos. Campo Bom e o norte de Sapiranga (AED SAPI04), no Bairro Centenário, têm um nível médio. Sapiranga ainda tem Vila Nova (AED SAPI03) e São Luiz (SAPI02) com grau muito alto e o Centro (SAPI01) com grau baixo. Nova Hartz e Araricá apresentam grau muito alto, enquanto Parobé e Taquara têm grau alto.

3.5. Renda Familiar Média Mensal entre Um Salário-Mínimo e Inferior a Meio Salário-Mínimo⁹

Mais uma vez, o eixo rico afirma-se com as mesmas exceções: AEDs do sul de Porto Alegre, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e, em Novo Hamburgo, aquelas situadas na divisa com São Leopoldo e Campo Bom (*Mapas 4 e 5*).

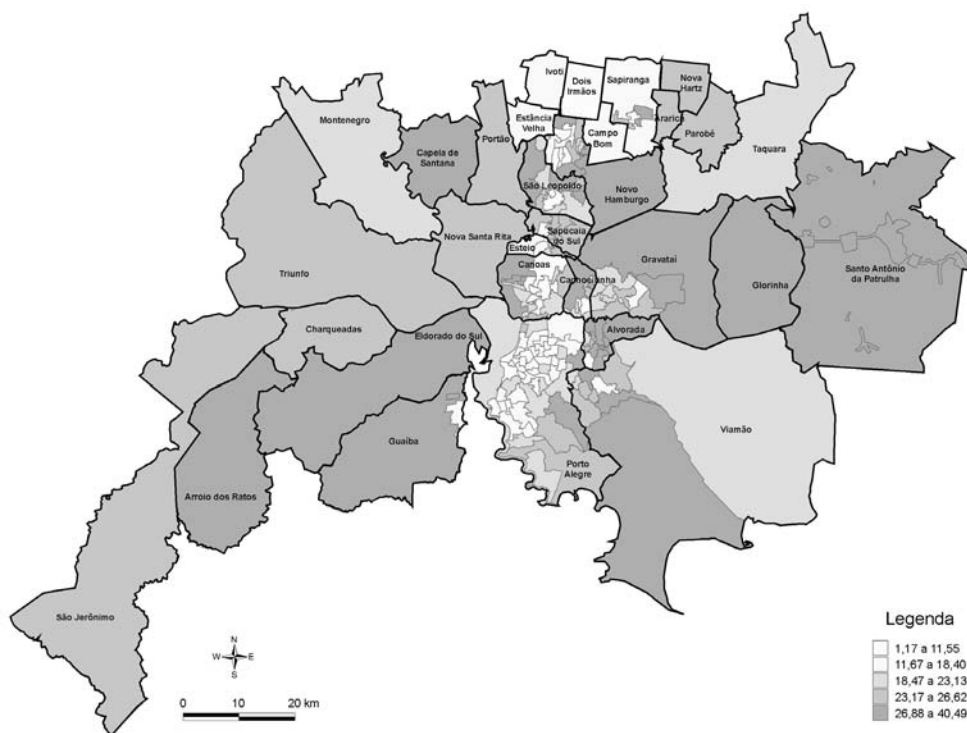
MAPA 3.4 – Famílias com Renda Familiar Mensal *Per Capita* até 1/2 Salário Mínimo, por AED. Proporção do Total de Famílias. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

9 Conforme *Mapa 3.4* e *Mapa 3.5*.

MAPA 3.5 – Famílias com Renda Familiar Mensal *Per Capita* entre 1/2 e 1 Salário Mínimo, por AED. Proporção do Total de Famílias. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

A leste e a oeste, encontram-se os mais elevados índices de grau muito alto e alto dessa faixa de renda. Chama atenção o fato de, em Viamão, haver uma única AED com nível médio entre meio e um salário-mínimo. Todavia esta apresenta uma concentração muito alta de renda até meio salário-mínimo. Repete-se, mas de forma menos uniforme, isto é, com variações entre índices de muito alto e alto entre meio e um salário-mínimo de renda mensal, a ultrapassagem das fronteiras municipais nos mesmos limites detectados na descrição da distribuição da renda mensal inferior a meio salário-mínimo. Do ponto de vista descritivo, e provavelmente analítico, parece ser irrelevante a diferença na distribuição espacial, na RMPA, da renda mensal até meio salário-mínimo e de meio a um salário-mínimo.

Há, na renda média inferior a meio salário-mínimo¹⁰, uma distribuição absolutamente sintonizada com os itens anteriores. As margens leste e oeste da RMPA configuram grandes áreas contínuas e uniformes de níveis muito altos e altos de renda familiar até meio salário-mínimo.

A nordeste e a noroeste, isto é, nas proximidades do limite norte da Região, têm-se índices médios. A concentração de níveis muito baixos e baixos dessa faixa de renda está no mesmo eixo central, no sentido sul-norte, que configura altos rendimentos e baixos índices também de renda até dois salários-mínimos.

Aqui, no entanto, mais do que em qualquer outro item, aparece a relevância da periferia dos municípios, pois, nas AED's situadas nas fronteiras entre os municípios, se constata uma concentração dessa renda. A região sul de Porto Alegre apresenta, em sua maior parte, índices muito altos e altos de renda até meio salário-mínimo. As AED's de Porto Alegre que fazem fronteira com Viamão mantêm esses mesmos níveis, ocorrendo situação idêntica. O mesmo acontece a leste, no limite da Capital com Alvorada, e nas AED's limítrofes entre Alvorada e Viamão, Alvorada e Gravataí e Gravataí e Viamão.

Em direção a leste, a homogeneidade de níveis altos e muito altos de renda até dois salários-mínimos impressiona. A fronteira de Porto Alegre com Canoas, no limite norte da Capital, também apresenta uma continuidade de índices atravessando os limites municipais.¹¹ Canoas, em seu limite leste, com Cachoeirinha, apresenta a mesma situação de continuidade de índices muito altos e altos de baixa renda.

Os índices altos e médios, em Sapucaia do Sul, estão em AED's que são limítrofes com AED's dos Municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo. As AED's localizadas no limites entre São Leopoldo e Novo Hamburgo concentram, em ambos, os índices muito altos e altos.¹²

Assim, tem-se uma nítida visão de uma igualdade perversa de concentração de baixa renda, em especial nos limites entre os municípios, situação que se torna ainda mais relevante dada sua incidência nas margens do eixo concentrador de riqueza, isto é, onde

10 *Mapa 3.4.*

11 Ver as fronteiras de Porto Alegre no *Mapa 3.4* e no *Mapa 3.5*.

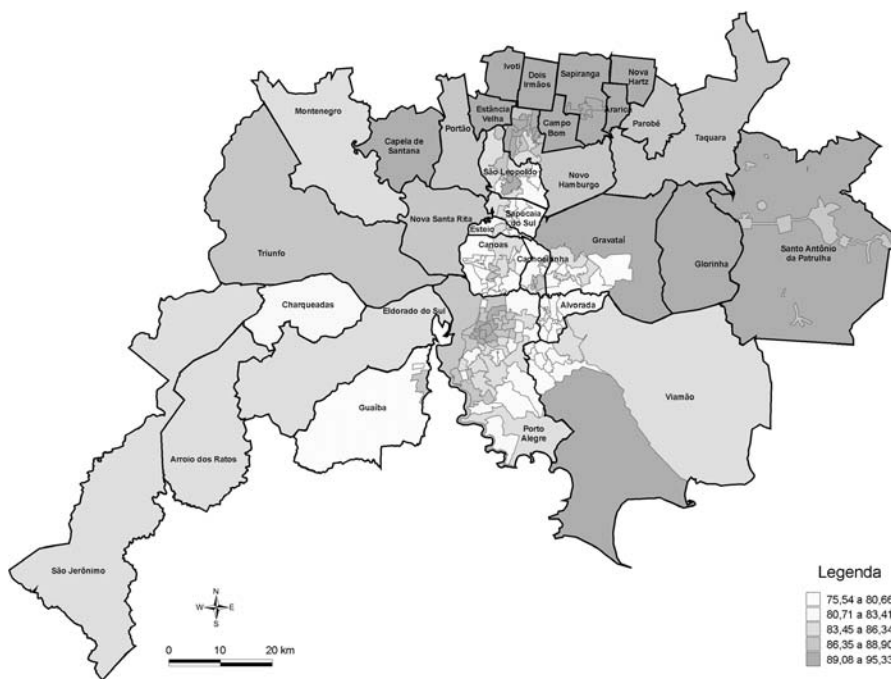
12 Observem-se no *Mapa 3.4* e no *Mapa 3.5* as fronteiras entre Sapucaia do Sul, Novo Hamburgo e São Leopoldo.

estão os índices muito altos e altos de renda acima de dez salários-mínimos e baixos de renda até meio salário-mínimo e mesmo de até dois salários-mínimos.

3.6. Desemprego¹³

A observação da distribuição espacial da ocupação apresenta de forma clara a dinâmica de concentração e desigualdade (*Mapa 3.6*). Assim como, ao se analisar a renda, se tem uma sobreposição dos índices altos e muito altos de alta renda dos responsáveis (acima de dez salários-mínimos) associado a níveis baixos de renda até meio salário-mínimo, de meio salário-mínimo até um salário-mínimo (renda média familiar) e até dois salários-mínimos do responsável e vice-versa, isto é, baixos níveis de alta renda nos mesmos espaços com alto e muito alto índices de rendas baixas; os maiores níveis de desocupação estão concentrados no interior do eixo mais rico e em sua periferia mais imediata.

MAPA 3.6 – Taxa de Ocupação Total, por AED. Proporção de População Ocupada no Total de População Economicamente Ativa. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

13 Ver *Mapa 3.6*.

Curiosamente, o leste e o oeste distante do eixo imaginário norte-sul nos limites da RMPA, tão marcados por níveis muito altos e altos de renda baixa e baixo índice de alta renda, apresentam níveis altos de ocupação em geral.¹⁴

Nessa rápida análise, também não aparece uma sobreposição entre baixo nível de formalização no mercado de trabalho e índices altos e muito altos de desocupados. Com exceção das maiores AED's de Guaíba e Charqueadas, os mais altos níveis de desocupados estão no entorno do eixo mais rico.

Breves Considerações Finais

A partir desta análise descritiva, algumas informações emergem para serem aprofundadas. Em termos exploratórios, salientam-se as que parecem importantes:

- a) a constatação de que não há, em geral, uma associação entre maiores níveis de renda e formalização do mercado de trabalho;
- b) as menores rendas tendem a se concentrar junto às maiores;
- c) os territórios com as rendas mais baixas não são limitados pelas fronteiras municipais;
- d) as grandes áreas de baixa renda estão nos limites oeste e leste;
- e) nas grandes áreas de baixa renda, nos limites oeste e leste, não é relevante o índice de desocupação;
- f) a desocupação concentra-se no eixo da riqueza;
- g) os maiores índices de ocupação têm, em geral, índices médios de alta e baixa renda.

Certamente, análises relacionais entre esses índices e o desenvolvimento de pesquisas com viés etnográfico permitirão a compreensão das dinâmicas constitutivas dos territórios que configuram a Região Metropolitana de Porto Alegre a partir de dados de renda e trabalho. E, talvez, possam contribuir, ao desvendarem tais dinâmicas, para a adoção de políticas públicas capazes de enfrentar as questões sobre a concentração da renda e a função do trabalho na RMPA.

14 Observem-se os limites oeste e leste do *Mapa 3.6*.

Referências Bibliográficas

AZAÏS, C. De-segmentação do mercado de trabalho e autonomia: algumas palavras introdutórias. **Cadernos CRH**. Salvador, v. 17, n. 41, 15-24, maio-ago. 2004.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. Les classes moyennes: définitions et controverses depuis les années 1970 dans la littérature sociologique de langue française et anglaise. **Education et Sociétés**, janvier, 2005.

_____. La prise en compte de l'“effet de territoire” dans l'analyse des quartiers urbains. **Revue Française de Sociologie**, XXXVIII-1, 97-118, p. 1997.

_____. Les rigidités de la ville fordiste, réflexions sur la genèse des dysfonctionnements dans les banlieues françaises. **Espaces et sociétés**, n. 82-83, p. 149-166, 1996.

FARIA, T. C. Estratégias de localização residencial e dinâmica imobiliária na cidade do Rio de Janeiro. **Cadernos Ippur**, ano XIII, n. 2, p. 133-155, ago.-dez., 1999.

FERNANDES, F. Problemas de conceituação das classes sociais na América Latina. In: ZENTENO, R. B. (Coord.). **As classes sociais na América Latina: problemas de conceituação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HAMNETT, C. Les aveugles et l'éléphant: l'explication de la gentrification. **Strates** 9, 1996-1997.

KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la CEPAL**, 75, p. 171 -189, dez. 2001.

KEARNS, A.; PARKINSON, M. The significance of neighbourhood. **Urban Studies**, v. 38, n. 12, p. 2.103-2.109, nov. 2001.

LAGO, L. C. do A lógica segregadora na metrópole brasileira: novas teses sobre antigos processos. **Ensaio sobre a desigualdade**, **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro: DP&A/Ippur-UFRJ, 2001-2/2002-1.

LAGO, L. C. Do; RIBEIRO, L. C. Q. A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. C. Q.; BÓGUS, L. (Orgs.). **Cadernos Metrôpole**, 5, p. 37-59, 2001.

LE TOQUEUX, J.-L. ; MOREAU, J. Les zones urbaines sensibles. Forte progression du chômage entre 1990 et 1999. **INSEE**, n. 835, mar. 2002.

RHEIN, C. Structures sociales en île-de-France. In: MATTE, M-F; PUTMAN, D. (Ed.). **Données urbaines**. Paris: Anthropos/INSEE/CNRS, 2000.

RIBEIRO, L. C. Q. A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. In: _____ (Org.). **Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo/Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo/Fase, 2004.

_____. Segregação, acumulação urbana e poder: classes e desigualdades na metrópole do Rio de Janeiro. **Ensaio sobre a desigualdade**, **Cadernos Ippur**. Rio de Janeiro: DP&A/Ippur-UFRJ, 2001-2/2002-1.

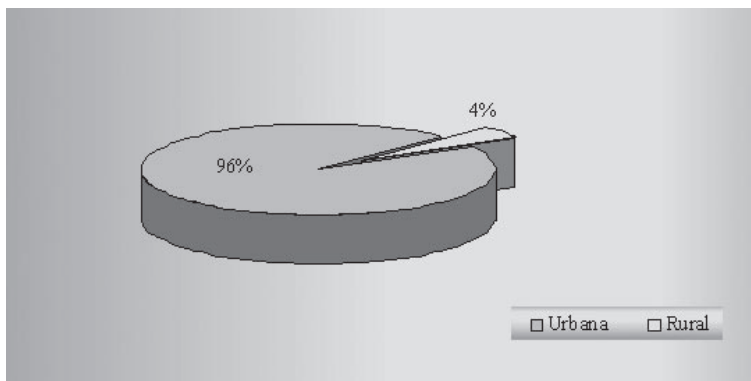
SCHAPIRA, M-F P. Amérique Latine: la ville fragmentée. **Esprit**, p. 128-144, nov. 1999.

SINTOMER, Y. Peut-on encore parler de quartiers populaires? **Espaces et société**, p. 108-109, p. 29.46, 2002/1.

4. Aspectos Recentes da População Residente e das Migrações na Região Metropolitana de Porto Alegre

A Região Metropolitana de Porto Alegre conta hoje com 31 municípios, que foram, pouco a pouco, sendo acrescentados até o ano de 2001. Possui um total de 3.718.778 habitantes, pelo recenseamento geral de 2000 (IBGE), dos quais 3.551.672 são residentes urbanos, perfazendo uma taxa de urbanização de 96%

GRÁFICO 4.1 – População Residente, por Situação de Domicílio – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte dos Dados Brutos: Censo 2000

Se se pensar em escala nacional, uma das mais marcantes transformações ocorridas no País foi a passagem do Brasil de país agrário a urbano, onde a maioria da população vive em cidades. Segundo Castello Branco (2003, p. 20), as transformações recentes na

economia e nas relações sociais alteraram a configuração do território brasileiro, e, ainda que as mudanças territoriais ocorram mais gradativamente, elas se materializam especialmente nas áreas urbanas. Portanto, inúmeras são as questões relativas à população.

Nesse sentido, este trabalho procura analisar as tendências e a dinâmica populacional da RMPA, considerando indicadores como longevidade, fecundidade, estrutura etária, densidade demográfica, taxa de urbanização, dentre outros. Para isso, considera-se como referência temporal o ano de 2000. O texto articula-se em dois eixos de discussão: as várias dimensões do crescimento demográfico e aspectos da população na RMPA.

4.1. As Várias Dimensões do Crescimento Demográfico

A Região Metropolitana de Porto Alegre apresenta uma população de 3.718.778 habitantes, segundo o recenseamento geral de 2000 (IBGE), e uma densidade demográfica de 2.741,1 hab./km². Porto Alegre destaca-se por ser o município pólo da RMPA e possuir uma população total superior a um milhão de habitantes (1.360.590 hab.). No seu entorno, estão os municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Sapucaia do Sul e São Leopoldo, cuja população ultrapassa a 100 mil habitantes. Com mais de 200 mil habitantes, estão os municípios de Gravataí, Novo Hamburgo e Viamão. Canoas apresenta-se com população total superior a 300 mil habitantes. No outro extremo, há municípios como Glorinha e Araricá, que possuem uma população total inferior a 6 mil habitantes.

O núcleo polarizador da Região Metropolitana é, sem dúvida, Porto Alegre, e observa-se que 36,58% da população da RMPA reside nesse município. Para os 63,42% restantes, identificam-se dois eixos de expansão urbana e de maior densidade populacional. Um deles é o eixo norte-sul (Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo), que acompanha a principal ligação rodoviária, a BR116, e se apresenta com 25,24% dos habitantes da Região, excetuando-se a Capital. Os municípios abrangidos por esse eixo são aqueles onde originalmente se estendeu a industrialização da RMPA e, por isso abrigam um grande percentual de população.¹ Portanto, ali, a densidade demográfica perfaz 1.739,2 hab./km². Esse eixo conta com dois centros urbanos de maior importância – Novo Hamburgo e São Leopoldo –, que, além de desempenharem funções industriais,

1 Segundo o Ipea (2001, p. 31), os municípios desse eixo enfrentaram nos anos 1950 e 60 o período de maior especulação imobiliária.

cumprem o papel de centros de comércio e serviços. Essas duas cidades ofertam serviços que são consumidos em quase toda a Região (IPEA, 2000, p. 162).

Outro eixo de expansão urbana e populacional da Metrópole, o leste-oeste (Viamão, Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí), agrega municípios que desempenharam, historicamente, funções de cidades dormitório no contexto metropolitano, perfazendo 20,21% da população total (751.590 habitantes). Paralelamente à ocupação do espaço metropolitano pela função residencial, em meados dos anos 1970, implantaram-se dois importantes distritos industriais nos municípios de Cachoeirinha e Gravataí. Esse processo de instalação de indústrias permitiu uma melhoria na rede viária e de infra-estrutura e equipamentos, além da implantação de conjuntos habitacionais e parcelamentos de glebas rurais e de loteamentos, provocando a densificação desse eixo (IPEA, 2001, p. 31). Portanto, 81,87% da população estão nos dois eixos, restando apenas 18,13% aos demais municípios da RMPA (Tabela 4.1).

TABELA 4.1 – População Residente, Área dos Municípios e Densidade Demográfica na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000

Código	Municípios	População Total	Área (km ²)	Densidade Demográfica (hab./km ²)
4300604	Alvorada	183.968	70,8	2.598,0
4300877	Araricá	4.032	35,3	114,2
4301107	Arroio dos Ratos	13.335	425,9	31,3
4303103	Cachoeirinha	107.564	43,8	2.457,7
4303905	Campo Bom	54.018	61,4	879,7
4304606	Canoas	306.093	131,1	2.334,9
4304689	Capela de Santana	10.032	184,0	54,5
4305355	Charqueadas	29.961	216,5	138,4
4306403	Dois Irmãos	22.435	65,2	344,3
4306767	Eldorado do Sul	27.268	509,7	53,5
4307609	Estância Velha	35.132	52,4	670,7
4307708	Esteio	80.048	27,5	2.906,3
4309050	Glorinha	5.684	323,6	17,6
4309209	Gravataí	232.629	463,8	501,6
4309308	Guaíba	94.307	377,0	250,2
4310801	Ivoti	15.318	63,1	242,6

TABELA 4.1 – População Residente, Área dos Municípios e Densidade Demográfica na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 (continuação)

Código	Municípios	População Total	Área (km ²)	Densidade Demográfica (hab./km ²)
4312401	Montenegro	54.692	420,0	130,2
4313060	Nova Hartz	15.071	62,6	240,9
4313375	Nova Santa Rita	15.750	217,9	72,3
4313409	Novo Hamburgo	236.193	223,6	1.056,3
4314050	Parobé	44.776	109,0	410,7
4314803	Portão	24.657	159,9	154,2
4314902	Porto Alegre	1.360.590	496,8	2.738,6
4317608	Santo Antônio da Patrulha	37.035	1.048,9	35,3
4318408	São Jerônimo	20.283	937,0	21,6
4318705	São Leopoldo	193.547	102,3	1.891,7
4319901	Sapiranga	69.189	137,5	503,1
4320008	Sapucaia do Sul	122.751	58,6	2.093,2
4321204	Taquara	52.825	457,1	115,6
4322004	Triunfo	22.166	823,4	26,9
4323002	Viamão	227.429	1.494,3	152,2
	Total	3.718.778	9.800,2	379,5

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

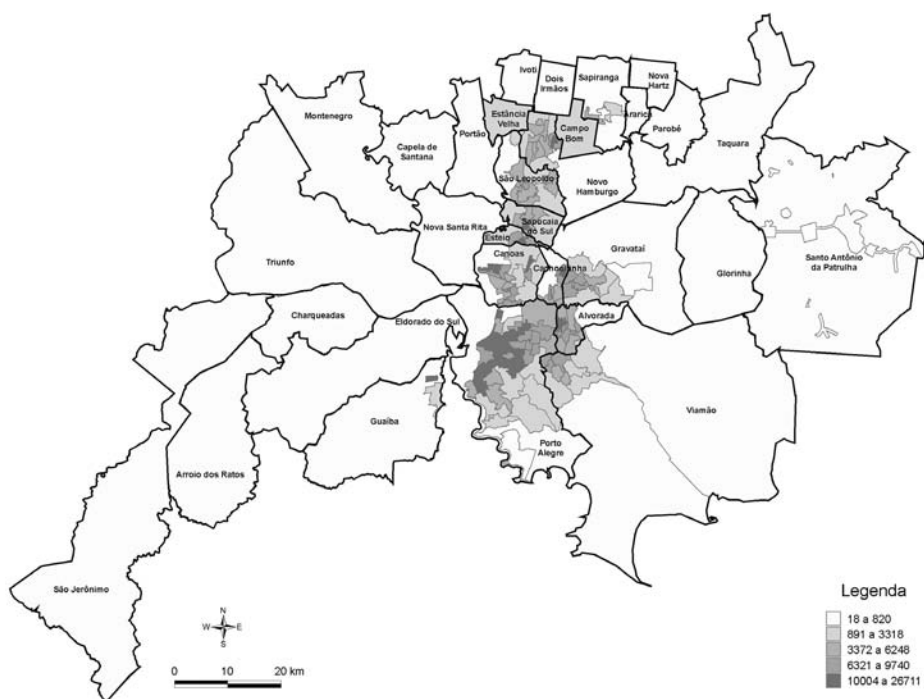
FEEdados. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/fee2/content/capa/>

Individualmente, as maiores concentrações populacionais estão nos Municípios de Porto Alegre, com 1.360.590 habitantes (36,58%), Canoas, com 306.093 (8,23%), Novo Hamburgo, com 236.193 (6,35%), e Gravataí, com 232.629 (6,25%), ou seja, municípios com mais de 200 mil habitantes. Deve-se notar que todos eles têm importante participação do setor secundário na sua estrutura econômica há relativamente longo tempo. Dentre os municípios que fazem vizinhança com a Capital, predominam os de maior participação populacional na RMPA. Destes, apenas Cachoeirinha, Eldorado do Sul e Guaíba possuem pequena participação (respectivamente, 2,89%, 0,73% e 2,53%). Cabe destacar que Cachoeirinha apresenta elevada densidade demográfica (2.457,7 hab./km²), por sua pequena área territorial. Ao contrário de Eldorado do Sul e Guaíba, os demais têm contribuição entre 4,95% e 8,23% da população residente. Deve-se ressaltar que estes últimos têm cumprido o papel de acolher a dinâmica da expansão demográfica.

Excetuando-se os municípios de Canoas, com uma taxa de crescimento de 1% entre 1991 e 2000, e Cachoeirinha, com 2,2%, os demais cresceram entre 2,8 e 3,3%.

Conforme se disse anteriormente, as maiores densidades demográficas situam-se nos municípios do eixo Porto Alegre-Novo Hamburgo e em Alvorada, Cachoeirinha e Campo Bom. De todos eles, apenas Alvorada não possui perfil predominantemente industrial, juntamente com Viamão, cidade dormitório (IPEA, 2001, p. 35) (*Mapa 4.1*).

MAPA 4.1 – Densidade da População Residente, por AED. Habitantes por Km².
Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

É importante ressaltar que a taxa de crescimento populacional entre 1991 e 2000 foi, para a RMPA, de 1,6%, a qual se reproduz em muitos municípios, onde predomina o crescimento entre 1% e 3%. No conjunto de municípios da RMPA, há três que apresentaram um ritmo de crescimento negativo no período 1991-2000: Ivoti, Santo Antônio da Patrulha e São Jerônimo, com taxas de 0,7%, 1,0% e 3,4%, respectivamente, todos com relevantes reduções no crescimento da população rural (respectivamente,

15,7%, 4% e 11,5%). Em outros casos, o crescimento urbano compensa o decréscimo da população rural, contribuindo, entretanto, para taxas totais relativamente baixas, como em Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Guaíba, Ivoti, Montenegro, São Leopoldo e Sapiranga. Observa-se, porém, que, além da efetiva redução da população rural como resultado da transformação da dinâmica desse setor, uma parte desses municípios incorpora área rural como sítios voltados para o lazer, da mesma forma que há casos de alteração da metodologia de coleta das informações e alteração de legislações municipais.

Destacam-se também alguns casos diferenciados nas taxas de crescimento da população urbana, com valores entre 3,9% e 8,2%, muito acima da média da RMPA (1,7%). Isso ocorre nos municípios de Eldorado do Sul (4,9%), Glorinha (8,2%), Ivoti (4,6%) e Parobé (3,9%). Eldorado do Sul vem apresentando um significativo crescimento da sua população total, que passou de 17.703 habitantes em 1991 para 27.268 em 2000,² com a mesma taxa de crescimento tanto rural como urbana. Por outro lado, o município de Parobé tem revelado crescimento industrial nos últimos anos, o que pode provocar um alto índice migratório. Quanto a Ivoti e Glorinha, o forte crescimento urbano pode estar associado à redução das áreas rurais (como já observado, de 15,7%).

Por fim, as taxas de crescimento populacional de Novo Hamburgo são equivalentes às de Porto Alegre – respectivamente, 1,5% no total, 1,6% no urbano e 0,1% no rural –, enquanto as da Metrópole são de 1,6% no total, 1,7% no urbano e zero no rural. Semelhante perfil também aparece em Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Novo Hamburgo, Arroio dos Ratos e Campo Bom, porém com diferenciais muito significativos na taxa de crescimento da população rural.

4.2. Alguns Aspectos da População da RMPA

A população da RMPA é constituída, em significativa parcela, por pessoas em idade de trabalhar, ou seja, 67,5% da População Economicamente Ativa. O grupo etário constituído por crianças e adolescentes (grupo de 0 a 14 anos) é de 26,2%, e a população de idosos (a partir de 65 anos) perfaz um total de 6,3% (*Tabela 4.2*). Deve-se notar que os municípios que se salientam com percentuais de participação do grupo jovem (em torno

2 Destaca-se que o município de Eldorado do Sul tem sua área urbana entre Porto Alegre e Guaíba, do qual se emancipou em 1988. Sua localização é privilegiada com relação à atração de investimentos industriais.

de 3%, além da média de 26,2% da RMPA) apresentam algum dos seguintes aspectos: possuem área rural de importante setor minifundiário, como Araricá (30,6%) e Nova Hartz (28,9%); são municípios com setor industrial, que requerem grande contingente de mão-de-obra não qualificada, ou possuem setor industrial em expansão, como Parobé (30,8%) e Gravataí (28,1%); são municípios que acolhem a expansão urbana de perfil socioeconômico periférico, com predominância de setores de baixa renda e função de dormitório para a Metrópole, como Alvorada (31,9%) e Viamão (29,3%).

TABELA 4.2 – População Residente Total e Participação dos Grupos Etários no Total da População dos Municípios e Índice de Envelhecimento na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000

Código	Municípios	População				Participação Percentual dos Grupos Etários			Índice de Envelhecimento ¹
		Total	0 a 14	15 a 64	65 e Mais	0 a 14	15 a 64	65 e Mais	
4300604	Alvorada	183.968	58.648	118.171	7.149	31,9	64,2	3,9	12,2
4300877	Araricá	4.032	1.232	2.570	230	30,6	63,7	5,7	18,7
4301107	Arroio dos Ratos	13.335	3.589	8.677	1.069	26,9	65,1	8,0	29,8
4303103	Cachoeirinha	107.564	29.536	73.077	4.951	27,5	67,9	4,6	16,8
4303905	Campo Bom	54.018	14.495	36.988	2.535	26,8	68,5	4,7	17,5
4304606	Canoas	306.093	83.370	205.217	17.506	27,2	67,0	5,7	21,0
4304689	Capela de Santana	10.032	2.935	6.529	568	29,3	65,1	5,7	19,4
4305355	Charqueadas	29.961	7.138	21.284	1.539	23,8	71,0	5,1	21,6
4306403	Dois Irmãos	22.435	5.603	15.854	978	25,0	70,7	4,4	17,5
4306767	Eldorado do Sul	27.268	8.377	17.689	1.202	30,7	64,9	4,4	14,4
4307609	Estância Velha	35.132	9.732	23.928	1.472	27,7	68,1	4,2	15,1
4307708	Esteio	80.048	20.836	54.795	4.417	26,0	68,5	5,5	21,2
4309050	Glorinha	5.684	1.490	3.686	508	26,2	64,9	8,9	34,1
4309209	Gravataí	232.629	65.285	156.134	11.210	28,1	67,1	4,8	17,2
4309308	Guaíba	94.307	26.552	62.707	5.048	28,2	66,5	5,4	19,0
4310801	Ivoti	15.318	3.819	10.750	749	24,9	70,2	4,9	19,6
4312401	Montenegro	54.692	14.139	36.757	3.796	25,9	67,2	6,9	26,9
4313060	Nova Hartz	15.071	4.357	10.135	579	28,9	67,2	3,8	13,3
4313375	Nova Santa Rita	15.750	4.667	10.286	797	28,9	67,2	3,8	17,1

TABELA 4.2 – População Residente Total e Participação dos Grupos Etários no Total da População dos Municípios e Índice de Envelhecimento na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 (continuação)

Código	Municípios	População				Participação Percentual dos Grupos Etários			Índice de Envelhecimento ¹
		Total	0 a 14	15 a 64	65 e Mais	0 a 14	15 a 64	65 e Mais	
4313409	Novo Hamburgo	236.193	64.681	159.301	12.211	27,4	67,4	5,2	18,9
4314050	Parobé	44.776	13.776	29.299	1.701	30,8	65,4	3,8	12,4
4314803	Portão	24.657	6.832	16.446	1.379	27,7	66,7	5,6	20,2
4314902	Porto Alegre	1.360.590	313.645	933.481	113.464	23,1	68,6	8,3	36,2
4317608	Santo Antônio da Patrulha	37.035	9.312	24.614	3.109	25,1	66,5	8,4	33,4
4318408	São Jerônimo	20.283	5.251	13.535	1.497	25,9	66,7	7,4	28,5
4318705	São Leopoldo	193.547	53.566	130.309	9.672	27,7	67,3	5,0	18,1
4319901	Sapiranga	69.189	20.218	46.013	2.958	29,2	66,5	4,3	14,6
4320008	Sapucaia do Sul	122.751	34.124	83.321	5.306	27,8	67,9	4,3	15,5
4321204	Taquara	52.825	14.078	35.004	3.743	26,7	66,3	7,1	26,6
4322004	Triunfo	22.166	6.329	14.121	1.716	28,6	63,7	7,7	27,1
4323002	Viamão	227.429	66.733	148.122	12.574	29,3	65,1	5,5	18,8
	Total	3.718.778	974.345	2.508.799	235.634	26,2	67,5	6,3	24,2

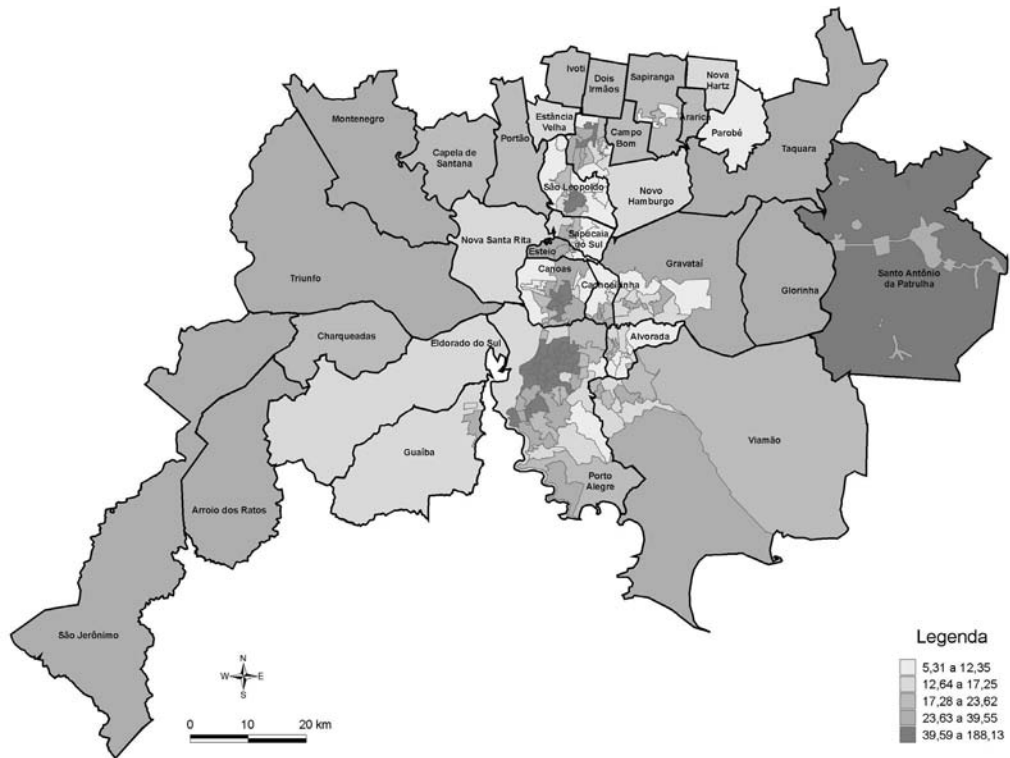
Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

FEEdados. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/fee2/content/capa/>

Nota: (1) proporção de população de 65 anos e mais sobre população de 0 a 14 anos

Distinguem-se com participação muito acentuada de idosos em relação à média da RMPA especialmente aqueles que observam evasão de população rural, como Arroio dos Ratos (8,0%) e São Jerônimo (7,4%) (*Mapa 4.2*). Deve-se considerar a hipótese, também, de municípios que tendem a manter participação mais acentuada de idosos, seja pela acessibilidade a serviços de saúde, como Porto Alegre (8,3%), seja pela busca de qualidade de vida em sítios rurais, como em Glorinha (8,9%) e Santo Antônio da Patrulha (8,4%). Por outro lado, constata-se a reduzida participação desse grupo exatamente naqueles municípios que possuem percentual elevado de jovens. Em alguns casos, como o de Alvorada (3,9%), são áreas de mais baixo valor da terra, que permitem a rápida expansão do tecido urbano em área vizinha a outras de valor mais elevado e que atraem famílias relativamente mais jovens. Na faixa etária intermediária, não se observa grande variação, destacando-se a participação dos municípios de Charqueadas (71%) e Dois Irmãos (70,7%) em relação à média da RMPA.

MAPA 4.2 – Índice de Envelhecimento, por AED. Proporção da População Idosa (65 anos e mais) em Relação à Infantil (0 – 14 anos). Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



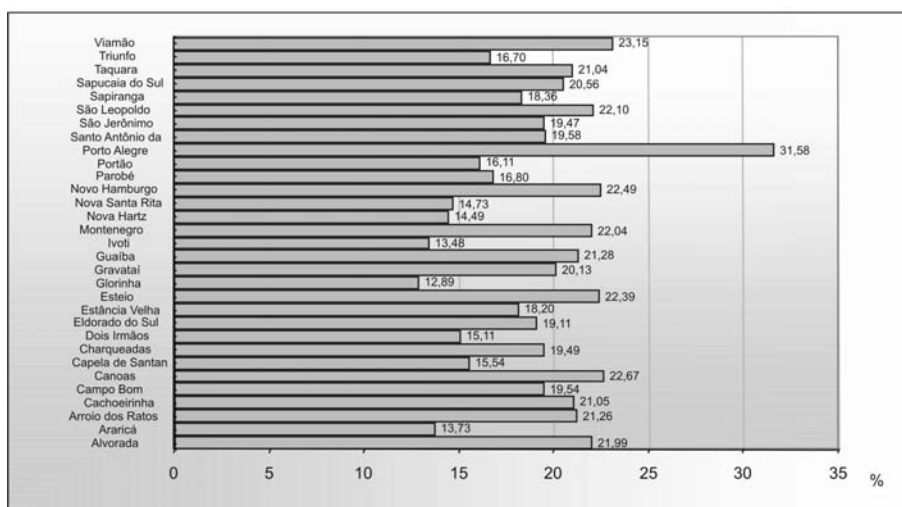
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

A faixa etária entre 15 e 65 anos representa uma população com perfil para constituir família. A redução do número médio de pessoas por família está diretamente relacionado ao crescente processo de urbanização, como também às modificações na dinâmica demográfico-social da unidade familiar. Considerou-se como família as pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que moravam no mesmo domicílio, a pessoa sozinha que morava em domicílio particular, e o conjunto de pessoas que moravam em um domicílio particular, embora não estivessem ligadas por laço de parentesco e/ou dependência doméstica (IBGE, 2000).

É interessante observar que, em Porto Alegre, 31,58% das mulheres com filhos são chefes de família. Segundo Taschner e Bógus (2000, p. 255), a chefia é atribuída pelos entrevistados ao membro do grupo domiciliar que escolhem. Num País patrilinear, onde, juridicamente, até há pouco tempo, o cabeça do casal era sempre o indivíduo de sexo

masculino, os moradores costumam atribuir ao homem, sempre que existe, a condição de chefe (TASCHNER, BÓGUS, 2000, p. 247-284). Os dados referem-se a mulheres com filhos, sem cônjuge e chefes de família. Além de Porto Alegre, apresentam percentuais significativos (acima dos 22%) os municípios de Viamão, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Montenegro, Canoas e Esteio. Percebe-se que, em todos os municípios da RMPA, o percentual de mulheres chefes de família com filhos e sem cônjuge ultrapassa 10%. Essa tendência é verificada em todo o País, onde as mulheres estão assumindo, cada vez mais, a condição de chefe de família (Gráfico 4.2).

GRÁFICO 4.2 – Mulheres Chefes de Família, sem Cônjuges e com Filhos, por Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. (Metrodata). Elaboração: Adriana Chemite Medeiros.

Outro aspecto a ser destacado na RMPA é a presença da população do sexo feminino, que é de 1.921.192 mulheres, superior à população masculina, que é de 1.797.586 homens. Nesse sentido, para caracterizar os parâmetros demográficos, é fundamental analisar o comportamento da fecundidade. Portanto, é importante apontar que a taxa de fecundidade, na RMPA, diminuiu de 1991 a 2000 (2,69 e 2,37, respectivamente). A taxa de fecundidade total expressa o número de filhos que, em média, teria uma mulher pertencente a uma coorte hipotética de mulheres, as quais, durante sua vida fértil, tiveram seus filhos de acordo com as taxas de fecundidade, por idade (CELADE, 2001).

No Brasil, as taxas de fecundidade total mantiveram-se altas e praticamente constantes entre 1950 e 1960. Já nos anos 1970, começou um processo de declínio, reflexo da introdução dos métodos anticoncepcionais orais em meados da década de 1960, época em que as taxas de natalidade iniciaram seu processo de redução. Na década de 1990, a média de filhos por mulher já tinha atingido 2,9, chegando, em 2000, a 2,4 filhos por mulher (IBGE, 2000). Portanto, a média da taxa de fecundidade na RMPA é de 2,37, muito semelhante à nacional. Acompanhando a tendência nacional, percebe-se um declínio dos níveis de fecundidade de 1991 a 2000, sendo o de Porto Alegre o mais representativo – de 2,03 em 1991 para 1,79 em 2000.

Se se observarem os indicadores de fecundidade e a porcentagem de mulheres com idade entre 15 e 17 anos e com filhos, Araricá apresenta um elevado indicador da população com filhos (16,72%), demonstrando ter uma boa parte da sua população composta por jovens em idade reprodutiva. É interessante observar que, nos municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Charqueadas, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Portão, São Leopoldo e Sapiranga, o número de mulheres nessa faixa etária e com filhos se situa entre 10% e 12% da população total. Outros municípios, como Dois Irmãos, Nova Hartz, Parobé, São Leopoldo e Sapiranga, tiveram um declínio nos níveis de fecundidade, se comparados com os do ano de 1991. Esse declínio também pode ser observado nos municípios de Santo Antônio da Patrulha e Ivoti, entre as mulheres de 15 a 17 anos e com filhos.

Há municípios onde o percentual de adolescentes jovens de 10 a 14 anos com filhos é significativo. Parobé (1,1%) e Sapiranga (0,97%) ficaram acima da média da RMPA, que é de 0,21%. É importante ressaltar que, nessa faixa etária, as adolescentes estão em idade escolar, no ensino fundamental, e, muitas delas, chegam a abandonar a escola.

No que diz respeito à mortalidade, ela pode ser avaliada por dois indicadores: a esperança de vida ao nascer e a taxa de mortalidade infantil. A primeira vem apresentando dados importantes, que revelam o impacto de ações básicas de saúde na área materno infantil (IBGE, 2000). Conforme os indicadores de esperança de vida na RMPA, pode-se dizer que houve uma melhoria significativa. Em 1991, era de 69,21 anos; já no ano 2000, subiu para 72,89 anos. Em alguns municípios, como Campo Bom, Ivoti e Portão, a esperança de vida ao nascer também supera os 70 anos. Os demais municípios apontam excelentes indicadores de longevidade, exceto Alvorada e São Leopoldo, onde esta não chega aos

70 anos (69,98 anos e 68,99 anos, respectivamente). Nesse caso, convém assinalar que um fenômeno é observado em todo o Brasil, onde as mulheres têm uma sobrevivência maior do que os homens, devido às causas externas, especialmente os homicídios e acidentes de trânsito, que afetam prioritariamente o gênero masculino (IBGE, 2000).

A mortalidade infantil é um bom indicador de avaliação das condições de saúde e de vida da população. A taxa de mortalidade infantil, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, é geralmente classificada em alta (50% ou mais), média (20%–49%) e baixas (menos de 20%). A média da taxa de mortalidade infantil da RMPA, em até um ano de vida, em 2000, foi de 15,37%, e, em até cinco anos de idade, foi de 15,60%, portanto, consideradas como taxas baixas. Essa mesma taxa, em 1991, era de 21,18% e 24,81%, respectivamente. Porto Alegre diminuiu sua taxa de mortalidade até cinco anos de idade de 28,12% para 9,62% em 2000, resultando como município modelo para a RMPA.

Um último componente populacional importante refere-se à variável migração. O *Censo Demográfico 2000* abordou três aspectos da migração: o lugar de nascimento, o lugar de residência anterior segundo o tempo ininterrupto de residência atual e o lugar de residência anterior há exatamente cinco anos antes da data de referência da pesquisa (1 de agosto de 1995).

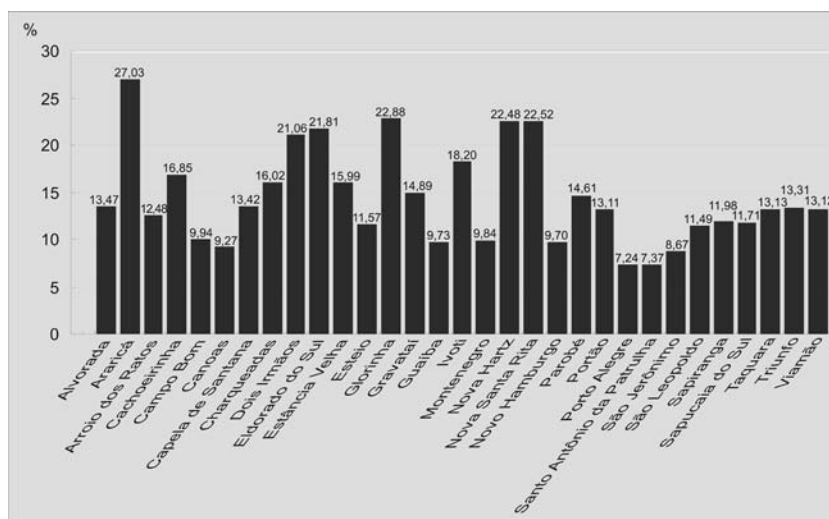
Convém destacar que, desde a década de 1970, a RMPA recebeu intenso fluxo migratório, especialmente pelas mudanças estruturais ocorridas nas áreas rurais, com migração direcionada aos grandes centros urbanos, apoiada nas opções de mercado de trabalho existentes na Região. Os movimentos migratórios refletem as distintas etapas da estrutura produtiva de um município. Porto Alegre, por ser a capital do Estado e um pólo atrativo, é o que mais recebe imigrantes, tanto no âmbito interestadual, de outros municípios e países, como em nível intrametropolitano. Canoas, Gravataí, Novo Hamburgo e São Leopoldo são os municípios que mais recebem imigrantes de outros Estados ou de outros países (3.998, 2.918, 3.109 e 2.934, respectivamente).

Em relação à migração de pessoas de outros municípios do Estado para a RMPA, Canoas e Gravataí têm-se destacado, além daqueles com uma industrialização representativa, como São Leopoldo e Viamão. No fluxo intrametropolitano, Gravataí acolheu 20.562 pessoas. Esse número pode ser explicado porque Gravataí possui um importante distrito industrial e recebeu, recentemente, uma indústria automobilística, o que tem estimulado o aumento de seu incremento populacional.

As cidades com mais de 100 mil habitantes foram as que mais receberam imigrantes tanto de outros Estados e países como os que migraram dentro da própria Região. Muitos desses deslocamentos ocorreram em função do mercado de trabalho, da especulação imobiliária e da saída das pessoas do campo.

Na proporção de imigrantes de data fixa entre a população de cinco anos e mais, ou seja, os que realizaram apenas um deslocamento nos últimos anos, Araricá apresenta um índice de 27% de migração, seguido de Glorinha com 22,9%, Nova Hartz, com 22,5%, e Nova Santa Rita, com 22,5% (Gráfico 4.3). No caso desses municípios, a migração ocorreu em função do esvaziamento das áreas rurais.

GRÁFICO 4.3 – Imigrantes da Data Fixa para os Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 (Metrodata).

Considerações Finais

A RMPA possui elevada taxa de urbanização, da ordem de 95,5%, e vem crescendo ao mesmo ritmo que o Estado, o que explica a estabilidade da sua participação relativa na população total, que era de 43% em 2000. A população residente encontra-se bastante concentrada ao longo do eixo que se estende de Porto Alegre para o norte e avança em direção a São Leopoldo e Novo Hamburgo, acompanhando o traçado da BR-116. Essa concentração se reflete na participação da Capital no conjunto, com 36,6% da população, embora já ocorra

uma tendência de queda dessa participação relativa no contexto metropolitano. Há ainda um outro eixo de expansão metropolitana, disposto na direção leste-oeste.

O mesmo perfil reproduz-se em termos de densidade demográfica, pois, enquanto a média na RMPA se situa em torno dos 400 hab./km², em nível intra-urbano, essa medida varia de 10 a 26,7 hab./km². Nesse sentido, as Áreas de Expansão dos Dados (AEDs) com densidade superior a 891 hab./km² são encontradas no “coração da MetrÓpole”, situadas ao longo do eixo que divide a Região ao meio. Dessa forma, as demais áreas apresentam baixas densidades, como nos municípios que possuem grande extensão de área rural.

Esse fato é coerente com a distribuição espacial das atividades econômicas da Região, pois, excetuando-se alguns importantes complexos industriais, como o Pólo Petroquímico, no município de Triunfo, a siderúrgica Aços Finos Piratini, no município de Charqueadas, e o complexo automotivo da General Motors, em Gravataí, as principais atividades industriais estão localizadas ao longo do eixo norte-sul.

Esse aspecto da estrutura urbano-industrial tem condicionado especialmente a imigração que vem de fora da RMPA, o que deve tornar o grau de escolaridade fator fundamental para a expectativa de ascensão social e econômica. Por outro lado, internamente, os fluxos migratórios parecem acomodar-se ao quadro da reestruturação econômica, implicando crescimento populacional periférico complementar ao eixo central, em parte, influenciado pelo elevado valor do solo neste último.

Referências Bibliográficas

Castello Branco, M. L. G. **Espaços urbanos**: uma proposta para o Brasil. Rio de Janeiro, 2003. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Geografia.

CELADE. América Latina: Fecundidad 1950-2050. **Boletín Demográfico**. Santiago do Chile, Celade/Naciones Unidas, n. 68, jul. 2001.

IBGE. Departamento de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IPEA. **Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano**: instrumentos de planejamento e gestão urbana: Porto Alegre/Ipea, USP, UFRGS. Brasília: Ipea, 2001.

IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: redes urbanas regionais: Sul/Ipea, IBGE, Unicamp/IE/Nesur, Ipardes. Brasília: Ipea, 2000.

TASCHNER, S. P.; BÓGUS, L. M. A cidade dos anéis: São Paulo. In: RIBEIRO, L. C. (Org.). **O futuro das metrópoles**: desigualdade e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan/Observatório das cidades, 2000. p. 247-284.

5. Considerações sobre a Educação na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)

Este texto constitui-se em uma reflexão sobre a questão da educação na Região Metropolitana de Porto Alegre, tendo em vista a análise de alguns dados estatísticos que compõem um quadro da situação brasileira no que tange a esse aspecto básico da vida social. O foco desta análise está principalmente na evidência de situações de vulnerabilidade da Região em termos de educação, ou seja, onde e como aparecem os índices mais preocupantes, reveladores de condições de desigualdade quanto ao acesso ao ensino básico para crianças e jovens de diferentes classes sociais e de diferentes municípios da RMPA.

É importante salientar que, no caso da análise desses dados, a questão urbana é fator fundamental, em virtude da série de transformações pelas quais vem passando nos últimos anos, em decorrência da dinâmica da globalização, dos fluxos culturais, econômicos e financeiros (APPADURAI, 1998), que acabam por estabelecer “disjunções fundamentais entre a economia, a cultura e a política” (APPADURAI, 1998), produzindo diferentes formas de relação dos habitantes das cidades com seus espaços públicos e suas instituições, além, é claro, de relações de trabalho e consumo. A questão da educação, nesse contexto, enquanto direito fundamental dos cidadãos, apresenta-se cada vez mais como um elemento de preocupação de diversos setores da sociedade, uma vez que está longe de atingir a todos.

A fim de construir um perfil da questão educacional na RMPA, foram eleitas algumas variáveis para auxiliar a análise: frequência e atraso escolar para os níveis fundamental, médio e superior e analfabetismo funcional. Tais informações, derivadas dos dados do *Censo Demográfico 2000*, serão consideradas inicialmente por municípios da Região e

posteriormente tratadas de modo desagregado, contemplando as Áreas de Expansão dos Dados da Amostra (AED's), ou seja, estreitando o foco, para identificar com maior precisão os espaços vulneráveis. Mais do que apontar soluções ou apresentar um diagnóstico – no sentido estrito da palavra – sobre a questão educacional, este texto tem o objetivo de levantar alguns questionamentos, que se evidenciam a partir dos dados apresentados.

Assim, destaca-se, em primeiro lugar, na análise dos dados quanto à frequência à escola, que ainda existem crianças e adolescentes que não estão ocupando os bancos escolares na RMPA. O percentual médio de alunos que freqüentam a escola no ensino fundamental, em relação à população de 7 a 14 anos, ficou em torno de 97% em 2000, ou seja, entre os municípios que compõem essa região, restam potenciais alunos em idade escolar que não estão em processo de aprendizagem. Levando em conta tratar-se do ensino fundamental, composto das séries iniciais do processo de ensino, ainda há um percentual de crianças que não está aprendendo a ler e a escrever. A proporção mais elevada de frequência no ensino fundamental, em 2000, cabia ao município de Dois Irmãos, com 100% de frequência à escola, enquanto Capela de Santana ficou em último lugar, com 95% (*Tabela 5.1*). Costuma-se encarar esses percentuais como satisfatórios no contexto da educação, no Brasil. No entanto, sabe-se que a não-escolarização desses alunos, em acúmulo com outras variáveis, como atraso escolar e número de analfabetos, representa a dificuldade de implementação de uma estrutura escolar realmente eficiente, que privilegie todos em idade escolar. Esses dados levantam questões como: o que leva essas crianças e esses adolescentes a não freqüentar a escola? E, principalmente, quem são essas crianças e esses adolescentes?

Isso se intensifica no ensino médio, com percentuais mais baixos de frequência escolar. Nesse caso, a média está em torno de 78,4% da população entre 15 e 17 anos freqüentando a escola (*Tabela 5.1*), baixando para 58,6%, quando se trata de adequação da idade à série (*Tabela 5.2*), ou seja, jovens nessa faixa etária e que estão cursando o ensino médio. A pior situação em termos de frequência escolar nessa faixa etária foi encontrada em Araricá (52,5%) (*Tabela 5.1*). Cabe mencionar que, apenas em Canoas, Charqueadas, Esteio, Gravataí, Guaíba, Ivoti e Porto Alegre, a frequência é superior à média. Com relação à adequação idade/série, Alvorada aparece com o pior resultado (44,5%) (*Tabela 5.2*).

TABELA 5.1 – Pessoas que Frequentam Escola Segundo a Idade na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000

Código	Municípios	Total de Pessoas						Percentual de Pessoas que Frequentam a Escola					
		De 0 a 6 Anos de Idade		De 7 a 14 Anos de Idade		De 15 a 17 Anos de Idade		De 18 a 25 Anos de Idade		De 0 a 6 Anos	De 7 a 14 Anos	De 15 a 17 Anos	De 18 a 25 Anos
		Total	Que frequentam creche ou escola	Total	Que frequentam escola	Total	Que frequentam escola	Total	Que frequentam escola	6 Anos	14 Anos	17 Anos	25 Anos
4300604	Alvorada	28.932	3.889	29.716	28.439	10.989	7.992	27.103	5.935	13,44	95,70	72,73	21,90
4300877	Araricá	627	114	605	593	229	120	481	75	18,18	98,00	52,49	15,68
4301107	Arroio dos Ratos	1.683	407	1.906	1.870	742	550	1.745	456	24,20	98,09	74,08	26,12
4303103	Cachoeirinha	13.834	3.123	15.702	15.346	5.874	4.577	15.732	3.905	22,58	97,73	77,93	24,82
4303905	Campo Bom	6.461	2.390	8.034	7.928	3.115	2.258	7.968	1.709	36,99	98,68	72,51	21,44
4304606	Canoas	39.029	7.790	44.341	42.872	17.770	13.964	44.706	12.649	19,96	96,69	78,58	28,29
4304689	Capela de Santana	1.437	134	1.498	1.424	637	388	1.311	176	9,34	95,00	60,88	13,45
4305355	Charqueadas	3.335	1.031	3.803	3.763	1.667	1.381	4.880	1.242	30,92	98,94	82,83	25,45
4306403	Dois Irmãos	2.565	1.156	3.038	3.038	1.299	953	3.824	774	45,06	100,00	73,43	20,24
4306767	Eldorado do Sul	4.186	1.158	4.191	4.025	1.726	1.289	3.712	772	27,66	96,06	74,70	20,79
4307609	Estância Velha	4.309	1.445	5.423	5.305	2.043	1.499	4.909	971	33,53	97,84	73,38	19,79
4307708	Esteio	9.500	2.482	11.336	11.116	4.529	3.742	11.894	4.082	26,12	98,05	82,63	34,32
4309050	Glória	675	131	815	784	315	239	610	91	19,40	96,16	75,89	14,92
4309209	Gravataí	30.692	5.345	34.593	33.854	13.890	11.075	34.753	8.455	17,42	97,86	79,73	24,33
4309308	Guaíba	12.249	2.548	14.303	13.907	5.763	4.626	13.287	3.579	20,80	97,23	80,26	26,93
4310801	Ivoti	1.671	704	2.148	2.138	863	692	2.303	712	42,15	99,53	80,13	30,93
4312401	Montenegro	6.438	1.356	7.527	7.527	3.128	2.432	7.552	2.234	21,05	97,74	77,73	29,58
4313060	Nova Hartz	2.057	521	2.300	2.257	904	650	2.522	513	25,30	98,16	71,91	20,34

TABELA 5.1 – Pessoas que Frequentam Escola Segundo a Idade na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000 (continuação)

Código	Municípios	Total de Pessoas										Percentual de Pessoas que Frequentam a Escola			
		De 0 a 6 Anos de Idade		De 7 a 14 Anos de Idade		De 15 a 17 Anos de Idade		De 18 a 25 Anos de Idade		De 0 a 6 Anos	De 7 a 14 Anos	De 15 a 17 Anos	De 18 a 25 Anos		
		Total	Que frequentam creche ou escola	Total	Que frequentam escola	Total	Que frequentam escola	Total	Que frequentam escola	Total	Total	Total	Total		
4313375	Nova Santa Rita	2.249	407	2.418	2.357	850	626	2.300	420	18,08	97,46	73,65	18,25		
4313409	Novo Hamburgo	30.029	7.492	34.652	33.457	13.436	9.723	33.054	8.482	24,95	96,55	72,37	25,66		
4314050	Parobé	6.648	1.460	7.128	6.994	2.513	1.864	6.733	1.540	21,96	98,12	74,19	22,87		
4314803	Portão	3.125	734	3.707	3.603	1.374	973	3.439	972	23,51	97,19	70,86	28,27		
4314902	Porto Alegre	145.735	46.682	167.910	163.025	71.888	59.839	198.945	79.511	32,03	97,09	83,24	39,97		
4317608	Santo Antônio da Patrulha	4.310	1.275	5.002	4.874	2.080	1.482	4.640	904	29,58	97,45	71,23	19,48		
4318408	São Jerônimo	2.384	487	2.867	2.754	1.191	856	2.849	735	20,43	96,07	71,82	25,82		
4318705	São Leopoldo	24.860	5.534	28.706	27.771	11.027	8.488	28.305	8.209	22,26	96,74	76,97	29,00		
4319901	Sapiranga	9.911	2.234	10.307	9.839	3.882	2.240	10.712	2.370	22,54	95,46	57,71	22,13		
4320008	Sapucaia do Sul	15.952	2.578	18.172	17.701	6.876	5.322	18.701	4.213	16,16	97,41	77,40	22,53		
4321204	Taquara	6.889	1.612	7.189	6.958	3.174	2.267	7.432	2.077	23,39	96,78	71,42	27,95		
4322004	Triunfo	2.920	826	3.409	3.312	1.261	838	2.858	644	28,29	97,17	66,46	22,53		
4323002	Viamão	32.041	4.050	34.692	33.232	13.039	10.185	32.953	7.937	12,64	95,79	78,11	24,09		
	Total	456.734	111.095	517.611	502.063	208.074	163.130	542.212	166.346	24,32	97,00	78,40	30,68		

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

TABELA 5.2 – Pessoas que Frequentam Escola e Série Adequada Segundo a Idade na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000

Código	Municipios	Pessoas que Frequentam Escola						Percentual de Pessoas que Frequentam Escola na Série Adequada		
		De 7 a 14 Anos de Idade		De 15 a 17 Anos de Idade		De 18 a 25 Anos de Idade		De 7 a 14 Anos	De 15 a 17 Anos	De 18 a 25 Anos
		Total	Frequenta série adequada	Total	Frequenta série adequada	Total	Frequenta série adequada			
4300604	Alvorada	28.439	17.267	7.992	3.553	5.935	1.056	60,72	44,46	17,79
4300877	Araricá	593	348	120	58	75	12	58,71	48,10	15,78
4301107	Arroio dos Ratos	1.870	1.280	550	339	456	135	68,45	61,71	29,56
4303103	Cachoerinha	15.346	11.015	4.577	2.646	3.905	1.319	71,78	57,81	33,77
4303905	Campo Bom	7.928	5.633	2.258	1.493	1.709	652	71,04	66,11	38,19
4304606	Canoas	42.872	29.215	13.964	7.811	12.649	5.540	68,14	55,94	43,80
4304689	Capela de Santana	1.424	965	388	188	176	24	67,77	48,48	13,63
4305355	Charqueadas	3.763	2.476	1.381	742	1.242	296	65,81	53,70	23,85
4306403	Dois Irmãos	3.038	2.168	953	514	774	385	71,37	53,91	49,81
4306767	Eldorado do Sul	4.025	2.466	1.289	598	772	197	61,27	46,36	25,54
4307609	Estância Velha	5.305	4.100	1.499	907	971	309	77,29	60,50	31,86
4307708	Esteio	11.116	8.135	3.742	2.317	4.082	1.584	73,18	61,91	38,80
4309050	Glorinha	784	501	239	134	91	18	63,86	55,98	20,29
4309209	Gravataí	33.854	24.630	11.075	6.468	8.455	2.641	72,75	58,40	31,24
4309308	Guaíba	13.907	9.529	4.626	2.693	3.579	1.088	68,52	58,22	30,40
4310801	Ivoti	2.138	1.583	692	449	712	271	74,03	64,99	38,10
4312401	Montenegro	7.527	5.607	2.432	1.448	2.234	979	74,50	59,55	43,81

TABELA 5.2 – Pessoas que Frequentam Escola e Série Adequada Segundo a Idade na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000
(continuação)

Código	Municípios	Pessoas que Frequentam Escola						Percentual de Pessoas que Frequentam Escola na Série Adequada		
		De 7 a 14 Anos de Idade		De 15 a 17 Anos de Idade		De 18 a 25 Anos de Idade		De 7 a 14 Anos	De 15 a 17 Anos	De 18 a 25 Anos
		Total	Frequência série adequada	Total	Frequência série adequada	Total	Frequência série adequada			
4313060	Nova Hartz	2.257	1.498	650	302	513	117	66,38	46,46	22,81
4313375	Nova Santa Rita	2.357	1.551	626	329	420	98	65,82	52,54	23,43
4313409	Novo Hamburgo	33.457	23.640	9.723	6.172	8.482	4.272	70,66	63,48	50,37
4314050	Parobé	6.994	4.789	1.864	984	1.540	350	68,47	52,77	22,72
4314803	Portão	3.603	2.356	973	518	972	314	65,40	53,22	32,33
4314902	Porto Alegre	163.025	112.302	59.839	38.019	79.511	50.909	68,89	63,54	64,03
4317608	Santo Antônio da Patrulha	4.874	3.680	1.482	1.009	904	331	75,51	68,07	36,67
4318408	São Jerônimo	2.754	1.807	856	504	735	277	65,61	58,91	37,70
4318705	São Leopoldo	27.771	18.368	8.488	4.666	8.209	3.847	66,14	54,97	46,86
4319901	Sapiranga	9.839	6.151	2.240	1.120	2.370	884	62,52	50,01	37,31
4320008	Sapucaia do Sul	17.701	11.724	5.322	2.872	4.213	1.228	66,23	53,96	29,14
4321204	Taquara	6.958	4.852	2.267	1.350	2.077	838	69,74	59,57	40,33
4322004	Triunfo	3.312	2.303	838	510	644	184	69,54	60,80	28,55
4323002	Viamão	33.232	21.003	10.185	4.807	7.937	1.882	63,20	47,20	23,71
	Total	502.063	342.943	163.130	95.518	166.346	82.040	68,31	58,55	49,32

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

A questão importante a ser ressaltada com relação à dificuldade de acesso ao ensino médio é a não-escolarização de potenciais alunos do ensino fundamental, aqueles que não freqüentam a escola e/ou possuem histórico de repetência, os quais dificilmente chegarão ao ensino médio. Ainda é possível apontar, a partir de diversos estudos sobre a questão da não-aprendizagem e da evasão escolar,¹ a qualidade do ensino que está sendo oferecido nas escolas e as evidências, já muitas vezes observadas pelos próprios professores, de alunos que chegam até a quarta ou quinta série do fundamental sem nem ao menos saber ler e escrever. Assim, constata-se que o sistema de ensino não tem alcançado a produção de aprendizagem necessária e básica. Uma das conseqüências desse fato é a baixa freqüência à escola entre a população na faixa de 18 a 25 anos (30,7%), que deveria estar cursando o nível superior (*Tabela 5.1*). É claro que, relacionadas ao problema da educação, estão também situações ainda mais problemáticas, como a desqualificação de um grande contingente de população para o mercado de trabalho, ficando expostos ao desemprego e, mesmo, à violência urbana².

Levando em consideração o limite dessa situação, constata-se que, em média, na RMPA, em 2000, 14,38% da população maior de 15 anos não tinha nenhuma instrução ou chegou a cursar, apenas, até três anos de estudo, o que não corresponde nem à conclusão do fundamental (sem contar as possíveis repetências). Em alguns municípios, esses índices ultrapassam os 20%: Araricá, Arroio dos Ratos, Capela de Santana, Glorinha, Nova Santa Rita, Portão, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo e Triunfo, ou seja, aquelas unidades onde a população rural tem importância.

Pensando em termos da vida urbana nas sociedades moderno-contemporâneas, fundada nas condições de agenciamento do código escrito para o desenrolar das atividades mais diversas e básicas, os números apresentados acima ainda são preocupantes. Andar pelas ruas da cidade, pegar ônibus, escolher compras – gestos que parecem banais no dia-a-dia dos moradores das cidades – são atitudes permeadas de sentimentos como vergonha e frustração pelos adultos analfabetos, que acionam diferentes táticas para esconder essa condição, ou seja, viver a cidade numa situação de invisibilidade. Nesse caso, a aprendizagem da leitura e da escrita não se constitui em uma questão apenas pragmática, mas se reveste de uma carga simbólica, que os leva a outra forma de se colocar na cidade. Ler os nomes

1 Podem-se citar, dentre outros, Zaluar, Leal (1993); Rocha (2004); Grossi (2004).

2 Ver, sobre essa temática, estudo de Zaluar (1994).

das ruas, saber o ônibus que devem pegar a partir da possibilidade de acionar o código universal da escrita os leva ao cruzamento de fronteiras simbólicas (VELHO, 1981), antes intransponíveis, provocando, assim, uma mudança em suas visões de mundo.

O analfabetismo não está vinculado apenas à situação de adultos que não passaram pela escola, mas se refere também a condições precárias de ensino, que levam crianças a repetir o ano diversas vezes, ou mesmo a passar pelas séries iniciais sem aprender a ler e a escrever, a se evadir da escola. Cabe observar que isso ocorre, muitas vezes, não por uma razão interna, subjetiva, mas sim deriva das representações, bastante comuns na escola, de que alunos das camadas populares “não aprendem mesmo”. Quando se leva em conta a perspectiva de estudos que entendem a capacidade de aprendizagem como uma habilidade universal nos seres humanos, ou seja, afirmam que não existem alunos mais bem dotados do que outros para a vida escolar, conclui-se que é a estrutura de escola que, com frequência, marginaliza determinados setores da sociedade, tendo em vista suas origens étnicas e de classe, a partir de um despreparo para lidar com a diversidade cultural.

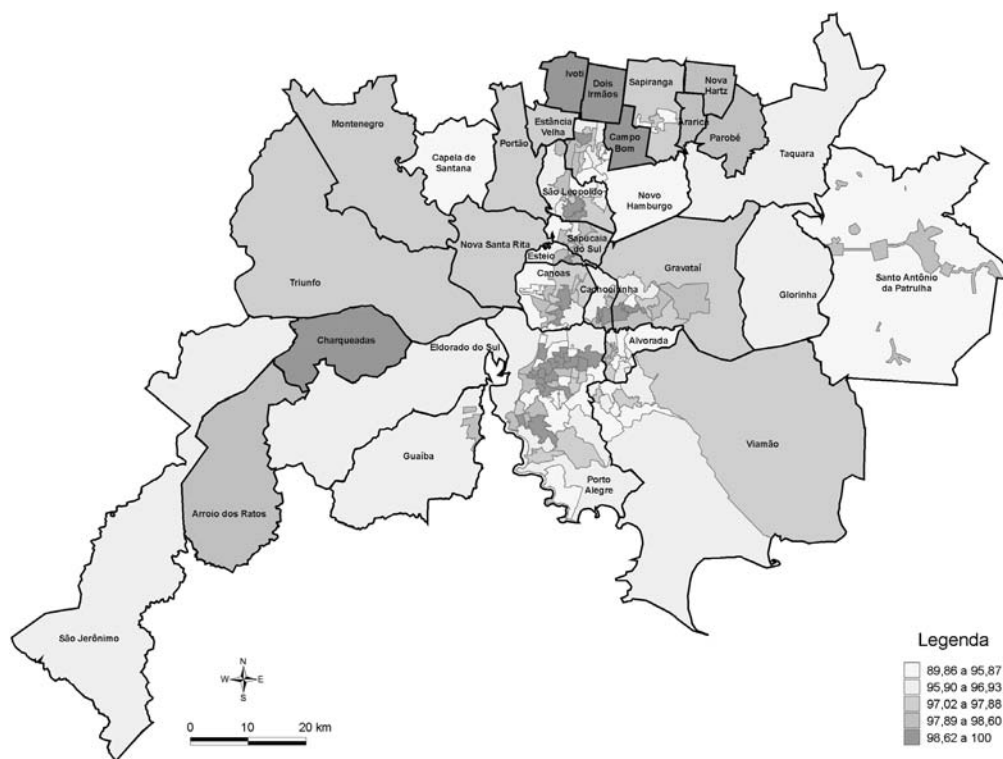
A análise dos dados metropolitanos desagregados por AED's só vem confirmar as interpretações mais gerais apresentadas anteriormente, tornando ainda mais explícita a situação de vulnerabilidade da Região no que tange à questão educacional. Esses dados desagregados em nível intramunicipal, no entanto, permitem visualizar mais especificamente que locais da Região estão mais fragilizados na área da educação.

Analisando os *Mapas 5.1, 5.2 e 5.3*, que espacializam a frequência escolar, a adequação idade/série e o analfabetismo funcional, observa-se que os piores índices se repetem, em geral, nos mesmos locais. Assim, configura-se um desenho onde as melhores condições de escolarização e alfabetização se concentram no eixo central, parte mais densificada da Região.

Com relação à frequência escolar de crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos (*Mapa 5.1*), constata-se que os índices mais elevados (de 98,60% a 100%) se restringem sobretudo à porção central de Porto Alegre, onde estão localizados os melhores bairros da Cidade. Também são encontrados em algumas áreas de Gravataí, Canoas, Esteio, Sapucaia, São Leopoldo e Novo Hamburgo, na parte urbana de Santo Antônio da Patrulha, em alguns municípios ao norte da Região, abrangendo ainda Arroio dos Ratos e Charqueadas. Dentre os piores índices (de 89,86% a 95,87%), destaca-se a AED correspondente aos bairros Matias Velho e Industrial, de Canoas, seguida por duas AED's de Alvorada (Chácara do

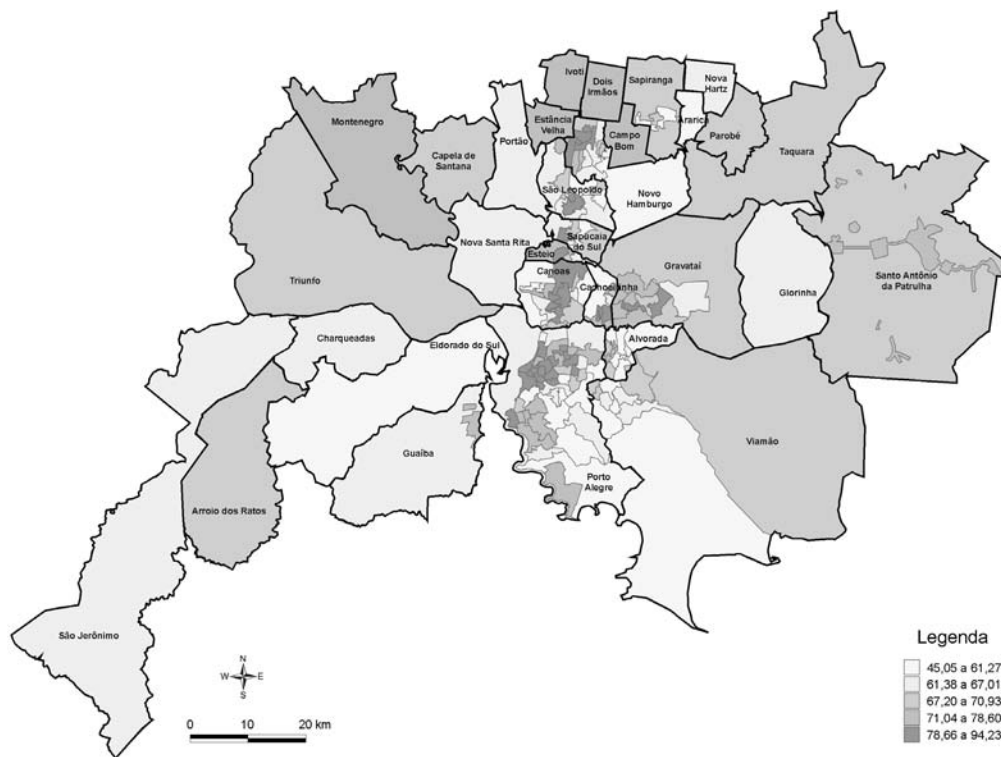
Tordilho/Formosa/Três Figueiras/Intersul e Distrito Estância Grande) e por uma de São Leopoldo (Santos Dumont/Rio dos Sinos). Também na questão da adequação idade/série (Mapa 5.2), essas mesmas áreas despontam com os percentuais mais baixos de adequação (entre 45,05% e 61,27%). Nota-se que, com índices próximos a 50% de adequação idade/série, boa parte da população em idade escolar apresenta histórico de repetência, o que é um grande causador da evasão escolar.

MAPA 5.1– Frequência Escolar, por AED. Estudantes na População de 7 a 14 anos.
Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

MAPA 5.2 – Freqüência Escolar com Adequação Idade/Série, por AED.
Estudantes de 7 a 14 anos. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

A precariedade das situações relacionadas com a questão da freqüência escolar e da adequação idade/série contribui, no longo prazo, para o aumento da taxa de analfabetismo funcional, já que as diversas repetências e a evasão escolar tendem a produzir adultos que não lêem nem escrevem.

A distribuição dos níveis de analfabetismo funcional³ no território metropolitano (Mapa 5.3), não se distancia desse quadro. A pior situação (de 19,98% a 39,69%) incide principalmente nos municípios com grandes extensões de área rural e nos bairros já assinalados acima. Percebe-se, portanto, que a condição de vulnerabilidade no que diz respeito à educação se repete nos mesmos espaços, seja quando se examina a freqüência

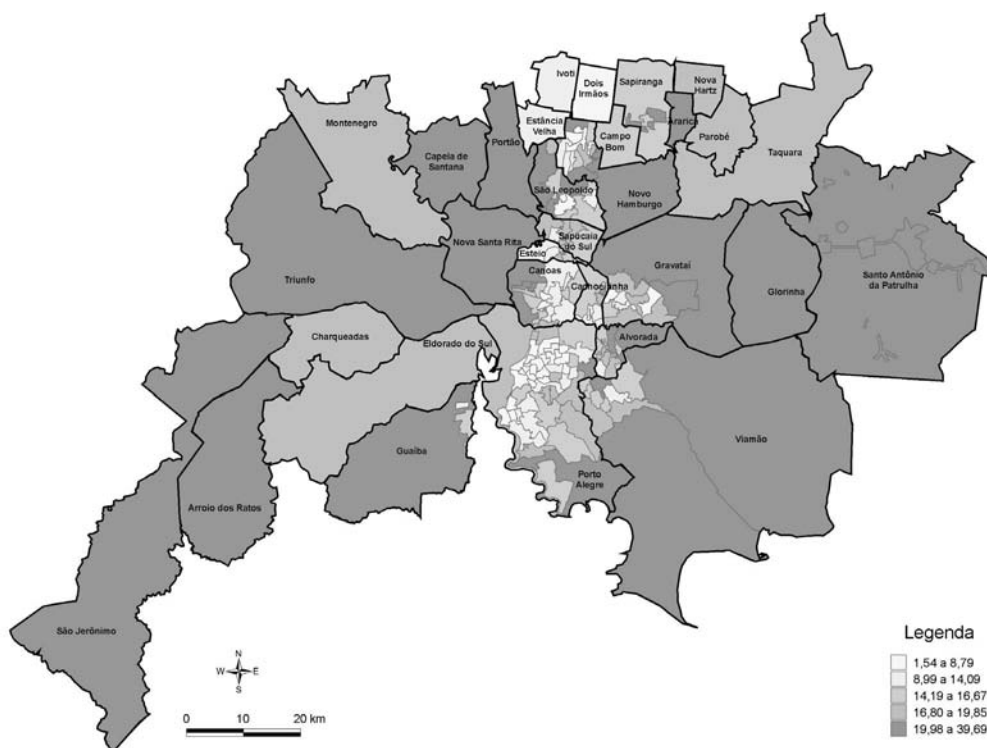
3 Considerou-se em situação de analfabetismo funcional a parcela da população de 15 anos e mais de idade sem instrução ou com até três anos de estudo.

escolar, seja quando se trata do analfabetismo, revelando quão intimamente essas condições se relacionam.

MAPA 5.3 – Analfabetismo Funcional na População, por AED.

Proporção de Pessoas de 15 anos e mais sem Instrução ou com até 3 anos de Estudo.

Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Alguns estudos da antropologia (ROCHA, 1998; 1999) e mesmo da área da educação apontam que uma das causas de trajetórias de repetência e do afastamento da escola é a dificuldade da instituição escolar e de seu corpo docente em lidar com a diversidade cultural apresentada pelos alunos. Ao não se considerar essa dimensão, culpabiliza-se o aluno ou a sua família pela não-aprendizagem, com a afirmação de que a situação social em que se encontram é impeditiva, ou seja, segundo o senso comum, “pobre tem mais dificuldade para aprender”, ou mesmo “pobre não aprende”. Idéias como essas estão relacionadas à própria constituição da instituição escolar como local de construção e reprodução das hierarquias sociais e da desigualdade. Isso suscita questões importantes,

como o pressuposto básico da unidade psíquica do ser humano, que “...afirma não haver diferenças essenciais na natureza fundamental do processo de pensamento entre as várias raças vivas do homem” (GEERTZ, 1989, p. 75). Sob essa mesma perspectiva, pode-se considerar que a capacidade inata do ser humano é justamente a possibilidade de aprender. No entanto, a capacidade de aprender como tal só se efetiva através da manipulação de recursos e de artefatos culturais, ou seja, aprender não consiste numa assimilação natural de determinados conteúdos, mas depende de uma operação do sujeito com elementos ou objetos da cultura e da existência de um sistema simbólico que sustente tais aprendizagens (GEERTZ, 1989).

Pensar a Metrópole do ponto de vista da educação é também refletir sobre a diversidade dos grupos sociais que estão compondo o tecido urbano, suas diferentes formas de agenciar o cotidiano e de pertencer a esse espaço, no qual o acesso à educação, ao aprendizado da leitura e da escrita, à possibilidade de emancipação dos sujeitos a partir do aprender é transformador dos papéis sociais estabelecidos.

Referências Bibliográficas

APPADURAI, Arjun. Disjuncture and Diference in the Global Cultural Economy. *In*: FEATHERSTONE, Mike (Org.). *Global Culture*. Londres: Sage Publications, 1998. p. 295-310.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GROSSI, Esther (Org). **Como Areia no Alicerce**: ciclos escolares. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. A fragilidade do ato de profess(or)ar pela ótica do fracasso dos seus aprendizes: até onde o olhar permite se ver... **Revista do Geempa**. Porto Alegre, n. 7, jul. 1999.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Mulheres tecendo com letras uma nova narrativa de vida. **Revista do Geempa**. Porto Alegre, n. 6, out. 1998.

Rocha, Ana Luiza. Escola, instituição injusta. Da culpabilidade a responsabilidade. **Revista do Geempa**. Porto Alegre, n. 9, out. 2004.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura**: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Zaluar, Alba, Leal, Maria Cristina. Cultura, Educação Popular e Escola Pública. **Antropolítica**: revista contemporânea de antropologia e ciência política. Rio de Janeiro, 2. semestre, n. 3, 1993.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994.

6. Características e Condições de Moradia dos Habitantes Metropolitanos

Os dados coletados nos *Censos Demográficos* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluem um conjunto de indicadores que favorecem tanto a descrição espacializada das condições habitacionais na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) como a investigação da evolução e de tendências associadas a algumas características e situações-problema. Este texto lança mão dos resultados das informações coletadas pelo Questionário da Amostra do *Censo Demográfico 2000*, item 2 – Características dos Domicílios¹, organizando a análise em três níveis de abordagem. Primeiro, procura caracterizar e avaliar a moradia em relação a seu meio – ao entorno territorial –, buscando identificar alterações, variações e possíveis inadequações relacionadas ao padrão geral de urbanização do núcleo habitacional onde está inserida. Um segundo tópico trata de descrever e avaliar os níveis de conforto domiciliar dos moradores metropolitanos, medidos a partir de indicadores de acesso a bens e equipamentos de uso doméstico. E, finalmente, enfoca o estudo da unidade habitacional em sua relação com os moradores, identificando suas características e condições internas, explicitando a estrutura de propriedade e as formas de apropriação e avaliando a intensidade de ocupação do espaço de moradia,

1 Questionário da amostra, item 2 – Características dos Domicílios: 2.01-Espécie; 2.02-Tipo; 2.03-nº de cômodos; 2.04-nº de cômodos dormitório; 2.05-Propriedade; 2.06-Propriedade do terreno; 2.07-Forma de abastecimento d'água; 2.08-Canalização da água; 2.09-nº de banheiros; 2.10-Instalações sanitárias; 2.11-Esgoto sanitário; 2.12-Coleta de lixo; 2.13-Energia elétrica; 2.14 a 2.20-Posse de bens (rádio, geladeira ou freezer, videocassete, máquina de lavar roupa, microondas, telefone, microcomputador); 2.21 a 2.23-nº de unidades de equipamentos (televisão, automóvel, ar condicionado). In: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Famílias e Domicílios: resultados da amostra. IBGE: Rio de Janeiro, 2003, p.153-154. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/familias/censo2000_familias.pdf>. Acesso em: 29.abr.2006.

chegando a uma primeira tentativa de dimensionamento das carências e precariedades habitacionais derivadas das condições inadequadas de apropriação e uso das áreas e dos imóveis residenciais.

Quanto ao estudo do comportamento desses indicadores no tempo, importante para a identificação de tendências de crescimento e definição de estratégias visando à melhoria das condições de moradia dos habitantes metropolitanos, as diferenças na definição das variáveis e na forma de coleta dos dados verificadas nos *Censos* de 1991 e 2000 limitam consideravelmente a investigação. Para essa apreciação, o maior nível de desagregação disponível é o do município e, mesmo assim, apenas para os indicadores pessoas que vivem em domicílios com acesso aos serviços básicos, pessoas que vivem em domicílios subnormais, pessoas que vivem em domicílios com acesso a bens de consumo e densidade e propriedade do domicílio, apresentados no *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*².

De qualquer forma, os dados da amostra do *Censo 2000*, desagregados em nível de Área de Expansão dos Dados da Amostra (AED's)³, permitem traçar um quadro detalhado da situação naquele ano, possibilitando a localização espacial das ocorrências dadas por variáveis, indicadores compostos e proporções selecionados, os quais geram um conjunto de informações consistentes que, conjugadas e complementadas por dados e fontes documentais existentes, viabilizam a análise. Os indicadores utilizados possibilitam que sejam investigados tanto os padrões de adequação das moradias em função de sua inserção em um determinado núcleo habitacional – que compreende a relação da habitação com seu entorno e seu grau de qualificação em função do padrão de urbanização atingido – como as condições de adequação da moradia a seus habitantes, complementando o estudo com a aferição do grau de conforto domiciliar, medido pela posse de bens e equipamentos que facilitam e apóiam a vida familiar.

A primeira seção, que trabalha a inserção do domicílio no quadro territorial buscando avaliar seu grau de adequação, aprecia a existência e o crescimento do acesso à infra-estrutura e aos serviços públicos nas áreas urbanas dos 31 municípios integrantes

2 Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e Fundação João Pinheiro, 2003.

3 AED – área de expansão dos dados da amostra ou área de ponderação – IBGE. *Censo Demográfico 2000 – Famílias e Domicílios: resultados da amostra*. IBGE: Rio de Janeiro, 2003. p. 24-25. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/familias/censo2000_familias.pdf>. Acesso em: 29 abr 2006.

da Região Metropolitana de Porto Alegre. Sabe-se que a presença desses serviços e equipamentos, geralmente distribuídos em rede, contribui para a qualificação da moradia. É também conhecido que, muitas vezes, a simples provisão do serviço não é garantia de que este seja disponibilizado à população, pois a ligação das moradias à rede geral gera custos de implantação e de manutenção, que, nem sempre, podem ser assumidos pelas famílias, daí a importância de se incluírem esses indicadores que medem o acesso efetivo aos serviços públicos prestados. São também investigados e espacializados dois fenômenos usualmente relacionados a processos de metropolização acelerados e/ou carentes de mecanismos de controle, como é o caso da RMPA e do Brasil como um todo: a verticalização e a favelização. Especificamente no caso da presença preponderante de moradias em apartamentos, indicador da verticalização, busca-se localizar áreas preponderantemente multifamiliares, identificar regularidades e contrastar com padrões espaciais gerados pela distribuição de outros indicadores com mesmo nível de espacialização.

Em seqüência, são investigadas as informações que dão conta da posse de equipamentos domésticos e de bens de consumo duráveis, a partir de indicadores que possibilitam tanto a análise evolutiva como o mapeamento da distribuição espacial dos domicílios da RMPA que contam com esses bens em termos proporcionais.

Uma outra forma de avaliar o grau de adequação do estoque habitacional é dada pelo exame dos dados relacionados à estrutura de propriedade do imóvel habitacional e seu terreno, incluído na terceira seção. Nessa parte, são também abordadas as informações que dizem respeito ao tamanho da moradia comparado ao tamanho da família – expressas pelos indicadores número de pessoas por cômodo e número de cômodos utilizados como dormitório – que permitem estimar a densidade ocupacional e auxiliam a inferir o grau de adensamento domiciliar.

O estudo dos domicílios tem por objetivo a avaliação do grau de adequação das habitações metropolitanas em uma perspectiva temporal, bem como a identificação espacializada dessa situação, permitindo destacar municípios e/ou áreas críticas em relação a um conjunto de indicadores. O trabalho procura equacionar respostas às questões que seguem:

Como os domicílios se inserem e se conectam no espaço metropolitano, ao fazerem uso dos serviços e equipamentos providos coletivamente, conhecidos como infra-estrutura urbana?

Como se organiza, no espaço, a produção de unidades habitacionais segundo as tipologias multi e unifamiliares?

Como se dá a distribuição espacial dos núcleos residenciais de ocupação irregular, os aglomerados subnormais, e que fatores facilitam a sua localização?

Como se dá a apropriação de bens e equipamentos de uso doméstico, elementos potencialmente qualificadores do espaço de moradia, e qual sua distribuição espacial nos domicílios da RMPA?

Quais são as características ocupacionais das unidades habitacionais, medidas pelo nível de concentração das pessoas nos domicílios e seus compartimentos, os cômodos?

Quais são as relações de propriedade estabelecidas entre morador e domicílio?

6.1. Padrão Geral de Urbanização – a Moradia e sua Inserção no Entorno

Esta seção tem por objetivo o exame de como o domicílio se insere e é apoiado pelo meio urbano. Os dados censitários possibilitam a análise da distribuição espacial e da suficiência da infra-estrutura disponibilizada, além de permitirem o mapeamento das tipologias habitacionais uni e multifamiliares e a identificação de áreas onde a precariedade das habitações é associada à sua localização em núcleos e aglomerados subnormais.

6.1.1. Acesso às Redes de Infra-estrutura e aos Serviços Públicos Urbanos

A oferta de infra-estrutura urbana (água tratada, esgoto sanitário, serviço de coleta de lixo e rede de distribuição de energia elétrica), nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, vem crescendo em todos os serviços e em todas as áreas, no período compreendido entre os dois últimos *Censos Demográficos* do IBGE.

No que diz respeito à população abastecida por água encanada os dados do *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil* apontam que houve um crescimento relativo de 7,5% para a Região como um todo. O exame da distribuição espacial desse crescimento revela que o pólo, Porto Alegre, teve um incremento bem menor que o dos outros municípios que conformam a RMPA (2,2% contra 7,7%), o que pode ser creditado à melhor situação relativa da Capital no início do período. De um modo geral, o acesso ao abastecimento de água potável generalizou-se na Região, chegando à média de 96% de atendimento em 2000.

Mesmo aquelas municipalidades com baixa e média integração ao pólo metropolitano⁴, que, em 1991, dispunham de água encanada para menos de 80% de suas populações (casos de Araricá, Capela de Santana, Nova Santa Rita e Triunfo), chegaram a 2000 com mais de 90% de sua população atendida.

O exame das informações da obra acima, relativo a pessoas que vivem em domicílios com água encanada e banheiro interno à habitação, indicador composto que mede com maior rigor as condições sanitárias e a adequação do serviço de saneamento básico, confirma essa tendência de crescimento. A presença de instalações sanitárias nas habitações da RMPA teve um acréscimo significativo na última década, passando a atender a 92,1% da população em 2000, um crescimento médio de 14,7% em relação aos 80,3% registrados em 1991. Também nesse caso, a melhoria das condições sanitárias deu-se preponderantemente fora do pólo. Porto Alegre, que no início do período tinha 91% de sua população alojada em habitações com condições sanitárias adequadas, chegou ao ano 2000 com pouco mais de 95%, um crescimento médio mais modesto, de cerca de 4,5%. As populações dos municípios periféricos, mormente aqueles com integração média e baixa ao pólo metropolitano, foram as maiores beneficiadas em termos proporcionais, atingindo um aumento de mais de 40% da população servida, casos de Araricá e Capela de Santana (integração média ao pólo metropolitano). Arroio dos Ratos, São Jerônimo e Triunfo, municípios com integração baixa ao pólo, também experimentaram uma melhoria significativa nas instalações sanitárias de suas habitações urbanas, com incremento variando entre 28,5% no primeiro e 35% no último.

Da mesma forma, também os dados do *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, apontam que a rede de distribuição de energia elétrica residencial e o serviço de coleta de lixo ampliaram sua área de abrangência na última década (crescimento médio de 3,1% da população atendida na primeira e de 10,6% no segundo), sobretudo nos municípios periféricos menos integrados ao espaço metropolitano. Especialmente em relação ao serviço de coleta do lixo urbano, destaca-se o considerável incremento no atendimento, em municípios com baixa integração à metrópole. Arroio dos Ratos, Santo Antônio da Patrulha, Triunfo e Glorinha somaram à população previamente atendida uma notável fatia de usuários, correspondente a uma proporção que variou de 29% a 54%, e São

4 Agrupamento adotado no projeto Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil, desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles.

Jerônimo, exibindo um crescimento mais modesto, estendeu o serviço para outros 11,4% da população.

Em resumo, as condições de infra-estrutura urbana parecem estar sendo equacionadas nos espaços urbanos da Região Metropolitana de Porto Alegre. A *Tabela 6.1* mostra a situação dos domicílios particulares permanentes urbanos, em 2000, no que diz respeito à adequação dos serviços de abastecimento d'água, esgotamento sanitário e coleta de lixo segundo os níveis de integração ao pólo metropolitano. É bem verdade que o município pólo e aqueles identificados como de *nível de integração muito alto* detêm percentuais mais altos, acima da média regional, de 90,51% e 90,96%, nos itens abastecimento d'água e escoamento sanitário, respectivamente. A maior carência no quesito água aparece naqueles municípios com integração metropolitana média, que concentram 16,6% de todos os domicílios particulares permanentes urbanos da Região e apenas 13,4% dos domicílios adequados, revelando uma proporção inferior a 73% dos domicílios, como expresso na *Tabela 6.1* e espacializado por AED (*Mapa 6.1*).

TABELA 6.1 – Domicílios, Abastecimento Adequado de Água, Escoamento Sanitário Adequado, Coleta Adequada de Lixo Segundo o Nível de Integração dos Municípios ao Pólo, na RMPA – 2000

Nível de Integração ao Pólo Metropolitano	Domicílios Particulares Permanentes Urbanos						
	Total	Com Abastecimento Adequado de Água ¹		Com Escoamento Sanitário Adequado ²		Com Coleta Adequada de Lixo ³	
		Número	%	Número	%	Número	%
Município Pólo	429.013	418.589	97,57	401.393	93,56	426.753	99,47
Muito alto	82.559	76.430	92,58	75.639	91,62	80.952	98,05
Alto	370.666	336.856	90,88	327.116	88,25	365.343	98,56
Médio	179.499	130.860	72,90	164.077	91,41	177.563	98,92
Baixo	19.923	16.271	81,67	15.666	78,63	18.951	95,12
Muito baixo	0	0		0		0	
TOTAL	1.081.660	979.006	90,51	983.891	90,96	1.069.562	98,88

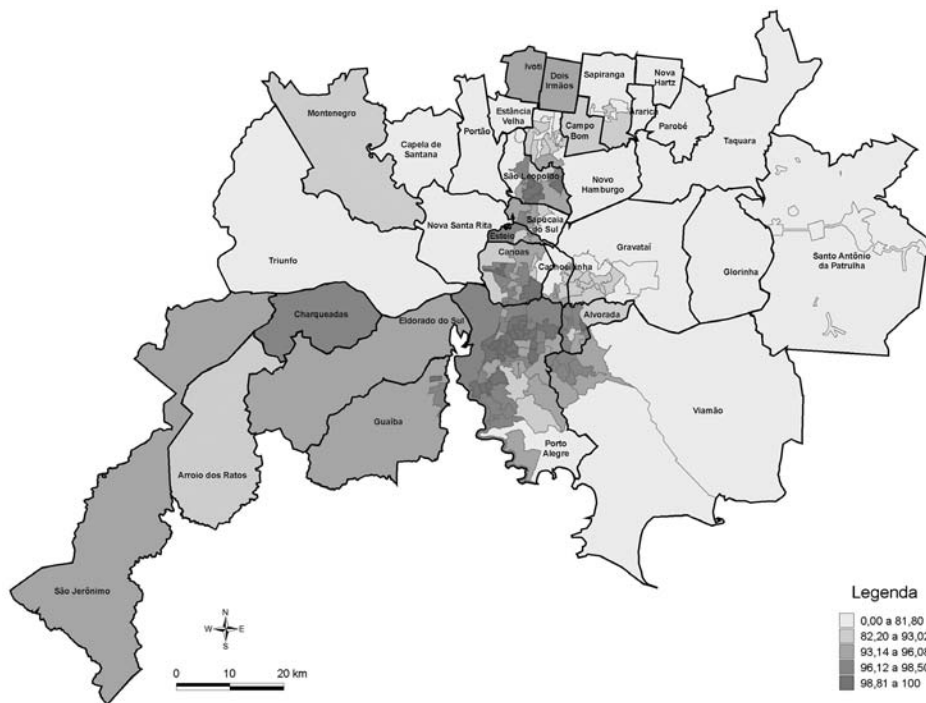
Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

(1) - considerou-se como adequado aquele domicílio servido por rede geral, canalizada, em pelo menos, um cômodo.

(2) - considerou-se como adequado aquele domicílio ligado à rede geral ou à fossa séptica.

(3) - considerou-se como adequado aquele domicílio atendido por serviço de limpeza ou caçamba.

MAPA 6.1 – Domicílios Urbanos com Abastecimento Adequado de Água, por AED.
 Proporção de Domicílios Servidos por Rede Geral, Canalizada em pelo menos um Cômodo.
 Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

A *Tabela 6.1* ainda sugere que as prefeituras municipais assumiram definitivamente o serviço de coleta de lixo urbano, informação expressa na abrangência da cobertura domiciliar, que, no ano 2000, correspondia a praticamente 99% das habitações urbanas da Região Metropolitana de Porto Alegre. O grupo menos atendido é o dos municípios identificados como de baixa integração ao pólo metropolitano, que, em 2000, tinham pouco menos de 5%, cerca de 970 domicílios, localizados fora da área de abrangência da coleta de lixo.

6.1.2.A Espacialização das Tipologias Habitacionais no Ano 2000

O *Censo Demográfico 2000* define como uma das características do domicílio o seu tipo, classificando-o em casa, apartamento e cômodo⁵. Os dados disponíveis, entretanto,

5 Questionário da Amostra, seção 2 – Características do Domicílio, item 2.02 – TIPO, p.1. *In*: IBGE. *Censo Demográfico 2000*.

não permitem o exame da evolução da situação habitacional da Região Metropolitana de Porto Alegre relativamente à localização e ao crescimento dessas grandes tipologias habitacionais. De qualquer forma, a identificação da distribuição espacial dos domicílios tipo apartamento, a par de favorecer o entendimento da configuração do espaço metropolitano, apóia a avaliação da estruturação dos espaços de moradia, na medida em que áreas com predominância da tipologia multifamiliar (ou verticalizada) tendem a ser áreas regulares (ou regularizadas) e de ocupação mais recente. O exame do comportamento espacial desse indicador em 2000 pode auxiliar a identificação das situações de precariedade do setor habitacional, além de complementar eficientemente a análise morfológica urbana e a avaliação da intensidade de apropriação e uso do espaço.

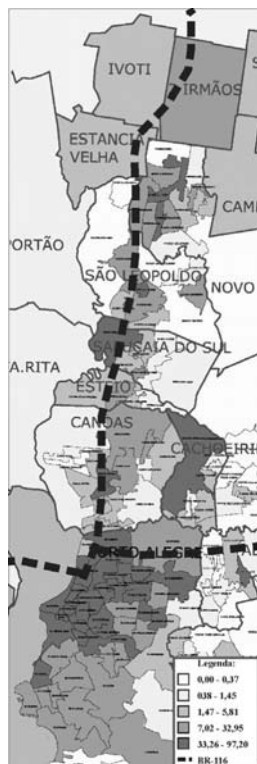
A *Tabela 6.2* apresenta a proporção de apartamentos, por grupos de municípios, reunidos segundo o nível de integração ao pólo metropolitano. Observa-se que 21,2% dos domicílios particulares permanentes do conjunto regional são do tipo apartamento, com uma forte concentração no município pólo, onde 44,3% dos domicílios particulares permanentes são do tipo apartamento. Percebe-se uma relação inversa entre a proporção da tipologia apartamento e o nível de integração metropolitana. As diferenças não são significativas, mas, ainda assim, os municípios com nível de integração médio atingem o segundo maior percentual, 7,7%; o grupo com integração alta, 6,7%; e o muito alto, 5,2%, superior apenas ao 0,7% atribuído ao conjunto de pequenos municípios classificados como de baixa integração ao pólo metropolitano, que recentemente passaram a fazer parte da Região. Uma informação mais significativa é a que mostra a distribuição relativa dos domicílios de tipo apartamento nos cinco níveis de integração considerados: o município pólo concentra 81,2% de todos os apartamentos da Região; o outro nível que se destaca pela presença de habitações em edificações verticalizadas, com 10,7% do total, é o de alta integração, que inclui municípios com núcleos urbanos bastante consolidados, como Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul e São Leopoldo; o nível de integração médio responde por 6,2% dos apartamentos, localizados preponderantemente no centro de Novo Hamburgo e irradiando-se até os pequenos e novos núcleos urbanos que dão suporte e complementam a atividade produtiva do Vale do Sinos; os dois municípios que compõem o nível de integração muito alto, Alvorada e Cachoeirinha, têm participação marginal no processo de verticalização, contribuindo com menos de 2% dos domicílios tipo apartamento do espaço metropolitano.

TABELA 6.2 – Domicílios Particulares Permanentes de Tipo Apartamento, por Nível de Integração dos Municípios ao Pólo, na RMPA – 2000

Nível de Integração ao Pólo Metropolitano	Domicílios Particulares Permanentes			
	Total	Tipo Apartamento		
		Número	Percentual de domicílios particulares permanentes	Percentual do total de apartamentos
Município Pólo	440.365	194.952	44,3	81,2
Muito alto	82.710	4.302	5,2	1,8
Alto	385.508	25.782	6,7	10,7
Médio	192.709	14.802	7,7	6,2
Baixo	30.074	222	0,7	0,1
Muito baixo	0	0		
TOTAL	1.131.366	240.059	21,2	100,00

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata).

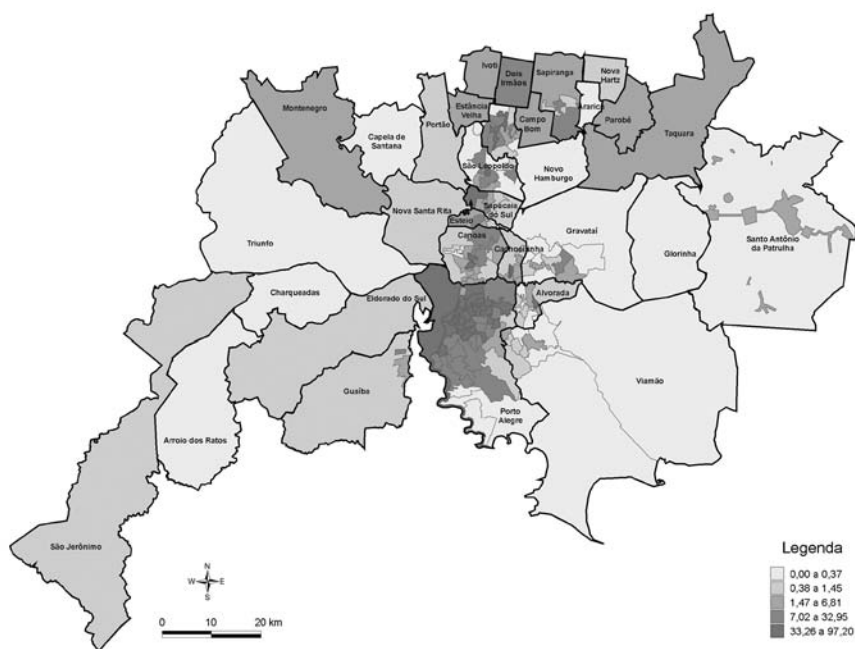
MAPA 6.2 – Concentração de Domicílios Verticalizados no Entorno da BR-116, na RMPA – 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

A participação relativa do indicador domicílios tipo apartamento (*Mapa 6.3*) nas AED's da Região Metropolitana de Porto Alegre mostra o predomínio absoluto de apartamentos na cidade central, que, como já explicitado, responde por mais de 80% de todos os domicílios desse tipo. Essa tipologia habitacional é ainda predominante (ou, pelo menos, é bastante expressiva) no eixo norte-sul, que corresponde à área de entorno da rodovia de ligação regional, a BR-116. Essa linha atravessa os municípios de Canoas, Esteio, Sapucaia, São Leopoldo e Novo Hamburgo (*Mapa 6.2*), agregando, já no limite norte, zonas com um percentual relativamente alto de tipologias domiciliares tipo apartamento – Município de Dois Irmãos (9,6%) e área Centro do Município de Sapiranga (13,4%) – e outras áreas com alguma representatividade, como Ivoti, Estância Velha, Campo Bom, Parobé e Taquara, todas conectadas e, muito provavelmente, com processo de verticalização relacionado à existência do pólo calçadista de Novo Hamburgo. A área compreendida pelo município de Montenegro, com proporção média de domicílios tipo apartamento (4,82%), destaca-se de seu entorno, onde a ocorrência dessa tipologia é praticamente inexistente, presumivelmente em função da necessidade de ampliação do estoque habitacional trazida pelo crescimento do pólo petroquímico do Rio Grande do Sul.

MAPA 6.3 – Domicílios Tipo Apartamento, por AED. Proporção do Total de Domicílios Particulares Permanentes. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000

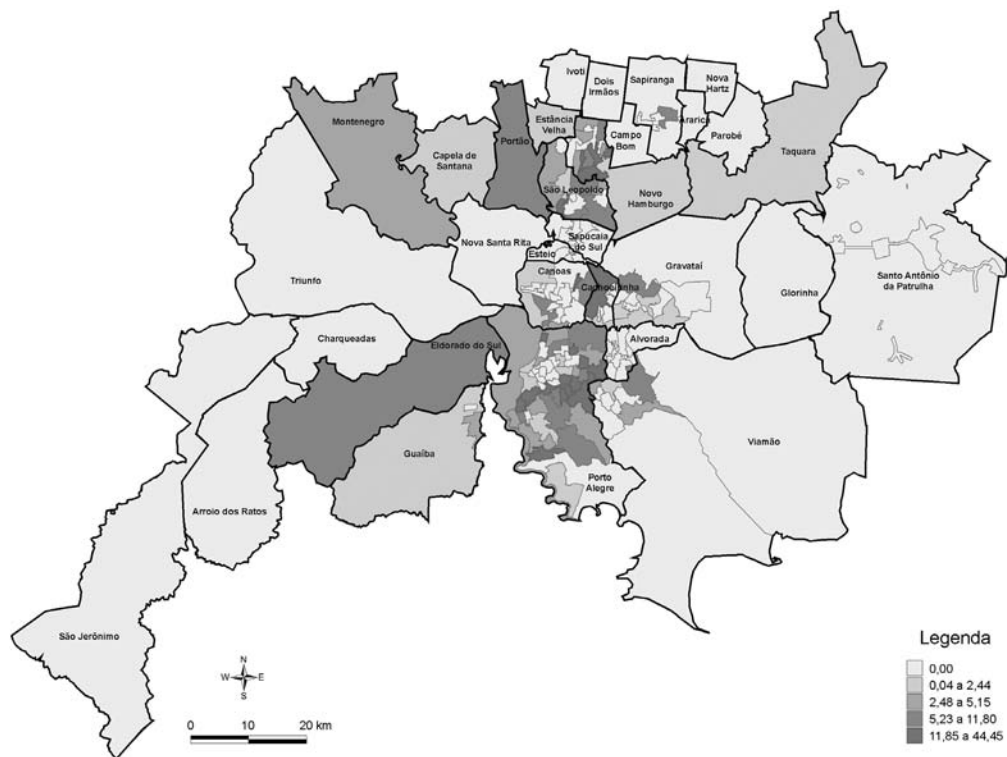


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

6.1.3. Indicadores de Precariedade Domiciliar

A distribuição espacial dos domicílios localizados em aglomerados subnormais (*Mapa 6.4*), coletados pelo *Censo Demográfico 2000*, revela, mais uma vez, a concentração destes na cidade central. A informação, entretanto, merece alguns reparos. Em primeiro lugar, a comparação com os dados sobre os aglomerados subnormais registrados no *Censo Demográfico 1991* indica uma diminuição muito significativa na proporção de habitações nessa situação. Complementando, o *Censo* registra tão-somente aqueles aglomerados que concentram mais de 50 unidades domiciliares.

MAPA 6.4 – Domicílios em Aglomerados Subnormais, por AED. Proporção do Total de Domicílios Particulares Permanentes. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

As diferenças apontadas nos valores e nas proporções desses domicílios (favelas, sub-habitações ou subnormais), nos dois *Censos*, parecem sugerir a presença de massivos programas de reassentamento e de estratégias de regularização fundiária e reurbanização

em muitas das áreas que, em 1991, apresentavam percentuais expressivos de ocupação subnormal, fato que, pelas informações dos planos, programas e linhas de financiamento habitacional disponíveis, carece de comprovação. Destacam-se casos extremos, como os dos municípios de Alvorada, Esteio, Parobé e Sapucaia do Sul, que, no *Censo* anterior, tinham, respectivamente, 1,3%, 11,8%, 3,1% e 8,6% de suas populações vivendo em domicílios subnormais e, em 2000, não registram um único domicílio com essa condição. A informação sobre a ocupação subnormal da Capital registra uma participação relativa de 10,9% em 1991 e 10,6% em 2000, um pequeno decréscimo na situação de carência, que parece coerente, considerando que Porto Alegre, efetivamente, se empenhou na urbanização de vilas irregulares e em programas de regularização e reassentamento, o que contribuiu para “segurar” o crescimento explosivo do processo de favelização no pólo.

A distribuição espacial da ocupação subnormal em 2000 revela que as áreas da Capital com a maior concentração de conjuntos de habitações distribuídas aleatoriamente em terrenos desprovidos de serviços e equipamentos urbanos se situam: no contorno da cadeia de morros da Cidade, abrangendo os Bairros Cristal, Santa Tereza, Partenon, São José, Bom Jesus, Jardim Carvalho, Agronomia e Mario Quintana; no Bairro Passo das Pedras, por onde corre, a céu aberto, o arroio de mesmo nome; na ocupação do dique de proteção contra as cheias do Guaíba, localizada em terreno da Infraero, na AED Lindóia; e nas áreas invadidas entre a avenida Castello Branco/Dique e o Guaíba, do Bairro Farrapos.

Nos outros municípios, a ocupação subnormal só atinge a posição de muito alta (percentual de favelização entre 11,85% e 44,45%) em São Leopoldo (Vicentina), Novo Hamburgo (Santo Afonso, Industrial, Mauá e Canudos 3), Canoas (Guajuviras) e Cachoeirinha (Residencial Ritter). Três municípios de pequeno porte merecem ser destacados pela proporção significativa de domicílios irregulares, indicando a urgência na definição de estratégias de controle do uso e ocupação do espaço, conjugadas com programas de promoção de áreas especiais de interesse social visando atender aos níveis de carência detectados. São eles os Municípios de Eldorado do Sul, com 5,8% dos domicílios em aglomerados subnormais; Portão, com 9,7%; e a área de Vila Nova, em Sapiranga, com 6,9%.

6.2. Padrões de Conforto Domiciliar – Acesso a Bens e Equipamentos Domésticos

A avaliação da evolução das condições de bem-estar da população metropolitana é dificultada pela escassez de variáveis que efetivamente indiquem um padrão de conforto nos locais de moradia. Acresça-se a isso o fato de que os *Censos 1991 e 2000* não levantaram o mesmo conjunto de informações relacionadas ao acesso a bens e equipamentos com potencial de conferir qualidade ao domicílio e aportar um novo patamar de bem-estar às famílias moradoras. É possível, entretanto, examinar o crescimento relativo do uso de alguns equipamentos domésticos, como televisão e geladeira, considerados de uso difundido pela classificação do Metrodata, bem como a presença de carro próprio e linha telefônica, reconhecidos (junto com videocassete e máquina de lavar roupa) como bens de média difusão. Já informações sobre bens classificados como de uso restrito, tais como ar condicionado, forno de microondas e computador, foram levantadas pelo IBGE apenas no *Censo 2000*, o que impede o exame do comportamento desse indicador na década.

6.2.1. A Evolução da Posse de Bens de Uso Difundido e de Média Difusão nas Moradias Metropolitanas

O exame dos indicadores disponíveis revela um crescimento significativo de 11,7% no número de aparelhos de televisão e de 10,4% em geladeiras (bens de uso difundido), nos domicílios da Região, crescimento esse ocorrido especialmente fora do núcleo metropolitano. Em 2000, cerca de 94% dos habitantes dispunham de, pelo menos, uma televisão em seus domicílios, e 95,3% possuíam geladeira, indicando que esses equipamentos tendem a se universalizar, não se observando qualquer relação entre distância ao pólo (ou nível de integração) e presença (ou crescimento relativo de sua ocorrência) nos domicílios da Região, o que corrobora sua classificação como bens de uso difundido.

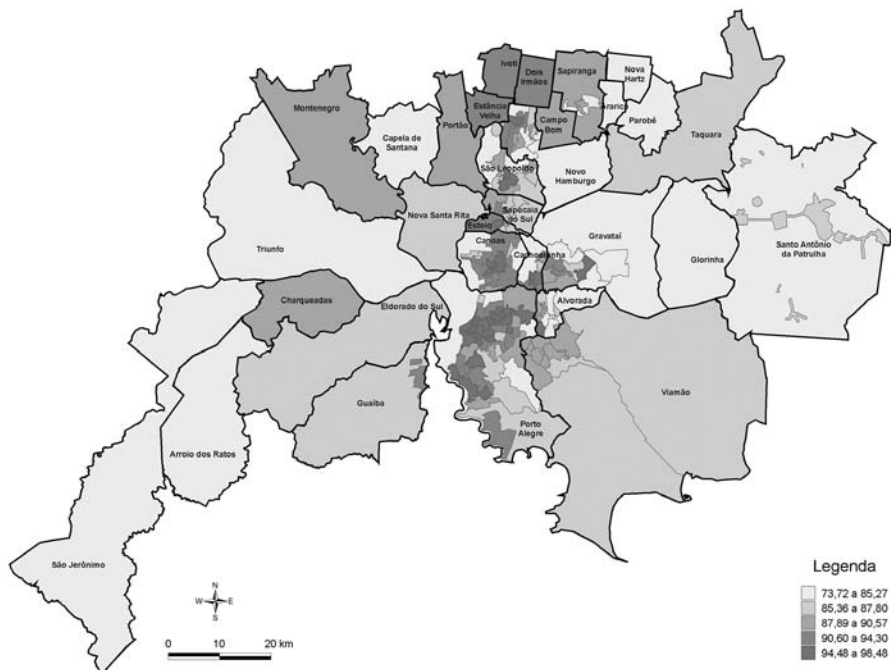
No período 1991-2000, ocorreram mudanças significativas, em toda a RMPA, no que diz respeito ao acesso à linha telefônica privada e à aquisição de carro próprio, bens considerados como de média difusão. O veículo familiar, que, em 1991, estava presente em cerca de 27% dos domicílios metropolitanos, no ano 2000 estava disponível para 44,4% da população. O crescimento não se deu de maneira homogênea e não se percebe nenhuma relação, seja com o nível de integração, seja com a condição socioeconômica. Há diferenças importantes na proporção de crescimento: o pólo que, em 2000, tinha 49,2% de seus domicílios equipados com veículo particular, foi a área que menos cresceu, com

um incremento relativo de cerca de 20%; em municípios pequenos, novos e dinâmicos, como Parobé, Nova Hartz e Capela de Santana, a população com acesso a carro próprio praticamente triplicou.

O grande crescimento da presença da linha telefônica residencial em todas as áreas e situações confirma a existência de uma importante demanda reprimida pelas condições tecnológicas e práticas comerciais das empresas estatais operadoras do serviço telefônico até a metade da década de 1990. Com a privatização dos serviços, ampliou-se significativamente a oferta de ramais telefônicos em toda a Região. A escassez de telefones, em 1991, era de tal ordem que municípios como Alvorada, limítrofe e altamente integrado à Metrôpole, tinha apenas 1,8% de sua população atendida. Na RMPA o serviço estendia-se a 9% da população, e, em todos os municípios, essa proporção não superava os 15%, com exceção de Porto Alegre, onde os ramais telefônicos residenciais equipavam os domicílios de cerca de 34% da população. Em 2000, observa-se uma mudança radical nesse quadro. A inexistência do serviço, bem como a insuficiência de linhas e ramais verificada em muitas áreas, está, possivelmente, refletindo a carência e a falta de condições de acesso de uma parcela da população metropolitana. A Capital atende a 68,4% de sua população, embora a média regional seja bem mais baixa, 32,8%, e alguns municípios, como Alvorada, Parobé e Glorinha, tenham o serviço para apenas 15% de sua população.

As informações do *Censo Demográfico 2000* relativas à capacidade de acesso a bens nos domicílios particulares permanentes, sintetizadas na *Tabela 6.3*, ajudam a compor o quadro do padrão de conforto domiciliar e sua espacialização. O acesso aos bens entendidos como de uso difundido (*Mapa 6.5*) – rádio, televisão e geladeira/freezer – é disponibilizado em praticamente 90% dos domicílios da Região. Parece haver alguma relação entre nível de integração e acesso aos bens, com o maior percentual, 92,7%, no pólo, caindo para 89% nos municípios com *alta integração*, para 86,8% no grupo médio e para 82,4% nos municípios pouco integrados. A única exceção ocorre nos dois municípios com *integração muito alta*, Alvorada e Cachoeirinha, que detêm percentuais um pouco inferiores aos do grupo seguinte em nível de integração em todos os tipos de bens discriminados na *Tabela 6.3*.

MAPA 6.5 – Domicílios Particulares Permanentes com Todos os Bens de Uso Difundido, por AED. Proporção de Domicílios com Rádio, Televisão e Geladeira/Freezer. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

TABELA 6.3 – Domicílios Particulares Permanentes, por Nível de Integração dos Municípios ao Pólo, Segundo o Acesso a Bens, na RMPA – 2000

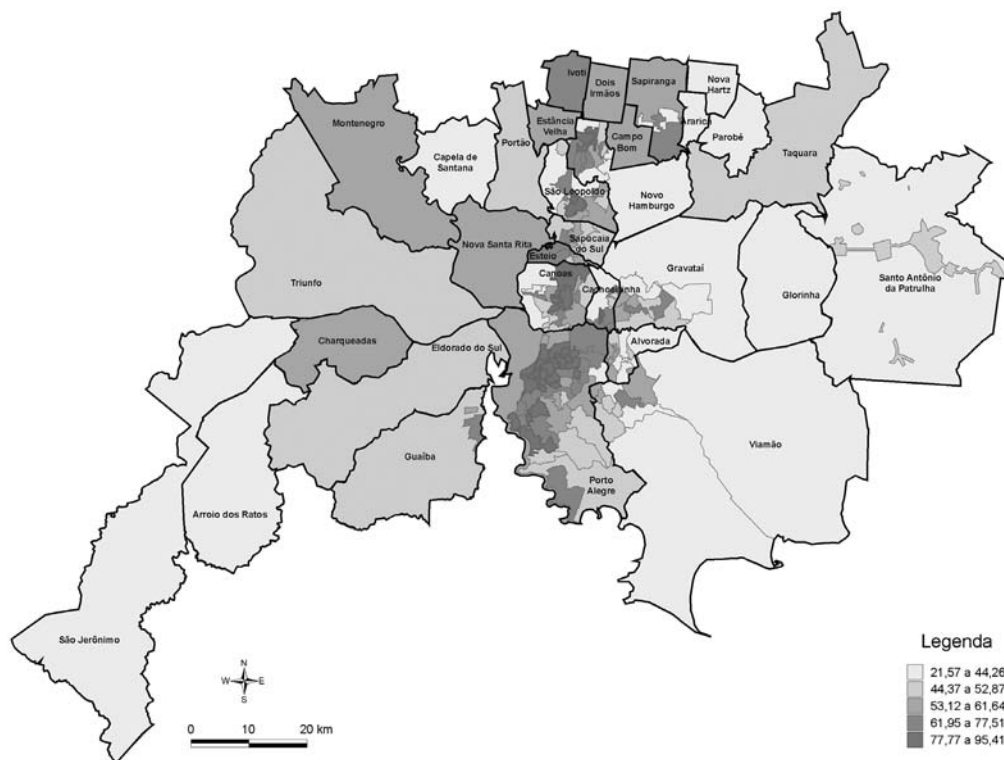
Nível de Integração ao Pólo Metropolitano	Domicílios Particulares Permanentes						
	Total	Domicílios com Acesso a Bens					
		Uso difundido ¹		Média difusão ²		Uso restrito ³	
		Número	%	Número	%	Número	%
Município Pólo	440.365	408.276	92,71	323.876	73,55	303.846	69,00
Muito alto	82.710	72.746	87,95	43.045	52,04	42.502	51,39
Alto	385.508	342.950	88,96	213.493	55,38	203.230	52,72
Médio	192.709	167.198	86,76	104.715	54,34	88.592	45,97
Baixo	30.074	24.790	82,43	12.123	40,31	9.763	32,46
Muito baixo							
TOTAL	1.131.366	1.015.961	89,80	697.253	61,63	647.932	57,27

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

(1) Refere-se aos domicílios com todos os bens de uso difundido. (2) Refere-se aos domicílios com, pelo menos, dois bens de média difusão. (3) Refere-se aos domicílios com, pelo menos, um bem de difusão restrita.

Uma composição de bens de uso domiciliar levantados pelo *Censo* – automóvel, videocassete, máquina de lavar roupa e linha telefônica – conforma o indicador de conforto domiciliar acesso a, pelo menos, dois bens de média difusão (*Mapa 6.6*). Pela *Tabela 6.3* é possível observar, também nesse caso, uma relação direta entre nível de integração e percentual de domicílios que possuem, pelo menos, dois desses equipamentos, excetuando-se os dois municípios com *integração muito alta*, comentados anteriormente. A média regional de 61,6% varia entre 73,5% na Capital, caindo nas outras faixas, até a proporção de 40,3% no grupo com baixa integração.

MAPA 6.6 – Domicílios Particulares Permanentes com pelo menos Dois Bens de Média Difusão, por AED. Proporção de Domicílios com Automóvel, Videocassete, Máquina de Lavar Roupa ou Linha Telefônica. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000

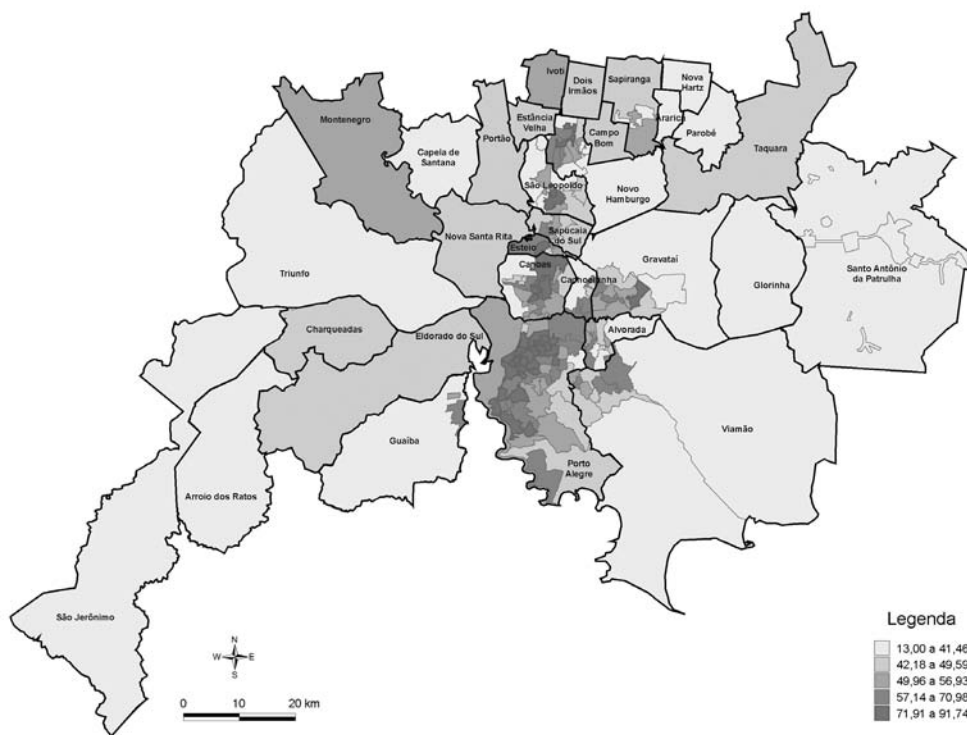


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

6.5.2. Qualificação do Espaço de Moradia: a Posse de Bens de Uso Restrito

Os dados relacionados à presença, nos domicílios da Região, de bens definidos como de uso e difusão restrita – computador, forno de microondas e ar condicionado – não permitem a avaliação de seu comportamento temporal, pois se referem apenas ao *Censo Demográfico 2000*. De qualquer forma, o exame do indicador posse de, pelo menos, um bem de difusão restrita (*Mapa 6.7*) apóia o exame das condições de conforto dos domicílios e do padrão de vida de seus moradores.

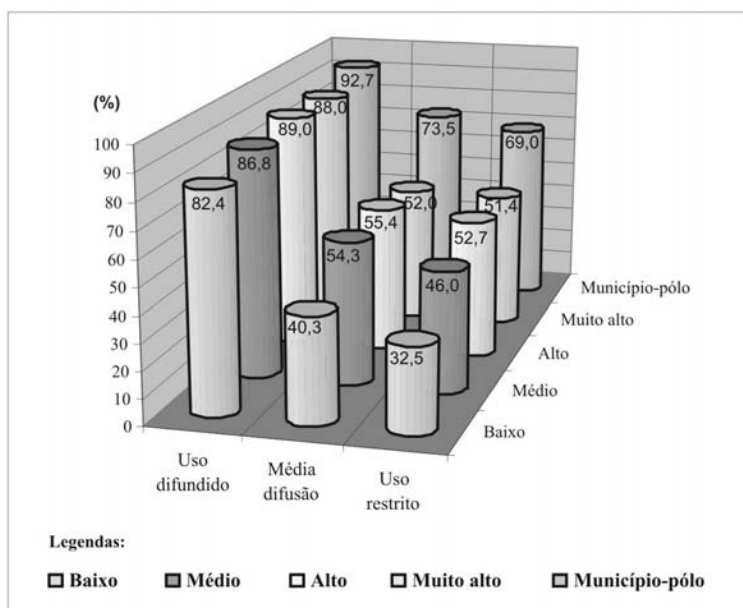
MAPA 6.7 – Domicílios Particulares Permanentes com pelo menos Um Bem de Difusão Restrita, por AED. Proporção de Domicílios com Ar Condicionado, Computador ou Microondas.
Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Ainda para esse tipo de equipamento repetem-se as regularidades apontadas nos precedentes, com o núcleo central da Região destacando-se pela maior presença relativa do bem, e os níveis sucessivos obedecendo a um escalonamento, ressalvado o desvio já apontado do segundo grupo em nível de integração, como explica o *Gráfico 6.1*.

GRÁFICO 6.1 – Proporção de Domicílios Segundo o Acesso a Bens, por Nível de Integração, na RMPA – 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (Metrodata).

6.3. Características Internas da Unidade Habitacional – Intensidade de Uso e Formas de Apropriação da Moradia

Esta seção privilegia indicadores que dão conta da interação entre o morador e sua moradia, investigando situações de adequação relacionadas à intensidade de uso do espaço residencial, suficiência de cômodos e estrutura de propriedade do imóvel utilizado como moradia. A análise centra-se no exame das características internas das moradias metropolitanas.

6.3.1. Intensidade de Uso e Adensamento Excessivo nos Domicílios Metropolitanos

A tendência à diminuição da ocupação domiciliar tem sido confirmada em todos os *Censos Demográficos* desde 1970, ano em que a média ocupacional dos domicílios da Região Metropolitana de Porto Alegre era 4,6. Em 1980, a ocupação média baixou para 3,9; em 1991, para 3,5; e, em 2000, atingiu o índice de 3,3 pessoas por domicílio,

indicando a progressiva diminuição dos núcleos familiares. Para avaliar a densidade habitacional, entretanto, há que se considerar o tamanho das unidades individuais, medido por número de cômodos e/ou de dormitórios. Dentre os indicadores disponíveis, os mais representativos e, por isso, usualmente empregados são: número de cômodos no domicílio associado ao número de moradores; e, num exame mais acurado, número de cômodos usados como dormitório relacionado ao número de pessoas. Para avaliar a evolução da situação habitacional quanto à densidade domiciliar, foi considerado adequado o domicílio com até duas pessoas convivendo em um mesmo cômodo usado como dormitório⁶. A situação de adensamento excessivo, um dos indicadores da inadequação domiciliar, fica caracterizada, portanto, naqueles domicílios que abrigam mais de dois moradores em um mesmo cômodo⁷. Constata-se que, no caso da Região Metropolitana de Porto Alegre, houve uma diminuição expressiva na densidade ocupacional (cerca de 22%), se se considerar a variável proporção de pessoas que vivem em domicílios com densidade >2. Em 1991, 18,1% dos habitantes metropolitanos viviam em domicílios com adensamento excessivo, segundo esse indicador, enquanto, em 2000, tal proporção passou para 14,1%. O nível de integração metropolitana não parece ter influência no comportamento do indicador. E também, surpreendentemente, o índice de condição social não parece guardar nenhuma relação com a ocorrência de altos níveis de adensamento excessivo. Alvorada, um município com nível de integração *muito alto* ao pólo metropolitano e classificado como de condição social *boa*, segundo o escore nacional aplicado aos Grandes Espaços Urbanos Brasileiros, exemplifica claramente essa situação. Os dois levantamentos censitários registram aí a maior proporção de domicílios com alta densidade ocupacional da RMPA; eles mostram, também, a diminuição da importância dessa condição, um decréscimo de quase 16% na década, e registram, para o ano 2000, que esse é ainda o município com a maior percentagem nesse indicador, 21,4%. É bastante provável que a grande proporção de domicílios inadequados por densidade excessiva em Alvorada decorra, justamente, de sua localização limítrofe e da grande acessibilidade que mantém com o pólo. Esta, a par de

6 São considerados como dormitório todos os cômodos separados por paredes que sejam utilizados para tal fim, inclusive cozinhas e banheiros (Metrodata – *Desigualdades Intraurbanas nas Metrôpoles Brasileiras*, Observatório das Metrôpoles).

7 Segundo metodologia utilizada pelo PNUD no *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, o adensamento excessivo é um indicador que mede os domicílios que abrigam mais de dois moradores em um mesmo cômodo usado como dormitório. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e Fundação João Pinheiro, 2003.

lhe conferir conectividade e determinar o alto nível de integração ao pólo metropolitano, ainda explica a superocupação desse espaço integrado, onde os controles urbanísticos (e o preço da terra) não são tão rígidos, efetivos e restritivos quanto os da Cidade central. Na mesma linha, a alta média ocupacional de 3,6 habitantes por domicílio verificada em Alvorada⁸ (e, mais baixa, mas sempre acima de 3,4, nos municípios de Guaíba, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, Canoas, Cachoeirinha, Gravataí e Viamão, que envolvem o pólo) pode ser creditada a esse movimento centro–periferia de ocupação do espaço limítrofe menos regulamentado.

Contrariando a tendência regional, três municípios – Canoas com 1,1% e Charqueadas e Guaíba com cerca de 7% – apresentaram um crescimento efetivo da condição de adensamento por convivência de mais de dois moradores em um mesmo dormitório. Provavelmente, também esses casos possam ser parcialmente explicados pelo processo de apropriação do espaço no sentido centro-periferia, antes comentado.

O exame dos dados censitários de 2000 relativos aos domicílios particulares permanentes com inadequação por adensamento excessivo, utilizando como indicador de adensamento a *proporção dos domicílios particulares permanentes com número médio de moradores superior a três por dormitório*⁹, mostra um padrão de distribuição espacial análogo. Na Região como um todo, 4,75% dos domicílios são considerados inadequados segundo esse critério de densidade ocupacional (*Tabela 6.4*). A análise espacializada mostra que o percentual mais alto de inadequação está no grupo de municípios com nível de integração metropolitana muito alto (6,95%), seguido pelo grupo com integração alta (5,12%). No pólo, a inadequação de 4,64% é um pouco inferior à média regional, enquanto os valores mais baixos estão nos grupos com integração média (3,59%) e baixa (2,96%) à MetrÓpole.

8 O *Censo Demográfico 2000* registrou, na Região Metropolitana como um todo e na Capital, Porto Alegre, médias ocupacionais bem mais baixas, de 3,29 e 3,09 habitantes por domicílio respectivamente.

9 Critério empregado no estudo *Déficit Habitacional no Brasil - Municípios Seleccionados e Microrregiões Geográficas*. Fundação João Pinheiro, Ministério das Cidades, 2004-2005.

TABELA 6.4 – Domicílios Particulares Permanentes, por Nível de Integração dos Municípios ao Pólo, com até Três Cômodos e Inadequação por Adensamento, na RMPA – 2000

Nível de Integração ao Pólo Metropolitano	Domicílios Particulares Permanentes				
	Total	Com Inadequação por Adensamento ¹		Com até Três Cômodos	
		Número	%	Número	%
Município Pólo	440.365	20.454	4,64	53.694	12,19
Muito alto	82.710	5.746	6,95	12.950	15,66
Alto	385.508	19.740	5,12	53.890	13,98
Médio	192.709	6.912	3,59	23.447	12,17
Baixo	30.074	891	2,96	4.152	13,81
Muito baixo					
TOTAL	1.131.366	53.743	4,75	148.133	13,09

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

(1) Adensamento excessivo medido pelo número de domicílios com mais de três pessoas por dormitório (metodologia Déficit Habitacional)

A *Tabela 6.4* exhibe, ainda, a proporção de domicílios com até três cômodos¹⁰, desagregada por grupos de municípios segundo o nível de integração ao pólo metropolitano. Esse indicador, que expressa uma condição de congestionamento da unidade habitacional¹¹, complementa o exame da densidade ocupacional. Os dados apontam na mesma direção. A Região Metropolitana conta com 13,1% dos domicílios particulares permanentes com três cômodos ou menos. Já os grupos de municípios, agregados segundo o nível de integração metropolitana, mostram uma variação expressiva nessa proporção: o município pólo, que em números absolutos concentra mais de um terço dos domicílios com até três cômodos, apresenta a menor proporção, 12,2%; os municípios com nível de integração muito alto são também os de mais altos percentuais de domicílios com até três cômodos, 15,7%; seguidos pelo grupo de municípios com nível alto de integração, 14,0%. Parece haver uma relação direta entre nível de integração e domicílios com o máximo de três

10 Domicílios com até três cômodos: total de domicílios particulares permanentes que apresentam até três compartimentos separados por paredes, inclusive cozinhas e banheiros (Metrodata – *Desigualdades Intraurbanas nas Metrôpoles Brasileiras*, Observatório das Metrôpoles).

11 Classicamente, considera-se que um domicílio deve possuir, no mínimo, quatro espaços indispensáveis – sala, quarto, cozinha e banheiro –, o que implica aceitar que domicílios com três cômodos ou menos são moradias congestionadas (BÓGUS, L.; PASTERNAK, S. Como Anda São Paulo. *Cadernos Metrôpole-desigualdade e governança*. São Paulo: Educ, 2004).

cômodos, excetuando-se o pólo e o grupo de municípios com baixa integração, onde estão localizados 2,7% dos domicílios, dos quais 13,8% têm três cômodos ou menos.

A observação da espacialização de altas proporções de domicílios com até três cômodos (*Mapa 6.8*), indicador da densidade domiciliar, permite uma avaliação localizada do grau de adequação da célula habitacional. O padrão de ocupação é, praticamente, o negativo da distribuição espacial de apartamentos antes comentada. A grande incidência de domicílios com adensamento excessivo (pelo critério do número de cômodos) acontece na periferia sul de Porto Alegre (áreas Mario Quintana, Agronomia, Glória, Lomba do Pinheiro e Ponta Grossa, onde a ocorrência da tipologia apartamento é muito baixa), na grande área sul de Viamão, que inclui Itapuã, e no eixo norte-sul, em áreas periféricas de Canoas, São Leopoldo e Novo Hamburgo. Conectadas a Porto Alegre, as periferias de Cachoeirinha (Residencial Ritter), Alvorada (Stella Maris, Tordilho e Estância Grande) e Gravataí (Itacolomi) também apresentam esse tipo de carência na situação domiciliar.

MAPA 6.8 – Domicílios com até Três Cômodos, por AED. Proporção do Total de Domicílios Particulares Permanentes. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

6.3.2. Formas de Propriedade e Posse Domiciliar: Evolução e Distribuição Espacial

A informação disponível para avaliar possíveis alterações na estrutura de propriedade domiciliar é o indicador pessoas que vivem em domicílios próprios e quitados, do *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, que mostrou uma tendência positiva na última década. O aumento na proporção de moradores em domicílios próprios deu-se em toda a Região, com um acréscimo médio de pouco mais de 8,2%. No pólo, o incremento relativo de proprietários de domicílios foi mais expressivo, 10,42%, embora ainda mantenha uma proporção menor que no restante da Região – 65,9% contra 69,6% em 2000. As maiores alterações foram em pequenos municípios periféricos, com *integração média* à Metrópole, onde se registrou crescimento expressivo do acesso à propriedade domiciliar, variando entre 15% e 22%. As áreas que mostraram uma diminuição relativa no que diz respeito à propriedade do domicílio já quitado, por outro lado, tendem a ser aquelas limítrofes ao pólo, com *integração alta* ou *muito alta*, como Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí e Eldorado do Sul, esta última exibindo um decréscimo de quase 10%. Saliente-se que esses municípios experimentaram um incremento populacional bastante superior à média regional de 15,1% no período considerado (cerca de 22% em Cachoeirinha, 29% em Alvorada e Gravataí e 54% em Eldorado do Sul), o que pode ter neutralizado o crescimento, em valores absolutos, do número de proprietários. Esse mesmo raciocínio não se aplica ao município de Viamão, que, apesar do incremento populacional de aproximadamente 35%, ampliou a proporção de moradores em habitação própria em apenas 20%, dado que pode estar refletindo a situação de moradia própria sem propriedade do terreno que caracteriza os processos de apropriação irregular de áreas periféricas desqualificadas.

Os dados do *Censo Demográfico 2000* indicam que cerca de 79,9% das 1.131.366 moradias da Região são próprias, 12,6% são alugadas e 7,5% apresentam outra condição de posse, incluindo-se aí domicílios cedidos. Esse alto índice de propriedade da célula habitacional é ainda mais expressivo em dois grupos de municípios, classificados segundo o grau de integração metropolitana: aqueles com *integração muito alta* (84,3%); e os de *baixa* integração (84,1%). A Capital detém o percentual mais baixo de domicílios próprios, 77,3%, mas é também aí que moradias próprias sem propriedade do terreno são menos representativas, 11,1% do total em comparação à proporção de 12,4% encontrada no conjunto regional. Esses valores são indicativos do grau de efetividade dos processos de regularização fundiária operantes na Região. É importante destacar o papel simbólico

atribuído à aquisição da casa própria na sociedade brasileira. A propriedade do espaço de moradia é vista como a meta a atingir e indício de estabilidade financeira; a casa própria é o porto seguro e a base física da sobrevivência, por liberar parte importante da renda mensal destinada ao aluguel. É uma característica cultural bastante valorada. Essa consideração parece determinar a alta proporção de moradias próprias no grupo de municípios com integração *muito alta* em relação ao pólo metropolitano, ainda que parte dessas (16,8%) ocupem terrenos que não são propriedade dos moradores. Isso é o resultado da ocupação irregular e da invasão de áreas bem conectadas e pouco regulamentadas, localizadas no entorno da Cidade central. As condições da propriedade domiciliar no ano 2000 são mostradas na *Tabela 6.5*.

TABELA 6.5 – Domicílios Particulares Permanentes Próprios e Alugados, por Nível de Integração dos Municípios ao Pólo, na RMPA – 2000

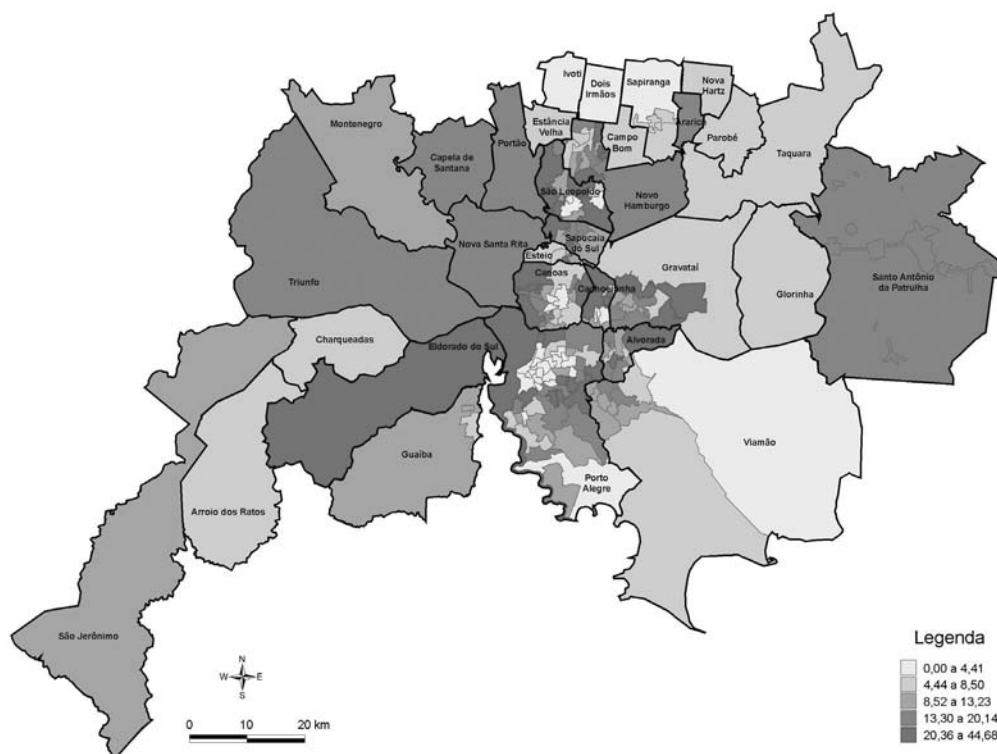
Nível de Integração ao Pólo Metropolitano	Domicílios Particulares Permanentes								
	Total	Próprios				Alugados		Outros	
		Com propriedade do terreno		Sem propriedade do terreno		Número	%	Número	%
		Número	%	Número	%				
Município Pólo	440.365	291.475	66,19	48.843	11,09	67.420	15,31	32.627	7,41
Muito alto	82.710	55.890	67,57	13.863	16,76	6.728	8,13	6.228	7,53
Alto	385.508	265.955	68,99	52.309	13,57	37.548	9,74	29.696	7,70
Médio	192.709	129.086	66,98	21.476	11,14	29.111	15,11	13.037	6,76
Baixo	30.074	21.310	70,86	3.984	13,25	1.843	6,13	2.938	9,77
Muito baixo									
TOTAL	1.131.366	763.716	67,50	140.475	12,42	142.650	12,61	84.526	7,47

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata).

A concentração espacial de domicílios próprios sem propriedade do terreno (*Mapa 6.9*) é um indício de áreas de ocupação irregular, possivelmente gerando espaços urbanos desqualificados. Em Porto Alegre, esses se concentram nos bairros periféricos Mario Quintana e Agronomia, nas AED's Vila São José, João Pessoa e Santa Tereza, onde, provavelmente, ocupam terrenos com altas declividades nas áreas de encosta que caracterizam esses bairros, no extremo norte segregado da Capital, formado pelos bairros Humaitá e Farrapos, e nos Bairros Jardim Carvalho e Bom Jesus. Seguindo a direção norte

do eixo, encontra-se o mesmo padrão de apropriação de periferias em Canoas (Matias Velho, Natal, Operário e Olaria) e Sapucaia do Sul (Cohab e Capão da Cruz), continuando pelas localidades periféricas de São Leopoldo e Novo Hamburgo. Para o sul, destaca-se a alta proporção de domicílios próprios sem a propriedade do terreno em Eldorado do Sul e, em grau bem menor, mas ainda assim expressivo, nos Municípios de Triunfo, Nova Santa Rita, Portão, Capela de Santana e Santo Antônio da Patrulha.

MAPA 6.9 – Domicílios Próprios sem Propriedade do Terreno, por AED. Proporção do Total de Domicílios Particulares Permanentes. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000

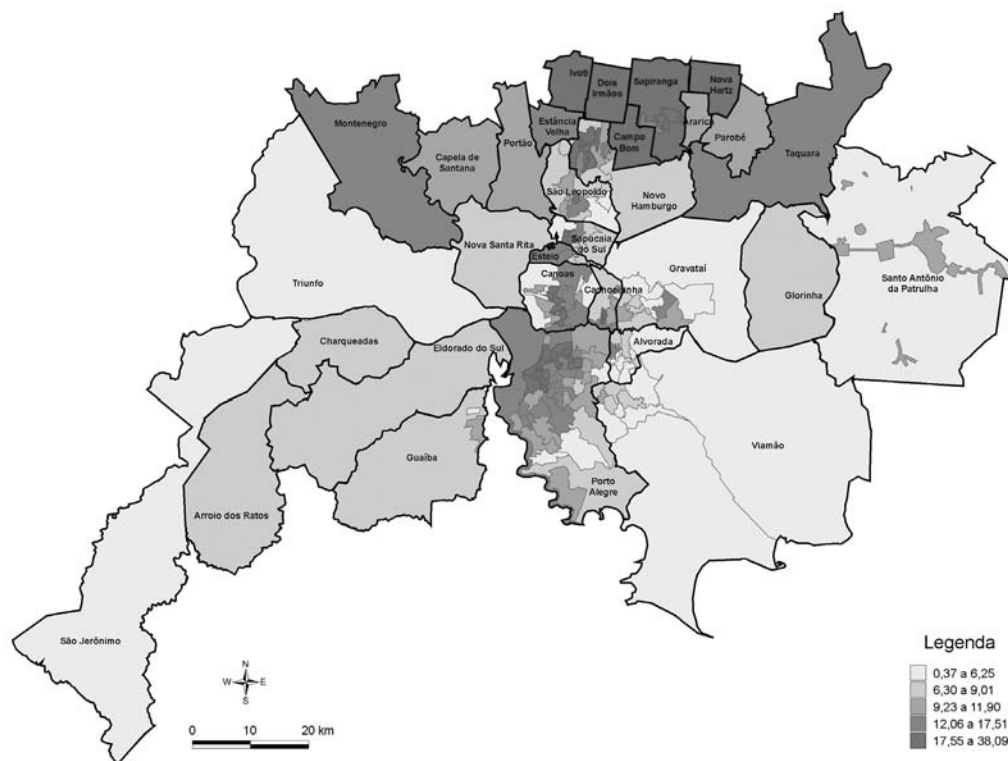


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

O aluguel da moradia, por outro lado, parece decorrer de necessidades específicas por unidades habitacionais em determinadas áreas ou municípios, possivelmente em decorrência de alguma atividade econômica. Em Porto Alegre, a grande concentração de domicílios alugados (*Mapa 6.10*) aparece na área central e em seu entorno (Cidade Baixa, Bom Fim, Independência, Floresta, Rio Branco, Menino Deus, Santana) e próximo ao aeroporto e à área industrial (São João, São Geraldo, Jardim Floresta, Higienópolis, Cristo

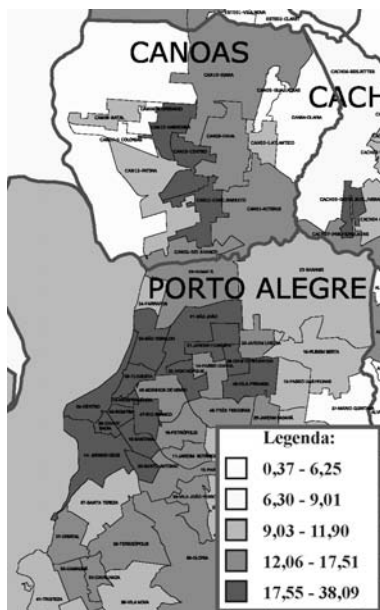
Redentor e Vila Ipiranga). Canoas também apresenta uma maior proporção de domicílios alugados na zona central, sobretudo no Centro, em Harmonia e na Chácara Barreto. Os *Mapas 6.11* e *6.12* detalham o comportamento do indicador nas duas zonas da RMPA onde este é mais concentrado: o grupo Porto Alegre – Canoas e o conjunto do Vale do Rio dos Sinos, estruturado a partir do binômio São Leopoldo – Novo Hamburgo.

MAPA 6.10 – Domicílios Alugados, por AED. Proporção do Total de Domicílios Particulares Permanentes. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



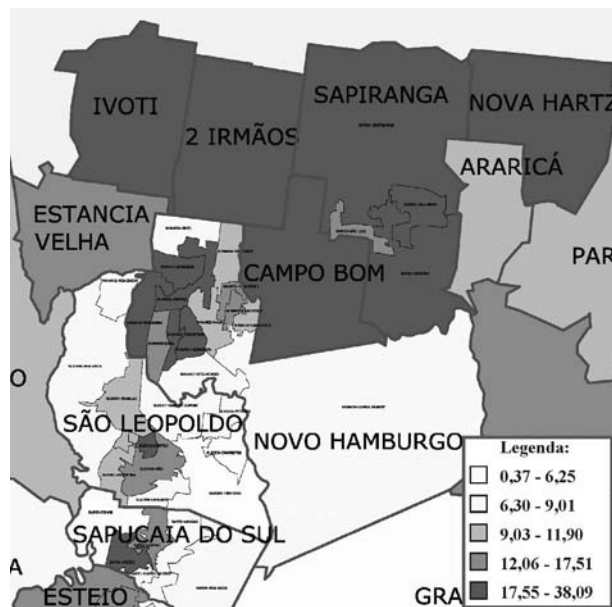
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

MAPA 6.11 – Distribuição dos Domicílios Alugados nas Áreas Centrais de Porto Alegre e Canoas – 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

MAPA 6.12 – Distribuição dos Domicílios Alugados no Vale do Sinos – 2000



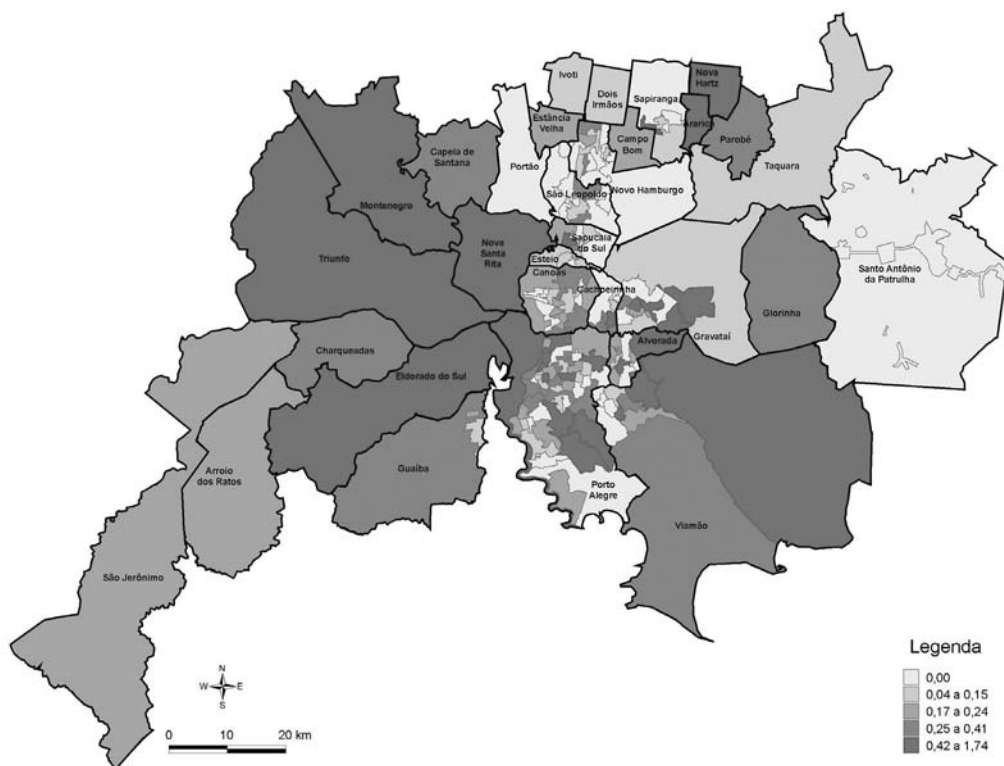
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Sapucaia do Sul, no Bairro Vacchi, o Centro de São Leopoldo e o núcleo central de Novo Hamburgo (Centro, Industrial, Primavera, Operário e Rondônia) são também áreas com concentração muito alta de domicílios alugados segundo os intervalos estabelecidos na pesquisa. E, surpreendentemente, Ivoti, Dois Irmãos, Campo Bom, Sapiranga, Nova Hartz e, numa proporção menor, Estância Velha são municípios com altas concentrações de domicílios alugados, muito provavelmente em função das atividades econômicas irradiadas da produção industrial de Novo Hamburgo, como indica a *Figura 6.3*. Ainda duas outras áreas se destacam no conjunto metropolitano pela concentração relativa de domicílios alugados: são os municípios de Montenegro, decorrência da localização do Pólo Petroquímico, e Taquara, talvez por sua afirmação como nova fronteira industrial da Região Metropolitana.

6.3.3.A Composição do Déficit Habitacional

Situações domiciliares específicas, potencialmente indicativas de carências ou de inadequação da moradia, também foram examinadas. O indicador percentual de *domicílios improvisados* (*Mapa 6.13*) é relevante em alguns bairros de Porto Alegre, destacando-se em antigas áreas industriais (Floresta e São Geraldo), em áreas historicamente apropriadas por afro-descendentes (Rio Branco e Três Figueiras), na área norte espacialmente segregada (Humaitá), na urbanização limítrofe da área Ruben Berta e, ao sul, nas periferias (Glória, Lomba do Pinheiro e Restinga), todas no pólo. Outros municípios, como Cachoeirinha, Gravataí, Viamão (Autódromo e Águas Claras) e Alvorada (Estância Grande), também exibem áreas com altos percentuais de domicílios improvisados. E, ainda, dentre os municípios sem desagregação intra-urbana, Eldorado do Sul, Triunfo, Montenegro, Nova Santa Rita, Araricá e Nova Hartz destacam-se pela alta incidência, em termos relativos, de domicílios improvisados, localizados em unidades não residenciais. Tal dispersão no padrão espacial é, muito provavelmente, o resultado de situações bem diferentes, podendo tanto significar a apropriação de antigos prédios industriais degradados, a manutenção de uma situação de pobreza e carência, a “simples” necessidade de ampliação do estoque habitacional, ou a reconversão de edificações inadequadas em domicílios, em função do crescimento populacional decorrente de operações industriais e de novas inserções no espaço metropolitano.

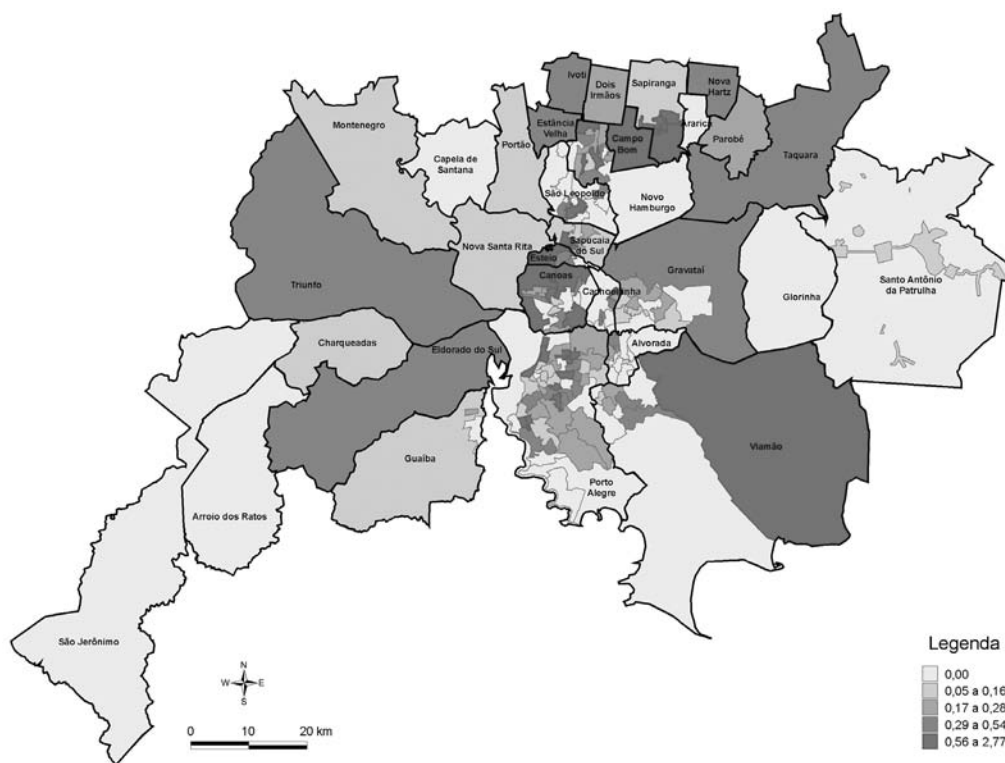
MAPA 6.13 – Domicílios Improvisados, por AED. Proporção de Moradia em Unidade Não Residencial em Relação ao Total de Domicílios. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Uma segunda situação específica, medida pelo percentual de cômodos cedidos ou alugados (*Mapa 6.14*) sobre o total de domicílios, outra variável formadora do índice do déficit habitacional, quando espacializada, permite a identificação de certas regularidades. A primeira diz respeito à concentração existente no pólo, na área central e proximidades, destacando-se as AED's Centro, Cidade Baixa, Floresta, São Geraldo e Farrapos, os núcleos de Jardim Lindóia, Cristo Redentor e Jardim Farrapos e os bairros da zona sul, Camaquã e Cavalhada. Outro núcleo inclui quase todas as AED's do Município de Canoas e o Parque de Exposições de Esteio. E há, ainda, um terceiro conjunto – ao norte de Novo Hamburgo –, incluindo os bairros Dihel e Mauá e os Municípios de Campo Bom e Sapiranga.

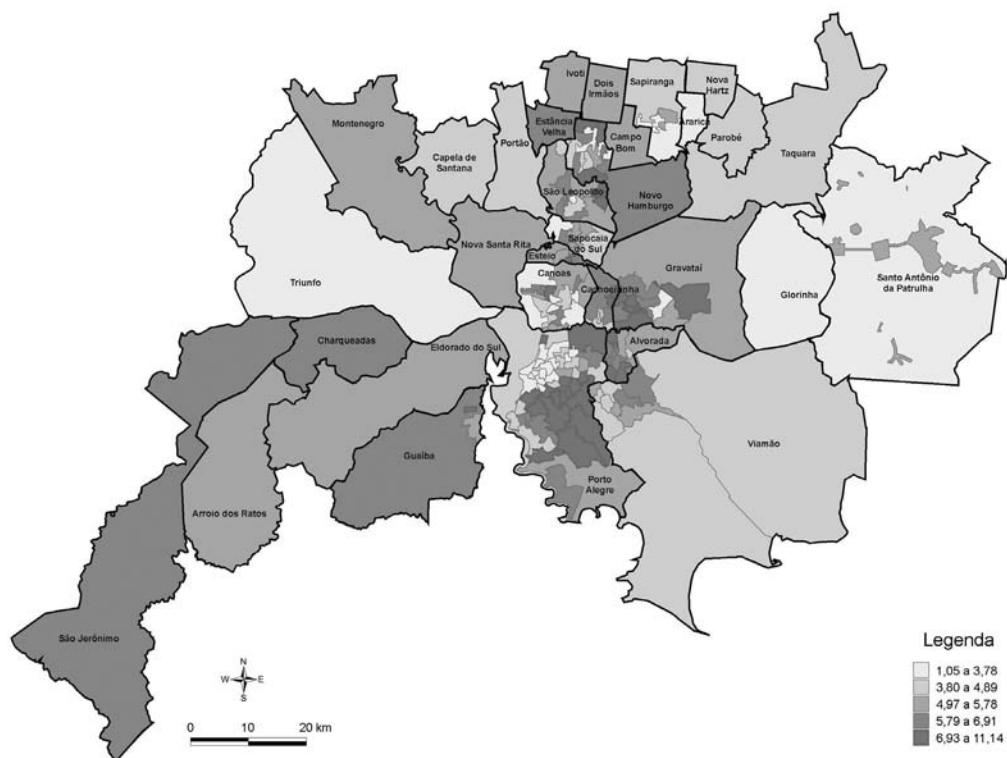
MAPA 6.14 – Cômodos Cedidos ou Alugados, por AED. Proporção do Total de Domicílios Particulares Permanentes. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

O percentual de *famílias conviventes* (Mapa 6.15) no total de domicílios, expresso pela presença, nos domicílios, de chefes de famílias que não são chefes de domicílio, destaca Porto Alegre, especialmente a zona centro-sul, limitada pela avenida Ipiranga, e o Bairro Sarandi, estendendo-se até a área limítrofe em Alvorada, como espaços com alta concentração de domicílios com mais de uma família. Áreas periféricas de Novo Hamburgo, prolongando-se até Estância Velha, assim como os municípios de Charqueadas e São Jerônimo, localizados a sudoeste, e Guaíba, confrontando Porto Alegre na outra margem do lago, também concentram níveis altos de convivência.

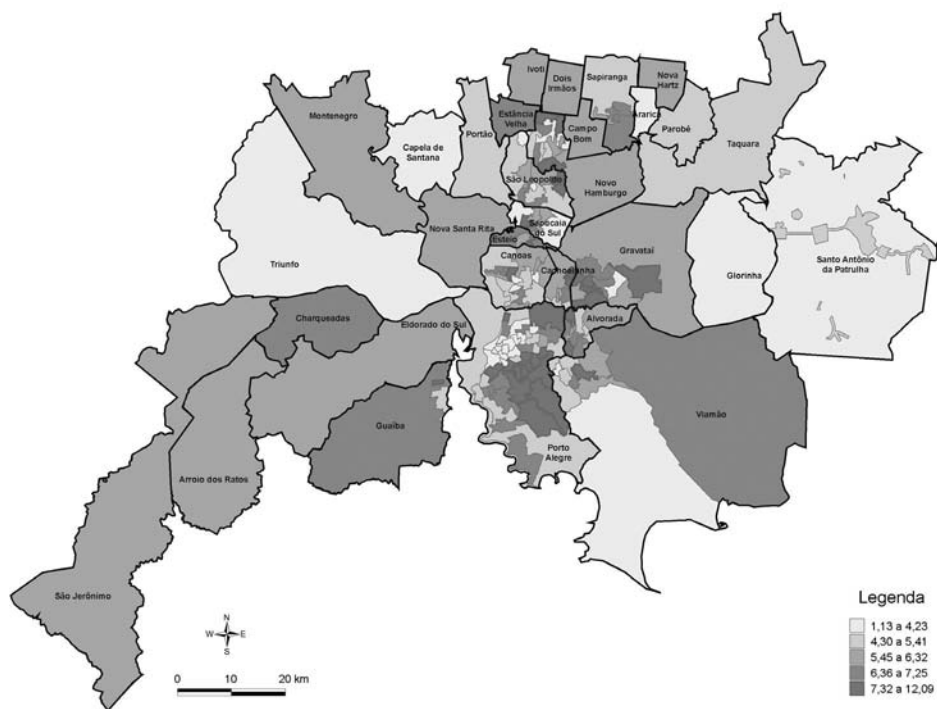
MAPA 6.15 – Famílias Conviventes, por AED. Responsáveis pelas Famílias que não são Responsáveis por Domicílios em Relação ao Total de Domicílios. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

O percentual de déficit habitacional (*Mapa 6.16*) no total de domicílios, um indicador composto, formado pelo somatório de domicílios improvisados, cômodos cedidos e alugados e famílias conviventes, acrescenta algumas informações sobre os outros indicadores de precariedade. Sua espacialização aponta como áreas altamente deficitárias os Bairros Sarandi e Farrapos e toda a zona de morros de Porto Alegre, setores periféricos de Novo Hamburgo e São Leopoldo, uma parte importante da área urbanizada de Gravataí e, em nível um pouco menos perverso, os Municípios de Estância Velha, Charqueadas e Guaíba.

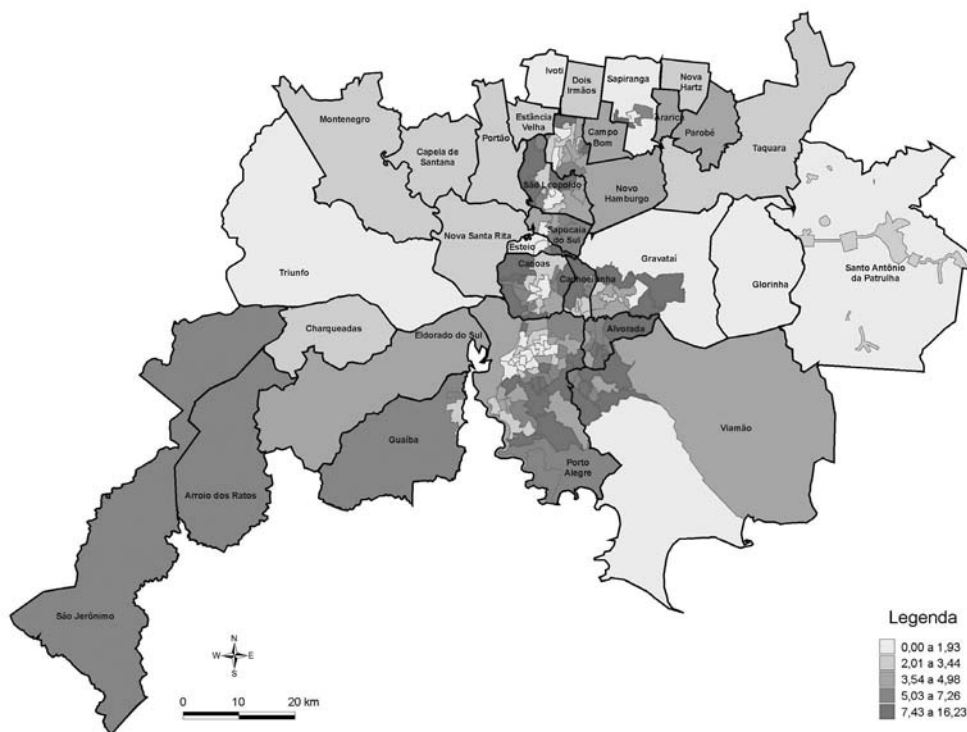
MAPA 6.16 – Déficit Habitacional, por AED. Déficit Habitacional = Somatório dos Domicílios com Famílias Conviventes, Domicílios Improvisados e Domicílios com Cômodos Cedidos ou Alugados em Relação ao Total de Domicílios. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Finalmente, a distribuição dos domicílios metropolitanos segundo as condições de moradia considerando o indicador inadequação domiciliar por adensamento excessivo (*Mapa 6.17*) – segundo o critério da convivência de mais de três pessoas por dormitório – registra, mais uma vez, altas proporções nas áreas com relevo acidentado e encostas dos morros de Porto Alegre (Santa Tereza, Glória, Vila João Pessoa, São José, Agronomia e Mario Quintana), no núcleo de habitação popular da Vila Restinga e na área de ocupação rarefeita conhecida como Hípica, além de no Bairro Farrapos, no extremo norte. Nos outros municípios, o indicador é representativo nas periferias de áreas urbanas consolidadas, como Canoas (Matias Velho e Olaria), São Leopoldo (Boa Vista e Santos Dumont) e Novo Hamburgo (Dihel e Canudos 3), e também nos municípios do eixo leste limítrofes ao pólo, Gravataí (Centro 2, Itacolomi e Parque dos Anjos), Alvorada (Stella Maris, Tordilho e Estância Grande) e Viamão (Passo Dorneles, São Tomé, Volta da Figueira, Autódromo e Viamópolis).

MAPA 6.17 – Adensamento Excessivo, por AED. Proporção de Domicílios Particulares Permanentes com mais de Três Moradores por Domicílio. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Considerações Finais

As informações censitárias sobre as características gerais dos domicílios e sua relação com o entorno, quando examinadas através dos dados desagregados por AED, mostram com relativa clareza o padrão de distribuição socioespacial da habitação na Região Metropolitana de Porto Alegre. Nesse nível de desagregação, que permite a identificação e a categorização dos espaços interiores, ampliam-se as possibilidades de realização de análises espaciais acuradas abrangendo tanto estudos qualitativos sobre a configuração do ambiente urbano como a avaliação localizada das características das comunidades residenciais e o levantamento do grau de precariedade das células habitacionais.

É possível observar um movimento positivo no sentido da qualificação dos espaços de moradia dos cidadãos metropolitanos. Essa tendência pode ser claramente percebida

quando são analisadas as informações temporais relativas à provisão de infra-estrutura e serviços básicos, demonstrando o esforço e o comprometimento dos poderes públicos com a superação dos entraves gerados por ações de urbanização irregulares e processos de ocupação desqualificados. Já aquelas informações indicativas da presença de ocupações subnormais não possibilitam nenhuma avaliação conclusiva quanto a perspectivas futuras, pois os dados apresentam inconsistências. É possível, no entanto, afirmar que as poucas áreas identificadas como aglomerados subnormais no *Censo 2000* ocupam territórios fragilizados e submetidos à degradação, tais como encostas de morros e terrenos acima da cota de risco ambiental, zonas inundáveis e insalubres próximas aos arroios da Região e parcelas residuais de terrenos utilizados para a realização de obras viárias e/ou de contenção de cheias. Quanto à espacialização da tipologia domiciliar apartamento, o mapa da verticalização da Região mostra que Porto Alegre é, definitivamente, uma cidade vertical e que essa verticalização é mais significativa em toda a zona ao norte da avenida Ipiranga (a artéria divisória que coincide e marca o início da cadeia de morros que contorna o Município). Na Região Metropolitana como um todo, observa-se um eixo com maior verticalização junto à BR-116 e uma concentração mais expressiva no limite norte, em Novo Hamburgo e nos municípios de sua área de influência.

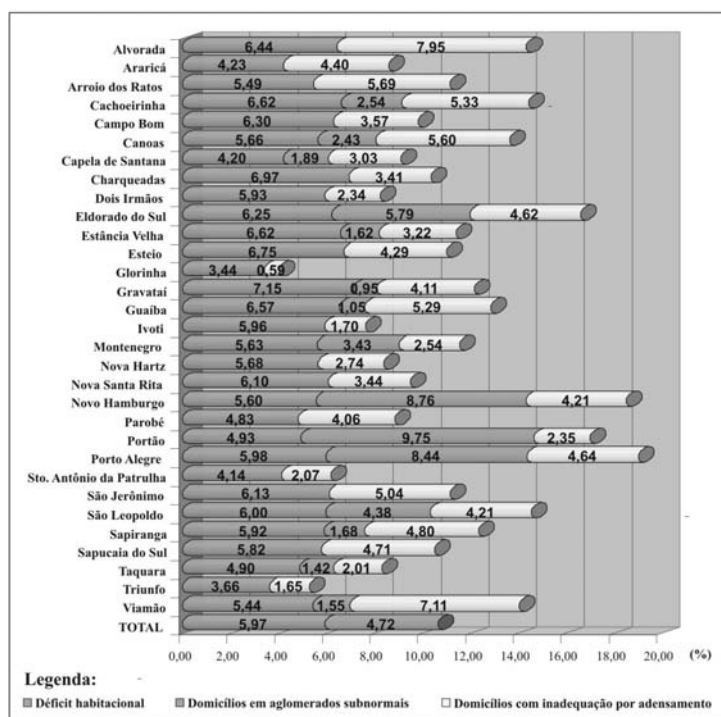
Para inferir o nível de conforto domiciliar, foram espacializados os indicadores de acesso a bens e equipamentos domésticos, classificados segundo sua intensidade de uso. Nos três casos, posse de bens de uso difundido, de média difusão e de uso restrito, as áreas com domicílios equipados configuram um padrão linear norte-sul, com os valores maiores ocorrendo nas áreas centrais e no eixo da BR-116, muito similar ao padrão conformado pelos domicílios tipo apartamento e oposto ao padrão de concentração dos domicílios com o máximo de três cômodos. Essa configuração sugere uma relação direta entre centralidade e/ou acessibilidade espacial do domicílio e a posse de bens e equipamentos de consumo doméstico por parte de seus moradores. Em outras palavras, as famílias que vivem em domicílios com boa acessibilidade, nas áreas mais centrais desse corredor norte-sul, talvez por estarem mais expostas às inovações, tendem a um maior consumo de bens de uso doméstico.

Em relação às características internas das habitações, percebem-se inadequações tanto pelo congestionamento do espaço de moradia – domicílios que, pelo seu tamanho e/ou distribuição de cômodos, não reúnem as condições mínimas para abrigar adequadamente uma família – como pela complicada situação de propriedade domiciliar, especialmente a

figura do domicílio próprio em terreno não próprio, que caracteriza as áreas de ocupação irregular classificadas pelo IBGE como aglomerados subnormais.

Com essas informações, é possível fazer uma simulação, ainda que de forma grosseira, da magnitude da carência de moradias e da conseqüente necessidade de reposição do estoque habitacional que os municípios terão que enfrentar para acomodar sua população. Considerando-se que tanto os domicílios improvisados como aqueles constituídos por cômodos cedidos ou subalugados são inadequados, e que a existência de mais de uma família em uma mesma habitação (as famílias conviventes) é um indicador de carência de moradia, o somatório desses três indicadores – que forma o indicador composto déficit habitacional – parece bastante significativo na mensuração das carências do setor. E, se a esse valor forem acrescidos aqueles domicílios inadequados em razão da alta densidade de seu espaço interno e os domicílios localizados em aglomerados subnormais, tem-se uma primeira medida das necessidades habitacionais imediatas na RMPA. O Gráfico 6.2 mostra a composição dessa carência nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre.

GRÁFICO 6.2 – Percentual de Inadequação da Moradia por Município da RMPA – 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Concluindo, é importante salientar a pertinência desse tipo de investigação, pautada nos dados levantados pelo *Censo Demográfico* do IBGE. É fato que, pelas limitações antes apontadas, os produtos são, essencialmente, descrições de uma determinada situação, com alguns estudos pontuais evolutivos e de indicação de tendências. Entretanto a possibilidade de trabalhar a informação com um nível de agregação espacial que permite efetivamente localizar problemas, carências e inadequações autoriza investigações mais acuradas e avanços de raciocínio na direção da interpretação dos fatores geradores da problemática encontrada. A *Tabela 6.6*, construída para auxiliar a ilustração da capacidade aportada por dados desagregados, sintetiza informações sobre as AED's de Porto Alegre que concentram as maiores proporções em relação ao somatório dos indicadores domicílios com inadequação por adensamento excessivo, domicílios localizados em aglomerados subnormais e déficit habitacional. Visualiza-se que 35,3% de todos os domicílios dessas áreas detêm alguma condição de inadequação, dado que, em Porto Alegre, corresponde a 19% e, na RMPA, a 15,4%. Também é possível inferir que aí está localizado mais de um terço dos domicílios inadequados da Região (34,6%), representando 72% dos domicílios com essa condição existentes no Pólo (*Tabela 6.6*).

TABELA 6.6 – Inadequação Muito Alta das Moradias no Pólo, Segundo os Indicadores Adensamento Excessivo, Localização em Aglomerados Subnormais e Déficit Habitacional, por AED – 2000

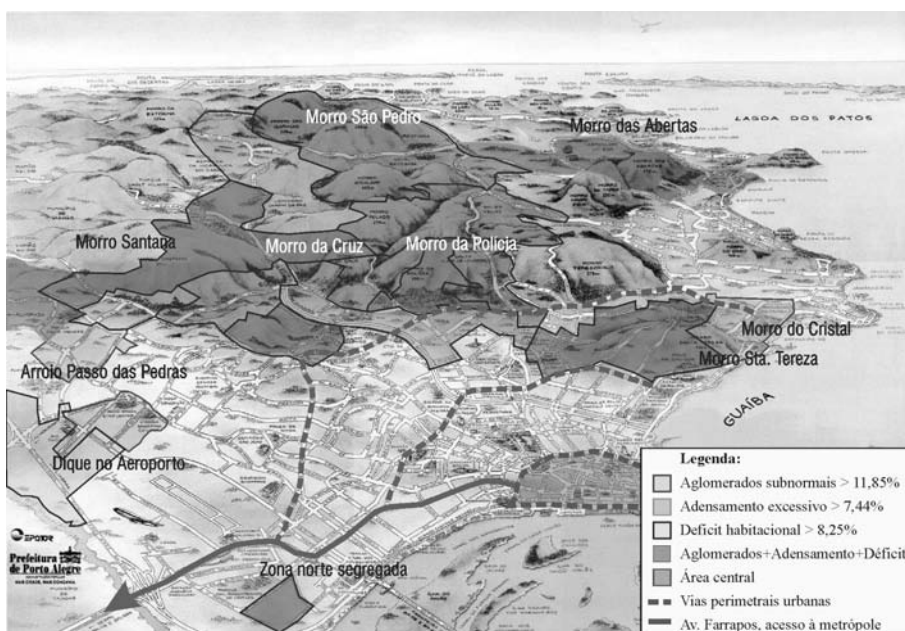
AEDS com Proporção Muito Alta de Moradias Inadequadas	Domicílios Particulares Permanentes	Domicílios com Inadequação		Déficit Habitacional	Total da Inadequação	
		Por Adensamento	Em Aglomerados Subnormais		Número	%
POA32 Jardim Lindoia	5.921	211	843	219	1.273	21,49
POA28 Morro Santana	5.883	256	603	469	1.328	22,57
POA23 Sarandi	26.563	1.516	2.603	2.245	6.364	23,96
POA13 Partenon	14.566	751	1.726	1.192	3.670	25,19
POA36 Gloria	12.383	1.010	1.309	1.072	3.390	27,38
POA07 Cristal	9.606	478	1.749	477	2.705	28,15
POA17 Restinga	14.508	1.440	927	1.754	4.121	28,4
POA25 Jardim Carvalho	7.279	462	977	677	2.117	29,08
POA15 Passo das Pedras	7.349	444	1.397	412	2.253	30,66
POA35 Vila João Pessoa	7.563	700	892	745	2.338	30,91
POA22 São Jose	8.855	799	1.088	872	2.759	31,16
POA01 Agronomia	3.339	319	844	358	1.521	45,56
POA27 Mário Quintana	8.003	1.184	2.384	380	3.948	49,33
POA24 Farrapos	4.814	618	1.295	513	2.427	50,41

AEDS com Proporção Muito Alta de Moradias Inadequadas	Domicílios Particulares Permanentes	Domicílios com Inadequação		Déficit Habitacional	Total da Inadequação	
		Por Adensamento	Em Aglomerados Subnormais		Número	%
POA37 Santa Teresa	19.960	1.843	7.368	1.686	10.896	54,59
POA43 Hipica	4.626	534	2.050	326	2.910	62,9
POA34 Bom Jesus	10.071	1.168	4.477	818	6.463	64,17
AEDs c/ % muito alto	171.289	13.733	32.532	14.216	60.481	35,31
Total de Porto Alegre	440.365	20.454	37.163	26.340	83.957	19,07
TOTAL DA RMPA	1.131.366	53.744	53.363	67.500	174.606	15,43

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata).

A partir da *Tabela 6.6*, foi montada a *Mapa 6.18*, que mostra o mapa da inadequação da moradia em Porto Alegre, uma tentativa de alertar para a estreita relação verificada entre o quadro de carência observado na provisão da moradia e as situações de risco e degradação ambiental que afetam a Metrópole.

MAPA 6.18 – Áreas com Maior Concentração de Inadequação Habitacional em Porto Alegre – 2000



Fonte dos dados brutos: IBGE, Censo Demográfico 2000. Epatur-PMPA.

Nota: Observa-se que as áreas com proporção muito alta de aglomerados subnormais, incidência muito alta de domicílios com adensamento excessivo, além de déficit habitacional muito alto coincidem com a cadeia de morros que corta a Metrópole, além de localizações em outras áreas ambientalmente frágeis e/ou degradadas.

Referências Bibliográficas

PNUD; IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e Fundação João Pinheiro, 2003.

BÓGUS, L.; PASTERNAK, S. Como Anda São Paulo. **Cadernos MetrÓpole-desigualdade e governança**. São Paulo: Educ, 2004.

IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Famílias e Domicílios: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/familias/censo2000_familias.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2006.

METRODATA. Desigualdades Intra-urbanas nas MetrÓpoles Brasileiras. Observatório das MetrÓpoles.

Fundação João Pinheiro. **Déficit Habitacional no Brasil** – Municípios Selecionados e Microrregiões Geográficas. 2. ed. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações/Ministério das Cidades, 2005. 111 p. (Projeto PNUD-BRA-00/019 – Habitar Brasil – BID).

7. Mobilidade Urbano-Metropolitana na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)

7.1. Apresentação

O presente texto tem como origem análises elaboradas para integrar a pesquisa *Como Andam as Regiões Metropolitanas*. Apresenta o comportamento da movimentação de pessoas na Região Metropolitana de Porto Alegre, tendo como fontes principais o *Censo Demográfico 2000* – dados sobre movimentos pendulares – e as pesquisas da Entrevista Domiciliar (Edom) – levantamentos específicos sobre as viagens urbano-metropolitanas da sua população, realizadas em 1974-1975, 1986 e 1997, considerando, em especial, a última pesquisa.

A Edom-1997, atualizada para 2002 através de pesquisas complementares e procedimentos estatísticos, é considerada adequada para análises conjuntas com a fonte *Censo Demográfico 2000*, levando-se em conta que, em termos de deslocamentos urbano-metropolitanos, o quadro regional não se alterou de forma significativa no período 1997-2002, ao se considerar o mesmo conjunto de 24 municípios que compunham a Região em 1997. Essa hipótese é verificada em um dos procedimentos relatados a seguir. Destaca-se, adicionalmente, que os acréscimos populacionais e de movimentos decorrentes da ampliação de 24 para 31 municípios, ocorrida no período, foram pouco expressivos em termos da estrutura metropolitana, da ordem de 5%.

7.2. Caracterização Geral da RMPA Segundo os Principais Indicadores de Mobilidade

A seguir, para reconhecimento das principais grandezas, apresentam-se os parâmetros gerais da mobilidade média diária na RMPA, considerando toda a população dos 24 municípios, a partir dos dados da pesquisa Edom-1997 atualizada para 2002:

- » mobilidade por pessoa todos os modos, sem o modo *a pé* – 1,60 viagem/dia;
- » mobilidade por pessoa modo *coletivo* – 0,68 viagem/dia;
- » mobilidade por pessoa modo *automóvel* – 0,70 viagem/dia.

No que se refere à divisão modal, é importante considerar, ao se elaborarem análises comparativas com outras RMs ou cidades, que a pesquisa Edom-1997 não levantou dados de movimentos pelo modo *a pé*¹. Por isso, a Tabela 7.1, referente aos grandes modos, apresenta os dados originais e, alternativamente, esses dados afetados por uma estimativa do modo *a pé* de 28% sobre o total, colhidos da pesquisa Edom realizada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre em 2003, que levantou essa informação.

TABELA 7.1 – Distribuição Percentual de Viagens, por Modo, na RMPA – 2002

Modo de Transporte	Sem o Modo a Pé	Com Modo a Pé ¹
Transporte individual	44,95	32,00
Transporte coletivo	43,60	31,00
Outros modos	11,45	9,00
A pé	0,00	28,00
TOTAL	100,00	100,00

Fonte: Edom-1997 atualizada para 2002

(1) Estimativa

Cabe destacar que esse percentual de 28% está aplicado, na estimativa da RMPA, como uma aproximação considerada a menor, visto que, nos demais municípios a incidência dos movimentos *a pé* deve ser maior, haja vista os dados citados por Vasconcellos (2003),

1 Os dados que constam na pesquisa para esse modo são aqueles atrelados a deslocamentos por outros modos que exigiram, de forma expressiva, uma etapa de acesso a pé aos modos motorizados.

que apontam 44% para o País, conjunto onde os municípios menores, sem adequados serviços públicos ou pelas pequenas distâncias, avolumam essa participação.

7.3. Aspectos Analisados

Os dados da Edom-1997 atualizados para 2002, discriminados segundo diversas variáveis (modo, motivo, localização, duração de viagem, qualificação das pessoas móveis etc.), serão analisados conforme o seguinte roteiro:

- a) cotejando-os com os dados do *Censo Demográfico 2000* do IBGE, dados da amostra, relativos aos movimentos pendulares por motivo de *trabalho* ou *estudo*, analisados segundo a distribuição espacial dos deslocamentos, conforme esses motivos, por município e por agregações de municípios, de acordo com o grau de integração, agrupamento adotado no projeto Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil, desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles.
- b) comparando-os com os dados de 1986 (Edom-1986 da RMPA), buscando interpretar o grau de permanência e de mudanças de características, de forma a subsidiar interpretações de diagnósticos e prognósticos. As características serão analisadas conforme sua distribuição espacial segundo grandes eixos, numa visão estrutural espacial, e de acordo com sua distribuição segundo modos, onde se procura verificar a questão de tendências quanto à opção entre modos, focalizando, em especial, o modo *ônibus*, dentre os coletivos;
- c) mobilidade das pessoas segundo faixas etárias e sexo;
- d) duração das viagens (tempo de deslocamento urbano-metropolitano) segundo modos de transporte coletivo e individual;
- e) duração das viagens segundo qualificação da população quanto à faixa etária e sexo;
- f) comparativo de frota de veículos (automóveis) de uso pessoal, segundo dados das Edoms de 1986 e de 1997, visando interpretar e subsidiar o tratamento da importante questão do crescente uso do automóvel. Esses dados relativos a levantamento de veículos em domicílios serão comparados com dados totais de registros no Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul

(Detran-RS), onde também são registrados veículos de pessoas jurídicas, isto é, não são dados diretamente comparáveis, mas se considera importante correlacioná-los e interpretar tendências de forma conjunta.

7.4. Movimentos Pendulares por Motivo de Trabalho ou Estudo

A análise da mobilidade da população da RMPA foi elaborada, inicialmente, com a utilização dos dados de origem e destino (O-D) dos movimentos pendulares, para *trabalho* ou *estudo*, nos municípios da Região, obtidos pelo *Censo Demográfico 2000*. A Tabela 7.2 apresenta os dados da população residente na RMPA com 15 anos e mais de idade, por níveis de integração ao pólo metropolitano e segundo os 31 municípios respectivamente. A observação dos resultados da *Tabela 7.2* mostra que, considerados os níveis de integração metropolitana, os percentuais decrescem, conforme reduz o vínculo entre os municípios. No nível *muito alto*, 51% da população desses municípios trabalha ou estuda fora da sede, dos quais 84,8% realizam essas atividades no pólo, confirmando a estreita dependência entre eles. Uma possível explicação para o reduzido percentual do nível *médio*, que apresenta somente 12,3% de pessoas se deslocando para o pólo, pode estar relacionada ao distanciamento espacial entre essas cidades e Porto Alegre e a uma possível vinculação de boa parte dessas cidades com Novo Hamburgo, que apresenta características de subpólo metropolitano. Isso difere da situação dos municípios integrantes do nível *baixo*, onde 12,2% dos indivíduos que saem para trabalhar ou estudar fora, 26,5% viajam ao pólo para essas atividades, possivelmente pela atratividade que a Capital exerce e pela falta de outra opção.

TABELA 7.2 – Pessoas Residentes com 15 Anos e Mais de Idade que Trabalham ou Estudam e Realizaram Movimento Pendular Segundo Níveis de Integração dos Municípios ao Pólo na RMPA – 2000

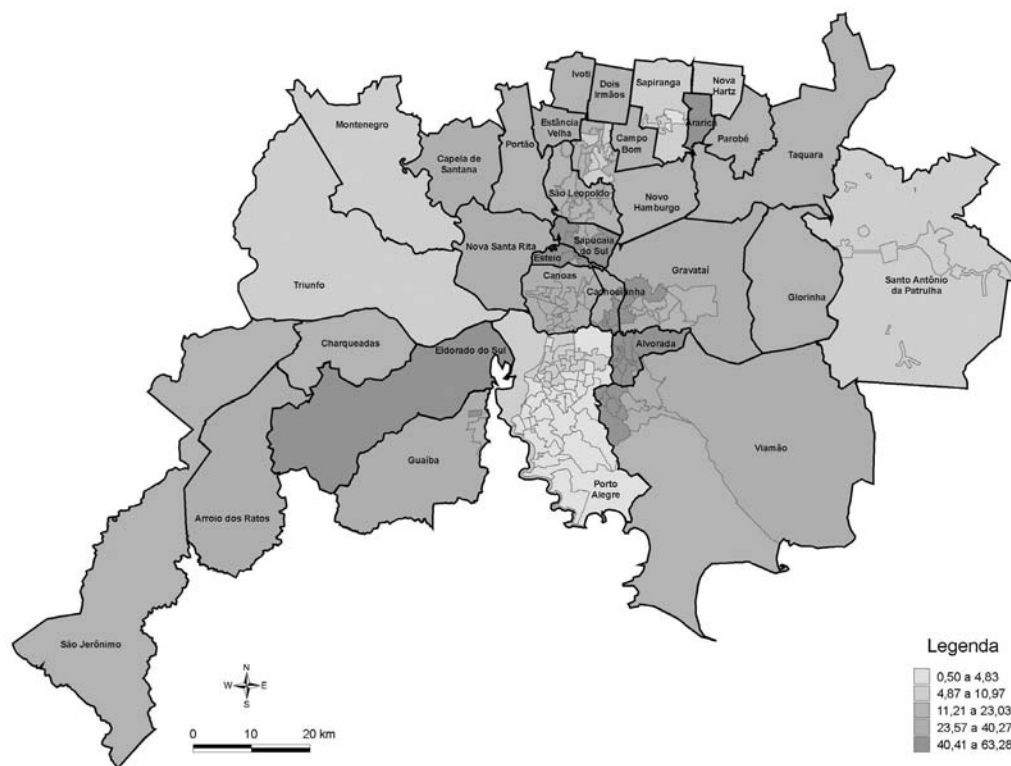
Nível de Integração ao Pólo Metropolitano	Pessoas de 15 Anos e Mais de Idade				C / B (%)	D / C (%) ²
	Total (A)	Que Trabalham ou Estudam				
		Total (B)	Fora do município residência (C) ¹	Dirigindo-se ao pólo metropolitano (D)		
Município-pólo	1 046 945	699 795	25 937	-	3,7	-
Muito alto	203 348	130 091	66 309	56 235	51	84,8
Alto	950 629	602 527	204 022	127 807	33,9	62,6
Médio	470 979	326 756	41 500	5087	12,7	12,3
Baixo	72 532	45 298	5 530	1 466	12,2	26,5
Muito baixo						
TOTAL	2 744 433	1 804 466	343 297	190 594	19	55,5

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. (Metrodata).

(1) O movimento de pessoas que estudam ou trabalham fora de seu município de residência é denominado pendular. (2) O cálculo do percentual de pessoas que se dirigem ao pólo, relativo ao "total da Região Metropolitana", exclui os dados do município-pólo.

Os dados sobre os 31 municípios metropolitanos estão representados no *Mapa 7.1*, segundo as Áreas de Expansão da Amostra (AED's). Observa-se que os mais altos percentuais de deslocamento de indivíduos que trabalham ou estudam fora do município de residência são apresentados por Alvorada (56,3%), Viamão (46,3%), Eldorado do Sul (45,3%), Esteio (45,0%), Cachoeirinha (42,5%) e Sapucaia do Sul (40,6%).

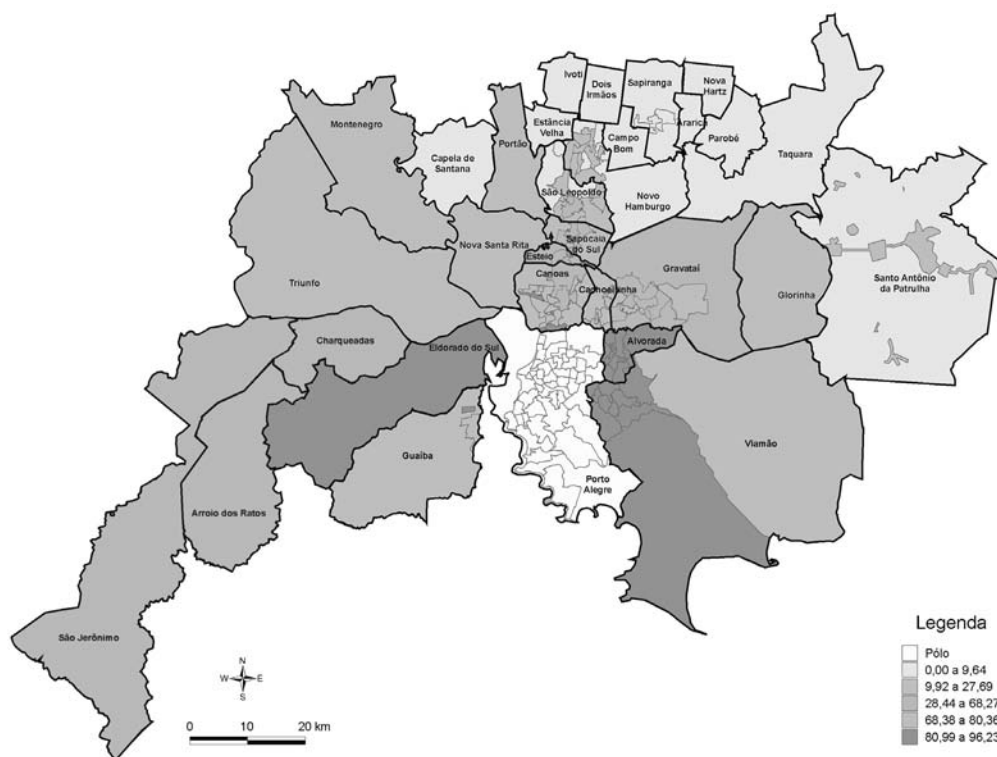
MAPA 7.1 – Pessoas que Trabalham ou Estudam em Outro Município, por AED.
 Proporção do Total da População de 15 Anos e Mais que Trabalha ou Estuda.
 Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Considerada a população que se dirige ao pólo metropolitano para atividades através de deslocamentos pendulares, os municípios que se destacam são praticamente os mesmos em relação à análise anterior: Viamão (93,4%), Alvorada (90,2%), Eldorado do Sul (83,9%), Gravataí (81,6%), Canoas (74,7%) e Cachoeirinha (73,6%). Esses resultados demonstram a estreita vinculação metropolitana desses municípios, assim como a sua ligação com a Capital (*Mapa 7.2*). Deve ser ponderado que tanto as características de dormitório de algumas cidades como a sua pouca oferta de postos de trabalho e proximidade territorial com Porto Alegre contribuem para esses percentuais elevados. Isso fica evidenciado ao se constatar que os percentuais de menor valor, em ambas as análises, correspondem a municípios mais distantes do pólo e com maior autonomia urbana, tais como Campo Bom, Dois Irmãos, Ivoti, Nova Hartz, Parobé, Portão, Sapiranga e Taquara.

MAPA 7.2 – Pessoas que se Dirigem ao Pólo, por AED. Proporção da População que Realiza Movimento Pendular. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

As análises da mobilidade no âmbito da RMPA, entretanto, podem ser aprofundadas pela disponibilidade de outras informações mais detalhadas sobre a movimentação da sua população, propiciadas pelas pesquisas tipo Edom. A Metroplan tem realizado, sistematicamente, a *Entrevista Domiciliar*, um levantamento de dados sobre as viagens dos residentes urbanos com base em pesquisa aplicada por amostra nas zonas de tráfego (ZTs) – unidades de pesquisa para o planejamento de transportes formadas pela agregação de setores censitários. Abrangendo todos os municípios que oficialmente compunham a área metropolitana, os dados disponíveis são: origem, destino, modo, motivo e tempo dos deslocamentos dos indivíduos, juntamente com alguns dados relacionados a suas condições socioeconômicas, de suas famílias e dos seus domicílios. Essa grande massa de dados refere-se aos 24 municípios que pertenciam à RMPA em 1997 e, em 1986 e 1974-1975, à área dos 14 municípios da composição original da RM (que, com os desmembramentos, corresponde, hoje, a 18).

A utilização dos dados da Edom-1997 na elaboração de tabelas similares à *Tabela 7.2* foi feita considerando a possibilidade de se aferirem e compararem os resultados de ambas as análises, buscando a melhor compreensão dos fenômenos da mobilidade da RMPA. Inicialmente, cabe esclarecer que a diferença nos valores absolutos encontrados ao se compararem dados do *Censo Demográfico 2000* e Edom-1997 encontra justificativa em:

- » são levantamentos aplicados com uma defasagem de três anos;
- » há uma diferença espacial entre eles, pois o primeiro considerou 31 municípios, enquanto o segundo pesquisou somente 24, o que afeta particularmente os municípios de nível de integração *baixo*; e,
- » a Edom não considerou as viagens feitas pelo modo *a pé*, que devem existir em deslocamentos de pessoas entre municípios contíguos.

As *Tabelas 7.3* e *7.4* mostram os produtos dessa análise. Na *Tabela 7.3*, os percentuais de indivíduos que se deslocaram para fora do município de origem se apresentam inferiores, de maneira geral, aos verificados na *Tabela 7.2*, denotando uma menor integração com outros municípios na realização das atividades consideradas. Cabe destacar que o período de execução da Edom-1997 coincidiu com uma época de retração do mercado de trabalho, quando foram verificados altos índices de desemprego (PEIXOTO, 2002), o que pode explicar, em parte, esses percentuais menores. A ordem de importância dessas vinculações, porém, é semelhante àquela encontrada com os dados do *Censo Demográfico 2000*, isto é, os conjuntos dos municípios com maiores e menores percentuais são quase os mesmos, o que pode ser confirmado na *Tabela 7.4*.

TABELA 7.3 – Pessoas Residentes com 15 Anos e Mais de Idade que Trabalham ou Estudam e Realizaram Movimento Pendular, Exceto Deslocamentos a pé, Segundo Níveis de Integração dos Municípios ao Pólo, na RMPA – 1997

Nível de Integração ao Pólo Metropolitano	Número de Pessoas de 15 Anos e Mais de Idade			Trabalham ou estudam fora do município de residência em relação ao total que trabalha ou estuda ¹	Trabalham ou estudam dirigindo-se ao pólo metropolitano em relação aos que trabalham ou estudam fora do município de residência ²
	Total	Que Trabalham ou Estudam			
		Total	Fora do município de residência ¹		
Município Pólo	977 987	645 727	27 277	–	4,2
Muito alto	182 504	117 402	50 587	44 173	43,1
Alto	790 302	502 373	163 242	104 438	32,5
Médio	333 891	221 636	22 209	2 564	10,0
Baixo	5 097	3 240	285	61	8,8
Muito baixo					
TOTAL	2 289 781	1 490 378	263 600	151 236	17,7

Fonte: Metroplan. Edom-1997.

(1) O movimento de pessoas que estudam ou trabalham fora de seu município de residência é denominado pendular. (2) O cálculo do percentual de pessoas que se dirigem ao pólo, relativo ao "total da Região Metropolitana", exclui os dados do município-pólo.

Na mesma *Tabela 7.3*, quando considerados os percentuais de pessoas que se dirigem ao pólo para trabalhar ou estudar, verifica-se que os valores são bem próximos aos apresentados na *Tabela 7.2*. Para os demais níveis de integração, a porcentagem de deslocamentos é razoavelmente próxima.

TABELA 7.4 – População Residente 15 Anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Pessoas que Realizaram Movimento Pendular, Exceto Deslocamento a pé, na RMPA – 1997

Código	Municípios	Número de Pessoas de 15 Anos e Mais de Idade				Trabalham ou estudam fora do município de residência em relação ao total que trabalha ou estuda ¹	Trabalham ou estudam dirigindo-se ao pólo metropolitano em relação aos que trabalham ou estudam fora do município de residência
		Total	Que Trabalham ou Estudam				
			Total	Fora do município de residência ¹	Dirigindo-se ao pólo metropolitano		
4300604	Alvorada	114 070	73 101	34 022	31 981	46,5	94
4303103	Cachoeirinha	68 434	44 301	16 565	12 192	37,4	73,6
4303905	Campo Bom	37 584	26 001	2 851	81	11	2,9
4304606	Canoas	195 252	122 628	34 535	27 099	28,2	78,5
4305355	Charqueadas	18 725	11 375	1 295	455	11,4	35,1
4306403	Dois Irmãos	7 202	5 382	518	13	9,6	2,4
4306767	Eldorado do Sul	6 748	4 354	2 125	1 938	48,8	91,2
4307609	Estância Velha	15 387	10 549	2 283	122	21,6	5,4
4307708	Esteio	60 645	38 185	13 863	4 519	36,3	32,6
4309050	Glorinha	453	270	70	7	25,9	10
4309209	Gravataí	129 146	83 379	30 527	19 846	36,6	65
4309308	Guaíba	52 352	35 328	10 614	8 952	30	84,3
4310801	Ivoti	5 840	4 350	410	19	9,4	4,5
4313060	Nova Hartz	6 501	4 708	108	22	2,3	20
4313375	Nova Santa Rita	7 755	5 055	1 867	309	36,9	16,5
4313409	Novo Hamburgo	170 240	109 435	11 007	1 499	10,1	13,6
4314050	Parobé	23 368	17 572	1 231		7	0
4314803	Portão	13 516	8 742	1 466	62	16,8	4,3
4314902	Porto Alegre	977 987	645 727	27 277		4,2	0
4318705	São Leopoldo	133 667	83 721	14 432	2 289	17,2	15,9
4319901	Sapiranga	43 160	29 016	1 456	104	5	7,1
4320008	Sapucaia do Sul	79 823	48 125	18 016	4 859	37,4	27
4322004	Triunfo	4 644	2 970	215	54	7,2	25
4323002	Viamão	117 282	76 104	36 847	34 814	48,4	94,5
	TOTAL	2 289 781	1 490 378	263 600	151 235	17,7	57,4

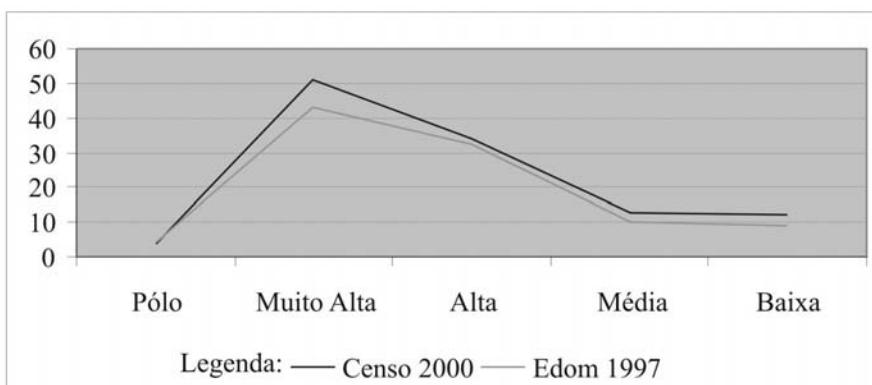
Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata). Edom-1997 atualizada para 2002.

Nota: (1) o movimento de pessoas que estudam ou trabalham fora de seu município de residência é denominado de pendular.

(2) o cálculo do percentual de pessoas que se dirigem ao pólo, relativo ao "total região metropolitana", exclui os dados do município-pólo.

As análises acima ficam mais claras nos Gráficos 1 e 2, que mostram as linhas resultantes do percentual da população considerada. Na primeira, as linhas apresentam perfil similar, partindo do mesmo baixo percentual para o pólo, distanciando-se nos demais níveis, ainda que com o mesmo comportamento. Nesse caso, cabe destacar o maior percentual de população no nível de integração muito alto, em relação aos demais.

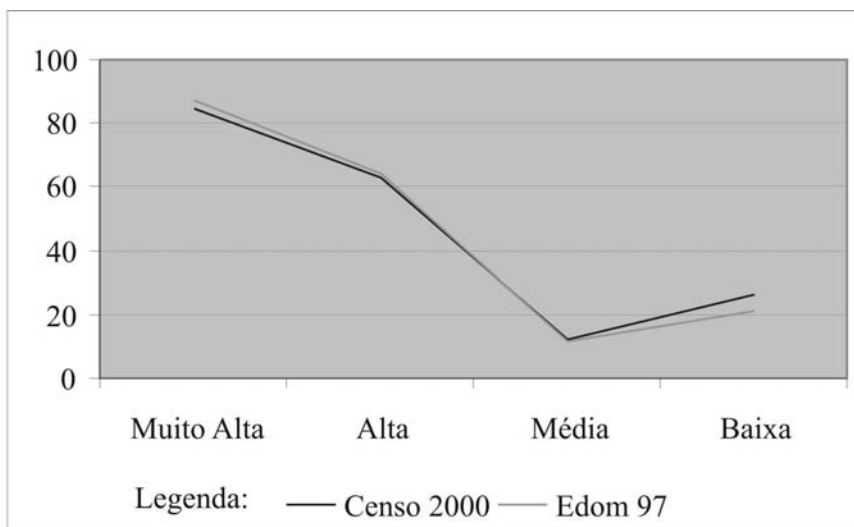
GRÁFICO 7.1 – Percentual da População de 15 Anos e Mais que Trabalha ou Estuda Fora do Município de Residência – 1997 e 2000



Fonte: Metroplan. Edom-1997. IBGE. Censo Demográfico 2000.

É no *Gráfico 7.2* que a comparação se enriquece, ao constatar-se que o perfil produzido pelas duas comparações é praticamente o mesmo. Do ponto de vista das relações entre os municípios, os resultados das duas análises mostram que, quanto maior o nível de integração dos municípios com o pólo, aumenta o percentual da população que se desloca pendularmente para trabalho ou estudo.

GRÁFICO 7.2 – Percentual da População de 15 Anos e Mais que Trabalha ou Estuda no Pólo – 1997 e 2000



Fonte: Metroplan. Edom-1997. IBGE. Censo Demográfico 2000.

A importância desse resultado está em fortalecer a confiabilidade dos dados levantados, obtidos através de métodos distintos, e das interpretações derivadas desses dados.

7.5. Permanências e Mudanças na Estrutura da Distribuição Espacial de Viagens, Segundo o Modo de Transporte Coletivo, em 1986 e em 2002

Para essa análise, considerou-se a peculiar distribuição espacial da RMPA, que tem seu pólo – Porto Alegre – ao sul, de modo que se configuram sub-regiões importantes ao norte, a nordeste, a leste e a oeste. Esse agrupamento privilegia a visão espacial segundo eixos de expansão (vias regionais importantes) e de movimentação urbano-metropolitana, com demandas e ofertas radialmente setorizadas. Os diagnósticos e as proposições de transporte coletivo vêm-se referindo a essa setorização espacial, daí a propriedade de se indagar sobre o grau de permanência e a validade dessa identificação.

Na *Tabela 7.5*, apresenta-se o quadro comparativo para viagens (etapas), segundo a fonte Edom-1997 atualizada para 2002, para os modos *transporte coletivo* (ônibus, trem metropolitano e lotação). Os dados apresentam as viagens internas, dentro de cada sub-região e inter-regiões, de modo a testar a setorização acima referida.

TABELA 7.5 – Viagens Tipo Etapa, Modo Transporte Coletivo Segundo Regiões/Eixos Estruturais e Viagens Regionais Internas da RMPA – 1986 e 2002

Eixos		EDOM-1986		EDOM-1997/2002	
Origem	Destino	Etapas em Transporte Coletivo		Etapas em Transporte Coletivo	
		Número de viagens	Percentual	Número de viagens	Percentual
Porto Alegre	Porto Alegre	1 188 045	56,23	1 154 846	51,51
Norte	Norte	382 753	18,12	417 752	18,63
Nordeste	Nordeste	108 720	5,15	109 684	4,89
Nordeste	Porto Alegre	74 721	3,54	96 023	4,28
Porto Alegre	Nordeste	74 513	3,53	93 256	4,16
Porto Alegre	Norte	64 954	3,07	81 805	3,65
Norte	Porto Alegre	64 753	3,06	85 886	3,83
Porto Alegre	Leste	39 986	1,89	54 778	2,44
Leste	Porto Alegre	39 100	1,85	55 908	2,49

Eixos		EDOM-1986		EDOM-1997/2002	
Origem	Destino	Etapas em Transporte Coletivo		Etapas em Transporte Coletivo	
		Número de viagens	Percentual	Número de viagens	Percentual
Leste	Leste	29 964	1,42	33 314	1,49
Oeste	Oeste	19 920	0,94	22 876	1,02
TOTAL		2 087 428	98,8	2 206 128	98,4

Fonte: Metroplan. Edom-1997 atualizada para 2002.

Nota: (1) Outras combinações de eixos não apresentadas perfazem menos de 2%.

(2) As etapas abrangem todas as movimentações O-D, independentemente da localização da base e da origem e do destino finais, incluem transbordos como O e D; o percentual de transbordo é relativamente pequeno -- cerca de 8% em 2002 e 11% em 1986.

O exame direto desses dados permite reconhecer:

- » a marcada estabilidade da estrutura da distribuição espacial no período;
- » a importância das viagens intra-regionais Porto Alegre-Porto Alegre, isto é, viagens com origem e destino dentro do pólo; em segundo lugar, mas largamente mais importante que as demais sub-regiões, o conjunto das viagens dos municípios do eixo norte, urbanas e interurbanas, entre esses municípios;
- » a importância das viagens entre os diversos setores (sub-regiões) com o pólo; e,
- » combinado com a interpretação anterior, a pouca expressão das viagens entre as sub-regiões, onde uma delas não seja o pólo, isto é, poucas viagens do tipo perimetral, e a reiterada, porque constatada novamente, importância da configuração radial sobre um pólo por si só expressivo em termos de viagens.

Os dados relativos às viagens pelos modos de transporte individual (automóveis) apresentam um quadro semelhante.

7.6. Mudanças na Composição Modal, em 1986 e em 2002

Os dados a respeito da composição modal para as duas ocasiões, 1986 e 2002, considerando o mesmo conjunto de municípios nos dois levantamentos, estão expostos na *Tabela 7.6*.

TABELA 7.6 – Composição Modal na RMPA – 1986 e 2002

Modos	EDOM-1986	EDOM-1997/2002
Bicicleta ou ciclomotor	2,29	5,47
Caminhão	0	1,18
Condutor de automóvel	20,9	29,28
Lotação	1,77	1,97
Motocicleta	1,2	1,47
Ônibus	53,22	39,17
Outros	0,16	0,13
Passageiro de automóvel	14,09	15,67
Táxi	1,09	0,85
Transporte escolar	1,03	1,03
Transporte fretado	1,43	1,32
Trensurb	2,82	2,46
TOTAL	100	100

Fonte: Metroplan. EDOM-1997 atualizada para 2002.

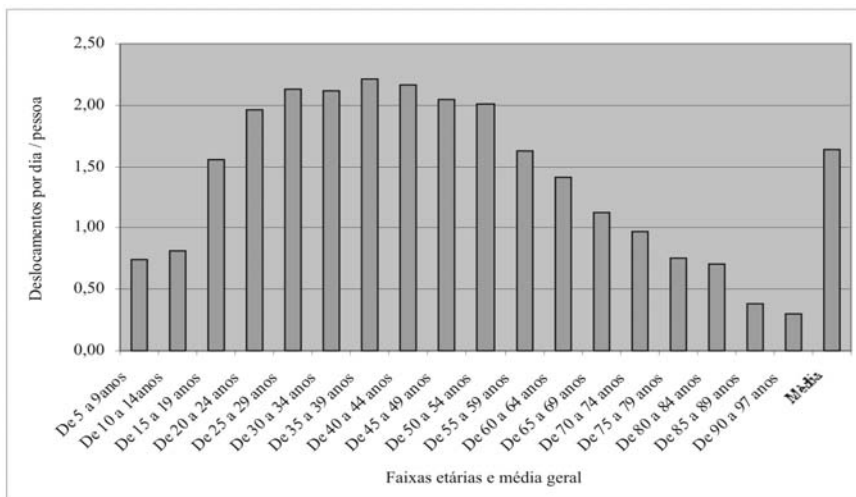
Notam-se, a partir desse quadro comparativo, diferenças estruturais importantes em termos de divisão modal, salientando-se:

- » diminuição da participação do modo *ônibus* para 38,58%, em vez do valor anterior, da ordem de 50%; os dados absolutos (não apresentados) indicam que o total de viagens não mudou, permaneceu relativamente estacionário, enquanto os demais modos cresceram, diminuindo, por conseqüência, a parte percentual do modo *ônibus*;
- » aumento da participação dos modos *condutor* e *passageiro*, ressaltando-se que o segundo cresceu de forma mais acentuada que o primeiro;
- » aumento da participação dos modos bicicleta ou ciclomotor e *moto*; é o subgrupo de modos que teve maior aumento relativo.

7.7. Mobilidade das Pessoas Segundo Faixas Etárias e Sexo

No *Gráfico 7.3* representa a grandeza dos movimentos diários, por todos os modos e todos os motivos, segundo faixas etárias, em intervalos de cinco anos, a partir de cinco anos.

GRÁFICO 7.3 – Mobilidade Diária por Faixas Etárias e Média Geral, Considerando Todos os Modos e Motivos, na RMPA – 2002



Fonte: Metroplan. Edom-1997 atualizada para 2002.

A mobilidade geral média é 1,60 viagem por dia/pessoa (ressalta-se que os dados não computam viagens *a pé*). O conjunto das faixas de 15 anos e mais tem mobilidade predominantemente superior a essa média, diminuindo a partir dos 60 anos. Em especial, o estrato de 20 até 60 anos é o contingente que exerce movimentação superior à média; com 2,08 viagens por pessoa/dia, é responsável por 72% das viagens e corresponde a 58% da população.

Decompondo-se as informações sobre a mobilidade segundo o sexo, obtêm-se os dados da *Tabela 7.7*. Nela, observa-se a diferença marcante entre a mobilidade de pessoas do sexo masculino e do sexo feminino, as primeiras com valores superiores. A razão de sexo homens/mulheres, para mobilidade, é de 1,46, isto é, os homens movimentam-se 46% mais que as mulheres.

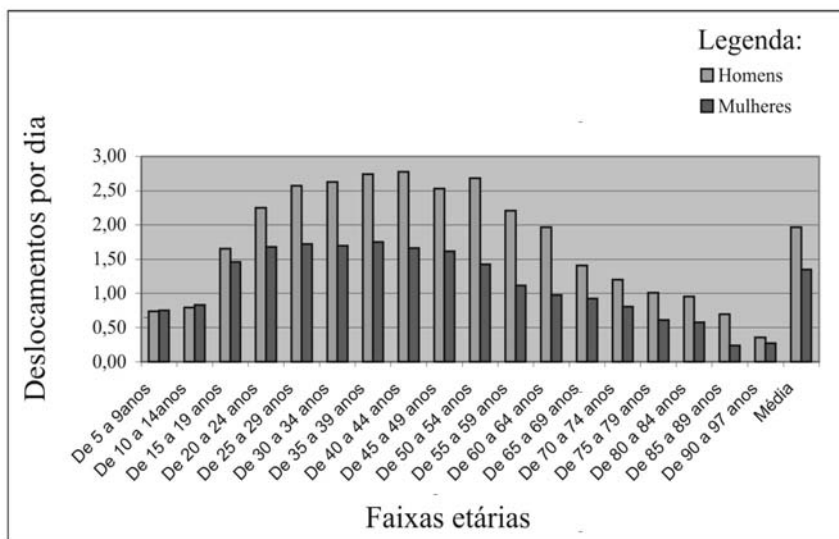
TABELA 7.7 – Mobilidade por Sexo e Razão de Sexo Relativa à Mobilidade na RMPA – 2002

Especificação	Mobilidade		Razão	
	Homens	Mulheres	Homens/Mulheres	Mulheres/Homens
Valores médios	1,97 viagem/dia	1,35 viagem/dia	1,46	0,68

Fonte: Metroplan. Edom-1997 atualizada para 2002.

No *Gráfico 7.4*, constata-se que essa diferença, além de marcante, é sistemática em praticamente todas as faixas, com ligeira superioridade das mulheres nas faixas infância e pré-adolescência e uma relativa igualdade na faixa de 15 a 19 anos.

GRÁFICO 7.4 – Mobilidade Diária, por Faixas Etárias e Sexo e Média Geral, na RMPA – 2002



Fonte: Metroplan. Edom-1997 atualizada para 2002.

7.8. A Mobilidade Analisada Segundo a Duração ou Tempo de Viagem

O quadro geral na RMPA, conforme os dados da fonte base para a presente análise – a pesquisa Edom-1997 atualizada para 2002 – aponta uma forte diferença entre os tempos de permanência em veículos de transporte urbano-metropolitano, ao se compararem as categorias transportes coletivos (*ônibus, trem metropolitano e lotação*) com a de transportes individuais (*condutor e passageiro de automóvel*). Esses grandes modos, a seguir designados abreviadamente como TC e TI, foram selecionados dada sua importância para as políticas públicas e, por conseqüência, para os trabalhos técnicos de planejamento, projetos e monitoração. Eles representam medidas privilegiadas nos controles de desempenho de proposições e de operações de sistemas de transporte para passageiros

urbano-metropolitanos. A *Tabela 7.8* apresenta os desempenhos considerando TC e TI e agrupamentos de municípios para sub-regionalizar a interpretação. Os valores médios para toda a Região, bem como para o pólo e os demais municípios, estão na *Tabela 7.9*.

TABELA 7.8 – Duração Média de Viagens por Transporte Coletivo e por Transporte Individual, Segundo os Níveis de Integração ao Pólo dos Municípios Origem dos Deslocamentos, na RMPA – 2002 (minutos)

Nível de Integração	Duração Média Viagens TC	Duração Média Viagens TI	Duração TC e TI
Pólo	28	19	23
Alta	34	18	26
Muito Alta	40	19	31
Média	26	14	18
Baixa	30	16	19

Fonte: Metroplan. Edom-1997 atualizada para 2002.

TABELA 7.9 – Duração Média de Viagens por Transporte Coletivo e por Transporte Individual, na RMPA, no Município Pólo e na RMPA sem o Município Pólo como Origem dos Deslocamentos – 2002 (minutos)

Referência Espacial	Duração Média Viagens TC	Duração Média Viagens TI	Duração TC e TI
Porto Alegre	28	19	23
RMPA sem Porto Alegre	34	17	25
RMPA	31	18	24

Fonte: Metroplan. Edom-1997 atualizada para 2002.

Os tempos ou a duração das viagens médias para os transportes coletivos estão em torno de 30 minutos, valores compreensivelmente mais baixos para Porto Alegre (cerca de 28 minutos) – onde há altas densidades de habitações e postos de trabalho com um bom atendimento por ônibus e lotações – e mais altos na RMPA sem o pólo, em consequência das expressivas distâncias nos deslocamentos de pessoas de municípios periféricos, que necessitam chegar aos pólos de empregos e serviços percorrendo trajetos maiores. Já em relação aos transportes individuais (por automóvel), os tempos fora do pólo Porto Alegre são menores, acusando uma preponderância de movimentos locais em menores distâncias.

Buscando interpretar relações dessa variável – duração – com características ou qualificações dos passageiros, procederam-se as análises cruzadas com as variáveis sexo, condição de trabalho e idade, apresentadas nas *Tabelas 7.10 e 7.11* e no *Gráfico 7.5*.

TABELA 7.10 – Duração Média de Viagem em Minutos, Segundo o Sexo e o Modo, para a RMPA – 2002 (minutos)

Sexo	Duração em TC	Duração em TI
Masculino	33	19
Feminino	30	17
Total	31	18

Fonte: Metroplan. Edom-1997 atualizada para 2002.

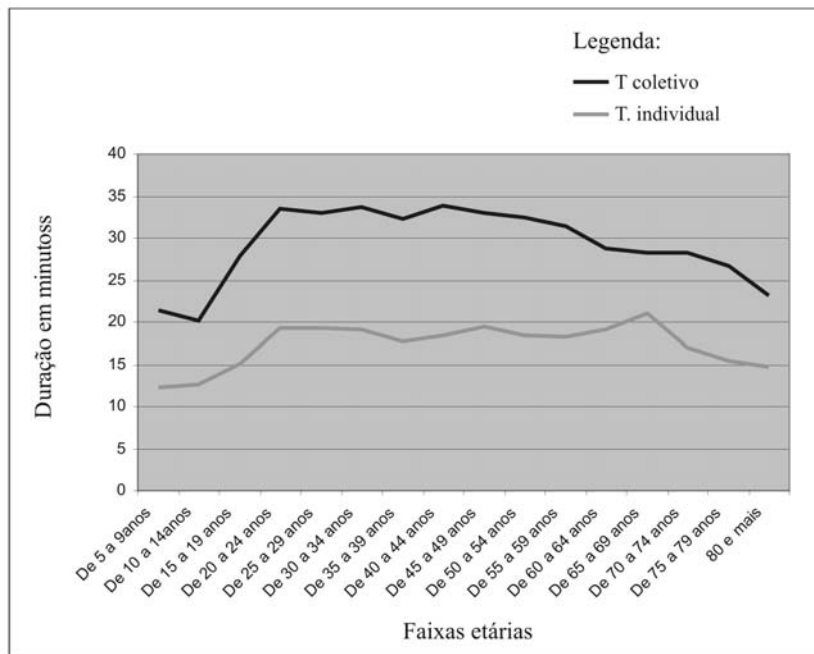
A mobilidade das mulheres, já apontada em item anterior, é significativamente menor que a dos homens – cerca de 46% –, e, nas viagens realizadas, há uma ligeira diferença a menor em termos de tempo, num comportamento seletivo diferenciado, ou por limitação em um ou mais fatores condicionantes e causadores da necessidade dos movimentos, como, por exemplo, locais de trabalho mais distantes não são buscados ou oportunizados etc.

TABELA 7.11 – Duração Média de Viagens, Segundo a Condição de Trabalho e o Modo, para a RMPA – 2002 (minutos)

Condição de Trabalho	Duração em TC	Duração em TI
Empregado	33	19
Conta Própria	33	18
Empregador	37	18
Aposentado	29	17
Pensionista	28	17
Desempregado	31	19
TOTAL	33	19
TOTAL CONJUNTA	25	

Fonte: Metroplan. Edom-1997 atualizada para 2002.

GRÁFICO 7.5 – Duração Média de Viagens,
Segundo Grandes Modos e Faixas Etárias, para a RMPA – 2002



Fonte: Metroplan. Edom-1997 atualizada para 2002.

Nota-se, na duração da viagem, em cada modo, uma relativa insensibilidade a variações de idade dos usuários na faixa adulta de 20 a 69 anos e variações importantes para menos nas faixas de intervalos de 5 a 19 anos e de 70 anos e mais.

7.9. Frota de Automóveis e Taxa de Motorização

Apresenta-se, a seguir, a *Tabela 7.12*, que aponta a evolução da frota de veículos cadastrada pelo Detran-RS em período recente. Esses dados registram veículos de passageiros, carga e outros, de pessoas jurídicas e de uso pessoal. O objeto de interesse, na presente análise, é a posse de veículos de uso pessoal, uma vez que a fonte principal de dados sobre a movimentação das pessoas é domiciliar. Passa-se a apresentar os dados, segundo cadastro do Detran, para efeito de comparação.

TABELA 7.12 – Frota de Veículos Cadastrados no Detran-RS, Segundo Agregações de Municípios por Nível de Integração ao Pólo Metropolitano, na RMPA – 1997, 2000 e 2002

Nível de Integração	1997	2000	2002	Variação %
				2002/1997
Município Pólo	614 129	631 102	706 612	15,06
Muito Alto	38 402	54 696	65 882	71,56
Alto	238 664	317 965	378 741	58,69
Médio	160 641	196 325	232 072	44,47
Baixo	1 851	23 012	26 483	48,36
TOTAL	1 069 687	1 223 100	1 409 790	31,79

Fonte: Detran-RS

No período 1997-2000, a frota cadastrada cresceu 4,5% ao ano, enquanto a população, no período 1991-2000, aumentou à taxa de 1,7% ao ano. É nesse contexto em que se considera a informação colhida no âmbito domiciliar, no qual foram levantados os veículos de uso pessoal, nos anos de 1986 e 1997, permitindo-se uma comparação de tendências, embora de períodos diferentes (*Tabela 7.13*).

TABELA 7.13 – Veículos em Domicílios, Segundo Levantamento das Pesquisas Edom, na RMPA – 1986 e 1997

Referência	1986	1997
Veículos nos domicílios, em 18 municípios (1)	307 629	449 026
Pessoas em 18 municípios	2 588 525	2 954 581
Pessoas/veículo nos 18 municípios	8,41	6,58
Crescimento anual do número de veículos (%)	3,5	
Veículos nos domicílios em Porto Alegre	179 169	213 980
Pessoas em Porto Alegre	1 245 810	1 252 734
Pessoas/veículos em Porto Alegre	6,95	5,85
Crescimento anual do número de veículos (%)	1,6	

Fonte: Metroplan.

Edom-1986 e Edom-1997 para os dados sobre veículos.

IBGE e estimativas da Metroplan para população.

(1) Em 1986, a RMPA tinha 14 municípios, incluindo Porto Alegre; esses municípios correspondem a áreas e A populações, em 1997, de 18 municípios, devido a desmembramentos ocorridos no período.

Observa-se que os indicadores tendenciais apontam grandezas semelhantes: a taxa anual de crescimento da frota domiciliar nos 14 municípios é da ordem de 3,5% ao ano no período 1986-1997, e a da frota cadastrada no Detran-RS, para a RMPA com 31 municípios é de 4,5% ao ano, no período 1997-2000. Ressalta-se que os 18 municípios correspondem a 90% da população dos 31 municípios que estão sendo analisados na RMPA, o que autoriza, nesse aspecto, a comparação.

Os dados evidenciam fatores que favorecem o crescimento acentuado da opção por transportes individuais, enquanto se observa uma relativa estabilidade no uso de transportes coletivos, especialmente no número de pessoas transportadas em ônibus, na RMPA. Isso revela pouca variação, em termos absolutos, há cerca de 10 anos, e, por conseqüência, o percentual desse modo vem decaindo de forma muito preocupante em termos de conseqüência para políticas públicas.

7.10. Principais Características da Mobilidade Urbano-Metropolitana na RMPA

As principais constatações da análise indicam, em uma visão sintética, a seguinte caracterização da mobilidade na RMPA, no período 1986-2002, considerando, em especial, a pesquisa Edom-1997 atualizada para 2002:

- a) a cidade pólo – Porto Alegre – tem um papel importante como atrator de pessoas que realizam viagens intermunicipais por motivo de *trabalho* ou *estudo* na RMPA, pois 55,5% desses indivíduos se dirigem à Capital; por outro lado, das 700 mil pessoas do pólo que viajam por esses motivos, apenas 3,7% saem da Capital para outros municípios, segundo dados do *Censo Demográfico 2000*;
- b) constata-se uma marcada estabilidade da estrutura de distribuição espacial dos principais fluxos de transporte coletivo, ao se comparar a situação de 1986 com a de 2002, isto é, as grandezas relativas dos fluxos, segundo grandes eixos, são as mesmas;
- c) ocorreu uma importante diminuição da participação do modo *coletivo* e correspondente incremento do modo *individual* na composição modal, na evolução temporal 1986-2002; o número de pessoas transportadas por ônibus na RMPA está com pouca variação, em termos absolutos, há cerca de dez anos.

- d) a mobilidade por pessoa, em todos os modos (sem o modo *a pé*) é 1,60 viagem/dia, segundo a pesquisa Edom-1997 atualizada para 2002; o estrato de 20 anos a 60 anos é o contingente que tem maior mobilidade, com 2,08 viagens por pessoa/dia, sendo responsável por 72% das viagens diárias realizadas; a mobilidade dos homens é 46% superior à das mulheres;
- e) a média geral de duração de viagens é de 24 minutos, sendo de 31 minutos para os transportes coletivos e de 18 minutos para o transporte individual motorizado (Edom-1997 atualizada para 2002); e
- f) a frota de veículos particulares relacionada com o número de pessoas, que, em 1986, era 12 veículos para cada 100 pessoas, passou, em 1997, para 15 veículos para cada 100 pessoas, na RMPA; o número total de veículos teve, no período 1986-1997, um crescimento médio da ordem de 3,5% ao ano, superior ao crescimento da população, que foi de 1,7%, sinalizando para uma crescente motorização e um aumento da participação do transporte individual, contribuindo para o cenário descrito na alínea (c).

Referências Bibliográficas

VASCONCELLOS, E. A. Mobilidade e Uso dos Modos de Transporte. **Revista dos Transportes Públicos**. ANTP, ano 25, 2003, 3º trimestre.

PEIXOTO, Nívea M. Oppermann. A evolução temporal da mobilidade da população na Região Metropolitana de Porto Alegre, entre 1986 e 1997. Porto Alegre, 2002. 123 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

8. Diagnóstico da Violência, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a partir da Incidência de Homicídios

A violência consolidou-se como questão social fundamental nas grandes cidades brasileiras, o que determina a urgência do seu debate público. Os esforços reflexivos acerca de noções como vulnerabilidade, exclusão e cidadania são obrigados a incorporar o problema da violência, tendo em vista o impacto e as dimensões assumidas por esse fenômeno na sociedade brasileira. Tangenciar tal problema significa incorrer na produção de uma grave opacidade heurística, que não nos permite entender nossa própria sociedade. O objetivo do presente texto é a construção de um panorama geral acerca da incidência da violência representada pelos índices¹ de homicídio, nas cidades que compõem a RMPA.

Para tanto, ele está dividido em dois momentos: no primeiro, constrói-se uma análise geral da distribuição e da evolução geral dos homicídios na RMPA; no segundo, apresenta-se uma análise intermunicipal, a partir da verificação de correlações hipotéticas entre os índices de homicídio e os indicadores de bem-estar social.

A metodologia utilizada neste trabalho inclui duas técnicas estatísticas: (a) a análise descritiva, que permite a visualização da evolução dos índices de homicídio na RMPA, a comparação com as demais regiões metropolitanas do Brasil e o comportamento de tal modalidade de violência conforme faixa etária e gênero; (b) a técnica de correlações

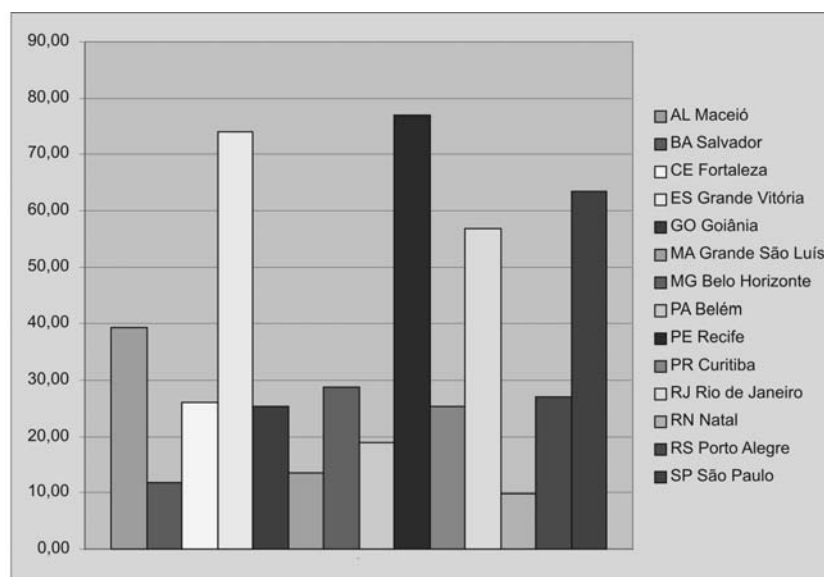
1 Os índices de homicídio aqui utilizados foram obtidos através da ponderação das ocorrências de homicídio pela população respectiva a cada caso, multiplicando o resultado obtido por 100 mil. Os índices representam, portanto, a estimativa de ocorrência de homicídios para cada 100 mil habitantes em cada um dos municípios, dos conjuntos de municípios, ou das unidades da Federação analisadas.

parciais, que visa identificar e quantificar os possíveis nexos hipotéticos entre os índices de homicídio e os indicadores representativos da realidade social.

8.1. Análise Global da Incidência de Homicídios na RMPA

Os gráficos apresentados no texto têm como objetivo demonstrar a variação global dos homicídios na RMPA. O *Gráfico 8.1* mostra o comportamento desse índice na RMPA, em comparação com o de outras regiões metropolitanas do País, no ano 2000.

GRÁFICO 8.1 – Índices de Homicídio nas Regiões Metropolitanas do Brasil – 2000



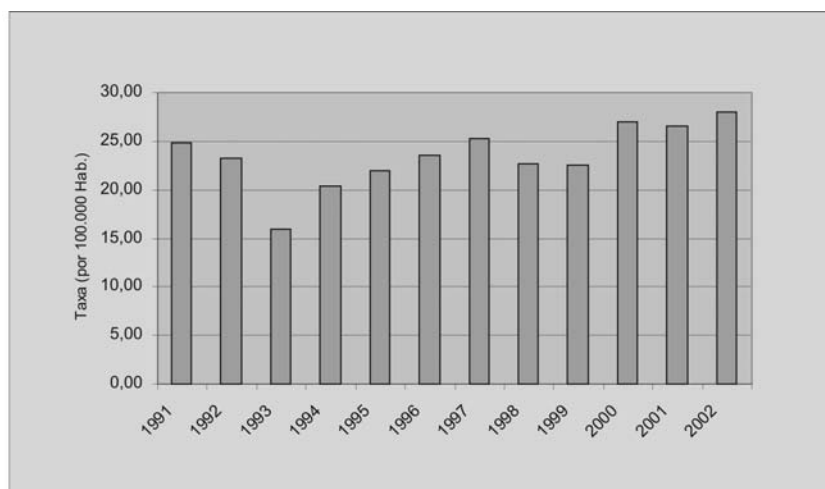
Fonte dos dados brutos: SIM-DATASUS.

É possível visualizar, através dos dados do *Gráfico 8.1*, a existência de uma distribuição discrepante, conforme as diferentes regiões metropolitanas do País. Segundo os dados do gráfico, as regiões que apresentam a maior densidade de ocorrência de homicídios são: Recife, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro. A RMPA situa-se numa posição consideravelmente inferior, em comparação com as regiões citadas, tendo um índice 50% menor que a do Rio de Janeiro, que apresenta o índice mais baixo entre as quatro regiões mais problemáticas do ponto de vista da distribuição dos homicídios. Mesmo assim, a RMPA não se encontra entre as que apresentam índices mais baixos, no caso, Natal, Salvador

e Grande São Luís. Os índices de homicídio da RMPA situam-se, aproximadamente, no que pode ser considerada a média do conjunto das regiões metropolitanas brasileiras.

O *Gráfico 8.2* mostra a evolução dos índices de homicídio por 100 mil habitantes na RMPA, entre os anos 1991 e 2002.

GRÁFICO 8.2 – Evolução do Índice de Homicídio na RMPA – 1991-2002



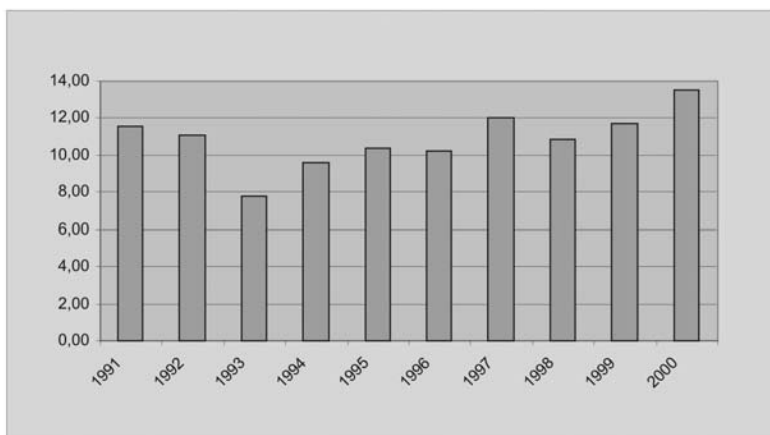
Fonte dos dados brutos: IPEADATA.

Conforme o *Gráfico 8.2*, os índices de homicídio na RMPA apresentam certa estabilidade ao longo do período, excetuando o ano de 1993, quando houve uma queda significativa (32% inferior à média). Nos anos de 2000 a 2002, ocorreu uma pequena elevação nesses índices, ainda que não se situando muito acima da média. O que importa perceber é a existência de certa estabilidade na distribuição dos homicídios, durante a década de 1990, não havendo variações significativas.

O *Gráfico 8.3* mostra a evolução do índice de homicídio, mas enfocando um determinado recorte da população segundo gênero e faixa etária: pessoas do sexo masculino com idade entre 15 e 29 anos.

A escolha desse recorte justifica-se pelo fato de englobar o segmento da população que apresenta maior vulnerabilidade diante da violência: indivíduos jovens do sexo masculino.

GRÁFICO 8.3 – Índice de Homicídio entre Jovens do Sexo Masculino, entre 15 e 29 Anos, na RMPA – 1991-2000



Fonte: IPEADATA.

Conforme se vê no *Gráfico 8.3*, houve, no período, estabilidade na distribuição dos homicídios entre jovens do sexo masculino. Como no caso anterior, verifica-se uma queda nos índices durante o ano de 1993, bem como uma elevação em 1997, seguida por uma queda em 1998. Os anos de 1999 e 2000 foram marcados pela elevação na incidência de homicídios. No entanto, tais variações não alteram significativamente a estabilidade na distribuição do índice.

A *Tabela 8.1* apresenta a distribuição dos homicídios segundo os dez municípios com maior incidência de violência letal na RMPA.

TABELA 8.1 – Distribuições do Índice de Homicídio nos Municípios da RMPA – 2000

Municípios	População	Índice de Homicídio	
		Jovens do Sexo Masculino entre 15 e 29 Anos	Índice Geral
Sapiranga	20.283	54,23	103,53
São Leopoldo	122.751	35,03	65,17
Porto Alegre	1.360.590	21,68	39,25
Cachoeirinha	107.564	16,73	26,03
Novo Hamburgo	236.193	9,31	25,40
Guaíba	94.307	10,60	24,39

Municípios	População	Índice de Homicídio	
		Jovens do Sexo Masculino entre 15 e 29 Anos	Índice Geral
Alvorada	183.968	11,96	23,37
Arroio dos Ratos	13.335	15,00	22,50
Canoas	306.093	10,45	21,89
Esteio	80.048	7,50	19,99

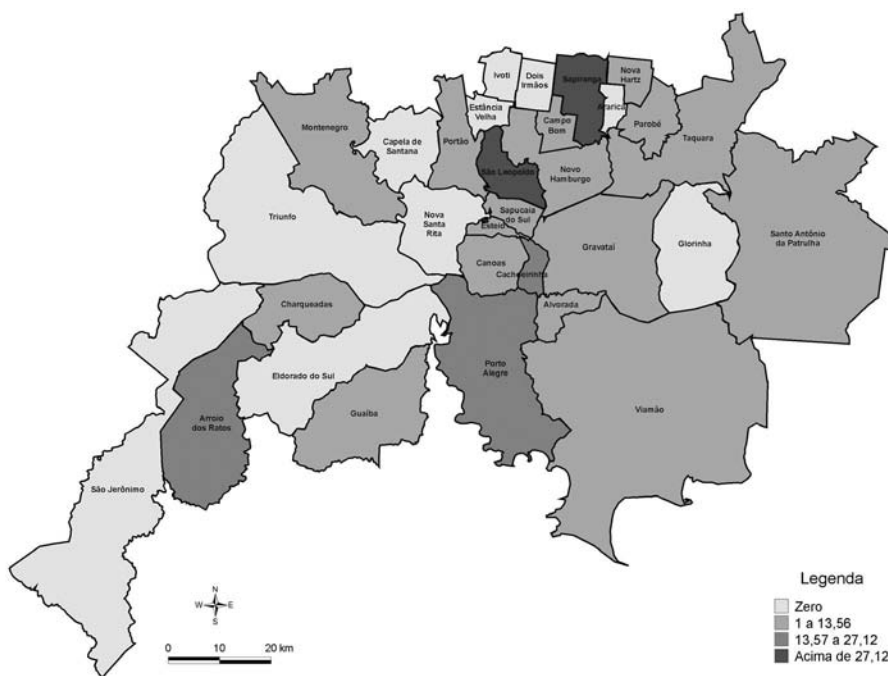
Fonte dos Dados Brutos: IPEADATA/IBGE.

Na *Tabela 8.1*, constata-se que, embora a RMPA tenha um padrão estável e moderado quando comparada globalmente com as demais regiões metropolitanas, ela também possui padrões internos de violência muito diferenciados. Verificam-se focos com alta incidência de violência letal, como é o caso de Sapiranga, que revela um índice de homicídio expressivo. Portanto, o exame dos índices, a partir da decomposição da RMPA em seus municípios, permite verificar a existência de tendências criminogênicas diferenciadas na dinâmica da distribuição dos homicídios, demonstrando que a violência letal obedece a lógicas muito particulares.

O *Mapa 8.1* apresenta a distribuição dos homicídios entre jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, do sexo masculino, nos municípios que compõem a RMPA, durante o ano 2000. Como já foi mencionado, tal recorte etário e de gênero justifica-se por enquadrar o grupo de maior vulnerabilidade diante da violência.

MAPA 8.1 – Taxa de Homicídios entre Jovens, por Município.

De 15 a 19 Anos, do Sexo Masculino. Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Através do *Mapa 8.1*, percebe-se que os homicídios entre o grupo de risco selecionado seguem um padrão diferenciado de distribuição nos municípios da RMPA. Vários municípios não revelaram incidência de homicídios entre jovens do sexo masculino durante o período analisado (Araricá, Capela de Santana, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Glorinha, Ivoti, Nova Santa Rita, São Jerônimo e Triunfo). Há também um grupo amplo deles com índices que variam entre 1,83 e aproximadamente 12. São eles: Montenegro, Campo Bom, Parobé, Santo Antônio da Patrulha, Charqueadas, Portão, Sapucaia do Sul, Gravataí, Taquara, Viamão, Nova Hartz, Esteio, Novo Hamburgo, Canoas, Guaíba e Alvorada. Cabe salientar que os três últimos são os que apresentam índices acima de dez homicídios entre jovens do sexo masculino por 100 mil habitantes. Tais municípios têm sua dinâmica econômica fortemente integrada com a Capital.

No contexto da Região Metropolitana, os municípios de Arroio dos Ratos, Cachoeirinha e a Capital apresentam índices que variam de 15 a 21,68 homicídios de jovens por 100 mil habitantes. Trata-se de índices significativamente altos, se se levar em conta que representam apenas um determinado segmento da população, pois se

aproximam do índice geral de homicídios da Região. Logo, reforça a posição dos jovens do sexo masculino como grupo de maior vulnerabilidade diante da violência letal.

Como já foi salientado anteriormente, há casos extremos na RMPA: São Leopoldo e Sapiranga apresentam índices 35,03 e 54,23, respectivamente, para o grupo de risco. Estes, além de contrastarem com o índice geral da Região Metropolitana, aproximam-se da realidade dos Estados mais violentos do País.

Considerando os dados apresentados, é possível inferir-se que a RMPA revela uma incidência moderada de índices de homicídios, estando muito abaixo de outras regiões metropolitanas, como Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, quando é feita a decomposição por municípios, verifica-se a existência de padrões na distribuição dos homicídios muito diferenciados. Outro aspecto que se destaca na evolução global dos homicídios é sua relativa estabilidade. A partir dessas análises, evidencia-se um determinado desacoplamento estrutural entre as transformações que a RMPA vem sofrendo nos últimos anos com o padrão de incidência dos homicídios. A década de 1990 foi marcada por profundas transformações nos grandes centros urbanos da sociedade brasileira. Mudanças no mercado de trabalho, tais como o recuo do setor produtivo industrial e a ampliação do Setor Terciário, aumento da informalidade e queda generalizada da renda redefiniram de forma radical os arranjos socioeconômicos que configuram a sociedade brasileira. No entanto, a estabilidade na distribuição da violência letal durante essa década parece situar os homicídios como fenômeno social relativamente independente de tais fatores estruturais. No próximo momento da análise, procura-se verificar com maior acuidade as hipotéticas conexões estruturais entre os homicídios e os indicadores selecionados.

8.2. A Relação da Violência Letal com o Acesso a Direitos Sociais e Econômicos: uma Análise Exploratória

O presente item busca reforçar o esforço de contextualização dos homicídios, problematizando os possíveis nexos entre a violência letal e os indicadores estruturais relativos aos níveis de pobreza, desigualdade, emprego formal e escolaridade nos municípios que constituem a RMPA. Com isso, pretende-se elaborar um quadro mais aproximado do nível de influência que fatores estruturais fundamentais possuem sobre os homicídios.

Como estratégia metodológica, foi empregado o teste estatístico de correlação parcial. Por se tratar de um estudo exploratório acerca das associações binárias dos homicídios com características estruturais selecionadas, o modelo de correlação parcial mostra-se ideal,

porque não tem a pretensão de constituir um modelo causal fechado. Utiliza-se o cálculo do coeficiente de correlação parcial (ou seja, controlado pelas variáveis independentes disponíveis) em lugar de correlações binárias simples (coeficiente de correlação de Pearson), para dar uma noção mais precisa das associações existentes. A análise de correlação parcial contribui para um entendimento mais preciso acerca do fenômeno do homicídio, mas, ao mesmo tempo, tais correlações ajudam a dar uma idéia importante sobre a validade dos dados, na medida em que os coeficientes obtidos tenham tamanhos e sinais condizentes com as expectativas.

A análise das conexões quantitativas da questão da violência letal na RMPA consistiu na identificação de relações hipotéticas entre os índices de homicídios e uma bateria de indicadores selecionados. Os dados estão agregados conforme os municípios da RMPA e têm como recorte temporal o ano 2000. Além de tais índices, a pesquisa incorpora os seguintes indicadores:

- » índice de pobreza;
- » índice de desigualdade;
- » índice de emprego formal;
- » índice de escolaridade.

A escolha desses indicadores não foi realizada de forma aleatória, mas está subjugada a estudos brasileiros sobre a criminalidade urbana violenta. Tais indicadores conformam realidades empíricas essenciais na definição tanto do grau de vinculação quanto do de desvinculação social. A distribuição diferencial de tais fatores define as situações de inclusão, vulnerabilidade e bem-estar social. Logo, tais indicadores ocupam posição estratégica no estudo da realidade social do crime e dos seus mecanismos de controle. O método de construção de tais indicadores pode ser expresso na seguinte fórmula:

$$X_{ip} = (X_i - \text{MIN}(X_i)) / (\text{MAX}(X_i) - \text{MIN}(X_i))$$

na qual:

p refere-se ao indicador de bem-estar social em estudo (pobreza, desigualdade, emprego formal e escolaridade);

i refere-se à unidade de análise (unidades da Federação);

X_i é o valor do indicador utilizado no cálculo;

MIN (X_i) é o valor mínimo na distribuição do indicador;

MAX (X_i) é o valor máximo na distribuição do indicador.

A *Tabela 8.2* apresenta os resultados obtidos através da aplicação do modelo de correlação parcial dos índices de homicídio nos municípios da RMPA com os demais indicadores sociais.

TABELA 8.2 – Coeficiente de Correlação Parcial entre os Índices de Homicídio e Indicadores Selecionados dos Municípios da RMPA – 2000

Indicadores Sociais Selecionados	Índice de Homicídios na RMPA			
Índice de pobreza	0,11	x	x	x
Índice de desigualdade	x	0,188	x	x
Índice de emprego formal	x	x	-0,058	x
Índice de escolaridade	x	x	x	-0,116

Nota: x representa as variáveis de controle.

Analisadas no conjunto, as variáveis apresentam a seguinte ordem conforme seus respectivos valores independentes, na correlação com os homicídios: índice de desigualdade, índice de escolaridade, índice de pobreza e índice de emprego formal. Esses resultados indicam que a desigualdade revela um maior efeito independente que a pobreza na explicação da incidência de homicídios, nos municípios da RMPA. Pobreza e escolaridade apresentam similitudes na intensidade de seus coeficientes. O índice de emprego formal representa o indicador com menor efeito independente na relação com os homicídios.

O cálculo do coeficiente de correlação parcial revelou dois arranjos de variáveis: num, os indicadores estão correlacionados positivamente, logo, trata-se de uma associação; noutro, as variáveis estão correlacionadas negativamente, o que caracteriza uma oposição aos índices de homicídios. A variável que apresenta o maior peso independente positivo é o índice de desigualdade (0,188), seguida pelo índice de pobreza (0,110). Ambas as variáveis possuem sinais positivos, o que evidencia correlações positivas de pobreza e desigualdade com a incidência de homicídios. Tal ratifica a associação positiva entre a violência letal e a violação do direito ao acesso a bens econômicos fundamentais de alguns segmentos da população. No entanto, tais correlações não são significativamente altas, o que expressa o problema salientado anteriormente: a relativa autonomia na

dinâmica de incidência dos homicídios em relação aos arranjos estruturais, sobretudo nos de natureza socioeconômica.

No arranjo das oposições, estão os indicadores referentes aos níveis de emprego formal e escolaridade. A escolaridade é o indicador que apresenta o maior valor independente negativo em relação aos homicídios (-0,116), seguido pelo índice de emprego formal (-0,058). Isso ressalta que o acesso à educação exerce uma função de obstáculo à incidência dos homicídios superior à formalização das relações de trabalho.

Em síntese, os fatores estruturais de ordem econômica mostram uma influência sobre a incidência dos homicídios, embora não tão expressiva. O melhor acesso à estrutura educacional mostrou-se um obstáculo na dinâmica dos homicídios. O incremento do emprego formal, apesar de também estar negativamente associado à violência letal, revela um coeficiente com baixa influência independente.

Considerações Finais

A análise tanto global quanto intermunicipal dos homicídios na Região Metropolitana de Porto Alegre revelou que essa modalidade de violência se caracteriza, sobretudo, por sua dinâmica particular, que escapa a interpretações fáceis. Embora a RMPA, vista em seu conjunto, apresente um padrão moderado e baixo de homicídios em comparação ao de outras regiões metropolitanas, sua decomposição nos municípios que a conformam demonstra que estes apresentam tendências diferenciadas de distribuição. Foi possível, assim, perceber a existência de focos em que a sua incidência se revela um problema grave.

A análise das correlações hipotéticas entre características estruturais da Região Metropolitana e a distribuição dos homicídios também aponta questões importantes. Os fatores estruturais de ordem econômica, como a desigualdade e a pobreza, embora tenham pesos independentes superiores aos demais, não apresentam coeficientes de correlação expressivos, o que reforça a percepção de que há um certo desprendimento na dinâmica dos homicídios, em relação aos fatores de ordem estrutural. Mesmo assim, o acesso à escolaridade e aos postos de trabalhos formais demonstrou estar negativamente associado à violência letal, constituindo obstáculo importante à reprodução dessa modalidade de violência.

9. A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA): Condições Institucionais para a Gestão Metropolitana e a Cooperação entre os Municípios

9.1. Introdução

Este texto apresenta um conjunto de dados e informações levantadas para subsidiar o relatório final do projeto *Como Anda Porto Alegre*, na parte relativa ao diagnóstico das condições institucionais para a gestão democrática na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e nos seus 31 municípios.

Partindo da idéia de que a disponibilidade e a confiabilidade das informações, bem como a facilidade de acesso, são condições indispensáveis para qualquer processo de gestão que se pretenda democrático e participativo, procurou-se examinar o quadro institucional que constitui a base de articulação do nível metropolitano com o nível municipal de gestão e os instrumentos de que dispõem os municípios metropolitanos para planejamento e gestão em seu próprio território.

As principais fontes de informação utilizadas foram o Sistema Nacional de Indicadores Municipais (SNIU), a publicação *Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2001*, do IBGE (2003), e *sites* oficiais de organismos e entidades nacionais e regionais: Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan-RS), Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes/RS), Federação das Associações de Municípios (Famurgs), dentre outros.

9.2. Gestão metropolitana: Quadro Institucional

No Rio Grande do Sul, a Constituição Estadual de 1989, seguindo a Constituição Federal de 1988, confirmou o município como ente federativo e instância territorial básica. Ao mesmo tempo, colocou as regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas como instâncias administrativas acima dos municípios. Isso criou alguns impasses entre as esferas de governo, dificultando a efetivação de “governos regionais”, inclusive para a área metropolitana. Mas a mesma Constituição estabeleceu as condições para a gestão integrada dos espaços regionais¹, o que, segundo alguns analistas, favorece a identificação de problemas comuns e abre perspectivas de tratá-los em conjunto².

9.2.1.0 Órgão Gestor Metropolitano – Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional do Rio Grande do Sul (Metroplan)³

A Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional do Rio Grande do Sul foi instituída pelo Decreto 23.856, de 8 de maio de 1975, como órgão de apoio técnico do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana de Porto Alegre, com o objetivo de promover o desenvolvimento integrado dos municípios metropolitanos. A partir de 9 de fevereiro de 1999, pelas alterações estatutárias estabelecidas no Decreto 39.271, a Metroplan ficou encarregada de tarefas relacionadas à elaboração e à coordenação de planos, programas e projetos de desenvolvimento regional e urbano do Estado. Possui,

- 1 “...na constituição do Rio Grande do Sul é exigida a aprovação das câmaras de vereadores para que os municípios possam vir a integrar a região metropolitana. É também atribuído ao Estado, juntamente com os municípios, o provimento dos recursos financeiros para a organização, o planejamento e a gestão da região (art. 16). Como em outras poucas constituições, avança ao declarar que regiões metropolitanas dispõem de órgão de caráter deliberativo, composto pelos prefeitos e presidentes das câmaras de vereadores, com funções a serem definidas em lei complementar (art. 17). Radicalizando, restringe o processo de tomada de decisão sobre as políticas e diretrizes regionais exclusivamente ao âmbito dos municípios. E possibilita a instituição de órgão de apoio técnico para planejar e executar as funções públicas de interesse comum” (AZEVEDO, 2000, p. 544).
- 2 Dentre eles, a conurbação, a preservação do meio ambiente (principalmente no que respeita à uniformização de critérios de proteção de mananciais, disposição de resíduos sólidos), a manutenção de características que constituem patrimônio histórico e natural – nesses aspectos, qualquer concorrência entre municípios é predatória. Também integram o rol das questões comuns, o transporte intra-regional, as regras de parcelamento do solo, programas de habitação e regularização fundiária e os empreendimentos com impacto regional, como os megaloteamentos, os grandes empreendimentos industriais etc.
- 3 As informações contidas neste item foram obtidas em: <<http://www.metroplan.rs.gov.br/>>.

ainda, a atribuição de órgão executor do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros, conferida pela Lei Estadual 11.127, de 9 de fevereiro de 1998.

Até 2003, a Metroplan esteve subordinada à Secretaria Estadual do Planejamento, passando à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, quando esta foi criada, em abril daquele ano (Lei 11.898, de 8 de abril de 2003).

Atualmente, a Metroplan atua, predominantemente, na Região Metropolitana de Porto Alegre e nos principais aglomerados urbanos do Estado: a Aglomeração Urbana do Nordeste (Aune) e a Aglomeração Urbana do Sul (Ausul).⁴ Dentre os planos e programas de caráter metropolitano a cargo da Metroplan, destaca-se o Programa Integrado para Recuperação de Áreas Degradadas, através do qual a instituição atua nas sub-bacias da Região Metropolitana de Porto Alegre, em parceria com a comunidade, instituições, órgãos municipais e estaduais e ONGs, desenvolvendo os seguintes subprogramas: *Drenagem urbana* – draga arroios, corrige a erosão, limpa esgotos e desenvolve ações para evitar alagamentos e inundações; *Lixo* (resíduos sólidos) – através da implementação do Plano Diretor de Resíduos Sólidos, aponta solução para as questões do lixo; *Urbanização e habitação* – elaborando um projeto de urbanização, identifica áreas críticas e propõe locais adequados para habitação; *Transportes e sistema viário* – realiza obras de pavimentação das vias, proporcionando condições adequadas e racionais de transporte; *Geração de trabalho e renda* – incentiva as redes solidárias com o objetivo de ampliar ações comunitárias; *Educação ambiental* – desenvolve ações de educação ambiental, informando como separar o lixo e onde colocá-lo, como manter a área limpa e como recuperar a vegetação às margens dos arroios (<http://www.metroplan.rs.gov.br/>).

A geração crescente de resíduos sólidos é um problema que assume grandes proporções na área metropolitana de Porto Alegre, constituindo-se em uma das principais

4 A Aune foi criada pela Lei Complementar 10.335/94, sendo formada por dez municípios. Abrange uma área de 3.649,77 km², com cerca de 628.121 habitantes. É responsável por 11,45% do PIB do Estado do Rio Grande do Sul, com economia fortemente assentada na indústria, representando 17% do PIB estadual específico. A Metroplan integra, desde 1996, a Comissão Técnica do Conselho da Aune, atuando na operacionalização das funções públicas de interesse comum da Região. A esse Conselho compete coordenar, acompanhar e controlar o planejamento, compatibilizar a aplicação de recursos e encaminhar as prioridades determinadas pela Região aos órgãos decisórios do Estado e da União. A Ausul foi instituída pela Lei Complementar 9.184, de 26 de dezembro de 1990, sendo composta inicialmente pelas cidades de Pelotas e Capão do Leão; em dezembro de 2003 foram incluídos os municípios de Rio Grande, São José do Norte e Arroio do Padre. Em 2000 já atingira 352.688 habitantes (IBGE, 2000).

preocupações dos administradores públicos. Nesse sentido, a Metroplan coordenou a elaboração e vem viabilizando a execução do Plano Diretor de Resíduos Sólidos (PDRS) da Região Metropolitana de Porto Alegre, no âmbito do Pró-Guaíba⁵.

O PDRS, que é um instrumento calcado nos princípios do gerenciamento integrado de resíduos sólidos, isto é, contempla os resíduos desde a geração até a destinação final, indicou e caracterizou os principais problemas da Região Metropolitana em relação ao lixo e propôs desde ações de caráter estratégico e de âmbito regional até ações de apoio à gestão municipal.

Na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) são geradas 654.000 toneladas de resíduos domiciliares a cada ano. Além daqueles oriundos da limpeza pública, da indústria da construção civil e de outros ramos de atividades. Da mesma forma, a região representada pela Aglomeração Urbana do Nordeste (Aune) destaca-se pelos problemas que enfrenta com a grande geração de resíduos sólidos, aliada à dificuldade de encontrar áreas adequadas para dispô-los.

A Metroplan, visando auxiliar os municípios a encontrar solução para este grave problema, busca a integração de municípios para a implantação de aterros sanitários regionais, orientando para que os resíduos gerados sejam dispostos de forma adequada e a um custo financeiro e ambiental menor. A partir da parceria entre o Governo Estadual, através da Metroplan, Prefeituras da Região Metropolitana e dos Grupos de Recicladores organizados pela Federação das Associações dos Recicladores do Estado do Rio Grande do Sul, todo um processo vem sendo desenvolvido para a realização da construção destes Galpões, desencadeando mudanças nos contextos ambiental, social e econômico. A realização das obras dos galpões, além de gerar trabalho e renda para a categoria de recicladores, coopera com a preservação do meio ambiente e contribui para o fortalecimento da Região Metropolitana em relação ao lixo e propôs, desde ações de caráter estratégico e de âmbito regional até ações de apoio à gestão municipal. (<http://www.metroplan.rs.gov.br/>).

Outra função da Metroplan de extrema relevância é o assessoramento aos municípios na elaboração e na atualização de planos diretores de desenvolvimento urbano, como forma de promover o ordenamento territorial e implantar diretrizes metropolitanas.

Como suporte a suas atividades, a Metroplan conta com uma base atualizada de dados topográficos, territoriais e socioeconômicos georreferenciados, da RMPA e das Aglomerações Urbanas do Sul e do Nordeste. Dispõe de publicações com análises dessas informações, necessárias ao planejamento do desenvolvimento regional integrado, e conta com uma biblioteca com cerca de 3 mil livros, 60 títulos de periódicos correntes, 2.562

5 Programa para o Desenvolvimento Socioambiental da Região Hidrográfica do Guaíba.

fotografias aéreas e 1.350 folhetos. Na produção de informações básicas, cabe ainda destacar o Sistema Cartográfico Metropolitano, que permite a localização das informações temáticas até o nível de endereços. Em fase de organização, está a mapoteca, que deverá classificar cerca de 10 mil cartas, entre mapas básicos e temáticos.

9.2.2. RMPA: Mecanismos de Articulação dos Municípios Metropolitanos

Na área que constitui legalmente a Região Metropolitana de Porto Alegre atuam (de maneira superposta e nem sempre coordenada) vários organismos de abrangência supra ou sub-regional, tais como os Comitês de Bacias Hidrográficas, os Coredes e as Associações de Municípios (Famurs).

a) Conselhos Regionais de Desenvolvimento⁶

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento são a base territorial e de apoio institucional para a implantação de políticas estaduais voltadas à redução das desigualdades regionais e à promoção do desenvolvimento sustentável no Rio Grande do Sul.

Os Coredes foram instituídos em 1991, através da Lei 10.283, com a função de intermediar os interesses locais na elaboração de políticas urbanas e regionais, dentro de um programa de descentralização administrativa que buscava dar maior transparência às ações do poder público. Compõem esses Conselhos os prefeitos e presidentes de câmaras municipais, deputados com domicílio eleitoral na região, representantes de instituições de ensino superior e demais organizações de expressão regional.

Desde sua origem, os Coredes atuam na indicação de prioridades de investimento para as regiões, atribuição prevista em legislação estadual dos planos plurianuais e orçamentos anuais. A parcela correspondente a cada Corede é definida com base em um conjunto de variáveis indicativas do grau de necessidades de cada região.

Até 1994, cada Conselho dispunha de uma parcela dos recursos para investimento do orçamento estadual e indicava suas prioridades. Em 1995, foi abolido o sistema de quotas, e as propostas das regiões passaram a ser submetidas ao crivo dos órgãos técnicos do Estado, a fim de serem incluídas no orçamento. A expectativa do Governo era de que

6 As informações contidas neste item foram obtidas em: <<http://www.gvg.rs.gov.br/gvg/index.htm>> e em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes.php>.

se alcançasse, ao longo do tempo, a superação do predomínio dos interesses locais em favor de uma visão mais estratégica de desenvolvimento.

Em 1998, foi publicada a Lei 11.179, segundo a qual o Poder Executivo deveria proceder a uma consulta anual direta à população, visando à destinação dos recursos disponíveis para os investimentos.⁷ Aos Coredes caberia, após amplo debate e realização de audiências públicas, a elaboração de uma lista contendo de 10 a 20 itens; destes, os eleitores da região deveriam escolher cinco. Os critérios para distribuição tomavam em conta a população e o PIB *per capita* regionais, com diferentes ponderações⁸. Para fins de inclusão na proposta orçamentária do Executivo, seriam considerados válidos os resultados das consultas onde o número de participantes superasse 1% dos eleitores habilitados ao voto no ano de 1998. Daí em diante, esse percentual deveria ir aumentando, até chegar a 6% em 2003.

A primeira consulta foi realizada com vistas ao orçamento de 1999 e teve uma participação surpreendente: nas 22 regiões do Estado, o comparecimento dos eleitores superou o mínimo inicialmente estabelecido (1%) e, na metade delas, superou o índice previsto para 2003 (6%).

Desde então, o processo vem passando por aperfeiçoamentos, até que, em 2003, pela Lei 11.920, foi instituída a consulta popular nos seguintes moldes:

...é realizada anualmente; os eleitores do RS decidem o destino dos recursos de investimentos e serviços que serão alocados no orçamento do Estado buscando diminuir as desigualdades e, ao fim, votam decidindo sobre parcela do orçamento do Estado, especialmente os serviços e investimentos que serão aplicados a cada exercício pelos diversos órgãos que compõem o Governo;

...é precedida por debates nos quais os participantes propõem novos caminhos para o desenvolvimento de suas regiões; envolvem-se as câmaras de vereadores, as prefeituras municipais, as entidades representativas da sociedade, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes)⁹ dos municípios ligados aos 24 Coredes existentes no Estado;

- 7 O montante a ser aplicado não seria inferior a 35% das despesas de investimento do Tesouro do Estado, considerando despesas livres e vinculadas.
- 8 As regiões com PIB *per capita* inferior a 70% do PIB *per capita* estadual recebem ponderação de 1,5 por habitante; regiões com PIB *per capita* entre 70% e 80% têm peso de 1,3 por habitante; demais regiões (PIB *per capita* igual ou superior a 80% do PIB estadual), 1,0 por habitante.
- 9 Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento são instâncias de coordenação da discussão orçamentária nos municípios, através de audiências públicas, para a escolha das prioridades. São formados por representantes dos diversos segmentos da sociedade: trabalhadores, empresários, entidades sociais, cidadãos, Executivo municipal e Legislativo municipal.

... entre os meses de abril e agosto, os meios de comunicação e a internet divulgam o calendário das assembleias municipais e regionais e a data em que ocorrerá consulta;

... os eleitores votam em urnas distribuídas pelo TRE em todos os municípios do Estado ou pelo *site* www.ppp.rs.gov.br. (<http://www.gvg.rs.gov.br/gvg/index.htm>).

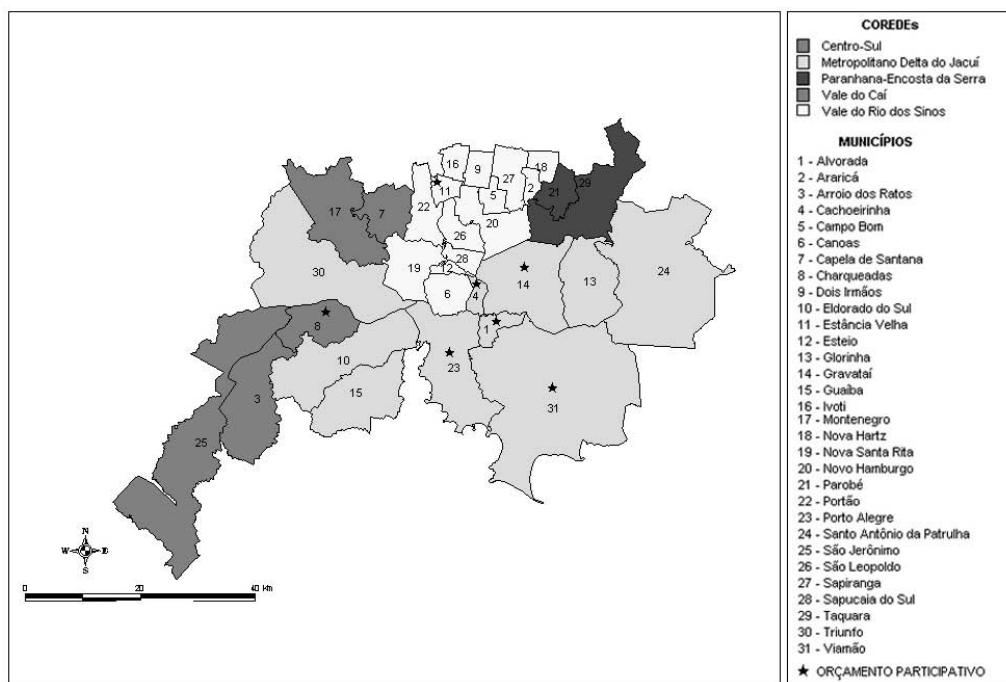
A consulta popular realizada em 10 de agosto de 2005 obteve a participação de 10% do eleitorado gaúcho que votaram em 9.147 urnas distribuídas por todos os municípios do Estado; pela *internet* votaram 7 mil eleitores (ZERO HORA, 11 ago. 2005).

Como se pode observar na *Figura 9.1*, na Região Metropolitana estão situados dois Conselhos Regionais de Desenvolvimento, aos quais estão ligados 24 municípios: o Corede Metropolitano Delta do Jacuí, com dez municípios, e o Corede Vale do Sinos, com 14. Os sete municípios restantes estão ligados a três Conselhos, dos quais participam também municípios não metropolitanos:

- » Corede Centro Sul (três);
- » Corede Vale do Paranhana (dois);
- » Corede Vale do Caí (dois).

A implantação dos Conselhos Regionais no Rio Grande do Sul foi gradual. Entre 1991 e 1993, surgiram os 20 primeiros, mas foram necessários dois anos de debates e negociações na Assembleia Legislativa para que fossem regulamentados (Decreto 35.764, de 28 de dezembro de 1994). Uma situação especial configurou-se em relação aos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre. No primeiro momento, ficaram de fora, em função de indefinições quanto à forma de articulação com outras instâncias – especialmente os orçamentos participativos municipais, que, por essa época, começavam a ser implantados (BANDEIRA, 1999, p. 34). Entre 1994 e 1996, foram instituídos os dois Conselhos Regionais que se situam dentro dos limites legais da RMPA: o Corede Vale do Sinos e o Corede Metropolitano Delta do Jacuí (*Mapa 9.1*).

MAPA 9.1 – Subdivisões Político-Administrativas da
Região Metropolitana de Porto Alegre – 2006



Fonte: FEE/NERU, IBGE (2003).

b) Associações de Municípios¹⁰

A Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul surgiu em Porto Alegre (maio de 1976), por iniciativa de um grupo de municipalistas que sentia necessidade de congregar as 17 associações regionais de municípios então existentes em uma entidade de âmbito estadual dedicada a discutir os assuntos de interesse comum e representar seus filiados frente aos Governos Estadual e Federal. Em 1988, a Famurs foi reconhecida como entidade de utilidade pública (Lei 6.206/88) e, em março de 1994, como representante oficial dos municípios do Rio Grande do Sul (Lei 10.114). Atualmente, a entidade agrupa 25 associações regionais, que congregam os 496 municípios gaúchos.

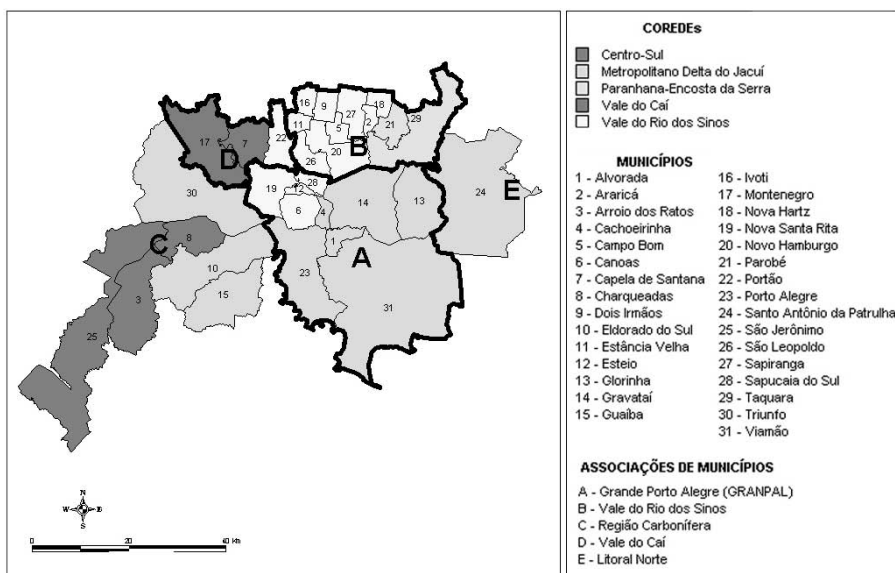
Todos os municípios da RMPA fazem parte da Famurs, através de suas respectivas associações municipais, arroladas a seguir.

¹⁰ As informações que constam neste item foram obtidas em: <<http://www.famurs.com.br>>.

A *Associação dos Municípios da Grande Porto Alegre* (Grampal) abrange dez municípios, todos metropolitanos – Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Esteio, Glorinha, Gravataí, Nova Santa Rita, Porto Alegre, Sapucaia do Sul e Viamão –; a *Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos*, na qual dos 18 municípios que a integram, 11 são metropolitanos – Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Ivoti, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Parobé, Sapiranga, Taquara e São Leopoldo –; a *Associação dos Municípios da Região Carbonífera*, onde dos 11 municípios integrantes, seis pertencem à RMPA – Arroio dos Ratos, Charqueadas, Eldorado do Sul, Guaíba, São Jerônimo e Triunfo –; outros três municípios metropolitanos integram a *Associação dos Municípios do Vale do Caí* – Capela de Santana, Montenegro e Portão. O município de Santo Antônio da Patrulha está vinculado à *Associação dos Municípios do Litoral Norte* (<http://www.famurs.com.br/>).

A implantação dos Coredes, na origem, procurou manter essa forma de organização dos municípios gaúchos. Segundo Bandeira (1998), foi respeitada a autonomia das comunidades locais quanto a participarem de um ou outro agrupamento de municípios, desde que mantida a contigüidade territorial exigida na Lei 10.086. Atualmente, não há coincidência perfeita entre a composição dos Coredes e a das Associações de Municípios, como se pode observar na *Mapa 9.2*.

MAPA 9.2 – Subdivisões Político-Administrativas da Região Metropolitana de Porto Alegre – 2006



Fonte: FEE/NERU, IBGE (2003), Famurs.

A Metroplan, no cumprimento de suas competências, estabelece parceria com os Coredes, com os municípios que os integram, bem como com entidades acadêmicas e ONGs, com a finalidade de produzir os insumos técnicos (estudos, pesquisas, planos e projetos) necessários à instrução e à fundamentação das demandas e das iniciativas regionais.

c) Comitês de Bacias Hidrográficas

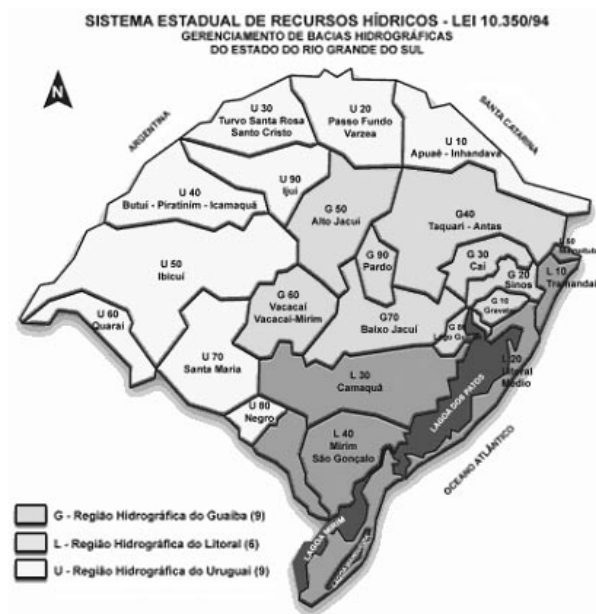
Os Comitês de Bacias Hidrográficas são outra forma institucionalizada de ação coordenada dos municípios.¹¹

A Região Metropolitana de Porto Alegre abrange seis bacias hidrográficas que fazem parte da Região Hidrográfica do Guaíba, a qual é integrada por um total de nove bacias (*Figura 9.1*). Vários municípios metropolitanos têm partes de seu território incluídas em área de mais de uma dessas bacias: *Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba* – Canoas, Eldorado do Sul, Guaíba e Nova Santa Rita –; *Bacia Hidrográfica Rio Gravataí* – Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Glorinha, Gravataí, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Taquara e Viamão –; *Bacia Hidrográfica do Sinos* – Araricá, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capela de Santana, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Santo Antônio da Patrulha, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Taquara –; *Bacia Hidrográfica do Caí* – Araricá, Capela de Santana, Dois Irmãos, Estância Velha, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Portão, Sapiranga e Triunfo –; *Bacia Hidrográfica do (Baixo) Jacuí* – Arroio dos Ratos, Charqueadas, Eldorado do Sul, Montenegro, São Jerônimo e Triunfo –; *Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas* – Montenegro e Triunfo.

11 Os Comitês de Bacias Hidrográficas são organizações civis que, dentre outras (consórcios e associações intermunicipais; organizações técnicas e de ensino e pesquisa e organizações não governamentais) integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh). Criado pela Lei 9.433/97, o Singreh estabeleceu um arranjo institucional baseado em novos princípios de organização para a gestão compartilhada do uso da água, cujo órgão máximo é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). De caráter normativo e deliberativo, o CNRH tem a atribuição de promover a articulação do planejamento de recursos hídricos nos níveis nacional, regional, estadual; deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos; acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Cabe ao CNRH decidir sobre a criação de Comitês de Bacias Hidrográficas em rios de domínio da União, baseado em uma análise detalhada da bacia e de suas sub-bacias, de tal forma que haja uma otimização no estabelecimento dessas entidades (Resolução 5, de 10 de abril de 2000). Esses Comitês se reportam ao nível federal através dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (<http://www.mma.gov.br/port/srh/sistema/cnrh.html>).

Em todas essas bacias, existem comitês formalmente constituídos e integrados ao Programa para o Desenvolvimento Socioambiental da Região Hidrográfica do Guaíba do qual a Metroplan é um dos órgãos co-executores.

FIGURA 9.1 – Bacias Hidrográficas, Segundo o Sistema Estadual de Recursos Hídricos (Lei 40.350/94), no Rio Grande do Sul



Fonte: <<http://www.mma.gov.br/port/srh/sistema/riosesta/riossil/riossil.html>>.

9.3. Gestão Municipal na RMPA

9.3.1. Fóruns Participativos¹²

a) Conselhos Municipais

Os Conselhos Municipais gestores de políticas surgiram a partir da Constituição Federal de 1988. Maria da Glória Gohn (2000, p. 7) os define como canais de participação

¹² Esta parte do texto baseia integralmente nos resultados de uma investigação sobre Orçamento Participativo e Conselhos Municipais de Políticas Públicas e de Direitos na Região Metropolitana de Porto Alegre, a cargo da Profa. Soraya Vargas Cortes, do Departamento e Programa de Pós-graduação em Sociologia – IFCH-UFRGS, na qual a autora procura identificar a existência desses fóruns e, na medida do possível, verificar seu funcionamento regular.

que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos. Constituem uma instância de mediação na relação sociedade/Estado, funcionando como instrumentos de expressão, representação e participação da população no desenho e na execução de políticas públicas específicas. Foram regulamentados pelas leis orgânicas municipais, no período pós-1988, quanto a seu papel deliberativo e/ou consultivo, composição etc. (GOHN, 2001, p. 84). Por força de lei, integram-se aos órgãos públicos vinculados ao Poder Executivo, na articulação para o repasse de recursos financeiros dos níveis federal e estadual para o municipal. Diferem dos conselhos comunitários e dos fóruns civis não-governamentais, na medida em que estes últimos são compostos exclusivamente por representantes da sociedade civil (GOHN, 2001, p. 84-85).

Desde 1996, a legislação preconiza a obrigatoriedade de formar conselhos gestores municipais para o recebimento de recursos destinados às áreas sociais (de emprego, educação, assistência social, saúde, habitação, crianças e adolescentes). Isso explica por que a maioria dos conselhos existentes surgiu depois dessa data. Na esfera municipal, podem ser criados, ainda, conselhos para a gestão de políticas urbanas, agrícolas, de cultura, de meio ambiente, bem como aquelas voltadas para portadores de deficiências físicas, idosos, negros, direito das mulheres etc.

Existem três tipos de conselhos: *conselhos de políticas públicas*, cuja criação foi induzida por iniciativas do governo federal (conselhos de saúde, de assistência social, de direitos da criança e do adolescente, do Fundef e de trabalho e emprego); *conselhos tutelares*, que exercem funções de execução de política; *conselhos criados por iniciativa municipal*, voltados para a administração urbana, a promoção do desenvolvimento e da cultura e para a garantia de direitos (conselhos de habitação, de desenvolvimento urbano, de desenvolvimento, de meio ambiente e de transporte; conselhos de cultura e de turismo; conselhos da mulher e do negro).¹³

13 Em Porto Alegre ainda existem os Conselhos Municipal de Justiça e Segurança, de Agricultura e Abastecimento, da Cidade, do Plano Diretor, do Patrimônio Histórico Cultural, de Coordenação de Políticas Públicas para a Livre Orientação Sexual, de Ciência e Tecnologia, de Serviços Funerários e de Análise Urbanística e Gerenciamento. Existem, ainda, as Comissões Técnicas de Análise e Aprovação de Parcelamento do Solo, de Viabilidade de Edificações e Atividades, de Análise e Aprovação de Instalação de Equipamentos de Mobiliário Urbano e o Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas.

A *Tabela 9.1* mostra que, na Região Metropolitana de Porto Alegre, dos 155 conselhos de políticas públicas criados por indução do Governo Federal, foi possível obter informações de 146 (94,2 %), constatando-se que apenas 140 existem e funcionam (ou seja, 90,3%). Os Conselhos Municipais do Fundef são os únicos que foram criados e funcionam em todos os 31 municípios. Isso ocorre, provavelmente, porque esses Conselhos têm funções muito específicas, são compostos por um número diminuto de integrantes (de cinco a dez participantes) e reúnem-se apenas uma vez por mês. Os demais conselhos desenvolvem funções muito mais complexas, o número de participantes é bem maior – chegando, no caso do Conselho de Saúde de Porto Alegre, a mais de 80 participantes –, e há expectativa de que eles se reúnam com maior frequência.

TABELA 9.1 – Existência de Conselhos Municipais de Políticas Públicas Criados por Indução Federal nos Municípios da RMPA – 2005

Discriminação	Conselho Municipal de Saúde		Conselho Municipal de Assistência Social		Conselho Municipal da Criança e do Adolescente		Conselho Municipal do FUNDEF		Conselho Municipal do Trabalho e Emprego	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Existe	28	90,3	30	96,8	25	80,6	31	100	26	83,9
Existe mas não funciona	3	9,7	1	3,2						
Não existe					1	3,2			1	3,2
Sem informação					5	16,1			4	12,9
TOTAL	31	100,0	31	100,0	31	100,0	31	100,0	31	100,0

Fonte: Banco de dados da Pesquisa Conselhos Municipais de Políticas Públicas e Direitos na Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre, UFRGS, GPPS.

Nota: (1) Conselhos Municipais de Saúde, de Assistência Social e do Fundef – informações de sites municipais e de contatos telefônicos sobre 31 municípios obtidas em 2004 e 2005.

(2) Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – informações de sites municipais e de contatos telefônicos sobre 26 municípios obtidas em 2004 e 2005; cinco municípios sem informação.

(3) Conselho Municipal de Trabalho e Emprego – informações de sites municipais e de contatos telefônicos sobre 27 municípios obtidas em 2004 e 2005; quatro municípios sem informação.

Os conselhos tutelares estão formados em 29 dos 31 municípios da RMPA. Ou seja, em 93,5% dos municípios, em 2004, havia conselhos tutelares funcionando (*Tabela 9.2*).

TABELA 9.2 – Existência de Conselhos Tutelares nos Municípios da RMPA – 2004

Discriminação	Número	%
Existe	29	93,5
Não existe	2	6,5
TOTAL	31	100

Fonte: <http://www2.mj.gov.br/sipia>

A *Tabela 9.3* mostra que, dentre os conselhos criados por iniciativa municipal, o único que existe em todos os municípios da RMPA é o Conselho Municipal de Desenvolvimento (Comude), uma vez que habilita o município a participar da consulta popular promovida pelo Governo do Estado, para decidir sobre o destino de parte dos recursos do Orçamento Estadual.

Observe-se, ainda, que outros conselhos diretamente envolvidos com a promoção do desenvolvimento municipal foram constituídos na maior parte dos 31 municípios: conselhos municipais de transporte (19), de habitação (24) e de meio ambiente (24). Poucos foram os conselhos de direitos da mulher e do negro criados nos municípios (nove e três, respectivamente). No entanto, essa constatação pode ser errônea, porque, sobre esses conselhos, as informações disponíveis são bastante precárias.

TABELA 9.3 – Existência de Conselhos Municipais Criados por Iniciativa Municipal nos Municípios da RMPA – 2005

Conselhos	Existe		Não Existe		Sem Informação		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Conselho Municipal do Negro	3	9,7	16	51,6	12	38,7	31	100
Conselho Municipal da Mulher	9	29	10	32,3	12	38,7	31	100
Conselho Municipal de Turismo	11	35,5	20	64,5		0	31	100
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano	13	41,9	18	58,1		0	31	100
Conselho Municipal de Cultura	15	48,4	16	51,6		0	31	100
Conselho Municipal de Transporte	19	61,3	12	38,7		0	31	100
Conselho Municipal de Habitação	24	77,4	6	19,4	1	3,2	31	100

TABELA 9.3 – Existência de Conselhos Municipais Criados por Iniciativa Municipal nos Municípios da RMPA – 2005 (continuação)

Conselhos	Existe		Não Existe		Sem Informação		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Conselho Municipal do Meio Ambiente	24	77,4	7	22,6		0	31	100
Conselho Municipal de Desenvolvimento	31	100				0	31	100

Fonte: Banco de dados da Pesquisa Conselhos Municipais de Políticas Públicas e Direitos na Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre, UFRGS, GPPS.

Nota: (1) Conselhos Municipais de Habitação e de Meio Ambiente – informações sobre 16 municípios no site <http://www.ibge.gov.br/>, Perfil dos Municípios Brasileiros referentes à 2001 e informações sobre 15 municípios obtidas em sites das Prefeituras Municipais e contatos telefônicos, em 2005.

(2) Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – informações sobre 21 municípios no site <http://www.ibge.gov.br/>, Perfil dos Municípios Brasileiros referentes à 2001 e informações sobre 10 municípios obtidas em sites de Prefeituras Municipais e contatos telefônicos, em 2005.

(3) Conselho Municipal de Desenvolvimento - Informações sobre os 31 municípios obtidas junto ao Gabinete do Vice Governador do Estado do Rio Grande do Sul em 2005.

(4) Conselho Municipal de Transporte – informações sobre 18 municípios obtidas no site <http://www.ibge.gov.br/>, Perfil dos Municípios Brasileiros referentes a 2001 e informações sobre 13 municípios obtidas em sites de Prefeituras Municipais e contatos telefônicos, em 2005.

(5) Conselho Municipal de Cultura – informações sobre 16 municípios obtidas no site <http://www.ibge.gov.br/>, Perfil dos Municípios Brasileiros referentes a 2001 e informações sobre 15 municípios obtidas em sites municipais e contatos telefônicos, em 2005.

(6) Conselho Municipal de Turismo – Informações sobre 21 municípios obtidas no site <http://www.ibge.gov.br/>, Perfil dos Municípios Brasileiros referentes a 2001 e informações sobre 10 municípios obtidas em sites de Prefeituras Municipais e contatos telefônicos, em 2005.

(7) Conselhos Municipais da Mulher e do Negro – informações obtidas em sites de Prefeituras Municipais e de contatos telefônicos sobre 19 municípios, em 2005; 12 municípios sem informação.

b) Orçamento Participativo

A denominação “orçamento participativo” está sempre presente quando a prefeitura é comandada por coalizão política encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores. Em outros casos, a denominação pode variar¹⁴. Há diferenças quanto aos mecanismos implementados para a participação, mas existe o envolvimento direto, através de representantes, na decisão sobre os destinos dos recursos orçamentários no município.

14 Em Canoas, por exemplo, a denominação é “orçamento solidário”.

TABELA 9.4 – Existência de Orçamento Participativo nos Municípios da RMPA – 2005

Discriminação	Número	%	% Válido
Existe	16	51,6	66,7
Não existe	8	25,8	33,3
Sem informação	7	22,6	
TOTAL	31	100	

Fonte: Banco de dados da Pesquisa Conselhos Municipais de Políticas Públicas e Direitos na Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre, UFRGS, GPPS.

Nota: Informações obtidas em sites de prefeituras municipais e de contatos telefônicos sobre 24 municípios, em 2005; sete municípios sem informação.

Os altos níveis de participação política na Região Metropolitana de Porto Alegre têm sido destacados por vários estudos (BAIERLE, 1998; SILVA, 2000; IBGE, 2003; FARIA, 2002). Isso provavelmente colabore para explicar a disseminação de fóruns participativos nos municípios da Região. Por um lado, governos municipais os têm criado e favorecido o seu funcionamento; por outro, os cidadãos esperam que tais espaços de participação sejam abertos e que funcionem regularmente.

Conclusão

No que tange às condições para a gestão democrática na RMPA e em seus municípios integrantes, dois aspectos chamam atenção: (a) parece existir uma cultura cívica que favorece o desenvolvimento de estruturas e a deflagração de processos participativos; (b) a superposição de instâncias administrativas e associativas causa algumas dificuldades para a articulação entre os órgãos públicos dos três níveis de governo envolvidos no planejamento e na gestão metropolitanos. Paralelamente, constata-se que ainda há muito a fazer quanto à qualidade e à abrangência das informações disponíveis para que se possa diagnosticar e avaliar mais detalhadamente a capacidade de gestão metropolitana e municipal na RMPA.

Referências Bibliográficas

ALONSO, J. A. F. **Caracterização econômica da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 90**. IX ENANPUR, Rio de Janeiro, 2001.

AZEVEDO, Sérgio de; GUIA, Virgínia. Reforma do Estado e Federalismo: os Desafios da Governança Metropolitana. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org). **O futuro das metrópoles**: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Ippur/UFRJ-Fase e Revan, 2000.

BAIERLE, Sergio. A explosão da experiência: emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos. **Caderno da Cidade**. Porto Alegre, v. 4, n. 6, p. 1-25, 1998.

BANDEIRA, Pedro Silveira. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília: Ipea, 1999. (Texto para discussão, n. 630).

BORBA, Sheila Villanova; CUNHA, Carla Giane Souza. Dilemas da gestão cooperativa: o caso da/na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Cadernos Metrôpole**. São Paulo, n. 7, p. 93-120, 1º sem. 2002.

FARIA, Cláudia Feres. **Do conflito jurídico ao consenso democrático**: uma versão da implementação do OP-RS. Belo Horizonte: Fotocopiado, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA Disponível em: <http://www2.ibge.gov.br/pub/Indicadores_Sociais/Associativismo/1996>. Acesso em: 2003.

SILVA, Marcelo K. **Construção da “participação popular”**: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. Porto Alegre, 2000. Tese (Doutorado em Sociologia). UFRGS.

Sites consultados:

<http://www.gvg.rs.gov.br/gvg/index.htm>

http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes.php

<http://www.gvg.rs.gov.br/gvg/index.htm>

<http://www.famurs.com.br>

<http://www.mma.gov.br/port/srh/sistema/riosesta/riosul/riosul.html>

<http://www.metroplan.rs.gov.br>

capítulo 10

10. O Desempenho Fiscal dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre

Este capítulo tem o objetivo de analisar a situação fiscal da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), constatando o que acontece nesse sentido e se isso favorece, ou não, as ações de cooperação. Investiga, mais especificamente, a capacidade de os municípios da RMPA aportarem recursos para uma ação de cooperação entre os três níveis de governo. Para tanto, foi seguida a metodologia de Ribeiro e Pinto (2004)¹ e organizados os dados da Secretaria do Tesouro Nacional, do ano de 2003. O artigo divide-se em quatro seções. A primeira examina detalhadamente a estrutura fiscal dos municípios da RMPA. A segunda ocupa-se do perfil das receitas tributárias. A terceira traz os indicadores financeiros dos municípios da RMPA, e a última apresenta as considerações finais.

10.1. A Estrutura Fiscal dos Municípios da RMPA

Porto Alegre é a cidade com a receita tributária própria de maior participação (28,99%) na receita total da RMPA, seguida de Glorinha, Novo Hamburgo, Estância Velha e São Leopoldo com, respectivamente, 22,01%, 21,25%, 16,64% e 16,48%

1 Parte-se do pressuposto de que o enfrentamento dos problemas das cidades requer uma ação conjugada das três áreas de governo – União, Estados e municípios – não apenas em nível institucional, mas também uma conjugação de esforços financeiros. Nesse sentido, a cooperação é tanto mais importante quando se tem em conta a especificidade dos gastos no desenvolvimento urbano, pois sua demanda se concentra no tempo e requer recursos assegurados. Assim, já que as fontes de financiamento para o investimento são fundamentais para a cooperação, importa saber qual é o volume das fontes não asseguradas (transferências de capital, receita de valores mobiliários etc.) da RMPA. Caso seja muito expressivo, reduzirá a possibilidade de desenvolver projetos.

(Tabela 10.1), municípios esses que conseguem explorar bem a cobrança do IPTU, do ISS e do ITBI.

Entretanto o mesmo não acontece com os demais municípios da RMPA, pois se apóiam amplamente nas transferências, principalmente as do ICMS, devido ao intenso movimento econômico da Região. Elas variam de uma participação de 46,15% (Porto Alegre) até 92,32% das receitas totais, como é o caso de Araricá. É importante observar que parte dessas transferências se constitui de fontes vinculadas na origem, como o Fundef para a educação e o SUS para a saúde, o que poderá dificultar a cooperação desses municípios em projetos de interesse comum.

TABELA 10.1 – Participação da Receita Tributária Própria, das Transferências e de Outras Receitas nas Receitas Totais dos Municípios da RMPA – 2003 (em %)

Municípios	Receita Tributária Própria/Receitas Totais	Transferências/Receita Total	Outras/Receitas Totais
Alvorada	9,77	75,55	14,68
Araricá	5,49	92,32	2,19
Arroio dos Ratos	9,59	74,98	15,43
Cachoeirinha	10,23	75,53	14,23
Campo Bom	16,03	72,29	11,68
Canoas	12,70	71,74	15,56
Capela de Santana	5,70	89,86	4,44
Charqueadas	8,32	81,69	10,00
Dois Irmãos	14,93	73,04	12,03
Eldorado do Sul	14,81	74,82	10,37
Estância Velha	16,64	67,37	15,99
Esteio	10,70	73,77	15,52
Glorinha	22,01	56,05	21,93
Gravataí	11,90	82,05	6,04
Guaíba	9,65	81,44	8,91
Ivoti	15,52	75,51	8,97
Montenegro	14,66	65,00	20,35
Nova Hartz	4,82	88,86	6,32

TABELA 10.1 – Participação da Receita Tributária Própria, das Transferências e de Outras Receitas nas Receitas Totais dos Municípios da RMPA – 2003 (em %) (continuação)

Municípios	Receita Tributária Própria/Receitas Totais	Transferências/Receita Total	Outras/Receitas Totais
Nova Santa Rita	4,96	84,54	10,50
Novo Hamburgo	21,25	57,52	21,23
Parobé	5,26	90,00	4,74
Portão	8,54	74,46	17,01
Porto Alegre	28,99	46,15	24,86
Santo Antonio da Patrulha	13,19	67,11	19,71
São Jerônimo	7,59	77,48	14,92
São Leopoldo	16,48	51,06	32,47
Sapiranga	10,82	68,98	20,21
Sapucaia do Sul	8,99	77,17	13,84
Taquara	16,37	73,51	10,12
Triunfo	5,30	91,20	3,50
Viamão	7,99	79,98	12,03

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. FIMBRA. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/gfm/>. Acesso em 20 de agosto de 2005.

Na *Tabela 10.2*, é possível visualizar os gastos públicos dos municípios da RMPA por rubrica, salientando-se os de pessoal, outras despesas correntes, serviços da dívida e investimentos.

Como é natural nos municípios cuja atividade se volta prioritariamente para a prestação de serviços à população, é intensa a participação das rubricas: pessoal e outras despesas correntes. Quando se acrescenta a despesa com serviços da dívida, ocorrem casos em que resta uma parcela muito reduzida para aplicação em investimentos públicos. Para saber se essa situação pode criar dificuldades ao desenvolvimento de projetos de interesse comum das cidades, convém analisar a qualidade dos investimentos públicos (se vieram de recursos gerados internamente, ou não).

TABELA 10.2 – Participação dos Gastos Públicos da RMPA de Acordo com as Áreas de Pessoal, Outras Despesas Correntes, Serviços da Dívida e Investimentos em Relação à Despesa Total – 2003 (%)

Municípios	Estrutura da Despesa				
	Despesa Total Líquida	Pessoal	Outras Despesas Correntes	Serviço da Dívida	Investimentos e Outras
Porto Alegre	100,00	51,90	37,06	4,41	6,62
Alvorada	100,00	49,45	34,70	7,72	8,13
Ararica	100,00	50,87	37,65	1,96	9,52
Arroio dos Ratos	100,00	52,71	35,62	2,78	8,89
Cachoeirinha	100,00	54,53	31,19	7,08	7,20
Campo Bom	100,00	43,24	27,15	3,68	25,92
Canoas	100,00	40,80	37,67	0,65	20,88
Capela de Santana	100,00	44,52	41,93	2,98	10,57
Charqueadas	100,00	48,92	38,65	5,04	7,38
Dois Irmãos	100,00	41,23	30,65	2,94	25,18
Eldorado do Sul	100,00	49,62	35,96	1,27	13,14
Estância Velha	100,00	50,43	36,53	4,56	8,47
Esteio	100,00	53,12	30,95	5,26	10,67
Glorinha	100,00	44,05	31,46	1,09	23,40
Gravataí	100,00	43,67	40,91	4,86	10,56
Guaíba	100,00	52,07	29,39	8,36	10,18
Ivoti	100,00	46,95	38,89	5,06	9,10
Montenegro	100,00	40,75	39,33	3,32	16,60
Nova Hartz	100,00	49,17	34,95	3,65	12,23
Nova Santa Rita	100,00	57,87	33,30	2,69	6,14
Novo Hamburgo	100,00	45,26	33,92	6,40	14,42
Parobé	100,00	54,32	34,51	4,06	7,11
Portão	100,00	49,96	35,92	5,94	8,18
Santo Antonio da Patrulha	100,00	48,56	42,88	3,23	5,33
São Jerônimo	100,00	51,60	36,55	7,38	4,47
São Leopoldo	100,00	44,79	38,78	3,48	12,95
Sapiranga	100,00	45,77	30,39	5,33	18,52
Sapucaia do Sul	100,00	53,60	26,25	1,10	19,05
Taquara	100,00	53,52	36,69	1,33	8,46
Viamão	100,00	51,62	33,41	4,63	10,34

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. FIMBRA. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/gfm/>. Acesso em 20 de agosto de 2005.

Nota: não se dispõe de informações financeiras para o município de Triunfo

10.2. Perfil das Receitas Tributárias

Para poder visualizar melhor o perfil da receita municipal, esta foi agrupada em seis categorias² (Tabela 10.3). Através da categoria R1, é possível notar que Porto Alegre se diferencia das demais, tanto pelo seu maior esforço fiscal como pela sua base tributária mais pujante, atingindo R\$ 384,00 *per capita*. Também Triunfo se destaca dos demais por ser a sede do Pólo Petroquímico, que é responsável por cerca de 95% do total da riqueza gerada no município.³ Entretanto, à medida que se considera a categoria R2, que agrega a devolução tributária, as diferenças entre os municípios da RMPA arrefecem, o mesmo ocorrendo com a categoria R3 (onde estão incluídas as transferências redistributivas, em particular o Fundo de Participação dos Municípios – FPM), onde se revela uma melhoria em quase todos os municípios. Já a categoria R4, ao acrescentar as transferências redistributivas vinculadas na origem,⁴ tende a beneficiar aqueles municípios que relativamente oferecem mais serviços de saúde e de ensino do que os outros. A categoria R5, que engloba também as transferências discricionárias (receitas de convênios e emendas parlamentares), faz com que todo o conjunto dos municípios da RMPA volte a se aproximar, pois tais transferências geralmente tendem a beneficiar os menores. Finalmente, com a categoria R6, que se constitui de receitas de origem patrimonial⁵, os municípios de maior porte têm um ganho, porque essas receitas são bem mais exploradas neles, como, por exemplo, acontece em Gravataí, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Canoas e Porto Alegre.

2 As seis categorias englobam as seguintes rubricas. R1 = arrecadação municipal, compreendendo receita tributária própria e receita da dívida ativa; R2 = R1 + devolução tributária; R3 = R2 + transferências redistributivas não vinculadas na origem; R4 = R3 + transferências redistributivas vinculadas na origem; R5 = R4 + transferências discricionárias; e, finalmente, R6 = R5 + outras receitas fiscais líquidas.

3 Sabe-se que o município de Triunfo, por ser a sede do Pólo Petroquímico, consegue ter o melhor retorno *per capita* de ICMS no Estado, considerados sua área, número de empresas e número de habitantes. Isso tem gerado muita discussão, e, como sugerem alguns, o retorno do ICMS no Rio Grande do Sul deveria ser urgentemente reavaliado. Na realidade, até o momento, Triunfo consegue receber um volume enorme de recursos estaduais, muito maior do que suas necessidades, em detrimento de todos os demais municípios, o que deveria levá-lo a se capacitar para aplicar mais adequadamente suas receitas próprias.

4 Essas transferências destinam-se a financiar sistemas de cooperação para a provisão de bens e serviços, como educação (Fundef), saúde (SUS) e assistência social (FNAS).

5 São receitas de aluguéis de imóveis, de concessões de serviços públicos e decorrentes de atividades industriais da administração indireta e outras.

TABELA 10.3 – Perfil da Receita Municipal *per capita* nos Municípios da RMPA – 2003

Municípios	R1	R2	R3	R4	R5	R6
Porto Alegre	384	670	702	749	755	1.001
Alvorada	41	88	162	239	247	279
Araricá	49	168	531	721	727	739
Arroio dos Ratos	73	198	420	535	538	600
Cachoeirinha	84	336	375	469	470	519
Campo Bom	174	530	632	763	763	833
Canoas	108	503	548	622	624	742
Capela de Santana	30	120	320	390	400	413
Charqueadas	70	323	456	567	572	609
Dois Irmãos	130	373	522	640	641	713
Eldorado do Sul	165	511	634	810	810	887
Estância Velha	170	384	496	627	628	721
Esteio	98	389	477	586	586	679
Glorinha	249	430	667	760	773	820
Gravataí	73	245	304	405	405	414
Guaíba	63	252	331	418	421	446
Ivoti	147	469	628	755	756	808
Montenegro	131	381	483	541	542	657
Nova Hartz	39	285	444	558	560	568
Nova Santa Rita	51	360	541	688	688	754
Novo Hamburgo	169	413	465	565	566	648
Parobé	34	225	334	493	493	508
Portão	76	362	502	597	598	706
Santo Antonio da Patrulha	104	251	375	468	470	568
São Jerônimo	53	185	358	417	437	502
São Leopoldo	163	352	399	490	500	706
Sapiranga	97	291	386	515	516	619
Sapucaia do Sul	63	285	354	467	469	540
Taquara	89	214	300	396	396	427
Triunfo	171	2.566	2.723	2.857	2.857	2.967
Viamão	38	110	170	272	273	299

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. FIMBRA. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/gfm/>. Acesso em: 20 de agosto de 2005.

10.3. Indicadores Financeiros

Os indicadores financeiros de receita, de despesa, de capacidade de investimento e de endividamento têm o mérito de espelhar com nitidez a situação fiscal dos municípios⁶ (*Tabela 10.4*).

É possível visualizar, na *Tabela 10.4*, os indicadores financeiros das receitas. Especificamente, verifica-se que a autonomia da base tributária de Porto Alegre é bem expressiva, atingindo 30,97%. Isso também ocorre em Glorinha (25%), São Leopoldo (21,45%), Novo Hamburgo (22,11%), Taquara (18,84%) e Montenegro (18,32%), que têm uma parcela maior de receitas com essa origem do que os municípios menores.⁷ O indicador de autonomia por base territorial segue a mesma lógica do indicador anterior, pois aqueles municípios que recebem um ICMS mais volumoso ficam em uma situação mais vantajosa, uma vez que este representa a maior parte das devoluções. No que diz respeito ao indicador segurança legal, prevalece um alto valor em praticamente todos os municípios da RMPA, indicando uma maior estabilidade da receita. Já o indicador de dependência de fontes financeiras demonstra a participação das receitas não fiscais: de valores mobiliários, de operações de crédito, de alienação de ativos e de amortização de empréstimos. Os municípios de Glorinha (15,69%), Portão (14,27%), Montenegro (13,72%), Sapiranga (12,86%) e Canoas (10,09%) têm destaque nesse indicador, o que pode resultar da consolidação de contas, que inclui o Fundo de Previdência Municipal.

6 Especificamente, os indicadores de receita procuram distinguir os componentes da receita municipal, para aferir o grau de autonomia e estabilidade das diversas fontes e de liberdade em sua utilização. Já os indicadores de despesa demonstram a estrutura de utilização dos recursos por grupo de despesa e por função de governo e apresentam o grau de rigidez do gasto público. Além disso, o nível de endividamento foi comparado através da relação da dívida com a receita corrente sob diferentes conceitos. Complementou-se também a observação pelo cálculo do comprometimento da receita com o serviço da dívida. A sustentabilidade do investimento foi examinada a partir das fontes de recursos usadas para seu financiamento (REZENDE e GARSON, 2004, p. 17).

7 Como bem chamam atenção Rezende e Garson (2004, p. 17), isso pode desencadear posições divergentes entre pequenos e grandes municípios nas discussões de reforma tributária, aliás, o que deve estar acontecendo entre os três entes federativos na discussão da unificação do ICMS, do IPI e do ISS.

TABELA 10.4 – Indicadores Financeiros das Receitas Públicas dos Municípios da RMPA – 2003 (em %)

Municípios	Estrutura da Receita			
	Autonomia Base Tributária	Autonomia por Base Territorial	Segurança Legal de Receitas	Dependência de Fontes Financeiras
Alvorada	13,49	23,02	85,33	5,11
Araricá	6,17	10,90	97,72	0,02
Arroio dos Ratos	12,01	20,25	86,51	1,91
Cachoeirinha	14,65	39,31	89,83	6,94
Campo Bom	19,15	35,21	90,51	4,45
Canoas	13,45	40,97	84,64	10,04
Capela de Santana	6,74	14,28	92,50	2,09
Charqueadas	10,03	23,24	91,00	1,19
Dois Irmãos	17,01	30,08	89,32	7,11
Eldorado do Sul	17,20	30,13	90,59	4,37
Estância Velha	21,06	32,75	86,27	9,65
Esteio	13,46	29,06	85,35	1,95
Glorinha	25,00	31,10	79,66	15,61
Gravataí	16,04	37,40	97,14	0,16
Guaíba	13,01	28,22	93,21	3,29
Ivoti	16,81	31,64	91,85	2,35
Montenegro	18,32	32,26	81,25	13,72
Nova Hartz	6,10	20,31	94,70	0,96
Nova Santa Rita	6,27	21,11	90,24	5,13
Novo Hamburgo	22,11	41,20	78,93	11,80
Parobé	6,02	19,16	95,51	1,26
Portão	10,01	25,51	84,31	14,27
Porto Alegre	30,97	51,20	76,36	4,94
Santo Antonio da Patrulha	16,91	27,26	83,53	1,60
São Jerônimo	9,82	20,02	82,84	2,60
São Leopoldo	21,45	35,93	69,86	3,90
Sapiranga	14,25	26,69	82,37	12,86
Sapucaia do Sul	10,69	31,98	85,83	3,75

TABELA 10.4 – Indicadores Financeiros das Receitas Públicas dos Municípios da RMPA – 2003 (em %) (continuação)

Municípios	Estrutura da Receita			
	Autonomia Base Tributária	Autonomia por Base Territorial	Segurança Legal de Receitas	Dependência de Fontes Financeiras
Taquara	18,84	31,25	91,44	1,31
Triunfo	5,36	29,12	95,69	–
Viamão	11,39	24,80	91,06	5,90

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. FIMBRA. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/gfm/>. Acesso em 20 de agosto de 2005.

Nota: não se dispõe do indicador de dependência de fontes financeiras para o município de Triunfo.

A *Tabela 10.5* mostra a estrutura da despesa da RMPA em 2003, destacando a rigidez dos gastos, principalmente os relativos às despesas de pessoal e ao serviço da dívida, que são os itens de mais difícil compressão.

Percebe-se que os municípios da RMPA comprometem com o pessoal e o serviço da dívida uma parcela bem expressiva da despesa total. Além disso, cerca de 13 municípios da RMPA já estão utilizando mais do que a metade da despesa total com gastos com pessoal. A rubrica serviços da dívida pode também trazer problemas, principalmente para os municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Guaíba e São Jerônimo, pois comprometem, respectivamente, 7,72%, 7,08%, 8,36% e 7,38% da despesa total. No caso de Porto Alegre, o comprometimento do serviço da dívida é de 4,41% em relação à despesa total.

TABELA 10.5 – Indicadores da Despesa para os Municípios da RMPA – 2003 (em %)

Municípios	Estrutura da Despesa					Rigidez do Orçamento Total	Rigidez do Orçamento Fiscal
	Despesa Total Líquida	Pessoal	Outras Despesas Correntes	Serviço da Dívida	Investimento e outras		
Alvorada	100,00	49,45	34,70	7,72	8,13	70,19	73,97
Araricá	100,00	50,87	37,65	1,96	9,52	70,46	70,48
Arroio dos Ratos	100,00	52,71	35,62	2,78	8,89	61,71	62,91
Cachoeirinha	100,00	54,53	31,19	7,08	7,20	67,43	72,45
Campo Bom	100,00	43,24	27,15	3,68	25,92	60,40	63,21
Canoas	100,00	40,80	37,67	0,65	20,88	58,24	64,74
Capela de Santana	100,00	44,52	41,93	2,98	10,57	58,29	59,53
Charqueadas	100,00	48,92	38,65	5,04	7,38	64,80	65,58
Dois Irmãos	100,00	41,23	30,65	2,94	25,18	52,59	56,61
Eldorado do Sul	100,00	49,62	35,96	1,27	13,14	61,10	63,89
Estância Velha	100,00	50,43	36,53	4,56	8,47	61,08	67,60
Esteio	100,00	53,12	30,95	5,26	10,67	71,39	72,80
Glorinha	100,00	44,05	31,46	1,09	23,40	52,62	62,35
Gravataí	100,00	43,67	40,91	4,86	10,56	65,14	65,24
Guaíba	100,00	52,07	29,39	8,36	10,18	68,43	70,75
Ivoti	100,00	46,95	38,89	5,06	9,10	63,54	65,07
Montenegro	100,00	40,75	39,33	3,32	16,60	48,00	55,64
Nova Hartz	100,00	49,17	34,95	3,65	12,23	67,68	68,34
Nova Santa Rita	100,00	57,87	33,30	2,69	6,14	65,98	69,55
Novo Hamburgo	100,00	45,26	33,92	6,40	14,42	62,87	71,28
Parobé	100,00	54,32	34,51	4,06	7,11	70,43	71,34
Portão	100,00	49,96	35,92	5,94	8,18	59,71	69,65
Porto Alegre	100,00	51,90	37,06	4,41	6,62	70,63	74,30
Santo Antonio da Patrulha	100,00	48,56	42,88	3,23	5,33	62,00	63,01
São Jerônimo	100,00	51,60	36,55	7,38	4,47	61,99	63,64
São Leopoldo	100,00	44,79	38,78	3,48	12,95	56,38	58,67
Sapiranga	100,00	45,77	30,39	5,33	18,52	55,23	63,38
Sapucaia do Sul	100,00	53,60	26,25	1,10	19,05	64,52	67,03
Taquara	100,00	53,52	36,69	1,33	8,46	69,58	70,50
Viamão	100,00	51,62	33,41	4,63	10,34	73,99	78,63

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. FIMBRA. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/gfm/>. Acesso em 20 de agosto de 2005.

Nota: Não se dispõem de indicadores da despesa para o município de Triunfo através dos dados FINBRA da STN. Entretanto, através dos dados do TCE, é possível notar que Triunfo tem um comprometimento de 50,68% com os gastos de pessoal e de 48,34% com o serviço da dívida (em relação à despesa total).

A *Tabela 10.6* apresenta os indicadores do investimento efetivo, de equilíbrio de curto prazo e também de sustentabilidade do investimento. O que se quer investigar é a qualidade das fontes que financiaram o investimento, ou seja, procura-se saber se os investimentos vieram de recursos gerados internamente, ou não.

TABELA 10.6 – Indicadores de Investimento nos Municípios da RMPA – 2003 (em %)

Municípios	Investimento Efetivo	Equilíbrio de Curto Prazo		Sustentabilidade do Investimento de Equilíbrio	
		Sobre Total Investido	Sobre Total da Receita	Curto Prazo	Longo Prazo
Alvorada	7,9	134,5	10,63	131,86	110,48
Araricá	9,88	61,57	6,09	61,51	61,43
Arroio dos Ratos	7,78	260,57	20,28	233,07	218,74
Cachoeirinha	6,33	290,06	18,37	271,42	240,25
Campo Bom	25,38	95,12	24,97	94,62	87,23
Canoas	23,71	42,88	10,17	42,53	28,49
Capela de Santana	10,03	141,12	14,3	134,55	129,43
Charqueadas	6,9	195,17	13,47	150,25	147,3
Dois Irmãos	22,98	136,58	31,36	135,53	125,47
Eldorado do Sul	12,07	151,93	18,69	151,93	140,21
Estância Velha	7,36	278,28	20,49	277,36	234,08
Esteio	10,35	86,97	9,41	86,97	81
Glorinha	21,73	132,87	28,87	93,87	65,35
Gravataí	10,84	69,55	7,59	69,55	68,68
Guaíba	9,11	205,53	18,9	203	190,91
Ivoti	9,03	110,22	9,13	102,06	93,1
Montenegro	14,33	195,91	27,9	192,81	161,93
Nova Hartz	12,48	81,78	10,23	55,36	50,49
Nova Santa Rita	5,35	339,19	18,15	317,43	285,81
Novo Hamburgo	13,59	103,1	12,74	99,09	34,41
Parobé	6,66	195,88	13,04	177,18	176,35
Portão	7,06	295,1	20,68	278,51	217,01
Porto Alegre	6,7	75,11	5,03	35,52	20,77
Santo Antonio da Patrulha	4,9	230,38	11,47	230,38	219,86
São Jerônimo	3,81	483,3	18,43	481,02	448,19
São Leopoldo	12,42	133,01	16,51	130,01	119,44
Sapiranga	15,34	212,01	32,51	204,75	178,01

TABELA 10.6 – Indicadores de Investimento nos Municípios da RMPA – 2003 (em %) (continuação)

Municípios	Investimento Efetivo	Equilíbrio de Curto Prazo		Sustentabilidade do Investimento de Equilíbrio	
		Sobre Total Investido	Sobre Total da Receita	Curto Prazo	Longo Prazo
Sapucaia do Sul	17,92	133,32	23,88	132,44	125,81
Taquara	8,44	103,36	8,72	90,57	85,29
Viamão	10,42	79,27	8,38	71,56	53,35

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. FIMBRA. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/gfm/>. Acesso em 20 de agosto de 2005.

Nota: não estão disponíveis as despesas do município de Triunfo para o ano de 2003.

É importante salientar que, no caso dos municípios que apresentaram um superávit no orçamento, o indicador sobre o total investido é naturalmente superior a um (ou superior a 100%).⁸ Isso é vital para responder à principal questão aqui considerada, pois quanto maior for o volume das fontes de financiamento dos investimentos asseguradas através de recursos próprios, maior será a probabilidade de ocorrer cooperação entre os entes federativos. Caso o volume seja muito reduzido, diminuirão as possibilidades de serem desenvolvidos projetos de cooperação.

Na *Tabela 10.6*, é possível identificar que a maioria dos municípios da RMPA possui uma sustentabilidade de seus investimentos no curto prazo (maior do que 100%), mas isso não significa que haja um maior incremento de ações de cooperação entre os três entes federativos, até porque existem muitos problemas institucionais, como demonstram alguns estudos.⁹ Além disso, cerca de 11 municípios não apresentaram bons resultados com esse indicador: Novo Hamburgo, Campo Bom, Glorinha, Taquara, Esteio, Viamão, Gravataí, Araricá, Nova Hartz, Canoas e Porto Alegre.

8 Na realidade, isso é fácil de visualizar na *Tabela 10.6*. A situação de um município, ao realizar um investimento, será adequada quando ele utilizar recursos gerados internamente. Isso significa situação sustentável ou equilibrada. Por exemplo, Sapiranga investiu 15,34% de sua receita e, ao mesmo tempo, apresentou uma ótima sustentabilidade do investimento, tanto de curto como de longo prazo, respectivamente, de 204,75% e 178,01%, ou seja, bem acima de 100%.

9 Rezende e Garson (2004, p. 9), por exemplo, argumentam que existem, no mínimo, quatro obstáculos. O primeiro está relacionado a questões institucionais que dificultam a cooperação e a integração de investimentos públicos e de serviços nas regiões metropolitanas. Outro estaria ligado às dificuldades em explorar melhor a base de imposto local e alcançar fontes de financiamento externas. O terceiro seria monitorar de forma mais eficiente a distribuição de recursos públicos. E o último seria aumentar a participação do setor privado no financiamento e na provisão dos serviços públicos.

Por outro lado, revelaram bons índices de investimento efetivo os Municípios de Sapucaia do Sul (17,92%), Dois Irmãos (22,98%), Glorinha (21,73%), Campo Bom (25,38%) e Canoas (23,71%). Desse grupo de municípios, somente dois não investiram em um ambiente de equilíbrio, nem de curto nem de longo prazo: Campo Bom ficou respectivamente com 94,62% e 87,23% e Canoas com somente 42,53% e 28,49%.¹⁰ O Município de Porto Alegre dispõe de um investimento de 6,70%, mas sem sustentabilidade (35,52% no curto prazo e somente 20,77% no longo prazo). Essa situação da cidade núcleo faz com que esses investimentos não sejam mantidos no curto prazo.

O próximo passo é analisar os indicadores de endividamento (*Tabela 10.7*), que, como o nome já diz, comparam o volume da dívida bruta, da líquida e dos serviços da dívida com a receita corrente líquida.

TABELA 10.7– Indicadores de Endividamento da RMPA em 2003 (em %)

Municípios	Endividamento e Comprometimento de Receita		
	Dívida Bruta / Receita Corrente Líquida	Dívida Líquida / Receita Corrente Líquida	Serviço da Dívida / Receita Corrente Líquida
Alvorada	13,06	-13,92	7,54
Araricá	10,84	3,35	2,03
Arroio dos Ratos	0,33	-8,05	2,51
Cachoeirinha	75,21	38,14	6,3
Campo Bom	13,73	-6,56	3,76
Canoas	4,19	-26,06	0,74
Capela de Santana	3,82	-14,75	2,88
Charqueadas	33,83	21,99	4,86
Dois Irmãos	7,19	-34,42	2,7
Eldorado do Sul	8,76	-14,36	1,19
Estância Velha	2,27	-50,82	3,96
Esteio	4,04	-10,04	5,34
Glorinha	21,99	5,11	1,18
Gravataí	29,36	25,76	5,02

10 A situação pior no caso desses dois municípios é a de Canoas, pois, enquanto Campo Bom ficou com um déficit total de R\$ 642 mil, Canoas chegou a R\$ 34,2 milhões.

TABELA 10.7– Indicadores de Endividamento da RMPA em 2003 (em %) (continuação)

Municípios	Endividamento e Comprometimento de Receita		
	Dívida Bruta / Receita Corrente Líquida	Dívida Líquida / Receita Corrente Líquida	Serviço da Dívida / Receita Corrente Líquida
Guaíba	2,23	-0,33	7,57
Ivoti	14,69	4,58	5,1
Montenegro	114,31	42,3	2,88
Nova Hartz	3,51	-1,09	3,88
Nova Santa Rita	6,85	-24,92	2,37
Novo Hamburgo	42,11	19,67	7,05
Parobé	8,11	-5,11	3,85
Portão	21,04	-43,15	5,19
Porto Alegre	32,29	24,66	4,63
Santo Antonio da Patrulha	24,55	14,49	3,02
São Jerônimo	0,97	-12,38	6,35
São Leopoldo	22	-5,05	3,35
Sapiranga	14,59	-52,21	4,48
Sapucaia do Sul	30,79	2,18	1,03
Taquara	16,08	8,25	1,34
Triunfo	5,56	-9,83	–
Viamão	92,65	62,54	4,77

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. FIMBRA. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/gfm/>. Acesso em 20 de agosto de 2005.

Um município que se encontra com um alto indicador de endividamento pode enfrentar um certo desequilíbrio de suas finanças, apesar de existir um limite de endividamento, fixado pelo Senado, em 120% da receita corrente líquida.¹¹ Os indicadores de endividamento mais expressivos da dívida líquida ocorrem nos municípios de Viamão (62,54%), Montenegro (42,3%), Cachoeirinha (38,14%) e Gravataí (25,75%). Estes comprometem uma parcela razoável de suas receitas com o serviço da dívida, respectivamente, 4,77%, 2,88%, 6,3% e 5,02%. Entretanto existem municípios que têm

11 Atualmente, inclusive, existe um movimento dos municípios para aumentar ainda mais esse limite, pois ele é muito menor do que o limite de endividamento dos Estados. Pela Resolução 40/2001 do Senado, a dívida corrente líquida dos Estados e dos municípios não podem ultrapassar respectivamente 200% e 120% da receita corrente líquida.

um comprometimento de suas receitas ainda maior com os serviços da dívida: Guaíba (7,57%), Alvorada (7,54%) Novo Hamburgo (7,05%) e São Jerônimo (6,35%).

Considerações Finais

A questão principal investigada neste estudo é: qual a capacidade financeira dos municípios da RMPA para aportar recursos para uma ação de cooperação dos três níveis de governo? Não existe dúvida de que, de uma forma geral, a RMPA dispõe de condições financeiras para implementar um esforço de cooperação em um processo longo e demorado com outros entes federativos. Alguns dados sustentam essa afirmação, como os da *Tabela 10.6*, que revelam que a maioria dos municípios da RMPA possui sustentabilidade de seus investimentos no curto prazo. Entretanto não se pode afirmar categoricamente que esses bons indicadores de situação fiscal são os elementos essenciais de um projeto maior de cooperação nacional entre os três entes federativos. Até o presente momento, existem muitas dificuldades institucionais no relacionamento entre a União, os Estados e os municípios. Além disso, parece razoável supor que existe uma infinidade de aspectos, principalmente políticos, que influenciam as ações de integração dos três entes federativos.

Referências Bibliográficas

REZENDE, F., GARSON, S. Financing Metropolitan Areas in Brazil: Political, Institutional, Legal Obstacles and Emergence of New Proposals For Improving Coordination. Artigo apresentado no Seminário Internacional *O Desafio da Gestão das Regiões Metropolitanas em Países Federativos*, Brasília, 30 e 31 de março de 2004, com o apoio do Forum of Federations. Disponível em: <<http://www.forumfed.org/programs/llviewpapers.asp#>>.

RIBEIRO, L. C. de Q.; PINTO, S. G. B. **Análise do Desempenho Fiscal dos Municípios das Áreas Metropolitanas**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, 2004.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. FINBRA. Disponível em: <<http://www.stn.fazenda.gov.br/gfm/>>. Acesso em: 20 ago. 2005.

TATSCH, C. **Recuperando o equilíbrio financeiro**. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/noticias/interna.asp?proj=82&secao=1500&m1=29077>>. Acesso em: 25 ago. 2005.

FICHA TÉCNICA – PORTO ALEGRE – VOLUME 8

Rosetta Mammarella

Alexandre da Silva Medeiros

Alfredo Meneghetti Neto

Álvaro Luiz Heidrich

Eber Marzulo

Iára Regina Castello

José Antonio Fialho Alonso

Juan Mario Fandiño Marino

Mirian Regina Koch

Nívea Maria Oppermann Peixoto

Oberon da Silva Mello

Pedro Vargas Fernandes

Ricardo Brinco

Sheila Villanova Borba

Tanya M. de Barcellos

Vanda Ueda

Viviane Vedana

Revisão final: Egláisa Cunha e Roberto Pedreira
Revisão ortográfica: Henrique Pesch e Roanita Dalpiaz
Projeto gráfico e diagramação: Virtual Design
Impressão gráfica: Gráfica Capital Ltda

